



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DAMAS DA SOCIEDADE: CARIDADE, POLÍTICA E LAZER ENTRE AS
MULHERES DE ELITE DE ITABUNA (1924-1962)**



Imagem: Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna, 1949. Fonte: O Intransigente, 24/12/1949, ano XXIII, n.32, p. 7.

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA

MAIO/2012

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA

**DAMAS DA SOCIEDADE: CARIDADE, POLÍTICA E LAZER ENTRE AS
MULHERES DE ELITE DE ITABUNA (1924-1962)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) sob a orientação da professora Andréa da Rocha Rodrigues.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Andréa da Rocha Rodrigues (UEFS) (orientadora)

Profa. Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira (UFBA)

Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros Leite (UEFS)

Profa. Dra. Neivalda Oliveira Freitas (UEFS)

MAIO/2012

SILVA, Adriana Oliveira da.

Damas da Sociedade: caridade, política e lazer entre mulheres de elite de Itabuna (1924-1962). Adriana Oliveira da Silva; orientadora Andréa da Rocha Rodrigues. Feira de Santana: PGH/UEFS, 2012.

173f.:

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: História, cultura e poder – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Mulheres – Elites – Itabuna.
2. Gênero – Mulheres – Filantropia
3. Mulheres – Itabuna – Política

FOLHA DE APROVAÇÃO

Adriana Oliveira da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História, cultura e poder

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa da Rocha Rodrigues – Universidade Estadual de Feira de Santana

Profa. Dra. Nancy Rita Ferreira Viera – Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Márcia Maria Silva Barreiros Leite – Universidade Estadual de Feira de Santana

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó Zulmira Maria de Jesus e a minha mãe Floracy Maria de Oliveira, duas grandes e inspiradoras mulheres.

AGRADECIMENTOS

O trabalho ora apresentado é resultado de uma trajetória de pesquisa e reflexão sobre o tema, iniciada desde o curso de especialização na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). De lá para cá, além do esforço individual, tive a generosidade, a estima e o incentivo de pessoas que acreditaram em minhas propostas e estiveram ao meu lado perto ou distante de onde estava. São para eles que teço os agradecimentos a seguir.

Agradeço à minha mãe, Floracy Maria de Oliveira, pela forma com que me incentivou aos estudos desde a infância, esforçando-se para além do que era possível para me possibilitar o acesso à educação.

Na Universidade Estadual de Feira de Santana, em que pude contar com a atenção dos professores do programa de Pós-Graduação em História. Agradeço aos professores do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia com quem pude cursar disciplinar ou debater os caminhos da pesquisa histórica. Em especial, destaco as válidas contribuições dos docentes Eurelino Coelho, Elizete Silva, Paulo Santos Silva, Rinaldo César Leite e Ione Celeste.

Quero registrar um agradecimento especial à professora Andréa da Rocha Rodrigues, a qual desde os primeiros momentos do mestrado dispôs-se a ser minha orientadora nesta pesquisa. Com rigor acadêmico, competência e solidariedade, professora Andréa sempre me deu a segurança e a tranquilidade para empreender minhas reflexões na escrita da dissertação. Ela, portanto, acreditou no meu potencial e, a ela, devo parte considerável da minha formação de pesquisadora em história preocupada com a reconstituição da trajetória das mulheres de elite e dos papéis de gênero na sociedade do sul da Bahia.

Às professoras Nancy Rita Ferreira Vieira e Márcia Maria da Silva Barreiros Leite, pela disposição em participar da banca examinadora e pelas excelentes contribuições no exame de qualificação. Elas apresentaram questões e apontaram bons caminhos para o desenvolvimento da pesquisa.

Minha experiência de estudos na Princesa do Sertão foi também positiva pela forma solidária com que os colegas de mestrado me acolheram. Entre livros e discussões, pude contar com a felicidade de viver momentos de descontração e amizade com Henrique Sena, Aline Aguiar, Flávio Dantas e Daniele. Com, eles a jornada acadêmica se tornou menos extenuante e os debates acadêmicos mais agradáveis.

À amiga Arlete que me recebeu mui generosamente em seu pensionato. Tratou-me como a uma filha, cuidando do meu bem estar e da minha saúde. A essa amiga, manifesto meu carinho e meus agradecimentos.

Ainda no quesito amizades, faço destaque especial a grande amiga e irmã Mariana Emanuelle Barreto de Góes. Dividimos ansiedades, inquietações, preocupações e resenhas nos intervalos de aulas e nos eventos em que juntas participamos. Em Mariana, encontrei uma pessoa doce, meiga e atenciosa, sempre disposta a ajudar nos momentos difíceis e comemorar nos períodos de alegria. A solidariedade incondicional dessa ilustre amiga foi essencial para minha sustentação subjetiva nessa etapa da minha formação acadêmica. A ela deixo uma lembrança eterna dos belos momentos que vivemos nestes dois anos e, certamente, viveremos no pós-mestrado.

Um agradecimento muito especial ao meu companheiro, amigo e amante, Philippe Murillo Santana de Carvalho, um dos principais interlocutores desse trabalho. Philippe não só compartilhou elementos de sua pesquisa sobre Itabuna como, generosamente, se dispôs a indicar conceitos e métodos de análise sobre as fontes, provocou discussões e me ajudou a refletir sobre os sujeitos e suas ações. Esteve perto, acompanhando cada passo, lendo todos os textos, apontando limites e avanços. Sua colaboração não só foi importante, como se tornou determinante para os rumos que esse trabalho tomou. Espero contar com essa parceria para trabalhos futuros sobre a história das mulheres da região cacaeira. Não poderia deixar de mencionar o carinho, a paciência e a dedicação expressos em gestos e no cuidado que teve e tem comigo.

Agradeço também aos funcionários dos arquivos que frequentei durante a pesquisa. Em Itabuna, meu reconhecimento aos servidores do Arquivo Público Municipal José Dantas; no CEDOC/UESC, a disposição de João Cordeiro em sempre atender com afinco e dedicação, além de fornecer valiosas informações de depoentes e de bibliografia sobre a atuação das mulheres itabunenses. Estendo os meus agradecimentos aos outros centros de documentação por onde passei: Arquivo Público da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) agradeço a concessão da bolsa de mestrado, principal apoio financeiro para cobrir as despesas com deslocamento para pesquisa e para as aulas do curso.

Ao programa de Pós-graduação em História da UEFS pela oportunidade da realização do curso de mestrado.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO 1	
MULHERES E ELITES EM ITABUNA.....	31
Requinte e elegância: o comportamento feminino como espelho das elites.....	31
Futebol, música e festas: lazer e sociabilidade feminina em Itabuna.....	35
Mulher, casamento e comportamento feminino.....	48
Filantropia como marca de distinção social: “Itabuna, terra da boa vontade”.....	55
CAPÍTULO 2	
GALERIA DAS ABNEGADAS: FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CARIDADE E RELIGIOSIDADE.....	75
Elite feminina: heroínas da caridade ou defensoras da ordem?.....	75
As senhoras da caridade.....	77
Abnegadas assistencialistas cristãs!.....	85
Educação e filantropia.....	90
Filantropia e fé: religiosidade a serviço do social.....	101
Filantropia: pelas mães e pelas crianças pobres.....	106
CAPÍTULO 3	
IDEIAS DE PROGRESSO E DE FEMINILIDADE NA IMPRENSA DE ITABUNA	
O Feminino na imprensa itabunense.....	120
A “ <i>High Society</i> ” e as colunas sociais.....	122
Escritas femininas nos jornais.....	133
Anajoquina e o Diário Feminino.....	142
Receitas para mulher: cuidar do corpo e da casa.....	149
A <i>Miss</i> e o progresso: Itabuna no trono da beleza nacional.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
FONTES E REFERÊNCIAS.....	168

RESUMO

O trabalho tem como objetivo entender as diferentes produções de identidades femininas em Itabuna, no sul da Bahia, entre os anos 1924 e 1962. A intenção é perceber como foram formadas essas identidades a partir das práticas sociais e da interferência política de mulheres de elite na sociedade itabunense em um período marcado por um processo mais enfático de intervenção do poder público no cenário urbano e por mudanças nos hábitos dos membros das elites, amparados nos ideais de progresso e civilidade que passaram a marcar os discursos e as ações do segmento social dominante. Interessa, pois, analisar as diferentes expressões de identidades femininas forjadas pelo setor social dominante e perceber se foram assumidas ou rejeitadas pelas mulheres das classes abastadas. Notar de quais maneiras tais mulheres fizeram uso da condição de senhoras de caridade para se inserir na política institucional, na imprensa e como profissionais liberais. Nesse sentido, importa recuperar os discursos emitidos pelos setores da elite, notadamente pelos órgãos de imprensa, sobre os enquadramentos ou desvios das mulheres ricas em um panorama de mudanças comportamentais supostamente adequadas ao ideal progressista que, desde os anos 1930, era propagandeado em Itabuna.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, elites, Itabuna

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the different productions of female's identity in Itabuna, south of the Bahia, between the 1924 and 1962. The intention is to observe how was formed this identities from of the social practices and of the politics interferences of the elite's women in the society of Itabuna at the period marked by the more emphatic process of intervention of the publics powers in the urban scenario and by changing in the customs of the elites, based in the ideas of progress and civility who passed to influence the discourse and the action of social segment dominance. We are interested in to analyze the different expressions of female's identity created by dominance social sector and to see if were assumed or rejected by the women richest. To observe the forms who that women used of the ladies charity condition to insert themselves in the institutional politics, in the press and as liberal professions. In this sense, it's important to recuperate the discourses of the elites, especially of the newspapers, about the female's behavior discipline at the period whose pattern of behavior it were adequate to progress ideal, from 1930's until 1960's.

KEYWORDS: Women, elites, Itabuna

LISTA DE ABREVIATURAS

AFI – Ação Fraternal de Itabuna.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas.

APPJ – Arquivo Permanente do Poder Judiciário.

ASCI – Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna.

ASMPAI – Arquivo da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna.

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional / Universidade Estadual de Santa Cruz.

IFB – Instituto Feminino da Bahia

LBA – Liga Brasileira de Assistência.

LBV – Legião da Boa Vontade

PRP – Partido de Representação Popular.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

SEAC – Sociedade dos Engenheiros Agrônomos do Cacao.

RELAÇÃO DE TABELAS E LISTAS

Tabela 1 – Movimento do Hospital Santa Cruz (1922-1923).

Tabela 2 – Enterramentos e outros emolumentos referentes ao Cemitério Campo Santo.

Tabela 3 – Ocupação profissional por gênero em Itabuna (1920/1940).

Tabela 4 - Ocupação profissional por gênero em Itabuna (1920/1940).

Lista 1 – Instituições de Caridade e Assistencialismo (1913-1938).

RELAÇÃO DE IMAGENS

Figura 1 - Júlia da Silva Kruschewsky.

Figura 2 - Irmandade do Sagrado Coração de Jesus composta apenas por mulheres – 1924.

Figura 3 - Laurinda Fontes Torres Lima, membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1917-1929).

Figura 4 - Notícia da passagem de Eulina Thomé de Souza na imprensa de Itabuna.

Figura 5 - Edith Bittencourt, professora primária de Itabuna em nas décadas de 1920/30.

Figura 6 - América Freire, proprietária de escola de datilografia em Itabuna nas décadas 1940 e 1950.

Figura 7 - Curso de corte e costura de Maria Freire em 1948.

Figura 8 - Inauguração da Ação Fraternal de Itabuna. Da esquerda para direita, Fr. Ildebrando Zerman, Gileno Amado, D. Benedito Zorzi, Amélia Amado e Padre Nestor Passos. Itabuna, 15 de julho de 1947.

Figura 9 - Comemoração dos dez anos da "Campanha do Cruzeiro" em 1954. No centro da primeira fila, nota-se a presença de Laura Conceição.

Figura 10 - Assembleia da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna em 1957.

Figura 11 - Homenagem a Aldemira Soares de Aquino, associada das Senhoras de Caridade de Itabuna, em 1962.

Figura 12 - Rita Fontes entrevista Dr. Rayol dos Santos para o jornal O Intransigente em 1956.

Figura 13 - Maria Rita de Almeida Fontes cercada de crianças no evento de inauguração da escola Nossa Senhora da Glória, em março de 1959.

Figura 14 – Valdelice Soares Pinheiro – 1958.

Figura 15 - Propaganda do Diário Feminino.

Figura 16 – Cupom para escolha de moça mais bonita de Itabuna (1922).

Figura 17 – À esquerda, concurso Rainha do Cacau em 1957. A Direita, desfile infantil no mesmo ano.

Figura 18 – Reportagem do concurso Miss Brasil em 1962.

Figura 19 – Maria Olívia Rebouças Cavalcanti na revista O Cruzeiro em 1962.

Figura 20 - Recepção a Miss Brasil em Salvador.

Figura 21 – Recepção à Miss Brasil em Itabuna, Bahia.

Figura 22 – Recepção na Avenida do Cinquentenário, em Itabuna.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em dezessete de agosto de 1959, a Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna foi até o jornal *Diário de Itabuna* emitir uma nota de agradecimento a “todas as pessoas que prestigiaram e contribuíram para o grande êxito social, artístico e financeiro de sua festa Turbilhão de Melodias”. Tal como ocorrera em outras ocasiões de baixa no caixa da ASCI¹, a diretora Adelmira Soares Aquino e demais senhoras beneméritas resolveram apelar à comunidade, em especial, à “alta sociedade” itabunense para conseguir pagar as dívidas acumuladas. Para tanto, realizaram eventos em função da arrecadação de fundos para a manutenção do Abrigo São Francisco, conhecido como Casa dos Mendigos. Caso não conseguisse superar a crise financeira, a direção da ASCI ameaçava lançar de volta às ruas os mais de 70 mendigos abrigados na instituição.

As festas realizadas pela ASCI voltaram a levar o “seleto público”² ao Grapiúna Tênis Clube e ao Itabuna Clube, os dois salões de festas mais prestigiados da cidade. O “Turbilhão de Melodias” teve espaço nos salões do Grapiúna Tênis Clube. Com o sucesso da atividade, as senhoras de caridade se sentiram motivadas a convidar o público para a apresentação da peça teatral “Os inimigos não mandam flores”, criação de Pedro Bloch, famoso poeta e dramaturgo. A peça teria apresentação no “clube mais querido da cidade, o Itabuna Clube”, e seria encenada pelo Teatro Experimental dos Bancários, uma associação cultural organizada e frequentada por funcionários dos bancos da cidade, membros de uma classe média em busca de ascensão social³.

Os eventos lúdicos promovidos pela ASCI reuniam importantes figuras dos setores dominantes de Itabuna. A filantropia realizada através das atividades de lazer e entretenimento servia para levar a público os nomes de senhores e senhoras beneméritos, além de lhes proporcionar noites e fins de semana mais dinâmicos, já que teriam acesso ao que era considerado mais refinado culturalmente na cidade. Peças de teatro, bazares, shows de música

¹ ASCI - Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna.

² Ver referência feita pelos colunistas sociais do *Diário de Itabuna* sobre as elites. APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 2 de abril de 1959. Ano II. n. 419.

³ Os termos e adjetivos empregados são encontrados nos jornais da época, em especial em o *Diário de Itabuna*. Ver em: APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 21 de agosto de 1959. Ano II. n. 511, p. 6.

e danças, bingos e cinema eram algumas das atividades ligadas à dinâmica da filantropia e da sociabilidade entre os membros das elites. E serviram para assegurar um controle mais eficiente dos segmentos empobrecidos e uma distância cada vez maior deles. Andréa da Rocha Rodrigues informa que a filantropia praticada por setores hegemônicos nas primeiras décadas do século XX correspondia aos interesses de classe desses grupos. A caridade, segundo a historiadora, abrigava-se à sombra de princípios morais inspirados no cristianismo, enquanto a filantropia concentrava-se em valores políticos agregados ao prestígio social, adquiridos pela intervenção mais direta dos setores favorecidos economicamente nos problemas comuns ao universo das camadas empobrecidas⁴.

A benemerência em forma de filantropia ganhou importância entre as elites de Itabuna a partir da emancipação política da cidade em julho de 1910. Na cena pública, advogados, engenheiros, fazendeiros e comerciantes disputavam a atenção da população e os cargos administrativos da cidade. A institucionalização da caridade passou a ser uma necessidade política urgente. O fluxo contínuo de migrantes criou, de um lado, uma margem demográfica importante para o crescimento urbano; por outro, aprofundou as disparidades sociais, refletidas no aumento do número de mendigos, de mulheres e de crianças pedintes⁵. Um ciclo que só fez aumentar a intervenção de dirigentes públicos e membros das elites na organização cidadina na tentativa de inibir e conter a presença de pobres e “indesejados”⁶ nos espaços frequentados pelos ricos. Estes, cada vez mais incomodados em dividir a cidade com os subalternos⁷.

Entre as duas primeiras décadas do século XX se inicia um processo de ampliação do número de membros das elites em Itabuna. Os ricos fazendeiros, produtores de cacau, passaram a repartir o espaço do controle político, da renda pública e do prestígio social com elementos provenientes de outros lugares e com formações acadêmicas. “Alguns desses homens foram, inclusive, originados das camadas médias”. Uma parcela desses profissionais liberais foi incentivada a transferir-se da capital ou mesmo de outros estados para Itabuna. As

⁴ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A Infância Esquecida: Salvador 1900-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 101.

⁵ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 11 de dezembro de 1959. Ano II. n. 596, p. 6.

⁶ Segundo Philipe Murillo S. de Carvalho, a idealização de costumes, implicava em medidas de repressão aos que não fossem identificados como civilizados, pobres, trabalhadores, lavadeiras, ambulantes e prostitutas, eram tidos como “indesejados”. Segundo esse historiador, desde a década de 1930 o poder público de Itabuna tentou regular e padronizar comportamentos da população local. Ver em: CARVALHO, Philipe Murillo S. de. **Uma cidade em disputa: conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930 – 1948)**. Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UNEB – CAMPUS V. 2009.

⁷ Ver em: SOUZA, Erahsto Felício. **Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna – Década de 1950)**. Dissertação de Mestrado. PPG em História Social. Salvador: UFBA, 2010.

elites enxergavam nesses homens a saída para o desenvolvimento urbano tão sonhado e reclamado desde fins do século XIX. O que ocorreu com Olinto Batista Leone, Lafayette Borborema, Laudelino Lorens e outros que, ao chegarem às “terras do cacau”, hospedavam-se na República dos Hóspedes, criada pelo coronel José Firmino Alves na tentativa de acolher indivíduos ligados a profissões que, naquele momento, representavam o progresso, como engenharia, direito e medicina.

Em sua definição sobre a formação das classes sociais na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, Edward Palmer Thompson encontrou entre as classes privilegiadas do campo, características típicas de uma cultura urbana. Em seus estudos, Thompson pode notar um “aburguesamento” dos hábitos e costumes do que definiu como *gentry* ou capitalistas agrários. Diferente de outras classes e segmentos sociais, a *gentry* passava a demarcar seu lugar social a partir dos rendimentos obtidos, o que teria se tornado o principal interesse dessa classe. Thompson ainda infere que “classe” não pode ser entendida como uma categoria abstrata, ao contrário, se constitui como uma formação social e cultural, definida em termos de relação com as outras classes⁸.

O conceito de classe traduzido por E. P. Thompson no faz refletir sobre a formação das elites em Itabuna. De origem rural, a classe dominante itabunense buscou se apropriar dos valores e costumes cultivados e incentivados pelos centros urbanos. Em sua formação e conformação social, as elites de Itabuna também usaram de diferentes recursos para se distinguirem do restante da sociedade. A demonstração da riqueza foi expressa em hábitos importados de outras elites e também serviu para alimentar um painel de interferências desse setor nas questões da cidade, como o incentivo financeiro às filarmônicas, a construção de hospital e abrigos para mendigos, a criação de colégios e orfanatos para menores carentes.

Esse conceito também serve para balizar as ações de uma elite feminina. Além das demarcações de gênero, a atuação social das mulheres foi atravessada pelos códigos da classe social a que pertenciam. Nem todos os lugares, nem todas as ações lhes eram autorizadas. A caridade e a filantropia, por sua vez, foram essencialmente entendidas como atividade feminina. A partir da benemerência e do assistencialismo formaram algumas agremiações de mulheres. Através das associações de caridade, puderam responder aos problemas sociais, unindo preceitos cristãos aos interesses de dominação de sua classe.

As políticas filantrópicas dirigidas por associações ou individualmente pelas mulheres foram fundamentais para assegurar a manutenção do poder das camadas privilegiadas. O

⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, pp. 90-107.

favorecimento, o cuidado, a doação tendiam a minorar os graves problemas sociais, controlando e vigiando os subalternizados. Por outro lado, o envolvimento com as atividades beneficentes permitiu o estreitamento das relações entre as mulheres ricas e a dinâmica da vida urbana. Essa relação mais direta com a cidade contribuiu para que construíssem formas mais autônomas de interação social.

Essa elite feminina, porém, não se refere apenas às mulheres do grupo economicamente privilegiado. Mulheres provenientes das camadas médias puderam transitar nos mesmos circuitos sociais da alta sociedade, em decorrência da apropriação dos hábitos e dos costumes comuns aos ricos. Algumas delas chegaram a se tornar referência dentro do segmento dominante por sua postura estar identificada com o código moral defendido e praticado pelas elites. Os discursos e práticas de algumas mulheres dos setores médios se aproximavam e se confundiam com aqueles consumidos e disseminados pelos ricos.

Laura Conceição, conhecida como D. Senhora, preconizou essa relação. Proveniente de grupo social empobrecido, Laura Conceição era filha de ex-escravos do recôncavo. Chegou em Itabuna na segunda década do século XX como costureira. Através da profissão e da vinculação com quase todos os projetos de cunho filantrópico e religioso da cidade, acabou se tornando um dos mais importantes membros da elite feminina de Itabuna. Esse trabalho se dedicará a entender esse grupo social identificado como “mulheres de elite” a partir dos códigos e identidades forjados no interior do próprio grupo e simbolizados em seus discursos e práticas. Em outras palavras, o trabalho tentará discorrer sobre o que marcava e diferenciava uma elite feminina de Itabuna através daquilo que as fazia se enxergar e agir como grupo diferenciado do restante da sociedade, especialmente, das mulheres pobres e distantes do perfil de feminilidade promovido como ideal.

Ademais, a formação de grupos sociais identificados como “mulheres de elite” não significa que houvesse homogeneidade. As experiências mencionadas destacam múltiplos femininos em ação. Apesar de sintonizadas com um painel de performances de gênero muito bem demarcadas em seu tempo, como o cumprimento dos papéis familiares e a extensão deles para a vida pública, algumas mulheres apontaram para outros fazeres no campo social. A escrita e a política foram alguns deles.

Discutindo a configuração das elites da cidade de Desterro no final do século XIX, a historiadora Joana Maria Pedro enfatiza que, “em sua constituição, essa elite reformulou o espaço urbano e procurou delimitar espaços sociais”⁹. A acumulação de riquezas provenientes

⁹ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, p. 24.

das atividades comerciais e portuárias proporcionou a esses sujeitos novas experiências sintonizadas com a ordem burguesa. Essa nova realidade teria permitido aos ricos criarem para si “códigos de distinção e de identificação. Entre estes, o registro de uma mulher ideal”¹⁰. Em Itabuna, o pano de fundo da representação de classe construído pelas elites também passou pela formação de tipos ideais. O modelo de progresso em que se inspiravam as elites itabunenses havia desenhado imagens idealizadas para cada um dos membros desse setor. Num primeiro momento, aos homens se incumbia a política institucional e os cargos administrativos; às mulheres serviu o papel de educadoras, ordenadoras do lar e modelos de abnegação em nome das questões sociais¹¹ – ainda que nem todas as mulheres se adequassem a esses perfis, engendrando novas experiências e, conseqüentemente, novas identidades femininas.

É exatamente a multiplicidade das experiências femininas, forjadas no interior do segmento social hegemônico, que esse trabalho pretende perscrutar. Os múltiplos femininos têm sido alvo das ciências sociais e da História há algum tempo. Sob críticas ao modelo de ciência moderna, ergueram-se novas posturas metodológicas, necessárias ao desenvolvimento das abordagens que passaram a incluir mais sujeitos e fontes na pesquisa histórica. Categorias de análise foram ampliadas e complementadas, como ocorreu com as categorias “mulher” e “gênero”. Passou-se a refletir sobre a historicidade dos conceitos. Segundo Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, o rompimento contínuo com o caráter universal atribuído ao sujeito da História, representado pela categoria “homem”, bem como o diálogo permanente da História com as ciências sociais permitiram a pluralização dos objetos de investigação histórica, possibilitado pelo questionamento das homogeneizações dos sujeitos¹². Esse movimento viabilizou a introdução e a expansão dos estudos sobre mulheres e as relações de gênero.

Na produção historiográfica, informa Maria Izilda S. de Matos, os estudos sobre mulheres e sua participação na sociedade adquiriram notoriedade e abriram novos espaços, em particular, após a incorporação da categoria gênero¹³. Segundo Márcia Maria Barreiros Leite, “os estudos das mulheres em sociedade, no geral, reavaliam paradigmas epistemológicos tradicionais e funcionam como contributo importante para uma nova atitude

¹⁰ Idem. **Ibidem**.

¹¹ Memorialistas e historiadores se incumbiram de referendar imagens binárias de homens e mulheres de elite de Itabuna e Ilhéus das primeiras décadas do século XX em suas obras – entre os quais é possível citar: José Dantas de Andrade, Adelino Silveira Kfouré, Gustavo Fálcon, Helena Mendes, Antonio Guerreiro de Freitas.

¹² Ver: PEDRO, Joana M. e SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História: História e Gênero**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 54, jul.-dez., 2007, p. 284-285.

¹³ MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In.: **Cadernos Pagu**, nº 11, São Paulo: Unicamp, 1998, pp. 67-75.

metodológica frente à relação passado-presente”¹⁴. Tais estudos contribuíram para uma compreensão mais dinâmica e profunda das relações sociais e de poder, além de terem facilitado a reflexão sobre os pressupostos da ciência História. Portanto, enxergar as ações de sujeitos outrora secundarizados pela historiografia regional é um dos objetivos dessa pesquisa. Apontar e explicar como as práticas femininas se inserem no conjunto das experiências cotidianas da sociedade de Itabuna entre os anos 1924 a 1962 segue como escopo desse estudo.

Gênero foi umas das categorias de análise usadas para elucidar práticas e discursos referentes às mulheres de elite de Itabuna. A proposta de entender esses sujeitos a partir das suas vivências sociais implicou em esclarecer e evidenciar a conformação de suas identidades no desempenho das performances de gênero. Nesse sentido, ilustrar suas ações cotidianas significou historicizar a trama das relações que desenvolveram naquela sociedade a partir das balizas de gênero e de classe.

O envolvimento com atividades de benemerência, por exemplo, ganhou respaldo entre as mulheres de elite de Itabuna porque, como em outros lugares, serviu para demarcar um espaço de atuação social, além de lhes garantir visibilidade. Essa delimitação partiu não só dos códigos e valores de classe que as fazia acreditar que cumpriam um papel social típico da classe dirigente, como dos de gênero, que polarizavam ambientes através de uma lógica binária, condicionando as atividades femininas no meio social a uma extensão das tarefas do lar.

Entender, pois, a rede de sentidos construídos a partir das relações de gênero experimentadas por essas mulheres é, antes de tudo, apontar os esquemas de hierarquias e dicotomias construídos social e historicamente e que acabaram influenciando e, de alguma maneira, determinando suas práticas. Isso significa interpretar suas ações não só a partir das designações fixas do gênero, mas também quanto à significação que cada um desses sujeitos deu ao jogo das relações entre “diferentes” e às suas instâncias de atuação social.

A utilização da categoria gênero contribuiu para desvelar subjetividades femininas e suas conexões com as redes discursivas que abrigavam e reforçavam cotidianamente os preceitos de uma ordem binária e androcêntrica. Corroborando com a ideia de Michel Foucault sobre o “saber” enquanto significado de compreensão produzido historicamente sobre as relações humanas, Joan Wallach Scott afirma que o gênero, como saber, estabelece

¹⁴ LEITE, Márcia M. S. Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPG/UFBA, 1997, p. 13.

significados para as diferenças dos sexos. Como tal, deve ser analisado e historicizado de acordo com as culturas, contexto e grupo social que o fundamentou¹⁵.

Nesse sentido, antes de uma experiência marcada apenas por circunstâncias objetivas, entendemos que as práticas de mulheres de elite se pautaram no emaranhado de saberes que estabeleciam códigos de postura e comportamento para cada um dos sexos, inscritos em um longo processo de dominação. Para Pierre Bourdieu,

O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente performativa de nomeação que oriente e estruture as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero¹⁶.

Pierre Bourdieu chama de “esquemas de pensamento de aplicação universal” as ordenações sociais que distinguem masculino e feminino e que acabam desenhando um sistema de diferenciações e separações ancoradas na naturalização das construções dos gêneros. Para ele, é também na legitimação dessas diferenças arbitrárias de gênero que se assentam as relações de força e de dominação¹⁷. Portanto, a compreensão da formação histórica dos gêneros ajuda a desconstruir abstrações e universalizações dos sujeitos, bem como permite questionar as identidades fixas.

Em se tratando de mulheres de elite, coube interrogar sobre sua interação com os sujeitos de sua classe e com o restante da sociedade. De que maneiras e com quais recursos definiram suas identidades sociais e como isso interferiu em suas práticas? Nesse caso, a ênfase não poderia recair apenas sobre sua intervenção no espaço público como pura experiência objetiva, e sim como resultado dos contornos subjetivos inscritos no plano privado. As instabilidades de sentidos e práticas desses sujeitos passaram, portanto, pelo entrelaçamento dessas duas esferas, o público e o privado. De acordo com Maria Izilda S. de Matos, na pesquisa histórica é preciso evitar dualismos e polaridades, questionando as dicotomias. Seguindo essa orientação, buscou-se identificar na teia das relações cotidianas das

¹⁵ SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**. São Paulo: Unicamp, n. 3, 1994, pp. 11-27.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 33.

¹⁷ Segundo Bourdieu, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõem-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la”. Idem, **Ibidem**, p. 17.

mulheres de elite, as conexões entre o público e o privado, e o entendimento de como esses espaços foram significados por aqueles sujeitos¹⁸.

Segundo Maria Izilda S. de Matos, as categorias público e privado não devem ser usadas aleatoriamente, já que se tratam de instâncias social, cultural e historicamente redefinidas. O que se compreendia e se tratava como privado nas décadas de 1920 e 1930 em Itabuna sofreu alterações nas décadas de 1940 e 1950. As mudanças estruturais no espaço urbano contribuíram para as redefinições e as significações dos ambientes. As elites de Itabuna criaram para si circuitos de lazer e sociabilidades; novas formas de se vivenciar a esfera pública. As praças e jardins foram, aos poucos, substituídos por ambientes fechados, como os clubes. A casa, antes extensa, constituída como espaço de negociações, reuniões políticas e de lazer, passou à condição de abrigo do núcleo familiar restrito ao casal e aos filhos, bem diferente da casa dos antigos coronéis de fins do século XIX e início do século XX, por onde passavam quase todas as questões da localidade.

A constituição da “família ideal” com a preservação das atribuições e papéis distintos para cada um dos membros se tornou alvo das elites em Itabuna a partir dos anos 1920. Na imprensa o *Jornal de Itabuna*, o *A Época* e *O Intransigente* das décadas de 1920 a 1950 e o *Voz de Itabuna* e *Diário de Itabuna* das décadas de 1950 e 1960 foram um dos mais atuantes disseminadores dos novos padrões do comportamento considerado moderno e civilizado. No caderno “O Diário Feminino” do jornal *Diário de Itabuna* se encontrava um circuito discursivo em que os valores da família, que caracterizamos como burguesa¹⁹, se encontrou mais afinado.

Em fins da década de 1940, começou aparecer na imprensa, uma nova imagem de mulher, centro das atenções. Textos com dicas e recomendações para a boa esposa e mãe dedicada se associavam às imagens de modelos ocupadas com a beleza. O caderno “O Diário Feminino”, maior referência de conteúdos destinados ao público feminino, ainda continha

¹⁸ MATOS, Maria Izilda S. de. Do Público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). In: **Cadernos Pagu**. São Paulo: Unicamp, n. 4, 1995, pp. 97-115.

¹⁹ O ideal de família burguesa assumido por parte das elites dos principais centros urbanos do país em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, só pode ser mais amplamente visualizado entre as elites de Itabuna após a chegada de profissionais liberais, que assumem o papel de dinamizadores do progresso na região. Esses homens passam a controlar os mais importantes cargos burocráticos. Tornam-se gerentes de bancos, presidentes de associações, funcionários públicos de relevância, chegando até mesmo à intendência municipal. O modelo de famílias ampliadas pela atuação do coronel e marcado pelos casamentos endogâmicos, foi substituído pelos núcleos familiares inspirados num ideal de modernidade burguesa, que afirmava uma relativa liberdade para a mulher, mas a mantinha presa aos códigos de gênero do matrimônio. Ver: RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001. e D'INCAO, M. A. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 225

espaço para propagandas de eletrodomésticos, símbolos da modernidade, alcançada apenas pelas elites.

Na visão das elites, o progresso se associava e se refletia em obras de infraestrutura urbana. A modificação morfológica da cidade materializava a noção de progresso. A imprensa, desde as décadas 1920 e 1930, procurou enfatizar a relação entre esse ideal presente nos discursos do poder público com as mudanças na forma urbana. Segundo Philippe Murillo S. de Carvalho, “as modificações urbanas realizadas em Itabuna paralelamente produziram uma noção de civilidade pautada em comportamentos estabelecidos pelos agentes do poder público”. Para esse historiador, a noção de civilidade cultivada entre os membros das elites de Itabuna dizia respeito à idealização de um modo de vida pautado na padronização dos comportamentos e se traduziu efetivamente naquela sociedade através das intervenções da política urbana dos órgãos do poder público, visando uma “regulamentação dos costumes dos habitantes da cidade”²⁰. O historiador afirma que houve a imposição de uma “ordem civilizada” sobre os segmentos empobrecidos da cidade. Nesse estudo, pretendemos recuperar como se processou a adesão e as experiências das mulheres de elite com os valores dessa “ordem civilizada”.

Segundo Nobert Elias, a ideia de “civilização” pode expressar a consciência que os grupos dominantes têm de si mesmos²¹. As elites de Itabuna, notadamente, as mulheres de elite, buscaram essa distinção através de um comportamento exemplar, como dedicadas e honradas senhoras e moças de família²². Joana Maria Pedro afirma que, “ter uma família civilizada era possuir uma esfera familiar, separada, onde reinava uma esposa educada para as funções de mãe e dona de casa”²³. Essas imagens femininas também são encontradas nos jornais de Itabuna das décadas de 1920 a 1950.

A autoimagem de “civilidade” das elites era projetada e disseminada a partir da imprensa. Nos anos 1950 outros “atributos femininos” passaram a ser requeridos e difundidos pelas elites através dos jornais. Nesse momento, a aparência feminina ganhou a cena e se tornou uma das mais importantes referências de distinção social e familiar. A exposição pública exigiu o enquadramento aos padrões de moda e comportamento lançados nos centros.

Apesar das mudanças que proporcionaram uma maior abertura do espaço citadino à frequência e atuação femininas, um rigoroso código moral continuou sendo exigido para disciplinar o comportamento feminino, afinal, elas, as mulheres de elite, eram “pontos de

²⁰ CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Op. Cit.**, p. 16.

²¹ ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 23.

²² É possível encontrar referências a essas qualificações tanto nos jornais quanto nos textos memorialísticos.

²³ PEDRO, Joana M. **Mulheres honestas e mulheres faladas... Op. Cit.** p. 46.

referência” e destaque do segmento dominante. Em Itabuna, a honra feminina era um dos alvos visados pelos jornais. Segundo Joana Pedro, a honra das famílias, em especial, das mulheres, foi associada ao êxito no palco da política, porque dava embasamento moral à atuação pública dos homens²⁴. A vigilância sobre o comportamento feminino se tornou um hábito nos anos 1940 e 1950 e esteve expressa em diferentes seções dos jornais da cidade.

As idealizações sobre o comportamento feminino passavam não só pela adequação aos padrões estéticos erguidos dentro de um painel de mudanças estruturais consideradas modernas e progressistas, como também recaía sobre imagens modelares de mulheres, inspiradas em antigas representações do feminino, como a essencialização da maternidade. Roger Chartier entende que as representações são, na verdade, “configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade”²⁵. Nesse caso, entende-se que as próprias mulheres de elite colaboraram na difusão desses ideais, assim como assumiram para si essas referências, ao tempo em que exerciam a “missão de irradiar” os valores dominantes que também incluíam os códigos de gênero.

Por outro lado, no transcurso dessas décadas, esses sujeitos, mulheres de elite, transpuseram para além da família e da casa, os valores, os sentidos, as feminilidades. Como produto da domesticação, porém, as feminilidades são expressões de práxis de politização do privado, no sentido da perversão do universal em particular²⁶. A saída para o ambiente público, notadamente, através da benemerência, trouxe consigo a contradição presente nas ações das mulheres de elite de Itabuna, qual seja, a afirmação dos valores e normas de conduta usadas para legitimar práticas políticas antes não autorizadas às mesmas, como as candidaturas das professoras Maria Rita de Almeida Fontes e Otaciana Pinto ao legislativo de Itabuna em 1947 e 1950, respectivamente.

Ao analisar as tensões e as incompatibilidades internas do feminismo praticado por mulheres de elite nas primeiras décadas do século XX, Rachel Soihet destacou os usos que fizeram dos estereótipos de gênero em favor das conquistas por direitos políticos²⁷. É provável que as mulheres de elites de Itabuna estivessem mais interessadas em afirmar suas práticas em um conjunto de ideias e performances de gênero e de classe, assumindo, para si, algumas tarefas de controle social amparadas num quadro de medidas de intervenção política

²⁴ Idem, **Ibidem**, p. 58.

²⁵ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Revista Annales**, nov-dez. 1989, nº 6, pp. 1505-1520.

²⁶ Cf. em: VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, pp. 59-80.

²⁷ SOIHET, Rachel. Transgredindo e Conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. Labrys, **Estudos Feministas**, Brasília, n.1-2, s.p. jul.-dez. 2002.

erguidas pelas elites, através do poder público local. No entanto, isso não significou que anularam qualquer possibilidade de contrapor sorrateiramente a ordem patriarcal que invariavelmente as alcançava.

Pensando nas “maneiras de fazer” em que os sujeitos historicamente marginais criaram redes de “antidisciplina” a partir das práticas cotidianas, Michel De Certeau descreveu como “táticas” as artes de fazer do fraco, aquele que só tem por lugar o do outro. A compreensão de Michel De Certeau nos ajuda a repensar as ações das mulheres de elite no sentido de passar a entendê-las também como “táticas” já que utilizam e tiram partido daquilo que lhes foram impostos, invertendo-os discretamente a partir de dentro²⁸. Vigiadas por uma disciplina moral que perpassava quase todas as instâncias sociais, da família à imprensa, passando pela igreja e por outros espaços de sociabilidades, as mulheres de elite engendraram práticas que, engenhosamente, “deram golpes” na ordem estabelecida. As crônicas de Valdelice Pinheiro, inspiradas em críticas mordazes ao modelo de progresso cultivado pelas elites locais, divulgadas em “O Diário Feminino”, e os relatos dos namoros da década de 1950 nas colunas sociais expressam e demonstram parte desse movimento.

A significação dos espaços de atuação feminina passa também pela compreensão da dinâmica informal e cotidiana das ações políticas desenvolvidas pelas mulheres. Nesse estudo, essa expressão ganha sentido à medida que entendemos como ação política variadas práticas não necessariamente ligadas ao campo da institucionalidade²⁹. Maria Lúcia Mott, afirma que a historiografia brasileira, apesar de reconhecer a importância da participação das mulheres de elite em entidades filantrópicas nas primeiras décadas do século XX, como forma de acesso à esfera pública, deu pouca atenção ao tema³⁰. Segundo a historiadora, o fato de essas mulheres não terem contestado e rompido com as estruturas sociais que definiam os papéis de gênero, acabou afastando o interesse de uma parte dos historiadores por suas lutas e movimentos. Dedicada a entender as entidades filantrópicas organizadas e administradas por mulheres na primeira metade do século XX, Mott destaca que foram essas mulheres – senhoras de caridade – as precursoras de propostas políticas de bem estar, cuidados com a maternidade e a infância no Brasil. Portanto, as associações femininas e de benemerência precisam ser melhor estudadas e avaliadas, já que podem ser concebidas como parte do conjunto de ações políticas desenvolvidas por mulheres.

²⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Arte de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.94-100.

²⁹ Sobre "ação política" ver também: GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Org.: Rachel Soihet, Maria B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. pp. 21-44.

³⁰ Cf. em: MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). In: **Cadernos Pagu**, São Paulo: Unicamp, nº 16, 2001, pp. 199-234.

Nesse sentido, essa pesquisa também se dedica a evidenciar e repensar o papel que as mulheres de elite envolvidas com a filantropia e a benemerência em Itabuna constituíram a partir das experiências reconhecidamente sociais que passaram a desenvolver em contato com o meio citadino nas primeiras décadas do século XX, em especial, nos idos das décadas de 1920 a 1960. Além disso, a pesquisa pretende analisar as representações de feminino ideal difundidas pela imprensa, assim como recuperar as evidências de como essas representações impregnaram a atuação social das mulheres de elite, ou como foram recusadas por alguns elementos desse setor.

A escolha dos marcos temporais dessa pesquisa reside, primeiro, no fato de as décadas de 1920 a 1960 balizarem um período de mudanças mais efetivas no cenário urbano e porque essas transformações e seu alicerce ideológico marcaram a apropriação e ascensão de novos comportamentos e hábitos que instituíam inovações no modo de ser e de agir do membros da elite, notadamente, das mulheres.

Os anos 1920 marcaram o início das atividades filantrópicas das mulheres de elite de Itabuna. Agremiadas na Confraria São Vicente de Paulo foram as responsáveis pela organização de eventos que visavam levantar fundos para manutenção das entidades beneficentes, como o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, criado em 1922. Essa década também foi marcada pela fundação da Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo, entidade filantrópica criada em 1924. Ao longo dos anos 1920 e 1930 essa Associação configurou a forma de atuação feminina na cena pública. A partir dela, as mulheres de elite passaram a interferir nas questões da cidade.

Em 1947, havia quinze anos que as mulheres tinham conquistado o direito ao voto e às candidaturas, direito interrompido pelo golpe do Estado Novo. Nesse ano, candidatou-se a uma vaga na Câmara de Vereadores de Itabuna, a professora Maria Rita de Almeida Fontes, marcando um período de participação sistemática das mulheres na política formal. Nesse período também houve a reformulação do estatuto da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna, que ampliou em suas “Disposições Gerais” as suas formas de atuação sobre a comunidade.

Os anos 1950 assinalaram uma maior preocupação das elites com sua autoimagem. Nesse período, os jornais locais não só disseminaram o modelo ideal de vida social, como o referendou em seus relatos sobre o cotidiano das elites locais. Lazeres e sociabilidades dos ricos foram expostos nas páginas dos jornais. A imprensa se encarregou de propagar o modo de vida das mulheres ricas. As jovens se tornaram alvo das matérias dedicadas à moda e à beleza. O início dos anos 1960 apontou para a confluência das projeções que se tinha sobre a

cidade em seu cinquentenário com o modelo de vivência urbana praticado pelas elites. Novamente, e dessa vez, com mais força, as imagens idealizadas de mulher foram acionadas para legitimar e dar forma aos planos de inserção da cidade no rol do “progresso” praticado nos centros. Intensificaram-se alguns costumes sociais comuns nas metrópoles. Os concursos de beleza, vitrina da mulher ideal física e moralmente, tornaram-se habituais.

Em 1962, a imagem da cidade progressista foi associada ao modelo considerado mais perfeito de mulher, a miss Brasil. A itabunense Maria Olívia Rebouças Cavalcanti ganhou o concurso nacional e se projetou como jovem exemplar, capaz de referendar os planos políticos de destaque e ascensão da cidade. Sua imagem também serviu aos interesses de representantes políticos da região. Candidatos ao legislativo estadual tentaram associar sua imagem a da miss. A representação de um comportamento feminino moderno, ajustado aos novos padrões estéticos e, ao mesmo tempo, ancorados em uma conduta virtuosa foi posta em prática nos discursos sobre Maria Olívia Rebouças Cavalcanti e pode ter inspirado as jovens das classes média e alta de Itabuna. Coube averiguar como essa dinâmica de apropriação e/ou recusa ocorreu.

Esse foi também um momento de alterações no comportamento feminino em todo o Brasil, afinal, a década de 1960 marca o período de intensificação das contestações ao modelo de representação feminina. Por outro lado, é tempo em que associações femininas ligadas à Igreja despontam no cenário público das principais cidades do país reabilitando antigos valores e tradições de gênero. É, portanto, momento de disputas de territórios e de valores. Novas construções de feminino se entrelaçam e se chocam com imagens mais tradicionais de “ser mulher”. Acreditamos que esses valores, suas conexões e conflitos estavam presentes na figura de Maria Olívia Rebouças Cavalcanti e entre as mulheres de elite de Itabuna dos primeiros anos da década de 1960. Portanto, a pesquisa se dedica a entender como essas realidades se manifestaram e se entrecruzaram em Itabuna.

Os sujeitos analisados e discutidos na pesquisa aparecem de diferentes maneiras em fontes variadas. Trataremos, pois, de identificar quais são elas. As Atas da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna, encontradas no Abrigo São Francisco em Itabuna, possibilitaram recuperar nomes de diretoras e sócias beneméritas da entidade, suas ações e objetivos. As propostas de intervenção na cidade e a elaboração de programas assistenciais também puderam ser consultados e analisados a partir dessa documentação.

No Jornal Oficial do Município da década de 1940 foi possível encontrar o texto reformulado do Estatuto da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna aprovado pela Diocese e publicado em vinte e seis de abril de 1947. Nele, encontram-se deliberações sobre o

funcionamento da ASCI, sua composição e definição das suas formas de atuação. No Jornal Oficial do Município também localizamos os discursos e atuações políticas das mulheres de elite. A publicação das atas da Câmara de Vereadores a partir de 1946 favoreceu a identificação do desempenho político da vereadora Maria Rita de Almeida Fontes, eleita em 1947.

A pesquisa também se ocupou de localizar entre fontes de natureza hemerográfica os discursos e os relatos sobre os comportamentos femininos em Itabuna. Para tanto, seguiu-se a análise de periódicos das décadas de 1920 a 1960. Ao todo, foram pesquisados e estudados seis periódicos locais: *Jornal de Itabuna*, *A Época*, *O Fanal*, *O Intransigente*, *Voz de Itabuna* e o *Diário de Itabuna*.

O *Jornal de Itabuna* pertencia ao advogado Lafayette de Borborema. Utilizamos alguns dos seus periódicos entre 1921 e 1929. O jornal estava centrado nas disputas políticas entre as frações das elites, pendendo para a crítica ao rival *A Época*, do advogado Gileno Amado. O registro de atividades sociais e beneméritas de moças e senhoras da alta sociedade também fez parte desse periódico. A partir da análise dos textos desse periódico foi possível visualizar a interferência das mulheres de elite na cena urbana, bem como a influência de suas ações beneficentes no quadro político local.

O jornal *O Intransigente* fundado em 1926 pelo coronel Henrique Alves foi o primeiro periódico local a admitir uma mulher em seu corpo editorial. A professora Maria Rita de Almeida Fontes, a “Marialfon”, escreveu matérias para o jornal nos anos 1950. Sua seção intitulava-se “Binóculo Social”. *O Intransigente* também divulgava os eventos e ações da Associação das Senhoras de Caridade. Como os demais periódicos de sua época, formou um painel de adjetivos em que tentou enquadrar as mulheres, especialmente, moças e senhoras da fração de elite ligadas ao grupo político liderado pelo coronel Henrique Alves. O jornal deu ênfase ao trabalho voluntário de Laura Conceição e o das moças da Campanha do Cruzeiro, dedicada a arrecadar recursos para a construção da Igreja Matriz São José entre os anos 1940 a 1960.

O *A Época*, jornal expressamente partidário, criado em 1921 pelo advogado e político Gileno Amado, tornou-se o mais importante veículo de comunicação do Partido Social Democrático entre as décadas de 1920 e 1930. Parte da elite local representada por alguns políticos, fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais abrigaram suas ideias e posições políticas nesse periódico semanal por toda década de 1940 e 1950. À medida que o grupo político ligado à figura de Gileno Amado assumia o controle do poder público municipal, o periódico passava a organizar e imprimir em suas páginas defesas ao modelo de gerência

pública. Interessou também assinalar as referências ao modelo ideal de mulher. Além de divulgar as ações das senhoras de caridade da cidade, o periódico também apresentava aquelas que se enquadravam dentro do perfil feminino idealizado pela elite. Esse jornal foi publicado até 1957, abrangendo, portanto, a temporalidade demarcada por esse trabalho.

O jornal *Voz de Itabuna* teve vida curta. Fundado em 1950 pelo empresário e político Aziz Maron, circulou em Itabuna até 1957. Tivemos acesso apenas a alguns números entre 1950 e 1954. Esse periódico semanal traduziu um momento de maior destaque da vida social das elites locais. Os clubes de lazer, os eventos festivos organizados e frequentados pelas elites, além de poesias de moças e senhoras cultas das elites, ganharam destaque nas páginas do *Voz de Itabuna*.

Em outubro de 1957 surgiu o *Diário de Itabuna*, jornal que passou a circular diariamente na cidade. Esse periódico foi fundado por Ottoni Silva e Zildo Guimarães, sendo o primeiro, não só proprietário, redator, editor e um dos cronistas do periódico. Esse jornal teve maior atenção desta pesquisa, porque nele se encontra uma página dedicada a tratar de questões consideradas de interesse das mulheres, *O Diário Feminino*. Além desse caderno, o jornal ainda possuía seções destinadas ao relato do trânsito das elites sobre o espaço citadino. Incluiu ainda em seu corpo editorial a escritora Valdelice Pinheiro, responsável pelo caderno *O Diário Feminino* tendo, nele, publicado crônicas e poemas de sua autoria, através das quais manifestava sua visão sobre progresso, pobreza, cidade e política, quase sempre divergente do padrão discursivo dos membros de sua classe.

Joana Maria Pedro identifica os jornais como elementos-chave de uma rede discursiva dedicada a reproduzir, reforçar e legitimar imagens e papéis de gênero. Parafraseando Mikhail Bakhtin, Joana Pedro afirma que a “palavra escrita é o território comum do escritor e do leitor”³¹. Nesse sentido, os jornais analisados nessa pesquisa foram entendidos como locais que acolhiam as visões de mundo do segmento hegemônico. Suas leituras e opiniões sobre comportamento feminino refletem essas visões, ao mesmo tempo em que funcionaram como espaço de disputas quase imperceptíveis, já que também foram reivindicados como locais de atuação política e social das mulheres de elite. Portanto, pensar e analisar comportamento e posturas femininas em Itabuna é também percorrer os circuitos discursivos que engendraram e reproduziram maneiras de viver dos setores hegemônicos da sociedade itabunense.

Esse trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, “Mulheres e elites em Itabuna” procuramos discutir a constituição histórica da elite itabunense e o papel assumido pelas mulheres no cenário de formação e consolidação do segmento social e político dominante nas

³¹ PEDRO, Joana M. **Mulheres honestas e mulheres faladas...** Op. Cit. p. 38.

primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscamos identificar quem são as mulheres que compõe o que chamamos de elite feminina em Itabuna. A discussão também recai sobre as maneiras como as mulheres das classes abastadas se projetaram no cenário público da cidade. Nesse caso, a análise incide sobre as associações criadas e orientadas por mulheres de elite, em especial, as agremiações dedicadas à benemerência religiosa e ao lazer da época, como as filarmônicas e os clubes pebolistas. Ainda nesse capítulo trataremos sobre as formas criadas pelas mulheres de elite para associar a vida íntima e doméstica às questões públicas. Os eventos sociais organizados no interior dos lares, até os anos 1930, buscavam revelar o requinte das famílias privilegiadas e assegurar seus status social, além da constituição de um circuito da caridade, com a fundação de várias entidades de natureza filantrópica. A maior parte delas dependentes do trabalho das senhoras de caridade.

No segundo capítulo intitulado “Galeria das abnegadas: família, educação, caridade e religiosidade” nos detivemos a discutir a formação de espaços de autonomia feminina. Isto é, como as associações de caridade criadas por elas se configuraram como ambientes onde puderam debater os problemas da cidade e definir as formas de atuação sobre eles. Procuramos entender a relação estabelecida entre a caridade cristã e a filantropia e compreender de que maneiras esses valores atravessaram as práticas sociais engendradas no interior das organizações femininas. O capítulo ainda se dedica a perceber e inferir sobre os usos que fizeram dos perfis de gênero e do modelo de educação que tiveram acesso para adentrar a esfera pública através das atividades assistenciais e religiosas ou através do exercício de uma profissão associada ao feminino, como o magistério.

O terceiro capítulo intitula-se “Ideais de progresso e feminilidade na imprensa de Itabuna”. Uma das pretensões foi discutir como a escrita feminina se expressou na imprensa. A intenção foi debater as representações de feminino disseminadas pelo jornal *Diário de Itabuna* em seu caderno “O Diário Feminino”. Além disso, coube apontar de quais maneiras os ideais de feminilidade foram consumidos, apropriados ou rejeitados pelas mulheres de elite. E entender as vinculações estabelecidas entre o ideal de beleza feminina e o plano de projeção política da cidade no cenário nacional. Procuramos analisar como as imagens femininas foram reelaboradas a partir da dinâmica das mudanças pensadas e sentidas pela elite itabunense no período entre os anos 1950 e 1960, em especial, a partir da trajetória exitosa da jovem Maria Olivia Rebouças Cavalcanti, miss Brasil 1962, bem como entender os usos políticos feitos em torno da imagem da modelo itabunense.

CAPÍTULO I

MULHERES E ELITES EM ITABUNA

Requinte e elegância: o comportamento feminino como espelho das elites

Na década de 1920, havia pouco tempo que a Itabuna tinha sido elevada à condição de município. No bojo das transformações ocorridas no interior da cidade, a começar por sua configuração morfológica, também apareceram mudanças nos hábitos de parte de seus habitantes. Proprietários rurais e profissionais que gozavam de prestígio, por sua riqueza e formação, passaram a controlar os postos de mando na política institucional. Homens e mulheres desse segmento, chamados de alta sociedade, definiram formas variadas de atuar socialmente para exibir performances e estabelecer linhas de diferenciação social.

A cidade passou a ser o palco onde os membros da camada economicamente privilegiada ostentaram os sinais de uma ideia de requinte que começaram a buscar de maneira mais incisiva. Os gestos, as vestimentas, as joias e as posturas desse segmento diante do restante da sociedade foram expressos com maior constância. Os eventos públicos eram excelentes oportunidades para a manifestação dos hábitos que definiram sua projeção social. Mesmo os que aglutinassem pessoas das camadas empobrecidas serviram para demarcarem lugares e comportamentos distintos e, conseqüentemente, reforçarem as nuances da sua representação de “elites”³².

Em 1923 o clube itabunense foi um dos vencedores do torneio intermunicipal de futebol. O êxito dos jogadores no campeonato rendeu a realização de uma ampla comemoração que reuniu alguns dos elementos mais prestigiados da cidade. Além das autoridades políticas, o intendente José Kruschewsky, o deputado federal Gileno Amado, dos

³² Sobre “elites” ver: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2006, pp. 8-12.

representantes da Associação Comercial, Philadelpho Almeida, Carlos Maron e Arthur Nilo Santana e do Comitê Cívico Desportivo, ainda estiveram presentes senhoras e senhorinhas da alta sociedade recepcionando e saudando os jogadores itabunenses com orações e flores. Após a recepção, as comissões das entidades presentes seguiram junto com o povo pelas ruas em trajeto até o Paço Municipal, onde ocorreu o ponto alto do evento cívico-esportivo³³, a entrega dos prêmios.

À frente das comissões estava a “filarmônica Carlos Gomes” com o acompanhamento das guardas de honra dos estandartes locais, representantes do “Grêmio das Adeptas do Rio Branco” e do “Comitê Feminino Pró Ypiranga”. A senhorinha Maria Maron conduziu a bandeira do “Combinado”, insígnia do time criado para representar a cidade no campeonato. As senhorinhas Idalina Silva e Amanda Pires carregaram as flâmulas do “Clube Rio Branco” e “Sport Club Ypiranga”, respectivamente. Na Intendência, o advogado José Soriano Neto se incumbiu de fazer uma oração de agradecimento aos jogadores em nome da cidade. Em seguida, as senhorinhas Hortencia Aboud e Eunice Almeida novamente entregaram buquês à embaixada dos jogadores. À noite, o “Ideal Cinema” entrou no circuito das comemorações com uma sessão de filme para os membros da delegação, representada por dirigentes e jogadores que fizeram parte do “selecionado” de Itabuna³⁴.

Teve espaço na festa um “chá dançante” oferecido pelo intendente José Kruschewsky. O “salão nobre” da Intendência foi reservado apenas a um público bastante seletivo: “Gentis cavalheiros, excelentíssimas senhoras e alegres senhorinhas”³⁵ encarregaram-se de “dá um tom distinto e elegante”³⁶ a essa parte do evento. “Ao som de piano e da filarmônica prolongaram-se as danças até a madrugada”³⁷. Pela manhã, o presidente do “Departamento Desportivo Itabunense”, Gileno Amado, teve o cuidado de enviar um telegrama de agradecimento ao chefe da “Embaixada Esportiva de Ilhéus” pela entusiasta recepção aos membros da “Delegação Itabunense” quando desceram no porto daquela cidade. Amado saudou a embaixada ilheense “em nome do povo de Itabuna”³⁸.

O “clube esportivo itabunense” havia ficado entre as primeiras posições no campeonato estadual e as comemorações em torno da sua campanha significaram um momento importante de afirmação do grupo ligado ao deputado Gileno Amado na arena política da cidade. As frações políticas provenientes dos grupos que formavam as elites locais

³³ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 16 de agosto de 1923, Ano IV. N. 165, pp. 1-2.

³⁴ Idem, **Ibidem**.

³⁵ Idem, **Ibidem**.

³⁶ Idem, **Ibidem**.

³⁷ Idem, **Ibidem**.

³⁸ Idem, **Ibidem**.

aproveitavam as comemorações cívicas, as festas privadas e os eventos públicos para assegurarem prestígio frente à sociedade. A partir dos anos 1920, o circuito de festas e sociabilidades foi ampliado graças ao interesse das elites em se fazerem mais presentes e atuantes na cena pública. Nesse momento, a classe política dirigente de Itabuna estava se acomodando em certas posições, conformando facções políticas nas disputas internas pelos cargos institucionais de mando, especialmente na Intendência e no Conselho Municipal. Essas disputas acabaram influenciando em determinados aspectos da convivência social entre os próprios membros das elites e, entre eles, os setores subalternizados.

Nas décadas seguintes, 1930 e 1940, ocorreram mudanças nos arranjos políticos da cidade. Em virtude dos vínculos dos políticos locais com as correntes partidárias hegemônicas estaduais e nacionais, a sociedade itabunense acompanhou as alterações promovidas na configuração sócio-política regional. A redução do prestígio de antigos coronéis da cena política colaborou para solidificar as novas redes de poder, marcadas a partir dali por projetos de dominação ainda bastante autoritários, mas, dessa vez, revestidos pelos valores de uma cultura política considerada “moderna” e compatível com os valores “progressistas”³⁹.

As elites assentadas nos cargos de mando da política institucional passaram a se preocupar com a representação social que vinham alicerçando. Para tanto, ao passo que revestiram suas ações de um caráter de comprometimento social, ajudavam a reforçar imagens idealizadas de si mesmas. A participação de parte considerável das autoridades políticas nas festas do “clube esportivo itabunense” dá mostras de como o envolvimento da classe dominante com a cidade e com suas questões sociais se fez de uma forma mais intensa a partir dos anos 1920. Esse tipo de evento garantia a exibição pública e o aparente compromisso da camada abastada com o restante da sociedade.

Desde sua formação se desenvolveu entre as classes proprietárias de Itabuna uma ânsia em serem percebidas como “diferenciadas”. Isso motivou a construção de projetos de afirmação de uma classe que supostamente irradiava o *ethos* do conjunto social – um segmento que se pretendeu superior por seu desempenho político, econômico e cultural. A identificação como “elites” lhes permitiu repousar em um lugar social privilegiado. Mas de onde vinham? Como se formaram? Como agiram as elites de Itabuna em defesa de seus interesses, posição e prestígio? E que papéis cumpriram as mulheres para solidificar o *status* e o poder desse segmento?

³⁹ Ver: CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Uma cidade em disputa...** Op. Cit., pp. 35-40.

O processo de formação das elites de Itabuna se deu com o enriquecimento dos setores médios provenientes de outras regiões e estados, em especial de Sergipe⁴⁰, a partir da produção e comercialização do cacau⁴¹ e da sua ascensão aos postos de mando da política institucional. Formadas por proprietários de terras, profissionais liberais, entre advogados, médicos, engenheiros e por políticos, muitos dos quais também ricos proprietários e ocupantes de cargos públicos de prestígio, essas “elites” tiveram que atestar sua “diferenciação social” por meio de atributos de destaque que lhes permitissem assegurar sua posição dominante⁴².

Embora nos primórdios de sua formação social tenham se inspirado nos hábitos das aristocracias de Ilhéus, as elites de Itabuna se viram envoltas em uma conjuntura cuja valorização de novos costumes, considerados modernos e progressistas, se tornou cada vez mais forte. Não obstante, muitos de seus membros não provinham das tradicionais famílias oligárquicas ilheenses⁴³. Fato que implicou na tentativa de demarcação do seu próprio espaço de atuação social. A ocupação do espaço citadino, que ganhou, a partir da década de 1920, uma feição um pouco mais urbana⁴⁴, trouxe à tona a instalação de códigos de diferenciação e convivência social por parte das elites.

Como se observa no relato da festa para o clube futebolístico, a cidade passou a ser o palco onde a exclusividade das elites conviveu com a exclusão de pobres e subalternos. Por outro lado, as pedagogias de organização das relações sociais também ajudaram a distinguir os papéis assumidos por homens e mulheres das classes abastadas. Orientados por uma visão de mundo concebida a partir de critérios culturais inspirados nos modos de vida dos centros urbanos mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro e Salvador, os membros das classes dominantes de Itabuna empreenderam programas de ajustes aos padrões de civilidade,

⁴⁰ Ver “Migração de sergipanos para Itabuna” em: GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **O Jequitibá da Taboca: Ensaio histórico de Itabuna**. Itabuna: 1960, p. 123.

⁴¹ RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, Poder e Mito... Op. Cit.**, pp. 141-155.

⁴² Segundo o historiador inglês Peter Burke, são três os critérios para classificar uma família ou grupo como elite: poder, riqueza e status. Burke, Peter. Apud. VAZ, Maria Luíza. *Mulheres de elite: conciliação e resistência*. In: **Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas**. (Org.) Heloísa Buarque de Holanda e Maria Helena Rolim Capelato. São Paulo: Edusp, Expressão e Cultura, 1999, p. 200.

⁴³ Segundo Mary Ann Mahony, as “elites tradicionais” eram formadas por ricas famílias ilheenses, cuja origem remontava o período colonial. Essas famílias se recusavam em tratar os “novos ricos” como “iguais” ou “ilustres”. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação heroica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: **Caderno de Ciências Humanas – Especiaria**. v. 10, n. 18, jul.-dez. 2007, pp. 744-748.

⁴⁴ Foi implementada pelo poder público durante as décadas de 1920 e 1930 uma série de medidas de melhoramento urbano, como abertura e calçamento de ruas, alargamento de avenidas, construção de pontes. Ver: CEDOC/UESC. **Jornal A Época** 18 de dezembro de 1920. Ano IV. N. 17, p. 1.

mesclando ação e representação através de um conjunto de medidas de interferência pública, que garantissem a ostentação dos seus valores.

Para marcar concretamente a distância, os privilégios e as hierarquias, as elites acabaram criando estratégias de distinção e de identidade de classe⁴⁵. Os festejos públicos, por exemplo, eram divididos em diferentes momentos de celebração. Um deles, realizado na rua, junto às parcelas empobrecidas da cidade; e o outro, promovido para um grupo mais restrito, composto por membros da classe proprietária. Nos ambientes reservados à “alta sociedade” não havia espaço para comportamentos e hábitos considerados inadequados, distantes do padrão de civilidade buscado e cultivado entre eles. Isso explica o fato de o povo não ter sido convidado a participar do chá dançante dentro do salão nobre da Intendência em 1923.

Futebol, música e festas: lazer e sociabilidade feminina em Itabuna

Desde as primeiras décadas do século XX, o lazer público também se traduzia em evento político. O futebol agregava membros de todas as classes⁴⁶. Ricos e pobres se interessavam por essa modalidade esportiva que possuía um caráter de lazer e de sociabilidade⁴⁷. Mas, no futebol como em outras ocasiões festivas e de encontro social, cada grupo social tinha seu espaço demarcado. O lugar dos subalternizados era a rua⁴⁸. Isso não significou que os ricos não investiram em táticas de convencimento sobre seus projetos de controle social. Conforme analisaremos no decorrer desse capítulo, as “elites” de Itabuna se incumbiram de aplicar sobre a cidade e os pobres um receituário de medidas políticas que variavam entre autoritarismo e assistencialismo, num jogo paternalista⁴⁹ derivado das relações de dominação anteriores à República⁵⁰. As ações públicas das mulheres de elite foram fundamentais para a concretização desses projetos políticos.

⁴⁵ SCHPUN, Mônica Raísa. **Beleza em Jogo**. Cultura Física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 19.

⁴⁶ Em lugar de moleques jogando nas ruas, “perturbando a ordem”, as elites e autoridades políticas realizavam torneios pebolistas, em que o cumprimento das regras esportivas e de convivência social deveriam ser cumpridas. Esses “projetos normatizadores” parecem não ter tido tanta eficácia já que não conseguiram tirar das ruas, homens e moleques, que usavam o esporte para a diversão. Ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 315.

⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. Futebol, Metrôpoles e Desatinos. In: **Revista USP: Dossiê Futebol**. n. 22, 1994, p. 35.

⁴⁸ Os jornais chamam atenção das autoridades para a frequência dos “maus elementos” da sociedade. Porta vozes das elites, os periódicos faziam exigência aos poderes públicos e às autoridades policiais contra os que consideravam como “desordeiros”. CEDOC/UESC. **Jornal A Época**. 8 de maio de 1926. Ano XI. N. 66, p. 2.

⁴⁹ Para entender o “jogo paternalista” praticado na relação entre elite e subalternos, chamado por E. P. Thompson de “modo de dominação da gentry”, ver: THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos... Op. Cit.** pp. 222-224.

⁵⁰ Sidney Chalhoub explica que, no contexto do surgimento do regime republicano com suas implicações sociais, econômicas e culturais, as classes dominantes tiveram que valorar positivamente as novas relações de trabalho.

Em meio à aplicação das fórmulas de refinamento cultural e de controle social apareciam as mulheres ricas para garantir as prerrogativas de uma classe que ao mesmo tempo se dedicou em manter os “bons costumes” e se inseriu dentro das exigências da “vida urbana e moderna”⁵¹. A distinção de classe se refletiu nas formas como essas mulheres se apresentaram publicamente. Senhoras e senhorinhas, pertencentes aos segmentos privilegiados, foram consideradas símbolos da altivez e diferenciação das classes abastadas. Suas falas e posturas, suas roupas e expressões serviram de ostentação para suas famílias.

Os olhares da sociedade estavam mais fortemente direcionados para suas ações⁵². Apesar dessa “vigilância”, sua participação na preparação e realização de várias etapas da comemoração cívico esportiva demonstra que, a partir dos anos 1920, as mulheres de elite passaram a se interessar cada vez mais por diferentes formas de aparição pública e sociabilidade. A formação dos comitês femininos para apoiar clubes de futebol atesta que sua frequência no espaço público passou a ser mais comum e mais dinâmica⁵³.

A participação delas no meio social variou entre assumir integralmente as funções consideradas nas primeiras décadas do século XX representativas de “mulher” – como esposas, mães e filantropas – ao envolvimento com esferas antes marcadas quase que exclusivamente pela presença masculina, como a política institucional e a atividade intelectual. Muitas mulheres associadas ao primeiro perfil fizeram usos dessas imagens em favor de espaço e visibilidade pública. As “enquadradas” entre as que alcançaram outros campos de atuação também não romperam, necessariamente, com o estereótipo anterior. É preciso ressaltar que, escapar à invisibilidade atuando no terreno social, evidenciou “mudanças consideráveis no modo de produção das subjetividades femininas”⁵⁴. Ademais, suas experiências de intervenção social também foram atravessadas por alterações nos padrões de sociabilidades. A reclusão no lar foi sendo substituída pela interferência cada vez maior e mais constante dessas mulheres na dinâmica social.

Segundo ele, houve uma articulação entre o conceito de trabalho com os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido de constituírem uma ordem social burguesa. CALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 48.

⁵¹ SCHPUN, Mônica Raísa. **Op. Cit.**, p. 20.

⁵² PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas...** **Op. Cit.**, p. 62.

⁵³ Sobre a saída mais frequente de mulheres ricas ao ambiente público e as polêmicas geradas em torno de suas ações, ver: MALUF, Marina. e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: **História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. (org.) Nicolau Sevcenko. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 368-369.

⁵⁴ RAGO, Elisabeth J. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 161.

Além dos clubes de futebol, das filarmônicas, das obras benemerentes da Igreja Católica, a política institucional também dependia do trabalho dessas mulheres. Uma leva considerável delas se encarregou de por em prática, através do assistencialismo, as políticas de controle social. As senhorinhas Maria Maron, Hortencia Aboud, Idalina Silva e Amanda Pires não foram as únicas engajadas com trabalhos sociais e assistenciais. Dois anos antes da participação dessas jovens nas festas do “selecionado itabunense”, os clubes de futebol já contavam com o apoio das “organizadoras dos comitês femininos”. Maria Pereira Alves, presidente do Grêmio das Adeptas do Rio Branco, foi umas das incentivadoras da inserção feminina nas atividades socioculturais da cidade⁵⁵. Na ocasião, década de 1920, os campos de futebol passaram a ser bastante frequentados por moças e senhoras dos segmentos privilegiados.

Em julho de 1921, Maria Pereira Alves recebeu uma sessão de oferta do estandarte do “clube auriverde” Rio Branco. A solenidade aconteceu em sua casa, com a presença de entidades associativas da cidade: a Sociedade Monte Pio dos Artistas, a Associação Comercial e o Comitê Feminino do Ypiranga. Essas festas surgiam nos momentos em que o fluxo de eventos comemorativos era mais baixo. Não parecia haver outras formas de recreação e sociabilidade. O Grêmio das Adeptas do Rio Branco dirigido pela senhora Blandina Alves não se restringiu à solenidade doméstica, as moças foram ao campo de futebol do Sport Club Rio Branco para acompanhar a partida e colaborar com a arrecadação financeira. Maria Pereira Alves, Corina Oliveira, Maria de Lourdes Amarante, Laura Pedreira e outras moças vendiam doces e flores em barracas montadas à margem do campo para arrecadar fundos ao clube⁵⁶.

O Comitê Feminino Ypiranga, outro clube da cidade, não ficou alheio ao ritmo de cerimônias e festividades. As senhoras e moças pertencentes a essa agremiação também realizavam atividades financeiras entre um jogo e outro. A rede de sociabilidades criada a partir dos eventos lúdico-esportivos favoreceu o intercâmbio maior entre elas e sua inclusão na cena urbana. A reclusão no lar não foi a opção mais comum entre as mulheres ricas da cidade. O *Jornal de Itabuna* registrou que a festa de posse da nova diretoria do Sport Club Ypiranga e do seu Comitê Feminino foi “muito elegante, abrilhantada pelo que Itabuna tinha de mais distinto no elemento feminino”⁵⁷. Apesar da evidente delimitação de papéis de gênero que restringiam os comportamentos femininos, as mulheres passaram a atuar de maneira diversificada na cena urbana.

⁵⁵ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 7 de agosto de 1921. Ano XV, p. 2.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

As apoiadoras dos clubes de futebol também eram integrantes de “cordões” carnavalescos. As festas de carnaval e “mi-carême”⁵⁸ correspondiam a um circuito de lazer público e coletivo através do qual as mulheres ricas, em especial, as jovens, buscavam interagir nas ruas. As festas carnavalescas ajudaram na exibição pública das elites, ao tempo em que se constituíram como um importante momento de ludicidade e lazer para esse seguimento. A participação nos “cordões” permitia um trânsito mais livre pelas ruas, embora as moças tivessem que se apresentar de uma maneira “comportada”, fugindo de uma exposição vergonhosa para elas e para os pais. Os valores da decência, da moral e da família não poderiam ser abandonados, ao menos, por essas mulheres.

Antes de poderem realizar festas privadas no interior dos clubes sociais, elites e poder público tentaram gerenciar os festejos de rua. “Ao que sabemos, diversos cordões já estão em preparativos, obedecendo a mais rigorosa ordem e estão a cargos de pessoas distintas do nosso meio social”⁵⁹, informou o *Jornal de Itabuna* na matéria “Festejos ao Deus Momo” em fevereiro de 1923. Na visão das elites, os “cordões” deveriam corresponder a um padrão de civilidade que “dignificassem as famílias”. Os jornais traziam os nomes dos “cordões”, seus organizadores, os horários de ensaios e a programação da festa. Já se nota uma resistência das famílias ricas ao carnaval popular, realizado nas ruas ao lado dos blocos e cordões de pretos e pobres.

O carnaval estava longe de ser uma festa que integrava as classes sociais. O advogado J. Evangelista de Oliveira organizou um baile à fantasia exclusivo para membros das elites no carnaval de 1923, festa que se realizou no salão municipal, cedido pelo intendente José Kuschewsky⁶⁰. A iniciativa esboçou a primeira investida dos segmentos privilegiados em se afastarem de eventos de rua, onde a influência das paixões, das algazarras e dos excessos não poderia ser completamente controlada⁶¹. E onde a possibilidade de contato com as camadas empobrecidas era bem maior.

Na ausência de um espaço próprio onde pudessem se afastar das massas, as elites usavam os “cordões” para balizar o lugar que cada grupo ocuparia nas ruas⁶². E o seu, era o

⁵⁸ O Mi-carême era uma festa popular ocorrida num período posterior ao carnaval. No ano de 1923 aconteceu no mês de abril. CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 12 de abril de 1923. Ano XV, p. 1.

⁵⁹ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 1 de fevereiro 1923. Ano XV, p. 1.

⁶⁰ Idem. *Ibidem*.

⁶¹ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *Op. Cit.*, p. 379.

⁶² O *Jornal de Itabuna* trouxe destaque do bloco “Africanos” afirmando que “os pretos esse ano se apresentaram melhor do que no ano passado”. Concluímos que havia uma divisão imposta pelas elites a fim de segregar os segmentos empobrecidos. Os setores subalternizados criavam suas táticas de inserção na ordem pública. O jornal ainda destacou: “no bloco dos africanos, os seus sambas convidavam a se fazer uma perninha no meio d’aqueles folgasões”. CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 15 de fevereiro 1923. Ano XV, p. 2.

lugar de destaque⁶³. O bloco “Almofadinhas e Melindrosas” organizado pelas senhorinhas Zilda Alves dos Santos, Dejanira Brait e Agda Borges, reuniu rapazes e moças da “fina sociedade”⁶⁴. O *Jornal de Itabuna* salientou que diversos rapazes foram à redação do jornal pedir que abrissem “concurso” para o “melhor cordão carnavalesco”. A promoção desses concursos representava uma das maneiras encontradas pelas elites para formarem uma opinião positiva acerca de um modo idealizado de vivenciar a experiência da diversão pública. As vestimentas, a animação e os cânticos dos “cordões” eram submetidos à avaliação “do bom” e “do correto” pela imprensa.

Não há como afirmar que moças e rapazes das elites cumprissem todas as regras morais e os preceitos de um comportamento idealizado como civilizado. O que as fontes permitem observar é que o empenho dessas jovens evidencia certo desejo de “exposição” envolvido à vontade da interação social. Durante a preparação das festas carnavalescas, as moças puderam planejar e executar suas práticas recreativas mais livremente, ainda que tivessem que se manter ajustadas aos códigos de convivência social que determinavam as posturas moralmente adequadas. Cantada em forma de “tango”, a canção carnavalesca do cordão “Almofadinhas e Melindrosas” de 1923, traduz o painel de imagens idealizadas pelas elites sobre sua presença nas festas de rua, em especial, sobre o conceito de feminilidade concebido pelas moças ricas:

Almofadinhas e Melindrosas
 Já viram flores mimosas... Pela manhã orvalhada?
 Assim são as melindrosas... Por todos tão estimadas.
 Nosso cordão é primoroso, mui folião.
 Mais que prima afinal... Nesta festa ideal.
 Já viram em algum jardim... Muitas flores perfumosas?
 Almofadinhas são assim... Ao lado das melindrosas.
 Já viram mesmo sonhando... Deuses da graça e da alegria?
 São como nós dedicando... Mais vida nesta folia⁶⁵.

No carnaval de 1923, a participação feminina não se encerrou com as apresentações do bloco feminino das “Melindrosas”. O *Jornal de Itabuna* destacou que toda a festa foi organizada pela primeira dama, Julia Kruschewsky. Em um contexto no qual ainda era

⁶³ Rosa Maria Barboza de Araújo lembra que havia um discurso entre as elites sobre a decência do carnaval. Segundo a historiadora, as elites do Rio de Janeiro no início do século XX defendiam que as festas carnavalescas deveriam “atrair as mulheres honestas” e que “as famílias tem o direito de usufruir da alegria da festa na rua e nos espaços privados”. Os relatos dos jornais no levam a acreditar que as elites de Itabuna dos anos 1920 tinham a mesma postura. Ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **Op. Cit.**, p. 382.

⁶⁴ Os jornais fazem referência aos membros das elites intitulando-os de “fina sociedade” ou “alta sociedade”. Ver: CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 20 de dezembro de 1923. Ano XV, p. 1.

⁶⁵ Idem. **Ibidem**, p. 1.

efêmera a ênfase dada à ação social das primeiras damas no país⁶⁶, Julia Kruschewsky pode ter representado um exemplo e uma motivação para as mulheres de sua classe. Além de promover os eventos públicos e reuniões privadas, ela foi membro integrante da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, fundadora da Associação das Senhoras de Caridade, sócia benfeitora da Sociedade Montepio dos Artistas e membro das Adeptas da Euterpe Itabunense, entidade protetora da filarmônica Euterpe Itabunense⁶⁷. Sua relação com a cidade, marcada pela atuação junto às entidades associativas e beneméritas, concede uma noção do engajamento das mulheres de elite com a esfera pública.



Figura 1 - Júlia da Silva Kruschewsky

A relação mais intensa dessas mulheres com o ambiente citadino pode ser explicada, em parte, pelas transformações que vinham ocorrendo na paisagem urbana, desde a década de 1920 e intensificadas nos anos 1930, na gestão do prefeito Claudionor Alpoim⁶⁸. Essas mudanças eram resultado da implementação dos projetos políticos das elites locais, que entendiam ser necessário transformar a cidade em um dos símbolos mais significativos da “identidade grapiúna”⁶⁹. Uma espécie de referência da proeminência dos grupos que haviam ascendido social e politicamente⁷⁰. Segundo Pierre Bourdieu, as imagens mentais construídas sobre um grupo, um lugar, estabelecem sentidos, criam consensos, forjam identidades e

⁶⁶ SIMILI, Ivana G. **Mulher e Política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008, pp. 26-28.

⁶⁷ MENEZES, Moacir Garcia. **Recordações Históricas de Itabuna**. Itabuna: Via Litterarum, 2005, p. 58.

⁶⁸ Para saber mais ver: CARVALHO, Philipe Murillo de. A construção de Itabuna: ideias de urbanidade e de civilidade na Região Cacaueira (1910-1930). In: **Cadernos do CEDOC**. O rural e o urbano: cidades em construção. Ilhéus: Editus, 2007.

⁶⁹ Para Pierre Bourdieu, qualquer realidade deve ser vista como parte do “jogo das manipulações simbólicas expressas por meio das manifestações sociais”. A “identidade grapiúna” foi um recurso cultural utilizado pelas elites para passar uma noção de unidade à sociedade. Ver: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 112-117.

⁷⁰ Stuart Hall afirma que as representações geradas no processo de construção do sentimento de identidade são alimentadas por narrativas que reforçam símbolos, representações e rituais, ajudando a manter e consolidar essa mesma identidade constituída. Esses elementos foram explorados pelas elites que se formaram em Itabuna. Ver: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pp. 49-53.

unidades de grupo⁷¹. As práticas discursivas estabeleceram a “cidade” como o cenário ideal do “progresso”. As suas marcas deveriam se expressar tanto na morfologia urbana, quanto na evolução dos costumes. A participação mais efetiva das mulheres ricas no meio social era um dos reflexos do quadro geral de mudanças culturais que alcançaram a sociedade itabunense.

O espelho da sociedade eram as elites. Portanto, o que fosse associado às suas práticas e costumes representavam o novo e o moderno. O canal para fazer ecoar as representações e as práticas das elites era a imprensa. As viagens à capital do estado foram constantemente registradas nos jornais⁷². As matérias sugeriam o entendimento de que as idas e vindas de fazendeiros, comerciantes e políticos a Salvador, Rio de Janeiro e outras capitais significava a adequação da “alta sociedade” aos padrões mais “civilizados” de comportamento e atuação social. As matérias serviram para “orientar” hábitos, incentivar consumos, definir “os lugares” das elites⁷³.

O Dr. José Soriano Neto foi destaque da imprensa em diversas oportunidades. Sua formação acadêmica, bacharel em Direito, e as viagens que fazia a Salvador e Recife, rendiam-lhe respeito e elogios: “primoroso espírito de intelectual, pela robustez de sua inteligência realça entre as figuras maiores de nossas letras jurídico-literárias”⁷⁴. A valorização dos “títulos” expõe uma das facetas assumidas pelas elites para se sintonizarem com os símbolos de avanço, civilidade e progresso⁷⁵. Os títulos representavam aquilo de que poderiam se “orgulhar” para além das propriedades.

A imagem do homem “rústico”, “grosseiro” e sem formação foi alvo de críticas e desdém por parte do setor “intelectualizado” das elites. Não combinava com a imagem de uma “cidade progressista” prezada por parte das classes dominantes. Referindo-se ao rival político – o coronel Henrique Alves dos Reis – o advogado e deputado federal Gileno Amado, dizia: “orgulhoso até o ridículo, prepotente, autoritário como um tirano, mentalidade característica de inspetor de quarteirão, incapaz pela ignorância maciça e impenetrável, pela

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. **Op. Cit.**, p. 118.

⁷² O *Jornal de Itabuna* registrou as viagens de maior parte dos que se dirigiam à capital para tratar de assuntos comerciais, políticos ou culturais. CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 1 de fevereiro de 1923. Ano XV. n. Avulso, p. 1.

⁷³ De acordo com Joana Maria Pedro os jornais serviram para anunciar os modelos de civilidade e gosto. Modelos comuns nas capitais, em especial, no Rio de Janeiro. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas... Op. Cit.**, pp. 56-58.

⁷⁴ O *A Época* descreve e exalta a participação do advogado J. Soriano Neto em concurso público para Livre Docência na Faculdade de Direito de Recife. CEDOC/UESC. **Jornal A Época**. 19 de dezembro de 1925. Ano VIII. n. 57, p. 1.

⁷⁵ Segundo Nobert Elias, a ideia de “civilização” “consistiu naquilo que as sociedades procuraram descrever como o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha”. Ver: ELIAS, Nobert. **O processo civilizador... Op. Cit.**, pp. 23-26.

inópia intelectual”⁷⁶. Gileno Amado relacionava o coronel Henrique Alves a um passado de ignorância e violência ao qual a cidade e o povo de Itabuna não poderiam mais ser associados. Os títulos acadêmicos tornaram-se um dos critérios de destaque e diferenciação para as elites⁷⁷.

A referência aos títulos conferia condição de destaque aos seus detentores. A maioria das famílias ricas desejou ter seus filhos formados nas escolas e faculdades da capital. Os títulos acadêmicos concediam uma espécie de legitimidade social e política. Os “doutores” eram tidos como sinônimos do avanço e do progresso. Suas ideias eram mais respeitadas, porque se revestiam de cientificidade e objetividade. Entre os anos 1920 e 1940, Itabuna teve como intendentes e prefeitos, dois advogados, dois engenheiros, um médico, um juiz e um promotor⁷⁸. Não nessa ordem. Mas, há uma evidência clara que a formação cultural foi um dos elementos de reconhecimento e prestígio das elites, canalizada, inclusive, para as disputas políticas.

Como a maioria das cidades brasileiras da década de 1920, Itabuna possuía um elevado número de analfabetos. Com uma população total girando em torno de 41980 habitantes, apenas 9545 pessoas sabiam ler e escrever. Cerca de 71% dos habitantes eram analfabetos⁷⁹. Dessa forma, é possível compreender como muitos dos que possuíam formação e títulos puderam de forma tranquila e segura se colocar sempre acima e à frente da sociedade. O espaço da formação acadêmica, da intelectualidade e das letras foi associado às elites, notadamente, aos homens. Entre as profissões liberais, muitas das quais exigiam formação superior, como médicos e advogados, o número de homens foi bem maior que o de mulheres. Eram 86 homens e 31 mulheres, a maioria, professoras⁸⁰. Enquanto que, nos serviços chamados “domésticos” o censo de 1920 registrou mais que o dobro de mulheres comparado à presença masculina. Eram 241 mulheres e 109 homens⁸¹. Os dados apontam uma realidade bastante óbvia para a época, as poucas mulheres inseridas entre as profissões de prestígio

⁷⁶ CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 29 de janeiro de 1927. Ano X. n. 92, p. 1.

⁷⁷ LOVE, Joseph L. *Elites Regionais*. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites... Op. Cit.*, pp. 77-79.

⁷⁸ Foram intendentes e prefeitos de Itabuna: nos anos 1920; os advogados Gileno Amado e Laudelino Lórens e o engenheiro Benjamim de Andrade; nos anos 1930 o médico Claudionor Alpoim e o engenheiro Francisco Ferreira, que se manteve no cargo até 1945; e no restante dos anos 1940, o Juiz De Souza Dantas e o promotor Lauro de Azevedo.

⁷⁹ IBGE/Brasil. *Recenseamento Geral do Brasil*. Realizado em 1 de setembro de 1920. (População). Volume 4. Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1930.

⁸⁰ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na Sala de Aula*. In: *História das Mulheres no Brasil... Op. Cit.*, p. 448.

⁸¹ IBGE/Brasil. *Op. Cit.*, 1930.

pertenciam aos segmentos dominantes. Os gastos com os colégios internos e com a manutenção das moças na capital eram bastante elevados⁸².

Observa-se o caso da senhorinha Alice Santana, recém-formada farmacêutica pela Faculdade de Medicina da Bahia, que ao regressar da capital foi festivamente recebida pelos pais Arthur Nilo Santana e Josepha Rodrigues Santana. Eles ofereceram um almoço em sua homenagem para “as pessoas de suas relações e amizade”⁸³. A “exposição” era uma forma de se fazer enxergar por todos e de requerer o reconhecimento dos pares. O feito por si só já era representativo, realizado por uma moça tornava-o ainda mais destacado. No mesmo dia à noite, a família Santana ofereceu uma “elegante recepção, à qual compareceram muitas famílias e cavalheiros do escol da sociedade, havendo danças que se prolongaram até tarde”⁸⁴. A descrição feita pelo *Jornal de Itabuna* ressalta o ineditismo da formação superior para uma moça da sociedade local, ao tempo em que destaca qualificações da família e dos convidados que transmitem uma noção de requinte, fineza e superioridade.

Segundo Joana Maria Pedro, “as elites encontravam nos jornais, formas de expansão de suas aspirações, expondo modelos idealizados para a sociedade”⁸⁵. O jornal salienta que os convivas saíram da festa da família Santana satisfeitos com os “obséquios e finezas de que foram incansáveis distribuidores o anfitrião e sua virtuosa esposa”⁸⁶. Em ocasiões como estas, os códigos de classe e gênero eram acionados. A pompa e a elegância deveriam imperar entre todos no ambiente, especialmente entre as mulheres, principal alvo da pedagogia de fixação de comportamentos ideais.

A descrição feita sobre a festa demonstra que, de alguma maneira, a vida social das elites ganhou nova configuração. A recusa de uma “condição rural” fez que os grupos economicamente dominantes buscassem se espelhar na dinâmica dos centros urbanos. As noites ganharam animação. Clubes de sociabilidades, que funcionavam muito mais para reuniões de lazer dos ricos começaram a surgir: “Foi uma festa encantadora, a ela compareceu a alta sociedade itabunense. A *soirée* dançante animada ao som de valsa se prolongou até alta

⁸² O hábito mais comum entre os membros da elite regional era mandar os filhos para estudarem e se formarem na capital. Patrícia Sena salienta que as despesas com internato e materiais de estudos dos colégios religiosos para moças eram relativamente altas. Ver: SENA, Patrícia Mota. **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2005, p. 86.

⁸³ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 18 de janeiro de 1923. Ano III. n. 134, p. 1.

⁸⁴ Idem. **Ibidem**.

⁸⁵ Joana Maria Pedro afirma que a imprensa prescrevia a forma de ser “distinto” e “civilizado”. PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 50.

⁸⁶ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 18 de janeiro de 1923. Ano III. n. 134, p. 1.

madrugada”⁸⁷ destacou o *Jornal de Itabuna* em um anúncio sobre a festa de inauguração do “Club dos 30”, em 15 de novembro de 1923. Uma profusão de festas, inaugurações, comemorações de chegadas e despedidas fez parte do circuito cultural das elites à época.

Na *soirée* do Club dos 30 encontraram-se as senhoras: “Gileno Amado, Brim de Araújo, Cordeiro de Miranda, Elysio Araújo” e senhorinhas – “Anatalia e Alyde Mendes da Silva, Izaltina Almeida, Adelia Kauark, Haydée Pinto de Almeida, Berenice Pereira, Lygia Cordeiro, Alice Santana, Blandina Pereira Alves e tantas outras”. Chama atenção não só o fato de serem identificadas pelos nomes dos maridos, mas por sua presença massiva entres os participantes da festa. Segundo Márcia Barreiros Leite, durante a Primeira República, as mulheres burguesas foram protagonistas das mudanças de hábitos na cidade. Embora a “aparição feminina ainda estivesse condicionada a uma série de requisitos”⁸⁸, a maior parte das mulheres abastadas buscaram romper as barreiras da reclusão doméstica e misturaram suas subjetividades à dinâmica da vida social – de tantas quantas maneiras fosse possível, conforme analisaremos adiante.

Mas, o esforço em se mostrar superior representou um esforço de todos os membros das elites. A adequação aos novos “modos” alcançou a muitos. Homens e mulheres das classes abastadas tiveram que manter a pompa. O jornal *A Época*, de julho de 1926, trouxe na capa uma matéria intitulada “Uma festa elegante”, em que o colunista descreveu o requinte de ambiente e de comportamento das elites durante a festa de aniversário do promotor Reynaldo Sepúlveda da Cunha,

Os salões da residencia do distincto aniversariante regorgitaram da mais fina flor da familia itabunense. Tudo o que Itabuna possui de representativo e brilhante na sua sociedade accorreu, com entusiasmo, a saudar o jovem amphitryão que, nesse dia, experimentando o elevado conceito em que é tido, poude, de sua parte, retribuir as gentilezas recebidas com o fidalgo e pomposo acolhimento que, realçando a sua linha de cavalheirismo e a fina distincção e esmerada polidez de sua exma. esposa e demais pêssoas de sua digna familia, tanto captivou aos seus cordeaes convivas. Desde a ornamentação do salão principal até a organização da artistica mesa de doces se ostentava a graça evocadora das poupées à Pompadour (...)⁸⁹.

A referência às expressões francesas foi bastante requisitada. Denotava “elegância” e a sensação de uma ligação com um dos símbolos da “vida moderna”, a França. Um afinamento com o que era considerado *chic*. O fato de pertencerem aos grupos dos economicamente privilegiados facilitava para homens e mulheres o acesso à educação, bem como o contato

⁸⁷ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 22 de novembro de 1923. Ano XV. n. Avulso, p. 1.

⁸⁸ LEITE, Márcia Maria da Silva B. Socialização Feminina: cultura e lazer da mulher de elite em Salvador na primeira República. In: *Metamorfoses: Gênero na perspectiva interdisciplinar*. (Org.) Elizete Passos, Ívia Alves, Márcia Macedo. Salvador: UFBA/NEIM, 1998, p. 175.

⁸⁹ CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 10 de julho de 1926. n. 71. p. 1.

mais próximo com as novas sociabilidades oferecidas pelo mundo burguês. O ajustamento aos hábitos “refinados” e a reprodução de comportamentos “bem-educados” acabaram gerando mudanças no cotidiano dessas pessoas. Nem mesmo a “casa” escapou a essas transformações. Conforme cita a matéria do *A Época*, a residência do promotor Reynaldo Sepúlveda serviu de palco para “encenação” de anfitriões e convidados, além de ter sido “esquadrinhada” pela imprensa. Era preciso que tudo estivesse “em ordem”, pessoas e objetos. Por outro lado, se nota que o “lar” deixou de ser uma referência ao “recôndito mundo feminino” reservado à execução das tarefas domésticas. Nele passaram a promover reuniões políticas, eventos íntimos e solenidades. As elites abriram as portas de seus “palacetes” ao refinamento e “bom gosto” dos seus pares⁹⁰.

A “casa” ganhou uma nova significação. O espaço da vida íntima das famílias se tornou um ambiente de sociabilidades. Em Itabuna, até os anos 1940⁹¹, foi comum ocorrerem festas no interior das residências em decorrência da ausência de espaços específicos de lazer e sociabilidade exclusivos das elites. No entanto, as festas privadas deram oportunidades das famílias ricas se “mostrarem”.

Nessas ocasiões, puderam se abrir a uma espécie de “apreciação pública”. A família e, em especial, a mulher, se submetiam ao julgamento dos outros membros de sua classe⁹². As mulheres eram a “marca” da distinção cultural e, como tal, sua conduta era constantemente avaliada, desde as vestimentas até a disposição de móveis de suas casas, a qualidade das louças, o modelo da prataria, a relação com os filhos e com os empregados. Tudo estava sob julgamento. Quanto mais finas, educadas, comedidas nos tratos, mais poderiam representar *status* familiar e capital simbólico para seus maridos⁹³.

O “almoço íntimo” realizado em comemoração ao aniversário do médico Antônio Cordeiro de Miranda em sua residência foi considerado uma festa modelar, graças a “completa cordialidade num ambiente de verdadeiro carinho e graça que lhe davam a sua distinta senhora e filha”. A comemoração ocorreu em 26 de abril de 1925, período em que o médico era candidato à intendência municipal. Em momentos como esse, as festas privadas ganhavam um caráter de campanha política. O almoço do Dr. Cordeiro de Miranda reuniu políticos e membros da alta sociedade, partidários de sua candidatura, entre eles, o deputado

⁹⁰ Idem. **Ibidem**.

⁹¹ Um dos clubes sociais mais importantes frequentados pelas elites, o Grapiúna Tênis Clube, só seria inaugurado em 1946. Ver: ANDRADE, José Dantas de. **Documentário Histórico-Ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 1986.

⁹² D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: **História das Mulheres no Brasil... Op. Cit.**, p. 57.

⁹³ Idem. **Ibidem**.

Gileno Amado, que, em uma saudação, enalteceu “as qualidades pessoais” do médico, incluindo sua condição de “exemplar chefe de família”.

Joana Maria Pedro destaca que as mulheres ricas eram muito visadas. Seu comportamento deveria ser inquestionável, “qualquer mau passo ou deslize que as tornassem faladas, poderia prejudicar as pretensões políticas da família”⁹⁴. Segundo informou o *A Época*, ao final das comemorações do aniversário supracitado “todos os convidados retiraram-se com a agradável impressão do trato delicado recebido no seio da família Cordeiro de Miranda”⁹⁵. Maria Ângela D’Incao reforça que “num certo sentido, os homens eram dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio”⁹⁶. O sucesso da família, em se tratando da preservação de seu prestígio, esteve de alguma maneira, subordinado ao comportamento feminino⁹⁷.

Os eventos realizados no ambiente doméstico não só favoreceram arranjos políticos como representaram oportunas chances para as mulheres se tornarem “administradoras da vida pública da família”. Oferecer festas em casa demandava semanas, às vezes, meses de preparação. Se exigia delas muito cuidado e dedicação. Toda a programação era feita com o maior requinte para passar a melhor impressão possível. O chá dançante oferecido por Amélia Tavares Amado, em comemoração ao aniversário do seu esposo Gileno Amado, em janeiro de 1922, reflete o engajamento das senhoras de elite com as festividades domésticas. Para a imprensa, o sucesso das festas era medido pela seleção dos convidados e por um ambiente que denotasse higiene, organização, bom gosto e refinamento. Isso dependia do esmero que cada senhora de elite destinava ao evento extrafamiliar⁹⁸. Segundo relato do *Jornal de Itabuna*, ao chá dançante na casa da família Amado compareceu a “elite da sociedade; distintos cavalheiros e graciosas senhorinhas enchem o salão. Finos doces, licores e gelados foram oferecidos entre a seleta e elegante assistência”⁹⁹. Naquela oportunidade, havia apenas dois anos que Amélia Amado se instalara em Itabuna. Festas e solenidades dentro do lar ajudavam a consolidar a imagem de prestígio e elevado nível cultural de anfitriões e convidados.

A “casa” foi então repartida em domínios aparentemente distintos: o público e o privado. Os “ambientes públicos”, alas frequentadas pelos convidados, estavam no limiar

⁹⁴ PEDRO, Joana Maria. **Op. Cit.**, pp. 56-58.

⁹⁵ CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 9 de maio de 1925. Ano VIII., p. 2.

⁹⁶ D’INCAO, Maria Ângela. **Op. Cit.**, p. 229.

⁹⁷ Segundo Marina Maluf e Maria Lucia Mott, em muitos casos, “o julgamento do comportamento do marido pela sociedade dependia em grande parte do comportamento da mulher”. MALUF, Marina. e MOTT, Maria Lúcia. **Op. Cit.**, p. 382.

⁹⁸ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pp. 275-276.

⁹⁹ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 5 de janeiro de 1922. Ano XV. p. 1.

entre a rua e a intimidade familiar. Intimidade que se expunha teatralmente nos salões e salas de jantar, onde aconteciam os encontros sociais. Entretanto, não era recomendável que sentimentos, individualidades e segredos fossem expostos. No palacete da família Amado houve lugar apenas para cumprimentos do casal aos convidados, discursos previamente preparados que salientavam as qualificações políticas e profissionais do anfitrião e o momento religioso no qual se rezou missa para o aniversariante¹⁰⁰. A convivência pública, mesmo orquestrada no interior do lar, exigiu das elites, em especial, das mulheres, a repressão de certos sentimentos e a exibição de um comportamento recomendável aos papéis de gênero. O que se esperava da mulher é que se apresentasse com um comportamento impecável, restrito à sua condição de esposa e mãe devotada ao lar e à família. A mulher rica era considerada a maior e melhor expressão de “distinção”. Em *A Época*, de junho de 1925, encontram-se entre os destaques da coluna social, a seção “As aniversariantes”,

_ No dia 30, a exma. sra. d. Maria Scher do Amaral, digna esposa do cel. Themistocles Brandão do Amaral;

_ No dia 01 de julho, a exma. sra. d. Laurina Sobral, virtuosa esposa do senhor cel. Francisco Rodrigues Sobral;

_ No dia 02 de julho estará em festas o lar honrado do nosso distinto amigo o senhor cel. José Kruschevsky, pelo aniversário natalício de sua digna esposa a exma. Senhora d. Julia da Silva Kruschevsky, um dos melhores elementos da sociedade de Itabuna¹⁰¹.

Esses atributos do feminino foram constantemente reforçados pela imprensa ao longo da primeira metade do século XX. Rachel Soihet ressalta que coube à mulher burguesa da época ostentar o *status* familiar através de suas roupas e joias¹⁰². Mas, os valores morais que acompanhavam essa classe também influenciavam nas formas como se apresentavam publicamente. Dessa maneira, a religiosidade e a noção de maternidade assumidas plenamente pela maioria dessas mulheres tornaram-se a afirmação do “feminino modelar”¹⁰³. Em março de 1923, a notícia da morte de D. Lucrecia Selma Alves, esposa do comendador José Firmino Alves, foi uma verdadeira ode à “esposa virtuosa e exemplar, mãe carinhosa e dedicada”¹⁰⁴. Na vida e na morte as mulheres de elite eram retratadas como referência de amor altruísta. O imaginário e os jornais lhes reservavam uma imagem macia e disciplinada. O *A Época* de julho de 1925 reforça,

¹⁰⁰ Idem. **Ibidem**.

¹⁰¹ CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 9 de maio de 1925. Ano VIII. p. 2.

¹⁰² SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, pp. 116-117.

¹⁰³ Idem. **Ibidem**.

¹⁰⁴ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 15 de março de 1923. Ano XV. p. 1.

D. Amélia Tavares Amado

(...) Pertencente a uma das famílias mais distintas e importantes deste Estado, a digna aniversariante é incontestavelmente uma figura de excepcional, relevo no nosso meio social, onde brilha e fulgura pelas virtudes peregrinas que lhe realçam o carácter magnífico, pela delicadeza do seu trato e a linha impecável de distinção social que a caracteriza. *Mãe de família exemplaríssima e modelar, coração bondoso, magnânimo e caritativo, formado ao influxo dos princípios e doutrinas da religião catholica*, a que pertence, s. exa. recebera certamente, nesse dia, da sociedade itabunense que lhe tributa sincera sympathy e profunda admiração, as homenagens e manifestações que é merecedora¹⁰⁵. (Grifo nosso)

A família tinha um peso simbólico bastante significativo para as elites. Originárias ou não de alianças políticas e econômicas, representavam o “tesouro” das classes abastadas. No processo de sua afirmação social, nas disputas políticas e na difusão de seus valores, através da imprensa, da Igreja ou do assistencialismo, a família esteve presente como “referência mor” para todas as ações. Entre as elites de Itabuna, os casamentos não se baseavam no antigo modelo de “família extensa contínua” formada a partir das redes endogâmicas comuns em Ilhéus durante um bom período¹⁰⁶. No entanto, também puderam significar uma forma de permanência e consolidação da ordem social vigente¹⁰⁷.

Mulher, casamento e comportamento feminino

Os casamentos estiveram inseridos na lógica da afirmação social e política das classes dominantes. Na obra literária *Terras do Sem Fim*, Jorge Amado destaca o interesse dos homens de poder, enriquecidos pela lavoura de cacau, em se casarem com filhas de comerciantes e fazendeiros da região. Segundo a obra, mulheres cultas, de hábitos refinados eram as preferidas pelos coronéis para o casamento. Jorge Amado salienta:

Muitas histórias contavam do Coronel Horácio. (...) Nessa manhã ele ia entre os cacauzeiros novos que davam seus primeiros frutos. (...) não pensava nem mesmo em *Ester, sua esposa, tão linda e tão jovem, educada pelas freiras da Bahia, filha de Salustiano, comerciante de Ilhéus que a dera encantado de esposa ao coronel*¹⁰⁸. (Grifo nosso)

Coube aos membros das elites regionais firmarem nomes e sobrenomes familiares como códigos de identificação de uma classe privilegiada socialmente. Mesmo entre os que não possuíam origem aristocrática nem títulos acadêmicos, manifestou-se interesse em fazer

¹⁰⁵ CEDOC/UDESC. Jornal *A Época*. 11 de julho de 1925. n. 34, p. 1.

¹⁰⁶ André Luis Rosa Ribeiro afirma que a construção de uma identidade de grupo no século XIX em Ilhéus esteve profundamente direcionada pelas alianças de compadrio que se construíam e se definiam em torno de casamentos entre parentes ou aliados políticos. Esse recurso garantiu, durante quase um século, o domínio político-econômico de uma linhagem familiar identificada por poucos sobrenomes. RIBEIRO, André Luis Rosa. *Op. Cit.*, pp. 141-155.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *Op. Cit.*, p. 97.

¹⁰⁸ AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1942, p. 51.

da relação conjugal uma estratégia de projeção social. O fazendeiro Henrique Alves dos Reis, considerado “novo rico” pelas elites de Ilhéus, por sua origem pobre e sua ascendência negra, casou-se com Rita Cardoso, membro de uma das tradicionais famílias oligárquicas de Ilhéus. Com o falecimento de D. Rita Alves, o fazendeiro acabou se casando com a sobrinha de sua esposa, Cordolina Loup dos Reis. As famílias tradicionais que possuíam origem europeia (como os “Loup”, por exemplo) eram tidas como símbolos “de tradição, cavalheirismo e da lhanza de trato”¹⁰⁹. O casamento pode ter representado para Henrique Alves a aspiração aos costumes e valores das elites aristocráticas¹¹⁰.

Os casamentos entre os membros das elites também tentaram irradiar para a sociedade o modelo de relação proclamada como uma das maiores fontes de estabilidade social. O casamento de Gileno Amado de Faria com Amélia Berbert Tavares (filha de Misael Tavares, um dos mais ricos fazendeiros de Ilhéus) em 15 de julho de 1920 nos ajuda a elucidar as redes simbólicas construídas a partir das uniões conjugais. A estratégia de unir riquezas e posses ao prestígio de profissões consagradas e à participação na vida pública da cidade foi bastante praticada por membros dos segmentos abastados. De ambos os lados, o interesse parecia extrapolar a esfera do sentimento e da relação afetiva. O puro sentimento passional poderia ameaçar a manutenção da propriedade e colocava em risco o prestígio social da família. A moça rica se uniu ao jovem advogado em ascensão política. É possível que nesse e em outros casos, a fusão entre os valores tradicionais e o “amor romântico” tenha respaldado as alianças conjugais e políticas, revestindo-lhes dos conceitos modernos de matrimônio como princípio de dever social¹¹¹.

Os relacionamentos da década de 1920 ainda estavam sob estrita vigilância e, invariavelmente, conduziram ao casamento. Com isso se garantia a virgindade da moça e se preservava a reputação da família. A preocupação das elites residiu em construir “famílias civilizadas”, em que atributos e funções familiares fossem delimitados para cada um dos cônjuges. O *A Época* de 28 de julho de 1920 assim se refere aos noivos, Gileno Amado e Amélia Berbert Tavares,

O noivo cujos dotes intellectuais e virtudes pessoaes tornaram-no credor da estima e da admiração que lhe vota Itabuna quase na sua totalidade, por isso que dirige com

¹⁰⁹ Destaques do discurso pronunciado pelo vereador Raimundo Neves na ocasião da solenidade em homenagem à senhora Cordolina Loup dos Reis, que havia falecido. APMIJD. **Jornal Oficial**. 7 de fevereiro de 1953. n. 1078.

¹¹⁰ Segundo Mary Ann Mahony havia uma hierarquia de status social entre as elites regionais. Não bastava a riqueza, os códigos de identificação e reconhecimento da classe abastada repousavam também na origem étnica, no refinamento dos hábitos e no nível cultural. MAHONY, Mary Ann. **Op. Cit.**, p. 748.

¹¹¹ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **Op. Cit.**, p. 104.

raro discortino e sensata proficiência a mais pujante agremiação política do município, posição esta que soube conquistar a duros golpes de trabalho e maneiras captivantes. A noiva é filha extremecida do sr. Coronel Manoel Misael da Silva Tavares, abastado capitalista, fazendeiro e legitima influencia política no visinho município de Ilhéos¹¹².

Nota-se que o relato do jornal apenas dimensiona as características das figuras masculinas. A referência feita à noiva apenas menciona sua relação com o marido e com o pai. Além de ter sido o grande evento do ano de 1920, o casamento de Gileno e Amélia Amado evoca regras e valores do mundo burguês que passa a ser experimentado por esses setores. Ainda não se tinha incorporado nos jornais um painel de orientações para a “felicidade conjugal”¹¹³. Na imprensa local isso só ocorreria a partir da década de 1950. Naquele momento, os valores morais do matrimônio, ancorados em uma espécie de sacralização dos papéis do marido e da esposa, ainda eram fortemente aclamados.

As cerimônias civil e religiosa do casamento de Gileno e Amélia Amado ocorreram em Ilhéus, junto à família da noiva. Mas, ao chegarem em Itabuna “houve a entronização da imagem do Sagrado Coração de Jesus, no salão nobre dos recém-casados”¹¹⁴. A influência das tradições cristãs permeou não só as cerimônias de casamentos como a vida dos cônjuges. Os perfis de marido e esposa deveriam se ajustar aos papéis sociais e às incumbências familiares. Segundo Maluf e Mott, “as psiques do homem e da mulher eram vistas como meros reflexos de suas posições físicas no amor”¹¹⁵. As mulheres eram retratadas como esposas virtuosas, capazes de sacrifícios para assegurar a manutenção da família.

Foi assim que muitas “damas da alta sociedade” tiveram que conviver com a ameaça da prostituição. A presença de estabelecimentos de prostituição nas ruas Domingos Lopes e Ruy Barbosa, centro da cidade, constituíam uma ofensa aos valores da moral cristã e podiam deixar as “senhoras da sociedade” bastante intranquilas e preocupadas, não só pelo fato de serem substituídas sexual e afetivamente, como pelo risco de verem parte dos bens e recursos da família sendo dirigidos para “a vida mundana” que seus maridos levavam fora do casamento. Segundo Joana Maria Pedro, o casamento servia para as mulheres ricas como “a única forma legítima de exerceram a sexualidade”¹¹⁶. Esse imperativo não se aplicava aos homens. A relação extraconjugal mantida pelo coronel Berilo Guimarães com Maria Gerosina da Silva é bastante ilustrativa nesse sentido. Depois da morte do coronel, sua esposa, Isolina

¹¹² CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 28 de julho de 1920. Ano III. n. 25, p. 1.

¹¹³ Ver: BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: **História das Mulheres no Brasil... Op. Cit.**, pp. 609-610.

¹¹⁴ Idem. **Ibidem**.

¹¹⁵ MALUF, Marina. e MOTT, Maria Lúcia. **Op. Cit.**, p. 386.

¹¹⁶ PEDRO, Joana Maria. **Op. Cit.**, p. 56.

Guimarães, produziu um “Edital de Protesto” contra a amante do falecido marido para reaver bens e posses que o mesmo havia destinado à sua concubina¹¹⁷.

De acordo com Philippe Murillo S. de Carvalho, a “querela entre esposa e amante do coronel Berilo Guimarães era uma evidência de que a ocupação das ruas do centro pelas prostitutas aconteceu com o auxílio dos homens de prestígio da cidade”¹¹⁸. Mas, o fato também revela os códigos de gênero que vigoravam entre os elementos das camadas favorecidas. Embora nos discursos religiosos e médicos a família se estabelecesse como o padrão ideal de relação amorosa e sexual, por garantir a decência e a higiene, a convivência com o “descontrole” e os excessos das paixões e aptidões sexuais pareceu ser comum no seio das elites ao longo da primeira metade do século XX em Itabuna.

O casamento era sempre recomendado para preservar os valores morais e as tradições. Em centros como o Rio de Janeiro, segundo Mott e Maluf, foi preciso divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos¹¹⁹. As mulheres ricas costumavam se casar bem jovens e eram orientadas a se matrimoniarem, ou com o homem, ou com Deus. Amélia Amado, por exemplo, se casou aos 17 anos de idade. Não se casar significava insucesso para a mulher. As solteiras costumavam ser ridicularizadas. Afinal, dentro do imaginário social da época, a mulher era concebida como pré-disposta ao casamento e a maternidade.

A cirurgiã dentista Alzira Ferreira Franco passou quase toda década de 1920 dedicada à profissão e ao trabalho assistencial realizado no Hospital Santa Cruz da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna¹²⁰. Ela era um caso raro de mulher inserida no universo das profissões liberais em Itabuna. É possível que tivesse que conviver e interagir parte do tempo com os homens da profissão e com a dinâmica da cidade. Imersa numa sociedade cujos valores católicos preconizavam o casamento como objetivo último para as mulheres, é possível que Alzira Franco tenha sofrido preconceito por sua condição de independência profissional e autonomia intelectual. Afinal, a mentalidade era de que o casamento é que conferia à mulher o *status* de aceita no rol da moralidade e dos bons costumes. Por outro lado, a jovem dentista não estava alheia às ideias e valores que circundavam a sociedade. É provável que também defendesse os preceitos de um “casamento ideal” e outros valores religiosos como a benemerência que já se manifestava em sua prática assistencial.

Alzira Franco casou-se em 16 de junho de 1927 com o comerciante Raul Figueiredo Vieira. E, apesar de todo trabalho profissional e social já bem desenvolvido e consolidado na

¹¹⁷ CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Op. Cit.**, p. 109.

¹¹⁸ Idem. **Ibidem**, p. 110.

¹¹⁹ MALUF, Marina. e MOTT, Maria Lúcia. **Op. Cit.**, p. 387.

¹²⁰ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 3 de agosto de 1922. Ano V. p. 1.

cidade, a nota do enlace matrimonial reforçou uma imagem de meiguice e certa fragilidade para caracterizar a noiva: “figura das mais gentis do nosso escol social, de belos dotes de coração e de espírito, é sobrinha do coronel Osório Pereira de Araújo”. O noivo, por sua vez, foi identificado por sua atuação profissional: “acreditado comerciante na cidade”¹²¹. Além da reafirmação dos atributos de gênero, o jornal também reforçou os de classe: “As festas nupciais do jovem par revestiram-se de muita solenidade com a assistência do que Itabuna tem de mais distinto na sua elite”¹²². O casal deveria se afinar ao padrão de convivência de sua classe. A expressão disso se traduzia na harmonia entre a exibição dos “hábitos requintados” e as performances de gênero ostentadas por eles.

Na noite do casamento, Alzira Franco e Raul Vieira ofereceram uma “elegante recepção aos cavalheiros e famílias do seu meio social. Ao som de piano e do Ita Jazz Band fizeram-se danças até tarde”. Como de praxe, a noiva recebeu os presentes oferecidos por padrinhos e amigos da alta sociedade. Os presentes variaram desde a imagem de Santa Teresinha do Menino Jesus, do padre André Costa, ao aparelho e toalha para chá dos paraninfos Henrique Alves e Cordolina Loup dos Reis. Padrinhos e paraninfos eram escolhidos a dedo para destacar as ligações entre os casais e as famílias prestigiadas da sociedade.

O casamento também dava legitimidade às ações femininas. As senhorinhas poderiam se transformar em “damas da sociedade”, respeitadas pelo vínculo matrimonial com os homens de poder e riqueza. Além disso, a importância dada ao círculo familiar burguês ganhou importância nas décadas seguintes. A partir dos anos 1930, jornais e revistas passaram a trazer artigos especializados nas questões da vida sexual. Discursos médicos continuaram reforçando a necessidade de manutenção do matrimônio como forma de manter a pureza da raça, através do equilíbrio moral e das práticas de higiene. É nesse período que começam a circular na imprensa local os textos do médico José de Albuquerque, fundador do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, criado no Rio de Janeiro em 1933. As famílias ricas passaram a acessar informações sobre a questão sexual nas páginas dos jornais. A colocação do sexo em discurso vinha desde o século XIX. Médicos e juristas se posicionavam como legítimos detentores desse “saber”¹²³. Porém, o circuito discursivo sobre o tema costumava se reservar às conversas íntimas no interior das famílias. No decorrer das décadas de 1930 a 1950, a questão do sexo e toda sua implicação social foi ganhando mais espaço e destaque na imprensa e no meio social das elites.

¹²¹ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 1 de julho de 1927. Ano XX. p. 2.

¹²² Idem. **Ibidem**.

¹²³ Ver: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal: 2010, pp. 36-37.

O jornal *O Intransigente* passou a divulgar os artigos do Dr. José de Albuquerque a partir de 1935. Os textos chamavam atenção para a necessidade de se reger a vida social estabelecendo uma linha de controle sobre a questão sexual. Segundo o médico, livre de extremismos na esfera moral, o indivíduo estaria em “perfeito equilíbrio com as condições biológica, psicológica e com o seu eu – célula social”¹²⁴. O sexo foi tema de muito debate nesse período, o que ocasionou a produção de uma literatura específica no Brasil. José de Albuquerque era um dos defensores da difusão da “educação sexual” para todos irrestritamente. Embora buscasse se pautar em bases ditas racionais, científicas, seu discurso estava associado a uma “economia política” de engrandecimento da “Pátria” por sua natureza moral. No artigo “A Educação Moral e o Combate ao Extremismo” o médico destaca que,

uma das grandes armas de combate ao extremismo moral é a educação sexual, conduzida da forma pela qual o vem sendo no Brasil, isto é, à luz de pura ciência, sem Parti – Pris, nem ideia preconcebidas, sem nenhum colorido de ordem religiosa, política ou partidária, inspirada exclusivamente na verdade e visando o indivíduo no seu conjunto, no tríplice aspecto sob o qual se apresenta: biológico, moral e social, para que se conduza sexualmente de forma compatível com o seu eu¹²⁵.

O articulista de *O Intransigente* informava aos consumidores do jornal a chegada dos Boletins de Educação Sexual do Dr. José de Albuquerque. As notas destacavam o “valor” do texto e da importância de sua leitura “por todos aqueles se interessavam pela grandeza do Brasil”¹²⁶. Os Boletins do Círculo Brasileiro de Educação Sexual não foram os únicos recursos discursivo-pedagógicos a circularem por Itabuna a partir dos anos 1930. As revistas dedicadas a instruir a mulher para a vida conjugal e para o cuidado com as crianças também eram comercializadas na cidade. Os frequentes anúncios de vendas desse tipo de literatura feitos nos dois principais jornais do período, o *A Época* e *O Intransigente*, demonstram que havia interesse da parte de um público feminino consumidor dos materiais. As revistas, Anuário das Senhoras, Vida Doméstica, O Cruzeiro, Foton, Noite Ilustrada e outras não identificadas eram vendidas na papelaria do *A Época*¹²⁷.

O acesso a esse tipo de leitura pode ter influenciado moças e senhoras a regularem suas posturas segundo os padrões de modernização das relações de gênero. Ao mesmo tempo em que defendiam a família, os bons costumes e os preceitos cristãos, as “revistas femininas” desse período, propunham a ampliação das possibilidades de vivências das mulheres

¹²⁴ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 22 de fevereiro de 1936. Ano X. n. 25, p. 2.

¹²⁵ Idem. **Ibidem**.

¹²⁶ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 23 de março de 1936. Ano X. n. 27, p. 1.

¹²⁷ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 15 de junho de 1937. Ano XV. n. 865, p. 1.

abastadas¹²⁸. Com isso acabavam refletindo as ambiguidades e os conflitos vivenciados por parte considerável dessas mulheres. Num contexto em que as mulheres foram cada vez mais direcionadas para a vida pública, atuando de diferentes maneiras no meio social, talvez fosse bastante comum o confronto entre as imagens idealizadas do feminino e as múltiplas formas incorporadas e vivenciadas pelas mulheres de elite. As experiências da farmacêutica Alice Santana, da dentista Alzira Franco e das senhoras beneméritas Cordolina Loup do Reis e Amélia Amado, são alguns exemplos que apontam para um feminino entrecortado por experiências multifacetadas em Itabuna na primeira metade do século XX.

Ainda que o predomínio de estereótipos de gênero delimitasse a atuação feminina, enquadrando as mulheres em modelos idealizados de comportamento, não há como negar as formas como aquelas pertencentes aos setores hegemônicos buscaram nuançar alguns códigos e performances que teimavam em tentar acomodá-las na vida doméstica ou em setores da vida pública tidos como menos importantes. Além da inserção em eventos sociais e da promoção de solenidades domésticas que permitiam constituírem sociabilidades e interagirem de uma maneira mais dinâmica com o meio social, as mulheres de elite deixaram suas impressões sobre a cidade de outras maneiras. A ostentação de hábitos requintados, das roupas e joias caras caminhou em paralelo às concepções cristãs e humanistas que as motivavam a agir sobre os problemas decorrentes da concentração de riqueza e da desigualdade social¹²⁹. A partir dos anos 1920 as mulheres de elite de Itabuna saíram às ruas através da filantropia.

As diferenças sociais aprofundadas pelo acúmulo de posses e riquezas pelas classes proprietárias compuseram o quadro dos graves problemas que afetaram a sociedade¹³⁰. Trabalhadores com baixíssima renda, crescimento do número de casebres e na cidade, aumento do número de crianças famélicas e abandonadas, de pedintes, de velhos doentes, de mães com a prole extensa lançadas nas ruas¹³¹.

A pobreza exposta era reveladora das contradições típicas de uma cidade marcada por uma ordem social paradoxal, em que as elites formadas a partir da espoliação dos segmentos subalternizados tentavam, através da “filantropia caritativa”, estabelecer regras de atendimento às carências, ao tempo em que reorganizavam as relações de mando, definindo o

¹²⁸ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista *Vida Doméstica*. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 1. Sem. 2009.

¹²⁹ Segundo Márcia Barreiros Leite, “herança da cultura ocidental, a concepção cristã da caridade se institucionalizou tendo em vista amenizar o sofrimento dos pobres a partir de ações, entre auxílio material e espiritual”. As mulheres de elite se inseriam nessa dinâmica. LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930... Op. Cit.**, p. 113.

¹³⁰ Para entender melhor o panorama socioeconômico de Itabuna na primeira metade do século XX ver: SOUSA, Erahsto Felício de. **Subalternos nos caminhos da modernidade... Op. Cit.**, pp. 39-43.

¹³¹ CEDOC/UESC. **Jornal O Fanal**. 1 de fevereiro de 1936. Ano III. n. 10, p. 2.

lugar do dirigente e do atendido, reordenando o papel da própria caridade¹³², tornando-a mais criteriosa, mais seletiva. A partir da década de 1920, houve um esforço para que os projetos de civilidade se concretizassem, demarcando um controle mais efetivo sobre a população pobre de Itabuna. As mulheres das classes favorecidas foram fundamentais para a execução de uma boa parte desses projetos.

Filantropia como marca de distinção social: “Itabuna, terra da boa vontade”

Para tornar legítima uma dominação simbólica que se traduzia em ser visto e considerado “distinto”, os grupos dominantes de Itabuna recorreram a recursos e estratégias de afirmação e imposição de poder. O modo de se vestir, de frequentar os salões de festa e clubes, de organizar e dirigir associações de classe e filantrópicas foi constantemente buscado e requerido como demonstrações de diferenciação, pois criavam sociabilidades que favoreciam a proximidade física e simbólica de seus membros em torno de projetos sociais em comum¹³³. Homens e mulheres das classes abastadas tentaram harmonizar suas performances aos planos urbanos progressistas que incluíam atenuar os graves problemas da cidade, evitando conflitos resultantes da exclusão social, com o efetivo controle da ordem e a manutenção do poder político local. A edificação de instituições de caridade e associações filantrópicas fez parte das estratégias de conservação e ampliação da força política dos grupos dominantes.

O interesse em promover ou participar de obras beneméritas atravessou uma parcela considerável dos membros da camada economicamente favorecida desde a primeira década do século XX. O assistencialismo era uma das facetas da ordem política assumida pelas elites. Alguns optaram pelo desenvolvimento individual de trabalhos assistenciais, financiando filarmônicas, clubes de futebol, realizando festas visando arrecadar fundos para construção e reformas das igrejas ou para auxiliar crianças e mães pobres. Outros atuaram conjuntamente em associações de assistência social. Desde as primeiras iniciativas, a filantropia se revestiu de um caráter religioso e cultural. As classes abastadas se juntaram às sociedades beneficentes da Igreja Católica para realizar práticas assistencialistas. Contudo, a motivação religiosa não apagou os usos políticos feitos em torno dessas ações.

Em 1904, Maria Alves, esposa do fazendeiro José Alves, criou a sociedade "Amantes da Lyra" – uma associação feminina dedicada à promoção de eventos com objetivo de

¹³² Idem, **Ibidem**, p. 17.

¹³³ As iniciativas em torno de projetos de intervenção social a partir da benemerência ajudavam a edificar e reforçar o “capital simbólico” de cada membro das elites engajados neles. Ver: BOURDIEU, Pierre. **Op. Cit.**, pp. 10-11.

recolher recursos para a filarmônica Lira Popular e para a construção da Igreja Matriz. Alice Leone, esposa de Olinto Leone, primeiro intendente de Itabuna, fundou em 1907 uma sociedade feminina chamada “Protetora da Minerva”, grupo de apoiadoras da filarmônica Minerva, empenhadas em realizar atividades como quermesses e leilões, a fim de apoiar financeiramente a entidade. Os músicos, a maioria pertencente aos segmentos empobrecidos, não tinham condições de arcar com as despesas da indumentária e dos instrumentos musicais. Dependiam do trabalho benemerente e filantrópico das senhoras de elite¹³⁴.

Essas associações tiveram vida curta. Mas serviram de inspiração para outras ações semelhantes, como os já mencionados comitês femininos pró-clubes de futebol. Por meio dessas experiências é possível conhecer algumas faces da cultura feminina no processo de socialização ocorrido em Itabuna nesse período. Além do envolvimento com as manifestações culturais da cidade, senhoras e senhorinhas estiveram engajadas, individual e associativamente, em trabalhos filantrópicos. Ao lado das entidades religiosas constituíram um circuito de assistencialismo bastante significativo na região.

A prática de apoiar as filarmônicas se perpetuaria no decorrer das décadas seguintes, quando ricas senhoras e políticos da região passaram a apadrinhar as filarmônicas da cidade, notadamente, as que se vinculavam a associações de classe, como a Filarmônica Euterpe Itabunense da Sociedade Monte Pio dos Artistas, criada em 1925. A existência de um comitê feminino nessa filarmônica denota a manutenção da tradição da participação feminina nos espaços de fomento à cultura.

Em 7 de setembro de 1925, durante a cerimônia de inauguração da Filarmônica Euterpe Itabunense, os sócios e a direção da Sociedade Monte Pio congratularam-se com representantes da política local. O presidente do Conselho Municipal, Leopoldo Freire e sua esposa, Jovelina Maria Freire, e o secretário da intendência Adolpho Lima participaram do evento presidindo a mesa da solenidade. Além deles, o médico Ruffo Galvão e o fazendeiro Miguel Moreira e suas esposas paraninfaram a nova filarmônica. Segundo, Cláudia Viscardi, esse tipo de associação de caráter mutualista como os Montepios adotavam a tática da aproximação com figuras ilustres das elites políticas para angariar “proteção” e ter recompensas financeiras através das subvenções estatais¹³⁵. Por isso, sempre buscavam ter a presença de autoridades públicas em seus eventos. As ligações entre as principais instituições benemérito-mutualistas e os setores economicamente dominantes eram muitas vezes intensas e funcionais para os envolvidos.

¹³⁴ GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **Op. Cit.**, pp. 127-128.

¹³⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Lócus Revista de História**. Juiz de Fora, MG, vol. 18, pp. 99-113, 2006.

Apesar de associado mais intensamente à figura feminina¹³⁶, o assistencialismo foi praticado por quase todos os setores das elites e da classe média de Itabuna. Um número razoável de pessoas e instituições voltou-se ao trabalho social de caráter beneficente. A Igreja Católica, através da Sociedade São Vicente de Paulo, criada em novembro de 1913, foi uma das precursoras no trabalho caritativo¹³⁷. Os membros da Confraria dos Vicentinos, homens de posses e riquezas, assumiram o trabalho assistencial, fazendo doações às campanhas realizadas pela Sociedade. Em dezembro de 1920, a Sociedade São Vicente de Paulo, emitiu na imprensa nota de agradecimento aos comerciantes “Durval Orleans, José da Hora Pires, Quintino Miranda, João Fortunato Pereira e todos os seus companheiros do Grêmio Vicentino”¹³⁸ que forneceram donativos e gêneros para o “Natal dos Pobres”, campanha realizada em benefício da “pobreza desamparada”¹³⁹ de Itabuna.

A caridade esteve articulada aos projetos de ascensão de pessoas e instituições dentro da arena política. O modelo de atuação política pautado em uma tradição de cunho paternalista incentivou o desenvolvimento de um número razoável de intervenções sociais de caráter assistencialista. Essa atuação se tornou uma das marcas de identificação das elites e correspondeu a uma tentativa de equilibrar a continuidade da exploração sobre trabalhadores e pobres com uma dinâmica de reordenamento social¹⁴⁰. A Sociedade São Vicente de Paulo se tornou em 1920 a primeira instituição caritativa a receber subvenção federal graças à intervenção política do deputado João Mangabeira¹⁴¹.

A relação de políticos com o circuito da caridade era um desdobramento das relações de poder. Comum nesse contexto, a prática do clientelismo adquiria uma faceta popular gerando reconhecimento e legitimidade para os “benfeitores”. De acordo com Cláudia Viscardi, durante a Primeira República, as elites políticas se preocuparam com um investimento no controle local dos votos, para isso, passaram a investir mais no fortalecimento de seu *status* e na consolidação de seus valores. O apoio às instituições de

¹³⁶ Marcia Barreiros Leite afirma que a filantropia esteve ligada à figura da mulher, em especial, a mulher rica. LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros. **Op. Cit.**, p. 112.

¹³⁷ Ver “Confraria dos Vicentinos” em: MENEZES, Moacir Garcia. **Op. Cit.** p. 30.

¹³⁸ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 18 de dezembro de 1920. Ano IV. n. 7, p. 2.

¹³⁹ Idem. **Ibidem**.

¹⁴⁰ Segundo Edward Palmer Thompson, as elites nem sempre utilizaram da força para impor sua dominação/hegemonia, mas, faziam uso de instrumentos de tutela e de inserção dos pobres nos seus projetos de controle social de caráter religioso e caritativo para atenuar as situações de turbulência social. Essa consideração nos ajuda a pensar os dois lados dessa dinâmica: as formas utilizadas pelas elites para assegurar a dominação e do outro, os usos feitos por pobres e populares dos favores e benesses realizadas. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. **Op. Cit.**, p. 222.

¹⁴¹ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 18 de dezembro de 1920. Ano IV. n. 7, p. 2.

caridade e mutualistas dos mais variados matizes fez parte do jogo político desse período¹⁴². Em carta encaminhada à imprensa, os vicentinos assim se referiram ao deputado João Mangabeira: “digno representante do districto na Câmara Federal, o campeão do bem, o talento aprimorado em labuta contínua dos nobres ideaes, quiz compartilhar connosco das benções de Deus e dos pobres”¹⁴³. João Mangabeira viveu um momento de prestígio no início dos anos 1920 em Itabuna. Durante esse período disputou votos com o seu maior adversário político na localidade, Gileno Amado. Por isso, passou a atuar politicamente ao lado das entidades beneméritas e das associações de classe.

Segundo Philippe Murillo S. de Carvalho, em fevereiro de 1921 o deputado João Mangabeira havia prometido uma subvenção federal à Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna em uma solenidade realizada para homenageá-lo com a inauguração de um quadro com seu retrato e com entrega do título de primeiro sócio benemérito da entidade. Essa solenidade ocorreu oito dias antes das eleições para o legislativo federal¹⁴⁴. A aproximação de políticos com a benemerência refletiu uma das marcas dos arranjos políticos ancorados no paternalismo. Se por um lado, os políticos fizeram uso desse recurso como instrumento de convencimento, por outro, as associações de classe e entidades benemerentes souberam arquitetar seus vínculos sociais através das relações de barganha. Trocava-se o reconhecimento e o prestígio por algumas benesses, como as subvenções públicas¹⁴⁵.

Em agosto de 1922, o deputado Gileno Amado apresentou uma emenda ao Orçamento Estadual para concessão de subvenção pública às Sociedades São Vicente de Paulo, Santa Casa de Misericórdia e Monte Pio dos Artistas de Itabuna. A intervenção política do deputado se constituiu com uma das façanhas políticas com as quais os assim chamados “chefes locais” reforçavam seu carisma e a credibilidade pública por meio de medidas de favorecimento a grupos e indivíduos. Essa prática não representava grandes alterações no cenário urbano, já que os problemas sociais continuaram e chegaram a aumentar significativamente no decorrer das décadas seguintes¹⁴⁶.

Não só foi possível camuflar astutamente os interesses de *status* e a dominação política por meio da filantropia, como angariar mais estima das camadas subalternizadas. De um modo geral, a busca por um novo padrão de convivência social fez surgir, em Itabuna,

¹⁴² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. Cit.**, p. 105.

¹⁴³ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 18 de dezembro de 1920. Ano IV. n. 7, p. 2.

¹⁴⁴ CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Trabalhadores, organizações e disputas políticas na última década da Primeira República**. Manuscritos: 2011, pp. 15-16.

¹⁴⁵ Para entender melhor a subversão feita pelos “fracos” na ordem dominante dos fortes, ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano...** **Op. Cit.**, pp. 88-90.

¹⁴⁶ Ver: SOUSA, Erahsto Felício de. **Op. Cit.**

uma “economia da caridade”¹⁴⁷, conjunto de ideias e práticas assistencialistas que associavam formal e informalmente iniciativa pública e privada em torno das resoluções dos problemas sociais, identificados com o quadro mais geral de miséria, mendicância e doença que assolava parte dos segmentos empobrecidos e se espalhava pelo cenário urbano.

Nos anos 1920 a interferência do poder público na promoção de obras sociais ainda era bastante reduzida¹⁴⁸. A ausência do Estado como promotor do bem-estar e de políticas sociais permitiu que diferentes associações assistencialistas, muitas delas, provenientes ou derivadas de organizações caritativas religiosas, como confrarias e irmandades, preenchessem essa lacuna, ajudando a implementar e a assentar as relações de dominação.

As elites buscaram se inserir nesse espaço, assumindo uma estratégia de agenciar as obras assistenciais¹⁴⁹. Ademais, as diferentes modalidades de associativismo assistencialista cumpriram um papel fundamental na sociedade civil, buscando atuar sobre os problemas decorrentes da miséria urbana, constituindo-se também como espaços de sociabilidades. Essa configuração contribuiu para reforçar as identidades de grupo, notadamente, para mulheres dos setores dominantes, conforme observaremos adiante.

Lista 1

Instituições de Caridade e Assistencialismo (1913-1938)

INSTITUIÇÕES E ASSOCIAÇÕES	FUNDAÇÃO
Sociedade São Vicente de Paulo	1913
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna	1917
Hospital Santa Cruz	1922
Sociedade Beneficente São João Batista	?
Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna	1919
Orfanato São Vicente de Paulo	1923
Colégio Divina Providência	1924
Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna	1924
Liga de Assistência à Infância de Itabuna	1930
Lactário Itabunense	1936
Pequeno Abrigo Francisco Benício dos Santos	1938

Como mencionado, em Itabuna a maioria das associações beneméritas surgiu em parceria com a principal instituição ligada à caridade naquele momento, a Igreja Católica. A

¹⁴⁷ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida... Op. Cit.**, p. 39.

¹⁴⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. Cit.**, pp. 99-100.

¹⁴⁹ SANGLARD, Gisele. **Entre os Salões e os Laboratórios: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 32.

primeira delas, a Sociedade São Vicente de Paulo juntamente com representantes das classes proprietárias da cidade, fundou em janeiro de 1917 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, proposta que residia em criar um ambiente reservado ao amparo e controle de doentes e miseráveis. Até então, os vicentinos vinham desenvolvendo um trabalho caritativo cíclico e irregular, já que dependiam das doações privadas feitas em ocasiões “especiais”, como o natal¹⁵⁰. Depois da fundação da Irmandade, as perspectivas em torno da criação de um espaço que servisse de abrigo das “misérias humanas” foram confirmadas com a construção de um hospital da Santa Casa de Misericórdia. Essa instituição se constituiu como uma das medidas institucionais de disciplinarização da população urbana¹⁵¹.

“Caridade com patriotismo”: a Santa Casa de Misericórdia de Itabuna

Criada durante a gestão do intendente Manoel da Fonseca Dórea, a Santa Casa de Misericórdia foi a primeira obra assistencial pensada e gerida pelas elites de Itabuna. Inspiradas nos princípios cristãos da caridade e inseridas na lógica da política assistencial durante a República, as Santas Casas de Misericórdia atuavam no âmbito da beneficência no Brasil desde o período colonial. Na Bahia, a fundação da Santa Casa de Misericórdia remonta a segunda metade do século XVI. A entidade sempre manteve estreita e necessária relação com o poder temporal. Entre provedores e benfeitores estavam governadores gerais, imperadores, senhores de poder e riqueza¹⁵².

O projeto de fundação da Santa Casa de Misericórdia em Itabuna foi articulado entre a “Irmandade da Misericórdia”, criada pelo Monsenhor Moysés Gonçalves do Couto, e os membros das elites locais. O passo fundamental para a consolidação desse projeto foi a doação do terreno para a construção da Santa Casa em Itabuna. Essa concessão foi feita por Catarina Alves de Oliveira, membro de uma das famílias mais ricas da época. A benfeitora era irmã do comendador José Firmino Alves, um dos primeiros a se instalar nas terras que se tornariam Itabuna¹⁵³.

¹⁵⁰ O presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, o senhor Ramiro Nunes Aquino encaminhou à imprensa uma nota através da qual agradece “ao comércio” as esmolas para o natal dos pobres organizado pela entidade. Ver: CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 21 de dezembro de 1922. Ano XV, p. 2.

¹⁵¹ A disciplinarização da população urbana dizia respeito à instituição de hábitos considerados adequados aos padrões de moral e higiene garantidores de uma sociedade sadia e civilizada. Nesse sentido, alguns lugares foram reservados à reclusão de doentes e pobres, como o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Uma vez apartados do seio da sociedade, mendigos e doentes não contaminariam, nem enfeariam a urb. Ver: RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Op. Cit.**, pp. 26-35.

¹⁵² Ver a história da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em: RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: UnB, 1981.

¹⁵³ MENEZES, Moacir Garcia. **Op. Cit.** pp. 37 e 38.

Não foram encontrados registros de como ocorreu a participação de Catarina Alves no processo de discussão do projeto de implantação da Santa Casa de Misericórdia. Nem mesmo aparece em fotos que registram a fundação da instituição. No entanto, sua doação revela dois dos princípios mais elementares da filantropia no Brasil do início do século XX: primeiro, que as obras assistenciais dedicadas ao amparo físico e espiritual nunca tiveram suas necessidades mais prementes plenamente atendidas pelas subvenções públicas; segundo, que sua inauguração estava sintonizada com um contexto em que as exigências da promoção social de membros das elites se faziam com mais força. Catarina Alves também foi uma das fundadoras da Capela de Santo Antônio e de um grupo de senhoras denominadas “As Vivandeiras”, dedicadas aos cuidados de crianças e idosos enfermos e pobres¹⁵⁴. Mais um indício da presença marcante das mulheres ricas na cena pública.



Senhoras do Apostolado da Oração com Monsenhor Moisés

Figura 2 - Irmandade do Sagrado Coração de Jesus composta apenas por mulheres – 1924.

Fonte: MENEZES, Moacir Garcia. Recordações Históricas de Itabuna. Itabuna: Via Litterarum, 2005, p. 55.

A Santa Casa de Misericórdia de Itabuna foi fundada seguindo os mesmos padrões das suas congêneres. Vigorava o princípio do assistencialismo. Sua estrutura administrativa constava de uma mesa administrativa, composta por membros das camadas abastadas. É preciso lembrar que apenas homens podiam assumir as funções administrativas dentro da instituição, sendo a maior parte deles, médicos, fazendeiros, comerciantes, advogados e políticos. Entre eles: Ruffo Galvão, Celso Fontes Lima, Carlos Maron, Adolfo Maron, Nicodemos Barreto, Glycerio Esteves de Lima, Philadelpho Almeida Espírito Santo, Lafayette de Borborema, Leopoldo Freire, José Firmino Alves, Gileno Amado, Ramiro Nunes

¹⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 37.

de Aquino, Laudelino Lorens, José Kruchewsky, Henrique Alves dos Reis. Para citar alguns entre os noventa e cinco “irmãos fundadores”¹⁵⁵. Sobre a composição social das Santas Casas de Misericórdia afirma Gisele Sanglard,

(...) as Misericórdias eram imbuídas de um caráter aristocrático, constituindo uma associação fechada que reunia grupos sociais de maior prestígio da sociedade. Logo, tornar-se irmão da Misericórdia não era para todos. *As Misericórdias representavam, enfim, a boa sociedade local*, reproduzindo em sua organização a distinção hierárquica da própria sociedade na qual se inseria¹⁵⁶. (Grifo nosso)

A instituição sobrevivia de subvenções, doações e das pensões dos associados¹⁵⁷. Em Itabuna, foi a primeira instituição a se dedicar a assistência hospitalar. A fundação do Hospital Santa Cruz esteve nos planos das elites e autoridades públicas como obra que se sintonizava com os projetos de intervenção urbana. Chamado de o “Palacete dos Pobres” e “Templo da Caridade”¹⁵⁸, o hospital concretizou alguns dos planos de gerenciamento das misérias expostas na cidade. No entanto, a dependência das contribuições feitas pela sociedade acarretou algumas limitações financeiras antes mesmo de sua inauguração.

Em janeiro de 1921 tomou posse a nova diretoria da Irmandade. A cerimônia se revestiu de solenidade comemorativa para o Provedor da Santa Casa de Misericórdia, monsenhor Moysés do Couto, homenageado com a inauguração do seu retrato na capela do hospital. A cerimônia foi encerrada com uma quermesse feita em benefício das obras do hospital¹⁵⁹. As cerimônias realizadas desde o surgimento da entidade eram, na verdade, uma forma de juntar os associados para efetivar os pagamentos de mensalidades e recolher doações. No Estatuto da Irmandade, o artigo 12 do capítulo de admissão de “irmãos” deixa claro que para ser aceito na entidade o interessado deveria “pagar a joia de entrada e a importância do diploma”¹⁶⁰. Além disso, o associado deveria angariar prosélitos para aumentar as fontes de receita da Irmandade¹⁶¹. A construção do edifício hospitalar dependeu do apoio financeiro das classes proprietárias e das campanhas feitas por mulheres vinculadas aos grupos religiosos.

Em 15 de novembro de 1921, um grupo de senhoras e senhorinhas, presidido por Laurinda Fontes Lima, organizou um festival em benefício às obras do hospital. O evento

¹⁵⁵ ASMAI. **Livro de Compromisso e Regulamentos da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna**. Itabuna: Typ. D’A Época. 1938, pp.18-20.

¹⁵⁶ SANGLARD, Gisele. **Op. Cit.**, p. 49.

¹⁵⁷ ASMAI. **Op. Cit.**, p. 15.

¹⁵⁸ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 20 de julho de 1922. Ano III. n. 108, p. 1.

¹⁵⁹ CEDOC/UESC. **Jornal A Época**. 18 de dezembro de 1920. Ano IV. n. 7, p. 1.

¹⁶⁰ ASMPAI. **Livro de Compromisso da Santa Casa...** **Op. Cit.** p. 5.

¹⁶¹ Idem. **Ibidem**, p. 6.

ocorreu na Praça Adami, no centro da cidade. A comissão feminina encarregada do evento montou barracas para a venda de doces, flores, chocolates e gelados. O êxito parece ter sido garantido. Além do grande fluxo de pessoas que participaram da quermesse e do leilão, o *Jornal de Itabuna* informou que a vendagem dos produtos alcançaram preços elevados. Esse tipo de evento costumava acontecer em datas comemorativas do calendário oficial. Os valores republicanos traduzidos em símbolos cívicos, incluindo datas comemorativas que remetiam às ideias de nação e patriotismo, serviram de pano de fundo para a execução do programa político filantrópico das elites¹⁶². Em certo discurso feito na missa de celebração ao “ano novo” e à posse da mesa diretora de 1922, monsenhor Moysés do Couto destacou que a inauguração do edifício hospitalar ocorreria “dia 7 de setembro, em que o Brasil comemora o primeiro centenário de sua emancipação, por isso espero o auxílio e a constância da família itabunense para realizar esse tentame, aliando assim a caridade com o patriotismo”. Dois meses antes da inauguração, um dos irmãos fundadores, Lafayette de Borborema, publicou no periódico de sua propriedade, *Jornal de Itabuna*, uma matéria sobre as etapas de acabamento das obras em que enfatizava a natureza política da nova instituição. Isto é, uma obra que correspondia ao mesmo tempo aos valores progressistas e à tradição caritativa da sociedade. Ele afirmou,

Graças a Deus que ainda temos quem tome a peito os problemas mais palpitantes da grandeza e do progresso deste município, digno de ser melhor aquinhoado com os desvelos de seus dirigentes. Enquanto lá pelo Hospital, pintores, pedreiros, marceneiros trabalham numa azafama de encantar, a digna direcção da Irmandade da Santa Casa promove todos os meios para que a esmola vá completar a sua obra de misericórdia; cartas circulares, kermesses, etc, emfim tudo se esta fazendo para dotar a enfermaria dos pobres com o conforto indispensável¹⁶³.

As solenidades para a inauguração do prédio hospitalar foram organizadas ao longo dos meses que antecederam a data comemorativa da “independência do Brasil”. Nessas atividades destacaram-se os trabalhos realizados pelas senhoras da alta sociedade. A senhora Laurinda Fontes Lima novamente esteve à frente da maior parte das campanhas para levantar fundos e ofertas para a obra. Em agosto de 1922, às vésperas da inauguração, organizou quermesses e leilão, obtendo um lucro de um conto de réis. Além dessa receita, outros membros da Irmandade fizeram ofertas para que o hospital tivesse as condições básicas para funcionamento. O *Jornal de Itabuna* publicou uma lista com os nomes dos doadores: Ramiro

¹⁶² Segundo José Murillo de Carvalho, “as armas das elites foram, principalmente, a palavra escrita e os símbolos cívicos”. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 129.

¹⁶³ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 20 de julho de 1922. Ano III. n. 108, p. 1.

Nunes de Aquino, Macário Aurélio dos Reis, João Franco, Ruffo Galvão ofertaram colchões, peças de louças esmaltadas, mesa para farmácia; e José Firmino Alves conseguiu angariar mais um conto de réis na capital do estado. Divulgar as ações filantrópicas era fundamental para consolidar positivamente sua imagem política. Enquanto os operários davam os últimos retoques na arquitetura do prédio do Hospital Santa Cruz, políticos, fazendeiros, comerciantes e intelectuais despontavam nos jornais divulgando as doações realizadas¹⁶⁴.



Figura 3 - Laurinda Fontes Torres Lima, membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1917-1929).

O envolvimento com as obras da Santa Casa de Misericórdia correspondia ao reconhecimento e à valorização dos membros da alta sociedade. Firmas locais e particulares fizeram questão de promover consideráveis doações à instituição. Até mesmo aqueles que não estavam inseridos entre as elites política e econômica buscaram deixar sua “marca” através da relação com a benemerência. Entre eles, alguns membros de sociedades de classe ligadas aos artesãos e operários da cidade, como os dirigentes da Sociedade Montepio dos Artistas. O *Jornal de Itabuna* trouxe em destaque alguns desses doadores,

O snr. João Pedro de Souza Leão, além de quantia de três contos de reis oferecida por duas vezes; acaba de fazer oferta de dez camas de ferro e quinhentos mil reis para auxilio da compra do material de iluminação. O snr. Sabino Costa ofereceu dez camas de ferro. O snr. Alvino Amado cinco camas de ferro e cinco lavatorios. Os snrs. Almeida & Cia da capital vinte colchas brancas. As Irmãs Protectoras já teem arrecadado fazendas para o vestuário dos enfermos. Sabemos também que a exma. snra. D. Laurinda Fontes já tem preparado cinquenta lençoes e toalhas. (...) O snr. Flaviano Moreira, presidente da Sociedade Montepio dos Artistas, vae offerecer

¹⁶⁴ Foi comum o uso político da imprensa com o fim de divulgar as contribuições “voluntárias” dos cidadãos beneméritos, quase todos, membros das elites. Ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. Cit.**, p. 105.

a mesa de operações, trabalho especial de suas oficinas de marceneiros. Além destas há outras ofertas que, com vagar, iremos publicando¹⁶⁵.

Conforme previsto e anunciado pela Irmandade, a inauguração do hospital ocorreu em 7 de setembro de 1922 durante as festas de comemoração da centenária independência do Brasil. Além da presença de autoridades públicas e religiosas, dos membros de associações e das senhoras da alta sociedade – já bastante comuns –, o evento foi marcado pela comunhão de diferentes atividades socioculturais e políticas. Ao longo do dia a senhora Maria Pereira Alves realizou quermesses e leilão na porta do hospital e “a tarde desse dia, realizou-se às 16 horas, no campo da Matriz, o esperado match oficial dos sympatizados e gloriosos clubes de futebol: Rio Branco e Ypiranga”¹⁶⁶. A integração dessas atividades demonstra que a estratégia de sobrevivência política das elites passava pela edificação e interação com as instituições de caridade e com a dinâmica cidadina, incluindo o contato com os segmentos empobrecidos. Com o apoio da imprensa tentavam passar uma imagem de que dotaram a sociedade de uma grande obra, uma verdadeira benesse, mas que competia a “todos” a obrigação de mantê-la.

O entusiasmo presente na inauguração e nos meses posteriores não se materializava em valores necessários à manutenção da instituição. Ao longo de toda a década de 1920, o hospital Santa Cruz enfrentou sérias dificuldades financeiras. Apesar de ter garantida a subvenção federal, que em 1922 era de 3:750\$000 (três contos e setecentos e cinquenta mil réis), mesmo valor destinado às Sociedades Montepio e São Vicente de Paulo¹⁶⁷, a Santa Casa de Misericórdia sobreviveu à custa de campanhas e ofertas feitas a maior parte delas por membros das elites. Em outubro de 1922 a “irmã protetora”, Antônia Mendonça havia arrecadado a quantia de 96\$200 (noventa e seis mil e 200 réis) de esmola. Já a senhora Marcelina Francisca Teixeira havia ofertado a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis)¹⁶⁸. No entanto, o fluxo de doações, em especial aquelas feitas com altas somas, foi reduzindo com o passar do tempo, enquanto o número de atendimentos crescia. No primeiro ano de serviço do hospital já se nota a enorme discrepância entre o número de atendimentos aos enfermos pobres, classificados como “indigentes” e os pensionistas, membros da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

Dos pensionistas que ingressaram no hospital no primeiro ano de funcionamento, todos apresentaram melhoras e tiveram alta. Segundo relatório do diretor do hospital, o médico Carlos Cavalcanti da Silveira, entre as moléstias que mais ocasionaram mortes se

¹⁶⁵ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 20 de julho de 1922. Ano III. n. 108, p. 1.

¹⁶⁶ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 21 de setembro de 1922. Ano III, p. 1.

¹⁶⁷ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 5 de outubro de 1922. Ano III, p. 1.

¹⁶⁸ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 12 de outubro de 1922. Ano III, p. 1.

destacaram as afecções do coração determinadas pela sífilis, álcool e a tuberculose¹⁶⁹ – doenças e condições associadas à falta de higiene e aos “excessos” de todo tipo, considerados hábitos dos empobrecidos¹⁷⁰. O Hospital Santa Cruz refletia a própria desigualdade social existente na sociedade itabunense, mas servia à prática da solidariedade horizontal entre a “boa sociedade”¹⁷¹. As duas alas do hospital refletiam a natureza de classe da instituição. Um ambiente destinado à caridade, caracterizado pela gerência de médicos e associações religiosas dedicadas ao tratamento de pobres e desvalidos, e outro reservado para ao atendimento dos membros da Irmandade¹⁷².

Tabela 1 - Movimento do Hospital Santa Cruz (1922-1923)

Modalidade	Geral	Homens	Mulheres
Pensionistas	6	5	1
Indigentes	131	103	28

Situação	Geral	Homens	Mulheres
Tiveram alta	87	71	16
Faleceram	32	24	8
Internados	12	8	4

Fonte: Jornal de Itabuna, 13 de setembro de 1923, ano IV, n. 16. p. 1.

Apesar de alguns médicos oferecerem serviços gratuitos no hospital da Santa Casa de Misericórdia, as queixas e solicitações feitas pela imprensa em nome da instituição dão a impressão de que eram insuficientes para atender suas demandas. Muitos desses profissionais formaram-se nas faculdades de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro e a atuação no hospital da Santa Casa de Misericórdia foi, para alguns deles, a primeira experiência direta com a atividade médica, a exemplo dos cirurgiões dentistas Elycio Lins Ferreira de Araújo e Alzira Franco¹⁷³. Em outros casos representaram a projeção desses profissionais aos postos de comando da instituição e o reconhecimento público por seu desempenho. O primeiro corpo médico a assumir a administração interna do hospital Santa Cruz foi composto por Carlos Cavalcanti da Silveira, Appio Lopes, Américo Brim de Araújo, Walter Pinto de Almeida e

¹⁶⁹ Idem, **Ibidem**.

¹⁷⁰ Segundo Rachel Soihet, para as elites do início do século passado, “organizar positivamente a cidade é impedir a ação destruidora a que o homem é levado por suas paixões desregradas e seus instintos cegos. A cidade passa a ser objeto privilegiado de intervenção médica”. Ver: SOIHET, Rachel. **Op. Cit.**, p. 41.

¹⁷¹ SANGULAR, Gisele. **Op. Cit.**, p. 49.

¹⁷² ASPMAI. **Regulamento do Hospital Santa Cruz**. Itabuna: Typ. D'Época, 1938, p. 1.

¹⁷³ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 5 de outubro de 1922. Ano III, p. 1.

Arthur Xavier da Costa¹⁷⁴. O envolvimento desses profissionais com o ambiente hospitalar e com as condições de saúde de uma parte da população pobre ocasionou mais iniciativas de caráter assistencial. A dedicação de parte do tempo ao atendimento de necessitados e desvalidos serviu de estímulo para doações de outra natureza. A imprensa buscou enfatizar esses trabalhos com o propósito de utilizá-los como exemplo para a sociedade¹⁷⁵.

O próprio “Livro de Compromissos e Regulamentos Internos” da Santa Casa de Misericórdia já estabelecia como um dos principais fundamentos da instituição o trabalho voluntário. Esse trabalho deveria englobar todos os membros da Irmandade, mas havia uma clara divisão de tarefas, funções e cargos a partir da dimensão do gênero. Enquanto as atribuições dos irmãos, – em suas categorias, beneméritos, fundadores e efetivos – variavam entre votar e ser votado para provedoria e demais funções da mesa administrativa, escolher funcionários da Irmandade, convocar assembleias, admitir irmãos, conferir diplomas, cuidar do patrimônio e tantas outras, as das “Irmãs Protetoras” foram condensadas em quatro artigos. Através desses artigos é possível perceber que a visão predominante sobre a atuação das mulheres denotava uma concepção de feminino estritamente associado à caridade, ao sentimentalismo, à espiritualidade afluída, à proteção. O capítulo XI do “Livro de Compromissos da Irmandade” deixa claro,

Art. 66. – As Irmãs Protectoras procurarão auxiliar a administração pela forma que melhor lhe ditarem os seus caridosos são sentimentos.

Art. 67. – Distribuídas por cada mez, procurarão visitar os estabelecimentos da Misericórdia, levando aos socorridos da Irmandade o conforto espiritual e o auxílio dictados pela sua dedicação.

Art. 68. – As irmans protectôras procurarão tirar esmolas, promovendo os meios de obter o maior numero de donativos para a Misericórdia.

Art. 69. – As irmans protectôras envidarão esforços para o brilhantismo das festas da Irmandade, principalmente no que disser respeito ao actos religiosos¹⁷⁶.

As mulheres de elite não só se alistaram como voluntárias para o trabalho benemerente de arrecadação de bens e valores, como estiveram entre os que mais contribuíram diretamente na oferta de recursos para a manutenção da instituição¹⁷⁷. A cada mês, uma senhora ficava responsável por organizar atividades para levantar fundos através de pedidos de esmolas feitos à sociedade. Em agosto de 1923, a irmã protetora Maria Valverde Assis arrecadou

¹⁷⁴ CEDOC/UDESC. **Jornal de Itabuna**. 21 de dezembro de 1922. Ano III. n. 139, p. 1.

¹⁷⁵ O Jornal de Itabuna publicou uma matéria intitulada O Hospital Santa Cruz e a classe médica de Itabuna, na qual cita os nomes dos médicos engajados nas atividades da Santa Casa. Ver: CEDOC/UDESC. **Jornal de Itabuna**. 5 de outubro de 1922. Ano III, p. 1.

¹⁷⁶ ASMPAI. **Livro de Compromisso da Santa Casa... Op. Cit.** p. 15.

¹⁷⁷ Ver caso de D. Marcolina Francisca Teixeira em: CEDOC/UDESC. **Jornal A Época**. 7 de abril de 1928. Ano XI. n. 408, p. 1.

210\$000 (duzentos e dez mil réis)¹⁷⁸. A saída às ruas, legitimada pelo trabalho assistencial e filantrópico em prol da Santa Casa de Misericórdia, não só dinamizou a vida social dessas mulheres como foi extremamente necessária à sobrevivência da instituição. As irmãs protetoras, muitas delas, membros e dirigentes de outras casas pias, como a Associação das Senhoras de Caridade, empenhavam-se em tarefas consideradas adequadas ao padrão de feminilidade exigido e cumprindo na época¹⁷⁹. Além das campanhas financeiras, ainda cuidavam de doentes e desvalidos. Operárias da disciplina, as mulheres de elite intercalavam a aceitação à condição de um papel específico de gênero com a interferência direta em um projeto social que, entre outras coisas, esteve fortemente ligado aos planos de controle social¹⁸⁰.

O contrato estabelecido entre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna e a Congregação da Divina Providência do Rio de Janeiro transferia a administração do hospital às irmãs desta confraria católica. Chegadas à instituição em 19 de dezembro de 1922, as irmãs Ana, superiora e farmacêutica, Eurosia e Magdalena, enfermeiras, encarregaram-se dos serviços internos do hospital. Seu papel dentro da instituição seria fundamentado nos princípios da Irmandade, qual seja, do acolhimento físico e espiritual de carentes e indigentes¹⁸¹.

Conforme já havia ocorrido em outros lugares, como Rio de Janeiro, Salvador e Juiz de Fora, a chegada das religiosas de irmandades e confrarias católicas, dedicadas ao trabalho com os pobres, “reforçava, ainda que simbolicamente, o papel do hospital como lugar de caridade”¹⁸². Gisele Sanglard afirma que esse espaço da caridade e do acolhimento era, ao mesmo tempo, o ambiente do desenvolvimento da terapêutica. Isto implicava na necessidade de se completar o quadro da anatomia dessa instituição com os instrumentos adequados ao atendimento físico e à cura. O trabalho das irmãs religiosas foi executado em paralelo à aplicação do saber médico no tratamento das doenças. Sua presença no ambiente hospitalar poderia refletir para a sociedade um perfil de instituição pia, alvo da caridade, dando a entender a necessidade das doações e ofertas. Em *A Época* de 7 de abril de 1928, em uma matéria intitulada “Patrimônio do Hospital”, enfatizou as carências financeiras da Santa Casa de Misericórdia e salientou a necessidade de composição de um patrimônio da entidade:

¹⁷⁸ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 13 de setembro de 1923. Ano IV. n. 16, p. 1.

¹⁷⁹ De acordo com Marcia Barreiros Leite, “quando se tratava de solicitar o auxílio dos setores sociais abastados me campanhas beneficentes, imediatamente lembrava-se do público feminino. Nessas horas, as mulheres eram consideradas fortes”. LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros. **Op. Cit.**, p. 120.

¹⁸⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. Cit.**, p. 107.

¹⁸¹ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 21 de dezembro de 1922. Ano III. n. 139, p. 1.

¹⁸² SANGLARD, Gisele. **Op. Cit.**, p. 53.

“Vivendo exclusivamente de esmolos, contando com os donativos do comercio e do povo, a Santa Casa tem que se debater às maiores dificuldades, sem pode realizar como devia os seus nobres fins”¹⁸³.

Claudia Viscardi argumenta que, em se tratando de Santa Casa de Misericórdia, por ser uma instituição de tradição, cujo hospital também atendia às elites em suas enfermidades, “as reivindicações eram prontamente atendidas tanto pelo Estado como por contribuição privada. Sua importância era dada como inquestionável”¹⁸⁴. No entanto, em Itabuna, os apelos frequentes na imprensa ao longo dos anos 1920, demonstram que foi preciso alguma insistência para convencer os ricos a fazerem mais doações. Por outro lado, evidenciam que havia um circuito da caridade instalado na cidade. Em *A Época* de abril de 1928, o articulista da matéria sobre patrimônio do hospital seguiu apontando exemplos de filantropia:

É preciso apellar para os corações itabunenses. Esses tem se mostrado mais que generosos para com a Santa Casa, bastando dizer que o hospital até hoje, tem vivido de esmolos. Cada um dos cinemas dá uma vez por mês um espetáculo em benefício ao estabelecimento. É necessário estimular as classes abastadas para fazerem donativos mais valiosos, como esse que fez num gesto de nobreza e de desprendimento a exma. sra. d. Marcolina Francisca Teixeira. Essa distinta senhora mandou construir um pavilhão vasto e arejado, anexo ao Hospital. O ato da ilustre e veneranda matrona, não deve, não pode ficar sem imitação¹⁸⁵.

A crise econômica de 1929 teria afetado a economia cacaueteira comprometendo o pagamento das quotas mensais dos pensionistas bem como das doações voluntárias de vários setores da sociedade. A imprensa registrou esse momento como sendo o pior período enfrentado pela Santa Casa de Misericórdia. O mobiliário da enfermaria, os serviços de copa e cozinha e as roupas de cama estavam bastante deteriorados. Além disso, havia problema com esgoto e com fornecimento de água. Independente do estado em que se encontrava o hospital Santa Cruz, ele era procurado mais fortemente por enfermos pobres, razão que pode ter desestimulado ricos comerciantes e fazendeiros a quitarem suas doações. O *A Época* de 05 de julho de 1930 destacou: por conta da crise, “firmas de primeira ordem, comerciantes ou agricultores ou reduziram sua quota mensal à metade, a um terço, ou se atrasaram nos pagamentos. Assim a renda mensal tem descido progressivamente a cifras ridículas”¹⁸⁶.

A situação do hospital em 1930 foi considerada vergonhosa para uma cidade como Itabuna, “tão ciosa do seu conceito de civilizada”¹⁸⁷. Nesse período, a imprensa quase sempre

¹⁸³ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 7 de abril de 1928. Ano XI. n. 408, p. 1.

¹⁸⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. Cit.*, pp. 105-106.

¹⁸⁵ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 7 de abril de 1928. Ano XI. n. 408, p. 1.

¹⁸⁶ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 5 de julho de 1930. Ano XIII. n. 565, p. 1.

¹⁸⁷ Idem. *Ibidem*.

fazia referência a Ilhéus como modelo de avanço rumo à modernização urbana e ao progresso. Em 1930, mesmo com a crise, Ilhéus ampliou as instalações do prédio hospitalar São José, contando com o “apoio financeiro de seus habitantes”. Segundo o *A Época*, Itabuna não poderia deixar que se “arruinasse e aniquilasse a sua casa de caridade”¹⁸⁸. Ainda mais, porque já se tinha a pretensão de ampliar os serviços da Santa Casa de Misericórdia com uma maternidade e um asilo¹⁸⁹.

Já se nota uma preocupação em torno da questão da maternidade e da infância pobre desde os anos 1920. O artigo 5º. do capítulo I – “Da Irmandade e seus fins” do “Livro de Compromisso e Regulamentos Internos”, ressalta: “o fim da irmandade é socorrer irmãos necessitados e indigentes de ambos os sexos, de qualquer idade, ou religião no seu Hospital, criando um orfanato para crianças e um Azilo de Mendicidade”¹⁹⁰. Esses aspectos da vida urbana associados à pobreza e à mendicância começavam a incomodar as elites, porque se chocavam diretamente com os planos de civilidade e modernização da cidade. No entanto, a Santa Casa de Misericórdia só assumiu o encargo com a maternidade e com a infância a partir dos anos 1930, quando foi instalado na unidade hospitalar o “Lactário Itabunense”, cujo propósito se assentava na orientação de mães sobre os cuidados com menores recém-nascidos¹⁹¹. Nesse período também surgiram associações formadas por médicos e senhoras de caridade que visavam orientar mães pobres sobre as questões de saúde e higiene. Assim foram criadas a “Liga contra a mortalidade infantil” e a “Liga de Assistência à Infância de Itabuna”¹⁹².

Outro tema marcado por um intenso debate ao longo das décadas 1930 a 1950 foi a mendicância. Em 1930, o *A Época* trouxe uma matéria intitulada “A mendicância e a crise: a cidade formiga de cegos e aleijados”¹⁹³, em que se destacava o grande número de pedintes nas ruas de Itabuna. O articulista associou o aumento do número de mendigos aos efeitos da crise econômica e alertou dos perigos de uma “pseudo mendicância” inserida no meio de “doentes de verdade” assediando com constantes peditórios. No final da matéria faz exigência para que a polícia exerça rigorosa vigilância para evitar que os “falsos mendigos” continuem agir

¹⁸⁸ Idem. **Ibidem**.

¹⁸⁹ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 7 de abril de 1928. Ano XI. n. 408, p. 1.

¹⁹⁰ ASMPAI. **Livro de Compromisso da Santa Casa de Misericórdia e Regulamentos Internos do Hospital e Cemitério Santa Cruz**. Itabuna: Typ. D’Época, 1938, p. 4.

¹⁹¹ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 18 de maio de 1937. Ano XV. n. 853, p. 3.

¹⁹² CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 1 de junho de 1937. Ano XV. n. 859, p. 1.

¹⁹³ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 19 de julho de 1930. Ano XIII. n. 567, p. 1.

impunemente. E destaca: “quanto aos verdadeiros, só um asilo de mendicidade poderá resolver o problema”¹⁹⁴.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia previa além do atendimento e tratamento a doentes pobres, “dar sepultura no cemitério, receber e internar no orfanato, que se criar, as crianças órfãs, internar no asilo de mendicidade, que se criar, todos os mendigos que perambularem pelas ruas da cidade, dando-lhes agasalho e conforto”¹⁹⁵. A questão dos sepultamentos passou a ser alvo da intervenção da Santa Casa a partir de 1925, quando foi inaugurado o cemitério Campo Santo. O cemitério se inseria dentro do quadro estrutural e fora erguido com o intuito de manifestar o poder das elites em reger a dinâmica cidadina. Hospital e cemitério se complementavam no circuito de controle sobre os corpos, vivos e mortos¹⁹⁶. E na morte também se manifestava a preocupação das elites em se distinguir dos pobres e subalternizados. A morte refletiu as desigualdades da vida.

O espaço cemiterial era uma grande área comum dividida por covas e sepulturas de acordo à condição social de cada morto. As elites tinham em mãos mais um mecanismo simbólico de afirmação da sua distinção social: os túmulos diferenciados do Cemitério Campo Santos. Seguindo uma tradição comum entre os membros da alta sociedade, as elites de Itabuna enxergaram na morte mais uma forma de conservar seus patrimônios simbólicos. André Luís Rosa Ribeiro que desenvolveu um estudo sobre a arquitetura cemiterial da região cacauceira destaca, “os túmulos passaram a constituir um bem imóvel, privado e transmissível por herança, forma simbólica de assegurar a preservação da memória do proprietário e da sua família”¹⁹⁷.

Tabela 2 - Enterramentos e outros emolumentos referentes ao Cemitério Campo Santo

Tipo de Sepultura	Valor
Por sepultura rasa	
Por triênio e para adultos	35\$000
Por jazigo da Santa Casa	
Por inumação de adultos	300\$000
Por jazigo perpetuo da Santa Casa	
Para adultos	1:500\$000
Por inumação em jazigo particular	
De qualquer membro da família	30\$000
Terrenos para mausoléus ou sepulturas perpetuas	
Por metro quadrado, no primeiro quadro	200\$000

¹⁹⁴ Idem. **Ibidem**.

¹⁹⁵ ASMPAI. **Livro de Compromisso da Santa Casa... Op. Cit.** p. 4.

¹⁹⁶ A irmandade da Santa Casa de Misericórdia tomava para si a responsabilidade pelo sepultamento de boa parte da população. Ver: SANGIARD, Gisele. **Op. Cit.**, p. 49.

¹⁹⁷ O historiador ainda afirma: “Os custos de investimento na elevação de monumentos funerários não tinham retorno financeiro e revelam a importância do supérfluo no campo simbólico para a legitimação social”. RIBEIRO, André Luís Rosa. **Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacauceira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005, p. 126.

Licenças Diversas	
Para colocação de ossadas no subsolo da Capela	120\$000
Para colocação de lápidas, grades, inscrições, etc	20\$000

Fonte: livro de compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna. p.12.

A tabela de preços das sepulturas nos dá ciência sobre a diferenciação buscada pelas elites no ato da morte. Quem possuía mais recursos poderia adquirir, normalmente, ainda em vida, um jazigo particular e perpétuo. Caso fosse membro da irmandade tinha direito a um jazigo grátis por três anos e gozava de abatimento de 50% sobre as taxas de sepultamento. A Irmandade era sinônimo de prestígio e *status*. Inclusive na hora da morte.

Os valores apontam um cenário de muita desigualdade, tendo em vista que excedem o custo de vida da maioria da população de Itabuna à época. Para se ter uma noção mais exata do quadro geral da situação socioeconômica dos setores médios e pobres da cidade, basta saber que o salário de uma professora correspondia a 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) referente a um mês de trabalho¹⁹⁸, ou, que o preço dos produtos alimentícios adquiridos conjuntamente giravam em torno de 50\$000 a 60\$000 (cinquenta a sessenta mil réis)¹⁹⁹. Essa realidade tornava difícil o acesso da população pobre aos “lugares nobres” do cemitério. O texto do “Regulamento do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia” deixa claro em seu capítulo III,

Art. 17. – Terão sepulturas no Cemitério sem pagamento de taxas:

1.º - Em sepulturas rasas: - a) os cadáveres de enfermos desvalidos do Hospital; b) os cadáveres dos presos pobres; c) os cadáveres das praças, segundo o contrato com o município.

2.º - Em carneiros abobadados os cadáveres dos irmãos da Santa Casa.

Art. 25. – A edificação dos jazigos e mausoléus, bem como a sua conservação correrão por conta dos seus proprietários os quais apresentarão previamente planta²⁰⁰.

As disparidades de classe também se assentavam no propalado discurso higienista da época. Difundido nos centros urbanos do país, esse discurso trazia para as elites de Itabuna o desejo de enquadrar a cidade na lógica da civilidade, impedindo que hábitos insalubres e perigosos à saúde da cidade se preservassem²⁰¹. A renovação cidadina, com ambientes

¹⁹⁸ ASMPAI. **Livro de Atas da Diretoria**. Ata 38ª sessão da diretoria. 1 de setembro de 1930. ff. 17-17v.

¹⁹⁹ BPEBa. **Diário da Tarde**. 14 de abril de 1928. Ano I. n. 50, p. 4.

²⁰⁰ ASMPAI. **Regulamento do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia**. Itabuna: Typ. D'Época, 1938, pp. 6-7.

²⁰¹ Philippe Murillo S. de Carvalho salienta que a preocupação das elites e do poder público com as condições higiênicas da cidade se materializaram na formação de um departamento das municipalidades, a Diretoria de Higiene Municipal, a partir da década de 1920. Segundo o historiador, as medidas tomadas pelo departamento de higiene tinham destinatários bem claros e objetivos, os pobres. Um circuito de fiscalização foi montado para promover a adequação da cidade aos padrões de higiene estipulados pelo órgão de vigilância sanitária, o que

dedicados ao tratamento das moléstias humanas, ao encarceramento dos “perigosos” e aos cuidados com os mortos passou a se desenvolver em paralelo aos planos de melhoramentos urbanos. Mesmo com as modificações feitas na morfologia urbana, as principais ruas e avenidas eram palco de exposição dos graves problemas sociais²⁰². A proliferação do desemprego, da orfandade, do desvalimento motivou algumas iniciativas no campo da disciplinarização da população urbana. A começar pelas questões que incidiram sobre a infância pobre.

Como deixa claro o Livro de Compromissos da Santa Casa, começa a se esboçar entre as elites um “sentimento moderno de infância”, cuja associação com as práticas benemérito-assistenciais recaiam mais sobre crianças pobres e abandonadas. De um lado, o discurso médico motivado pelo elevado índice de mortalidade infantil se interessou pela regeneração física das crianças desamparadas e, do outro, o discurso político-econômico refletiu a preocupação com a regeneração moral das crianças, tidas como corpo produtivo, buscando fomentar os trabalhos assistenciais de proteção à infância, na tentativa de “evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes”²⁰³.

A Sociedade São Vicente de Paulo se encarregou primeiro da educação de crianças criando o Colégio São Vicente em 8 de março de 1923. O colégio era destinado a crianças de famílias que pudessem quitar as despesas da instituição. Além das aulas para alunos externos, oferecia sistema de internato e semi-internato. O perfil caritativo da sociedade motivou o cônego Amâncio Ramalho e o professor Américo Guimarães Costa a disponibilizarem no prédio do colégio, aulas gratuitas no turno da noite para crianças pobres²⁰⁴. A fundação do Colégio São Vicente marcaria o início de uma série de intervenções caritativo-filantrópicas em torno da infância pobre em suas variadas dimensões, desde a condição física, com cuidados reservados à saúde, quanto com educação no seu sentido moralizador e destinado à preparação do cidadão útil à Pátria²⁰⁵. As meninas também foram alvo dos projetos de adequação comportamental e de preparação para o cumprimento de tarefas sociais consideradas tipicamente femininas. Em 8 de abril de 1924, as irmãs da Congregação Divina Providência juntamente com o monsenhor Moysés Gonçalves do Couto (provedor da Santa

incluía observação e controle das feiras, dos usos do rio Cachoeira que cortava o centro da cidade, das carroças, das habitações, das vias urbanas e dos lugares destinados ao enterramento de mortos. Ver em: CARVALHO, Philipe Murillo S. de. **Op. Cit.**, pp. 48-57.

²⁰² Idem, pp. 120-121.

²⁰³ RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 120-121.

²⁰⁴ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna.** 29 de março de 1923. Ano III. n. 144, p. 2.

²⁰⁵ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Op. Cit.**, p. 54.

Casa de Misericórdia) fundaram o Colégio Divina Providência de Itabuna, dedicado à formação moral e à capacitação intelectual das jovens.

À frente dos trabalhos voltados à construção e manutenção desses colégios e de outras obras caritativas estavam as “senhoras de caridade” de Itabuna. Essas mulheres foram responsáveis por boa parte das medidas privadas e públicas dirigidas às questões sociais da cidade. Reunidas em associações, agremiadas em sociedades e clubes assistenciais, foram elas que se encarregaram de promover a filantropia como umas das “marcas” mais importantes da atuação política das elites.

Membros de comitês femininos de clubes esportivos e de filarmônicas, protetoras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, irmãs enfermeiras do hospital Santa Cruz, diretoras do Colégio Divina Providência e dirigentes da Associação das Senhoras de Caridade, as mulheres dos setores abastados e médios deram a tônica cultural da cidade ao longo de mais de cinco décadas. Foram as maiores incentivadoras da filantropia caritativa e ajudaram a definir novos ambientes de disciplina urbana, fortalecendo o prestígio social das elites. Também chamadas de “damas da caridade”, essas moças e senhoras compuseram o quadro geral da “economia da caridade”, fomentado, ao longo de muitos anos, na sociedade itabunense. Conforme observaremos no capítulo seguinte, a maior parte das ações sociais de caráter filantrópico dependeu do trabalho dessas mulheres.

CAPÍTULO II

GALERIA DAS ABNEGADAS: FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CARIDADE E RELIGIOSIDADE

Elite feminina: heroínas da caridade ou defensoras da ordem?

A inauguração da Santa Casa de Misericórdia foi uma das mais importantes iniciativas das elites em agir sobre a cidade na medida em que foi o espaço destinado ao acolhimento e ao tratamento das moléstias e misérias expostas em Itabuna. No entanto, ao longo dos anos 1920 e início dos anos 1930, a Santa Casa passou por dificuldades financeiras. As subvenções públicas foram insuficientes para atender as demandas do hospital Santa Cruz, que recebeu um número cada vez maior de “indigentes”²⁰⁶. A imprensa se encarregou de anunciar os apelos em prol da caridade à Santa Casa e, apesar das doações de fazendeiros e comerciantes, foi necessário promover campanhas filantrópicas e eventos festivos para levantar fundos em prol da manutenção da instituição.

Em 2 de maio de 1925, foi levada ao público a primeira sessão de espetáculos musicais para arrecadar recursos para o hospital. Lideradas por Alzira Franco, as senhorinhas Alice Santana, Adélia Kauark, Magnólia Oliveira, Gabriela Oliveira e Cantidia Soares não só promoveram o evento como executaram seu programa musical. O espetáculo realizado no salão do Ideal Cinema recebeu elogios na imprensa. O *A Época* destacou: “uma festa encantadora, onde se notava a graça leve e aristocrática das gentis senhorinhas, que tomaram a incumbência de desempenhá-la, lembrando que sempre devem concorrer com a generosidade dos seus corações”²⁰⁷. Além da associação feita entre a caridade e a representação do feminino como sensível e generoso, é possível notar a integração dessas mulheres com as questões sociais mais prementes desse período. Algo que já vinha sendo

²⁰⁶ Termo usado nos relatórios do Hospital Santa Cruz feitos pela direção da Santa Casa de Misericórdia para se referir aos enfermos pobres. CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 13 de setembro de 1923. Ano IV. n. 16, p. 1.

²⁰⁷ CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 9 de maio de 1925. Ano VIII, p. 1.

feito mesmo antes da inauguração da Santa Casa de Misericórdia, quando moças e senhoras da elite desenvolveram algumas atividades culturais com o propósito de levantar fundos para a construção do prédio do hospital.

Mas o circuito da caridade não se restringiu à Santa Casa de Misericórdia. As jovens e senhoras ricas se engajaram em número razoável de campanhas e eventos em prol de outras entidades e associações da cidade. Em 2 de julho de 1925, Julia Pinto de Oliveira, ao lado das moças que fizeram parte do espetáculo em benefício ao hospital e ao Colégio Divina Providência, realizaram um chá dançante em prol da construção do prédio do Grêmio Litéro-Beneficente Caixeral, sociedade que reunia trabalhadores do comércio. Mais uma vez, as mulheres de elite entravam em cena assumindo para si a tarefa de dar expressão real aos projetos de dominação de sua classe através da filantropia caritativa. Boa parte dos eventos cívicos e culturais da cidade que se relacionavam com os interesses políticos das elites foi organizada e executada por moças e senhoras pertencentes a esse segmento social.

Com atuações individuais ou a partir de suas agremiações religiosas e civis engajaram-se em diferentes tipos de projetos de intervenção urbana e social. Ideal comum entre as mulheres ricas desde a Primeira República, a caridade foi um dos lemas defendidos até mesmo por uma parcela das feministas da época²⁰⁸ e serviu também para justificar a saída mais frequente e sistemática das mulheres das camadas privilegiadas às ruas, possibilitando-lhes um contato maior com os problemas enfrentados pela sociedade.

Conforme examinaremos neste capítulo, senhoras e senhorinhas das camadas abastadas foram chamadas a exercerem publicamente o papel que a representação social concebia como tipicamente feminino: o de mães dedicadas, virtuosas e generosas²⁰⁹. Isso implicou em assumirem atividades políticas necessárias ao controle social e político da cidade. Rachel Soihet afirma que as mulheres de elite não abriram mão dos estereótipos e dos padrões de comportamento que lhes era exigido. Antes, fizeram uso deles para transgredir a ordem que insistia em reservá-las à invisibilidade doméstica²¹⁰. Nesse sentido, interessa-nos apontar como realizaram seu engajamento à vida pública e ao meio político. Os usos que fizeram das imagens tradicionais que as associavam ao ambiente familiar e de quais maneiras

²⁰⁸ Caso da feminista baiana Edith Gama e Abreu. Ver: VIEIRA, Claudia Andrade. Mulheres de elite em movimento por direitos políticos. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 2, n.1, p. 115-130, 2 sem, 2001, p. 117.

²⁰⁹ Jornal *A Época* pela passagem do aniversário de Amélia Tavares Amado destaca: “o lar honrado e feliz da distintíssima aniversariante onde ela pontifica como esposa modelo e mãe amantíssima”. CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 10 de julho de 1926. Ano IX. n. 71, p. 1.

²¹⁰ SOIHET, Rachel. **Transgredindo e Conservando, mulheres conquistam o espaço público... Op. Cit..**

puderam contornar os limites impostos à sua atuação social²¹¹. A intenção é discutir de que formas as mulheres de elite de Itabuna empreenderam seus projetos de autonomia, sem perder de vista a busca por *status* e projeção de sua classe e sem negar os valores morais cristãos e as performances de gênero da época.

As senhoras da caridade

Como visto no capítulo anterior, no início do século XX, algumas frações das elites arregimentaram grupos de mulheres para o fomento de atividades culturais e filantrópicas em prol de diferentes entidades de Itabuna. Além dos já mencionados clubes de futebol e filarmônicas, também os colégios, grêmios e instituições beneméritas se tornaram alvo da atenção e do trabalho assistencial de jovens e senhoras das classes proprietárias. A socialização feminina ocorreu por sua interação com as atividades da cidade, notadamente, com as festas religiosas²¹², as manifestações culturais e as atividades filantrópicas. Essas últimas exercidas em consonância com os projetos políticos de controle sobre trabalhadores, pobres e desvalidos, validados pelos princípios sociais reguladores de “ordem”, “civilização” e “progresso”.

Por outro lado, assumir as tarefas da caridade, tidas como atividades femininas²¹³, pode lhes ter parecido a forma mais adequada de assentar seus propósitos ou de alcançar o meio público e a dinâmica social, tanto por seus valores religiosos, quanto por não se confrontar com as ideias dominantes que lhes resguardavam à condição de mães e esposas. Ideias das quais eram as principais representantes e defensoras. Alberto Heráclito Ferreira Filho afirma que as mulheres baianas agremiadas às associações de caridade, “ao tempo em que se construía como abnegadas guardiãs da honra familiar, ajudavam a modernizar as desigualdades de gênero, operando atualizações históricas que salvaguardaram seculares assimetrias”²¹⁴.

Foi assim que no período de 1920 a caridade ligada à Igreja Católica, em especial, à Sociedade São Vicente de Paulo, predominou entre senhoras e senhorinhas ricas da cidade. A dinâmica de sociabilidade e lazer estava estreitamente vinculada aos eventos religiosos. Em uma ou outra ocasião se envolviam com as festividades profanas, como carnaval e mi-carême.

²¹¹ Recorrendo a Michel de Certeau, Rachel Soihet defende que as mulheres da primeira metade do século XX, jogaram no terreno que não era o seu e, portanto, agiram dando respostas ao seu tempo, marcando rupturas em meio aos preconceitos e ideias de gênero existentes na época. Idem. **Ibidem**.

²¹² APMIJD. **Jornal Oficial**. 1932, n. 50.

²¹³ Ver: LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer... Op. Cit.**, p. 112.

²¹⁴ HERÁCLITO, Alberto. Anna Ribeiro e a solidão da escrita. In: **Humanas: Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS**. Ano 1, n. 2. jun.-dez. Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 52.

Em grande medida, as ações públicas cotidianas dessas mulheres relacionavam-se com o calendário religioso. Nesse caso, fazer parte de confrarias, organizar procissões e festas santas, tornar-se membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e apoiar os projetos assistenciais da Sociedade São Vicente de Paulo, transformou-se num dos lócus da atuação feminina em Itabuna durante esse período. Ademais, a caridade não havia ganhado um caráter estatal. Como já foi mencionado, as políticas sociais de Estado eram efêmeras. A Igreja e as famílias ricas assumiam o papel do assistencialismo, em especial, nos redutos do interior do país.

Os vínculos com os trabalhos beneméritos da Igreja desde o início do século XX permitiram um processo crescente de organização das mulheres em torno de uma associação dirigida exclusivamente por elas. Sob os auspícios da Igreja e dos poderes públicos, foi fundada a Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo em 15 de novembro de 1924. Estando inserida em um contexto de afirmação social dos diversos setores das elites locais, esta associação não mudou o perfil das atividades anteriormente desenvolvidas, no entanto, adquiriu mais respaldo diante da sociedade. Foi a primeira vez que as mulheres abastadas puderam organizar e dirigir uma entidade, cuja importância social se mede pela quantidade de ações realizadas e por sua ligação com órgãos de poder e com as principais instituições da cidade.

A cultura do associativismo, presente no contexto da Primeira República também alcançou as mulheres dos segmentos favorecidos economicamente²¹⁵. Em sua composição social, a Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna (ASCI) possuía esposas e filhas de fazendeiros, comerciantes, políticos. Homens de poder e riqueza. A agremiação feminina passou a cumprir os trabalhos assistenciais que antes realizavam dispersamente a partir da Sociedade São Vicente de Paulo. Uma vez criada, encarregou-se de quase todas as atividades beneméritas e filantrópicas realizadas na cidade.

Inserida em uma rede de solidariedade vertical dirigida pelas instituições geridas por membros das classes dominantes, essa associação se orientou pelo ideal do assistencialismo paternalista, cujo propósito se assentava no interesse das elites em manter o controle político, evitando confrontos com as camadas empobrecidas e subalternizadas, entendidas como “geradoras da desordem”²¹⁶. Foram elas que, com seu trabalho assistencialista, ajudaram a consolidar uma representação positiva para os homens na política. A filantropia se constituiu como um braço da política institucional levado a cabo pelas mulheres de elite. Suas ações

²¹⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Op. Cit.**, pp. 99-113.

²¹⁶Ver: SOUSA, Erahsto Felício de. **Op. Cit.** p. 95.

recaiam não somente sobre pobres e desvalidos, mas atingiram entidades de classe que agremiavam categorias de trabalhadores, como a Sociedade Monte Pio dos Artistas.

A ligação de políticos com associações e entidades de trabalhadores era peremptória para sua sustentação nos órgãos de poder. Delas emanavam apoio e votos. Por isso, além da prática comum de favorecimento financeiro por meio de subvenções públicas, as elites políticas buscaram estabelecer laços simbólicos, expressos na relação que as mulheres dos segmentos favorecidos constituíram com essas entidades. Julia Kruschewsky, esposa do fazendeiro e político José Kruschewsky, além de conselheira da ASCI, foi uma das patrocinadoras da filarmônica Euterpe Itabunense, pertencente à Sociedade Monte Pio dos Artistas²¹⁷. Amélia Tavares Amado, esposa do deputado Gileno Amado, foi a primeira vice-presidente da ASCI e era irmã protetora da Santa Casa de Misericórdia²¹⁸. Laurinda Fontes Lima, esposa do conselheiro municipal Francisco Fontes da Silva Lima, foi presidente da ASCI e uma das mais destacadas filantropas da Santa Casa de Misericórdia²¹⁹.

As ações assistenciais e filantrópicas dessas mulheres não correspondiam apenas ao seu perfil religioso caritativo, antes faziam parte do conjunto de ações políticas destinadas a conservar os ricos no poder, aumentando seu prestígio e reconhecimento social. Embora tenha surgido no interior de uma confraria religiosa, e, por isso, tenha tido a caridade como princípio motivador para suas ações, a ASCI, ao longo de décadas, ampliou sua intervenção pública, consolidando-se como referência no campo da filantropia. Isto é, as mulheres que fizeram parte dessa associação, preservaram os ideais cristãos de doação, altruísmo e devotamento sobre seus trabalhos beneficentes, mas também souberam fazer uso político de todos eles.

Nos anos 1920, a Associação das Senhoras de Caridade se consolidou como a principal associação de caráter benemérito filantrópico de Itabuna. A partir desse período, a maior parte dos eventos de natureza político-assistencial teria a interferência das “senhoras de caridade”²²⁰. Diante de problemas que afetavam diretamente a vida urbana, como a mendicância, a maternidade pobre e desamparada ou a infância desvalida, as mulheres de elite passaram a agir. Depois da fundação de sua associação se dedicaram mais detidamente às questões que envolviam a infância abandonada. Em 7 de setembro de 1925, a ASCI promoveu um evento caritativo em benefício ao orfanato para crianças abandonadas. Tratava-se do

²¹⁷ MENEZES, Moacir Garcia. **Op. Cit.**, p. 57.

²¹⁸ CEDOC/UESC. **Jornal A Época**. 12 de setembro de 1925. Ano VIII. n. 43, p. 1.

²¹⁹ CEDOC/UESC. **Jornal A Época**. 15 de setembro de 1928. Ano XI. n. 431, p. 1.

²²⁰ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 15 de agosto de 1928. Ano IX. p. 1.

orfanato da Sociedade São Vicente de Paulo. O evento durou três dias e arregimentou dezenas de mulheres²²¹.

Presidida pela senhora Maria Oliveira Andrade, a Associação realizou seu primeiro evento público. Como tentativa de demonstrar sua importância e grandiosidade o evento foi realizado no centro da cidade – a Praça Adami – e contou com uma programação bastante diversificada. Entre as diversões oferecidas pelas senhorinhas da ASCI estavam a seta do cupido, o leilão de prendas, o telégrafo e o correio. Dentre as atividades desenvolvidas, a que mais parece ter agradado ao público e também as moças foi a brincadeira da prisão, em que duas senhorinhas fardadas “encarceravam” as pessoas e só as liberavam após o pagamento do resgate a uma das moças vestida de carcereira²²². Segundo o jornal *A Época*, esse foi o momento mais animado do evento, pois a “rapaziada elegante teve seu ensejo de passar alguns deliciosos momentos, com a agradável surpresa, pagando larga e generosa a sua carceragem”²²³.

É possível que as jovens experimentassem expor sua subjetividade em momentos como esses, em que podiam usufruir de relativa liberdade. Ainda que os olhos de toda sociedade servissem de mecanismo de vigilância sobre seus comportamentos, elas estavam amparadas no propósito da caridade. As atividades se revestiam de um tom de altruísmo e sacrifício cristão. Sem dúvida, puderam exercitar parte de seus desejos e talentos nesse tipo de evento caritativo.

As mulheres puderam se fixar no meio público através do assistencialismo e respaldadas no princípio da caridade. Destacando o trabalho das senhoras e senhorinhas engajadas no evento da Associação das Senhoras de Caridade, o *A Época* de setembro de 1925 enfatizou: “num acto de verdadeira abnegação, desprezaram os quefazeres communs dos seus lares, para se dedicarem à obra meritória de levantar um templo onde encontre carinho e conforto as pequeninas creanças abandonadas”²²⁴. A imagem da mulher vinculada ao ambiente doméstico ainda era bastante significativa. Os jornais ajudavam a reforçar essas imagens. A cada referência às senhoras e senhorinhas de elite surgia um painel de virtudes ligado aos papéis familiares. Porém, isso esteve longe de impedi-las de se ocuparem com as atividades sociais. A imprensa parece ter se dado conta disso.

Outro aspecto que sobressai na matéria do periódico é o interesse mais constante das elites pela “infância desamparada”. Os membros da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia

²²¹ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 12 de setembro de 1925. Ano VIII. n. 43, p. 1.

²²² Idem. **Ididem**.

²²³ Idem. **Ididem**.

²²⁴ Idem. **Ididem**.

já haviam manifestado essa preocupação em seu Livro de Compromissos, embora não tenham conseguido efetivar o objetivo de construir um asilo para crianças abandonadas. A Sociedade São Vicente de Paulo também estabeleceu um programa de acolhimento às crianças pobres ou abandonadas, esboçando, através da Associação das Senhoras de Caridade, um repertório de medidas em prol desse segmento. Segundo Andréa da Rocha Rodrigues, esse foi o momento em que se desenvolveram ideias de que “a saúde pública e a infância pobre eram questões sociais passíveis de intervenção”²²⁵. Em Itabuna, o Hospital Santa Cruz correspondia ao abrigo e cuidados dos doentes pobres. Já o amparo de crianças desvalidas ficava sob encargo do Orfanato da Sociedade São Vicente de Paulo²²⁶.

Permitir que crianças famélicas se amontoassem nas ruas, inseridas entre pedintes e mendigos, não interessava ao poder público, nem às elites. As crianças pobres, mal vestidas, jogadas nas calçadas não correspondiam aos ideais progressistas da classe proprietária que tentava irradiar imagens de uma cidade civilizada e moderna. O recurso da filantropia foi novamente acionado para tentar resolver o problema. A imprensa foi utilizada como canal discursivo para convencer o restante da sociedade da necessidade de criarem um espaço para acolher, cuidar e educar crianças pobres. O *Jornal de Itabuna*, em 15 de agosto de 1928, em matéria intitulada “Festa de Caridade”, anunciou a programação festiva criada pela Associação das Senhoras de Caridade para a comemoração do “Dia da Independência do Brasil”, cujo propósito era levantar fundos para a conclusão do prédio do Orfanato, que também servia de colégio para meninas. Na matéria, o articulista deixa claro que a obra do orfanato era a materialização dos sentimentos religiosos e patrióticos da sociedade itabunense. Para ele, o exercício do patriotismo também deveria se manifestar no assistencialismo e na caridade:

Como seríamos patriotas sem doer-nos o coração vendo creanças tristes sem asilo e escola, viúvas rotas sem pão para filhinhos, homens analfabeto, opilados ou chagados, mendigos velhinhos ou cegos, todos patrícios, implorando esmolas à nossa porta? Sendo caridosos, grita em nosso íntimo bem alto o culto de pátria. Bem haja os gêmeos sentimentos: Patriotismo e Caridade!²²⁷

Porém, o jornal *Diário da Tarde* de Ilhéus deixou ainda mais evidente a associação entre o interesse em intervir sobre a infância através da caridade e do assistencialismo em defesa do “futuro da Pátria”. O periódico destacou a realização do evento filantrópico em Itabuna dirigido pela Associação das Senhoras de Caridade e fez críticas ao papel dos poderes

²²⁵ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida... Op. Cit.** p. 34.

²²⁶ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 8 de agosto de 1928. Ano IX. n. 408, p. 1.

²²⁷ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 15 de agosto de 1928. Ano IX. n. 409, p. 1.

públicos em relação ao amparo à infância desvalida. Segundo a matéria do noticiário, o “problema de assistência à infância tem sido descuidado no país. A iniciativa oficial não tem avançado nessa tarefa grandiosa de preparar os futuros homens da pátria”²²⁸. A matéria citou Salvador, capital do estado, como modelo de assistência à infância. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com sua creche, escola, gota de leite e consultórios médico e dentário gratuitos e sua clínica às gestantes pobres, era exemplo de como “o esforço desvelado de almas filantropas e patriotas”²²⁹ havia gerado uma segura forma de intervenção sobre a infância desamparada.

O *Diário da Tarde* seguiu a linha de incentivo às iniciativas filantrópicas de particulares. Reclamando da falta de apoio da sociedade a algumas intervenções de caráter assistencial à infância em Ilhéus, parece ter usado do anúncio do evento das Senhoras de Caridade de Itabuna para estimular a integração da alta sociedade ilheense nesse tipo de ação pública. O periódico salientou: “a grande instituição pia que é a Sociedade das Senhoras de Caridade realizará magníficas festas beneficentes na vizinha cidade de Itabuna para auxílio do Azylo São Vicente de Paulo”²³⁰.

Em Itabuna, a festa ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1928 e obedeceu à sequência de rituais solenes da Igreja cristã. O Cônego Hortêncio Vieira dos Santos rezou uma missa e logo após ocorreu uma comunhão geral, seguida de procissão acompanhada pelas agremiações religiosas e pelas escolas. Os atos religiosos faziam parte da programação festiva em homenagem tanto às comemorações do Sagrado Coração de Jesus (em que também participaram as senhoras de caridade) quanto ao dia da pátria. A ASCI imprimiu o caráter recreativo ao evento, promovendo algumas brincadeiras para contrair fundo para o orfanato. Além do trabalho das senhoras de caridade, as festas tiveram apoio financeiro de membros do poder público e de ricos proprietários. O intendente Benjamim de Andrade, o juiz cível Altino Serbeto de Barros, o juiz criminal Arthur da Silva Conrado, o promotor público Boaventura Moreira Caldas, o presidente da Associação Comercial Godofredo Almeida do Espírito Santo, o presidente da Sociedade Montepio dos Artistas e Elpídio Soares do Rosário foram os patronos da festa.

Igreja, poder público, associações de classe, todos reunidos em torno de uma festa cívico-religiosa, cujo objetivo era angariar recursos para uma obra benemérita de assistência à infância pobre. Isto é um indício de que o ideal da caridade realmente atravessava diversos

²²⁸ CEDOC/UESC. Jornal *Diário da Tarde*. 23 de agosto de 1928. Ano I. n. 154, p. 1.

²²⁹ Idem. *Ibidem*.

²³⁰ Idem. *Ibidem*.

setores e entidades da cidade. A filantropia, nesses moldes, fez parte da cultura política da sociedade. Alcir Lenharo, em “Sacralização da Política”, afirma que a caridade como imagem religiosa colaborou para imprimir submissão e conformação dos sujeitos às relações e aos papéis sociais. As práticas caritativo-assistenciais implicaram em ajustar a cidade ao modelo de civilidade compartilhado das capitais e dos centros urbanos, em que os ditos “problemas sociais” se tornaram alvo de intervenções públicas e privadas. Não seria diferente com a questão da infância desvalida. O *Jornal de Itabuna* de 5 de setembro de 1928 enfatizou:

O Rvmo. Cônego Hortêncio e as exmas. Senhoras de Caridade esperam contar com a generosidade da população, porque o orphanato será um estabelecimento que muito honrará os fôros de que Itabuna goza como cidade civilizada, ainda porque, será uma instituição pia e de utilidade, pois que se destina a amparar as creanças órfãs e pobres, dando-lhes carinho, instrução e preparando-lhes o futuro²³¹.

O *A Época* de 15 de setembro de 1928 salientou que “não verificou durante as festas a mínima perturbação da ordem, não tendo a polícia senão de exercer a sua função fiscalizadora”²³². Fato que apenas reforça a ligação dos projetos assistenciais com as políticas de ajustes e controle sobre os corpos na cidade. E, as próprias mulheres inseridas neles, eram perscrutadas em todos os sentidos. Durante as festas, um grupo de rapazes organizou um concurso para eleger a senhorinha mais bonita de Itabuna. Formaram uma comissão para avaliar a aparência das jovens. O concurso foi considerado um dos principais atrativos da festa. A vencedora foi a jovem Iracema Alves de Sant’Ana, que obteve 200 votos. O jornal fez questão de salientar que a moça era filha do sr. Antonio Alves Sant’Ana. Qualquer exposição ou representação feita sobre as mulheres deveria seguir as normas de prescrição da ordem de gênero. Moça solteira era, desde logo, associada à figura paterna²³³. O concurso de beleza feminina não era novidade em Itabuna. Ao longo dos anos 1920 várias empresas promoveram concursos de beleza na cidade. Refletiremos sobre isso no próximo capítulo.

A cultura dominante reforçava modelos idealizados para as mulheres. Em especial, para as dos segmentos privilegiados economicamente. Das mulheres ricas, além dos atributos de mãe e esposa dedicadas, exigia-se fidelidade, elegância, educação e beleza. As décadas de 1920 e 1930 não assistiu apenas a saída das mulheres de elite à cena pública, mas também um painel de exigências estéticas e comportamentais sobre elas. O direito de análise e avaliação do corpo feminino não era só de médicos. A imprensa também agiu nesse campo, incentivando ou reprimindo hábitos. A construção de um perfil de feminilidade e, mais

²³¹ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 5 de setembro de 1928. Ano IX. n. 412, p. 1.

²³² CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 15 de setembro de 1928. Ano XI. n. 431, p. 1.

²³³ Ver: PEDRO, Joana Maria. *Op. Cit.*, p. 67.

precisamente, de um feminino ideal, se esboçava em matérias e anúncios sobre posturas e comportamentos próprios da mulher das camadas dominantes. As casadas eram representadas como exímias mães e esposas. A participação delas na vida social e política da cidade se justificava por uma razão fundamental: a caridade. Característica originada de suas virtudes cristãs.

Quando veiculavam as festas de caridade organizadas pela Associação das Senhoras de Caridade, os jornalistas apresentavam as agremiadas como “distintas senhoras e elegantes senhorinhas”²³⁴. A vida social das mulheres ricas era dirigida com algum rigor por padrões de conduta e de exposição pública²³⁵. De acordo com Joana Maria Pedro, “as mulheres que enfeitavam não poderiam ser as mesmas que eram lavadeiras, vendedoras, prostitutas. As imagens das ricas deveriam se referir àquelas destinadas a demonstrar a distinção familiar”²³⁶. As mudanças nos padrões de sociabilidades não permitiram acesso livre e irrestrito ao universo público. As novas experiências femininas também foram atravessadas pelos imperativos de postura de classe e de gênero.

Sua inserção à vida social talvez fosse mais difícil e limitada do que a das mulheres empobrecidas, frequentadoras da rua, das margens e do leito do rio Cachoeira em Itabuna²³⁷. Os códigos de comportamento e as performances de gênero predominavam com força no interior da camada dominante. Um passo além do que lhes fosse autorizado poderia causar danos à imagem pública da família.²³⁸

A opção pela filantropia entre boa parcela das mulheres pertencentes aos setores abastados se explica pelo fato de acreditarem estar de acordo ao perfil de feminilidade instituído socialmente. Segundo Maria Izilda Matos, a partir dos anos 1920, a “teoria da complementariedade” desviou o acento dado à inferioridade feminina para a ideia de que as diferenças biológicas e sociais de homens e mulheres eram necessárias e complementares. Essa teoria apenas reforçava a divisão sexual de áreas de atuação²³⁹. Enquanto Amélia Amado estivesse empenhada em dirigir a casa e a associação de caridade, seu esposo, Gileno Amado, competia no mundo político. A matéria de *A Época* reforçou as representações de feminino e

²³⁴ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 5 de setembro de 1928. Ano IX. n. 412, p. 1.

²³⁵ Ver: MALUF, Marina. e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: **História da Vida Privada no Brasil. República... Op. Cit.**, pp. 368-373.

²³⁶ PEDRO, Joana Maria. **Op. Cit.**, p. 68.

²³⁷ Ver tópico: “Lavadeiras e engraxates: trabalhadores de ganho de Itabuna” em: CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Uma cidade em disputa... Op. Cit.**, pp. 138-150.

²³⁸ CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 9 de julho de 1927. Ano X. n. 105, p. 1.

²³⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: **O Corpo Feminino em Debate**. (Org.) Maria Izilda S. de Matos e Rachel Soihet. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 122-123.

masculino como complementares. Ao lado das referências feitas à Amélia Amado havia uma descrição sobre seu marido: “Gileno Amado, o valoroso defensor das liberdades públicas, da grandeza e da tranquilidade de Itabuna”²⁴⁰.

A filantropia foi constituída como marca de atuação social das mulheres de elite no decorrer na primeira metade do século XX. A partir das atividades filantrópicas, elas não só alcançaram o universo público como redesenharam seu papel social, assumindo parte das tarefas políticas de sua classe. As senhoras de caridade de Itabuna não pareciam estar interessadas em se confrontar abertamente com os padrões de comportamento ou com os códigos sociais e de gênero da época. Sequer pensaram em formar organizações femininas para reivindicar direitos políticos. No entanto, é possível que alguns dos ideais feministas dos anos 1920 e 1930 fossem pensados e trabalhados em suas práticas sob outra lógica, a da legitimidade da participação feminina na cena pública pela via da manifestação dos valores cristãos e burgueses. Isto é, através da filantropia²⁴¹.

Abnegadas assistencialistas cristãs!

Apesar das referências ao feminismo na imprensa, as mulheres de elite de Itabuna não se aglutinaram em torno de projetos de afirmação social por meio de movimentos reivindicatórios até onde sugerem as fontes encontradas. O acesso que tiveram às informações sobre as mobilizações e o desempenho de feministas no cenário nacional e dentro do estado não foram suficientes para motivá-las a criarem uma associação que tivesse qualquer aparência próxima às organizações criadas pelas feministas.

Em abril de 1928 chegou à região a feminista Eulina Thomé de Souza. Nascida em Feira de Santana, Eulina Thomé havia morado alguns anos na capital do estado, formando-se no Instituto Normal. Ao retornar para Feira de Santana a partir de 1926, tornou-se uma “peregrina do feminismo”²⁴². Percorreu várias cidades da Bahia pregando a emancipação feminina e o fim do “despotismo masculino”²⁴³.

Eulina Thomé de Souza realizou em Itabuna e Ilhéus algumas conferências. Sob o lema da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a feminista feirense desenvolveu palestras e conseguiu chamar a atenção nos dois centros urbanos, provocando reações das mais controversas entre seus ouvintes. Em suas conferências, Eulina acusava os homens de

²⁴⁰ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 9 de julho de 1927. Ano X. n. 105, p. 1.

²⁴¹ OLIVEIRA, Aline Paim. A Paladina (do lar) e a situação da mulher no princípio do século. In: **Metamorfoses**: Gênero na perspectiva interdisciplinar. Salvador: NEIM/UFBA, 1998, pp. 189-196.

²⁴² BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 24 de abril de 1928. Ano I. n. 60, p. 1.

²⁴³ BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 18 de abril de 1928. Ano I. n. 53, p. 1.

terem roubado a liberdade das mulheres, tirando-lhes as prerrogativas de companheira na conquista do progresso. Como as demais feministas da época, ela reivindicava maior instrução para as mulheres “marcharem pari passu com os homens para as posições políticas”²⁴⁴ e demais questões da vida pública. Segundo a conferencista, a campanha que desenvolvia em prol do feminismo servia para despertar as mulheres brasileiras do sono em que estavam mergulhadas.



Figura 4 - Notícia da passagem de Eulina Thomé de Souza na imprensa de Itabuna.

Fonte: Jornal de Itabuna, 16 de maio de 1928, Ano VIII, n. 397

Vestida com trajes de *cow-girl*²⁴⁵, Eulina Thomé de Souza realizou suas conferências em teatros e praças públicas das duas cidades²⁴⁶. A surpresa dos que acompanharam seus discursos também se deveu ao impacto provocado pelas vestimentas, pelo modo como se expressava – considerados masculinos – e por “suas atitudes desempenadas e varomil”²⁴⁷. Contudo, a feminista agradou uma parcela dos ouvintes verberando que não pretendia que as mulheres fossem como os homens, isso significaria o “triunfo da imoralidade”²⁴⁸. Pelo contrário, apontou discordâncias com o “feminismo rubro”²⁴⁹ que, segundo ela, só desejava a ruína do lar, enquanto a “reabilitação da mulher” ocorreria a partir da consolidação da família

²⁴⁴ BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 14 de abril de 1928. Ano I. n. 52, p. 4.

²⁴⁵ A expressão em inglês *cow-girl* é similar a peoa em português.

²⁴⁶ BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 24 de abril de 1928. Ano I. n. 60, p. 1.

²⁴⁷ BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 26 de junho de 1928. Ano I. n. 108, p. 4.

²⁴⁸ BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 18 de abril de 1928. Ano I. n. 53, p. 1.

²⁴⁹ “Feminismo rubro”, considerado radical por sua vinculação aos ideais comunistas revolucionários. Ver: ALMEIDA, Maria Amélia. O ideário feminista na Bahia nos anos 30. In: **Revista História**. São Paulo: UNESP. Vol. 12, p. 1-361, 1993, p. 69

e da moral²⁵⁰. O feminismo associado à dissolução da família foi rejeitado. Afinal, a família era um dos valores cristãos e burgueses mais importantes na época²⁵¹.

De acordo com Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos, a concepção de feminismo de Eulina Thomé de Souza ainda se assentava em concepções de gênero pautadas na diferença sexual. Ela exaltava o papel cumprido pela mãe por sua potência civilizadora, já que era responsável pela educação dos filhos. A historiadora salienta que o feminismo praticado pela feminista revelava uma concepção de que a emancipação da mulher se daria a partir do pressuposto de que “tendo acesso à cultura, poderia ministrar com maior perfeição a educação dos filhos e apoiar o marido, favorecendo a família e o bem-estar social”²⁵². Eulina refletia em seus discursos o fundo de ideias comuns desse período. Aliás, não só ela, como parte considerável das feministas assimilou e reproduziu em suas propostas e programas as concepções de papéis sexuais muito próximas ao padrão de condutas dominantes. Isto é, apesar de questionarem a condição da mulher na sociedade, essas feministas não romperam os limites da visão que sustentava o papel da mulher como mãe e esposa²⁵³.

Nos anos 1920, a influência dos valores cristãos era muito evidente nos discursos e práticas da maioria das feministas. Algumas delas diziam serem feministas cristãs, como foi o caso da escritora baiana Amélia Rodrigues²⁵⁴. Elas não abriram mão de conceber a mulher como baluarte da moral e da família. Por outro lado, protestavam contra a falta de acesso de uma parcela das mulheres aos níveis de instrução. Um dos argumentos mais fortes do feminismo em suas versões, cristã ou sufragista, era a defesa da educação feminina, um dos meios mais importantes, segundo elas, para se alcançar o desenvolvimento e o progresso da nação²⁵⁵. A historiadora Rachel Soihet argumenta que, em casos como o da sufragista Bertha Lutz, reivindicar direitos civis e políticos sem, necessariamente, romper com a ordem que instituía os papéis de gênero, deve ser entendido como algumas das maneiras sutis, sorrateiras, “engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide”²⁵⁶.

²⁵⁰ BPEBa. Jornal **Diário da Tarde**. 18 de abril de 1928. Ano I. n. 53, p. 1.

²⁵¹ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 14 e 15.

²⁵² RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade princesa: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)**. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2007, p. 123.

²⁵³ VIEIRA, Claudia Andrade. **Op. Cit.**, p. 116.

²⁵⁴ ALVES, Ívia. Amélia Rodrigues: posições e estratégias. In: **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA/NEIM, 1998, p. 190.

²⁵⁵ ALMEIDA, Maria Amélia. **Op. Cit.**, pp. 64-65.

²⁵⁶ SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres. 2006, p. 22.

Portanto, “atuar num campo que não era o seu”²⁵⁷ pode ter exigido das mulheres a formulação de diferentes “táticas” para adentrar a esfera pública e, nela, a instância da política institucional sem, portanto, ferir as regras e papéis sexuais, mas também sem originar grandes e intransponíveis obstáculos às suas causas, que foram tornadas legítimas nos anos 1930. Discutindo o uso feito por algumas feministas sufragistas da concepção mítica da maternidade em prol da aquisição de direito, Rachel Soihet enfatiza:

A utilização desse recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua incapacidade, num dado momento, de questionarem prerrogativas da vontade dominante. Pelo contrário, reverenciam as regras estabelecidas, embora busquem perseguir objetivos próprios. No caso das feministas, embora de um lado, demonstrem aceitar certas diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente, de outro, buscam sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma²⁵⁸.

Esse pressuposto desvela as ambiguidades existentes nas práticas de sujeitos inseridos em processos de dominação. Como as relações de poder eram atravessadas pelas questões de gênero, as mulheres estavam submetidas a uma ordem que operava códigos bastante rigorosos sobre seus comportamentos. No entanto, as respostas manifestadas contra as nuances dessa ordem que enredava o cotidiano de todas elas, nem sempre foram diretas e abertamente conflitantes. Se uma parcela das mulheres de elite se organizou em movimentos de luta por direitos, outras buscaram manter formas tradicionais, muito próximas ao padrão de feminilidade exigido, para gradualmente modificarem essa mesma ordem que teimava em anulá-las no ambiente social e político.

Supomos que as “senhoras de caridade” se inserem dentro dessa segunda perspectiva. Mesmo sem traçar racionalmente objetivos políticos para sua atuação no cenário público, essas mulheres conseguiram reestruturar a vida social e política da cidade a partir dos anos 1920. Por exemplo, era quase impensável elaborar uma campanha política sem traçar uma relação de proximidade com as instituições assistenciais e mutualistas da cidade. As mulheres de elite envolvidas com a filantropia eram “pontes” entre a política institucional e a maioria das organizações beneméritas²⁵⁹.

A interface das relações de poder não se aplicou apenas às questões de gênero, mas também as de classe. Portanto, foi necessário que essas mulheres se colocassem ao lado dos homens de sua classe para empreender os projetos de dominação e manter o *status quo*. Além

²⁵⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano...** Op. Cit., pp. 97-102.

²⁵⁸ A historiadora ainda acrescenta que, “nas condições em que se desenvolvia o feminismo no país, não havia, naquele momento, uma outra opção”. Isso definiria suas atuações como “táticas”. SOIHET, Rachel. **Op. Cit.**, pp. 97-106.

²⁵⁹ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 12 de setembro de 1925. Ano VIII. n. 43, p. 1.

disso, na imprensa apenas se viu uma parca defesa a um tipo de “feminismo brasileiro”, aquele que “não era arruaceiro, nem exibicionista”²⁶⁰. Segundo o *A Época*, o feminismo aceitável era o das “moderadas feministas brasileiras”, com exceção da professora Daltro²⁶¹, “que era abertamente revolucionária, e das suas colegas que eram pregadoras do amor livre e adversárias do casamento”²⁶². A orientação dada pelos jornais às suas leitoras é que se mantivessem inseridas nas causas pias, conforme os “designíos do seu espírito e coração”²⁶³.

As conferências de Eulina Thomé de Souza em 1928 não chegaram a convencer as ricas senhoras a formarem grupos de resistência e combate ao “despotismo masculino”. Laurinda Fontes, Amélia Amado, Julia Kruschewsky, Maria Oliveira Andrade, Alice da Silva Ferreira, Adelina Rebouças, Almerinda Modesto, Etelvina Guedes, entre as que assumiram a direção da Associação das Senhoras de Caridade nos anos 1920, não se tornaram feministas. As fontes analisadas nesse trabalho não permitem apontar que tivessem manifestado interesse pela conquista de direitos civis para as mulheres. Mas, suas ações caritativas e filantrópicas também revelaram ambiguidades. O fato de defenderem e exaltarem a maternidade, “valor uníssono na sociedade naquele momento”²⁶⁴, as motivou a agirem sobre as questões sociais.

Nos Estatutos da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna²⁶⁵ vislumbravam fins muito parecidos aos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino²⁶⁶. “Proteger as mães e a infância; promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina, ou mesmo, orientar a mulher na escolha de uma profissão”²⁶⁷ – foram alguns dos parâmetros e objetivos fixados pela federação feminista. Uma parte deles já era praticada pelas mulheres de elite engajadas em entidades assistenciais da cidade. Além disso, também constavam em seus Estatutos, “promover obras de beneficência, fundar orfanatos e escolas para meninas pobres, amparar as jovens pobres”. O que demonstra que as senhoras de caridade estiveram atentas e envolvidas com as ideias ligadas aos projetos de instrução feminina. Sem qualquer relação com o feminismo político, essas mulheres cumpriram, à sua maneira, o repertório de ideais sintonizados com os valores republicanos. Um deles foi a vinculação da educação feminina à

²⁶⁰ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 13 de outubro de 1928. Ano XI. n. 435, p. 1.

²⁶¹ Deolinda Daltro, uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino (1910), criou cinco filhos separada do marido. Chegou a percorrer vários lugares no interior do Brasil em defesa de ideais humanistas. Ver mais detalhes sobre a professora Daltro em: PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. Cit.*, pp. 18-19.

²⁶² Idem. *Ibidem*.

²⁶³ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 9 de maio de 1925. Ano VIII. n. 25, p. 1.

²⁶⁴ SOIHET, Rachel. *Op. Cit.*, pp. 107.

²⁶⁵ APMIJD. Jornal Oficial. *Estatutos da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna*. 26 de abril de 1947. n. 829.

²⁶⁶ ALMEIDA, Maria Amélia. *Op. Cit.*, p. 64.

²⁶⁷ Idem. *Ibidem*.

modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania de crianças e jovens²⁶⁸.

Educação e filantropia

A educação feminina foi um ponto de preocupação entre as senhoras de caridade de Itabuna²⁶⁹. Essa preocupação variou entre cuidar da própria formação para inserção profissional, e conseqüente ascensão social, e buscar incluir meninas empobrecidas na dinâmica da formação para o trabalho. Nos anos 1920, a maioria dos colégios dedicados à educação feminina, a saber, das filhas das elites, concentravam-se na capital e estavam sob a direção de ordens religiosas da Igreja Católica²⁷⁰. Em Ilhéus foi criado o colégio Nossa Senhora da Piedade da Ordem Ursulina, em 1916²⁷¹. Tratava-se da escola de ensino normal mais próxima de Itabuna até o início dos anos 1940, quando o Colégio Divina Providência passou a oferecer tal modalidade de ensino. No entanto, as fontes utilizadas para esta pesquisa não nos permitem afirmar se a maior parte das moças ricas de Itabuna das décadas de 1920 e 1930 estudou no Colégio Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus.

A princípio se constatou várias referências sobre jovens que iam para capital fazer o curso normal²⁷². Algumas delas chegaram a ingressar no ensino superior. Foram os casos das senhorinhas Alice Santana e Alzira Franco, ambas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia em Farmácia e Odontologia, respectivamente. Esses casos pareceram ter sido pouco comuns na sociedade itabunense dos anos 1920. Apesar de o senso da época apontar o número de 31 mulheres inseridas entre as “profissões liberais”, não se sabe ao certo quantas delas possuíam a formação superior²⁷³. Por ser uma situação bastante prestigiada socialmente, os jornais mencionariam outros casos de moças formadas em faculdades, o que não ocorreu. Dessa forma, acreditamos que foi ínfima a quantidade de jovens itabunenses diplomadas nas escolas de nível superior nesse período.

²⁶⁸ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: **História das Mulheres no Brasil... Op. Cit.**, p. 447.

²⁶⁹ As atividades desenvolvidas em amparo à Santa Casa de Misericórdia ou em prol do Colégio Divina Providência e do orfanato da Sociedade São Vicente de Paulo ilustram esse engajamento.

²⁷⁰ Ver SENA, Patrícia Mota. **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2005.

²⁷¹ SILVA, Ivaneide Almeida. **História e Educação Religiosa em Ilhéus, 1916-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2004, p. 70.

²⁷² O jornal *A Época* anuncia o êxito da jovem Alcina Kruschewsky na Escola Normal do Estado. CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 2 de novembro de 1927. Ano X. n. 122, p. 2.

²⁷³ IBGE/Brasil. **Recenseamento Geral do Brasil**. Realizado em 1 de setembro de 1920. (População). Volume 4. Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1930.

Nos anos 1920, a instrução em Itabuna esteve a cargo de uma ordem religiosa, a Sociedade São Vicente de Paulo. Tanto o ensino particular quanto as aulas gratuitas oferecidas pelos colégios São Vicente e Divina Providência eram orientados pelo modelo de formação católica²⁷⁴. A ausência de escolas públicas primárias na localidade inviabilizou, inicialmente, a inclusão das normalistas no mercado de trabalho²⁷⁵. As professoras formadas ministravam aulas particulares em suas casas aos filhos das elites. Otaciana Pinto, formada pela Escola Normal da Bahia, e Lindaura Brandão, normalista pelo Colégio Nossa Senhora da Piedade de Ilhéus, são exemplos de professoras que fundaram “escolas” em suas casas. A escola Água Branca de Otaciana Pinto localizava-se na Rua Floriano Peixoto, enquanto a escola da professora Lindaura Brandão ficava na Rua da Palha.

Essas atividades ampliaram a possibilidade de aparição e reconhecimento público dessas mulheres por seu desempenho profissional. Lindaura Brandão deu continuidade aos trabalhos do magistério na escola Manoel Vitorino da Sociedade Montepio dos Artistas e nos anos 1940 foi convidada a ingressar no colégio Divina Providência, chegando a se tornar diretora dessa instituição escolar²⁷⁶. Segundo Guacira Lopes Louro, apesar de impor uma regulação acentuada na conduta feminina, o magistério proporcionou alguma autonomia para essas mulheres²⁷⁷ porque lançava sobre elas o desejo de trabalhar fora de casa²⁷⁸.

Nos anos 1930, a política de Estado sobre a educação pública se tornou mais forte e, entre outras coisas, gerou um relativo aumento do número de escolas primárias em grandes e pequenas cidades do país²⁷⁹. Guardadas as devidas proporções, os poderes públicos municipais também começaram esboçar um programa mínimo de instrução para os subalternizados²⁸⁰. Na passagem da década de 1920 para 1930, as redes e alianças políticas ainda se ajustavam à luz das influências do antigo paternalismo. Pode-se afirmar que houve um alargamento das formas de atuação assistencial da parte das elites, notadamente, das mulheres ricas e uma ampliação de sua influência sobre as questões ligadas à educação

²⁷⁴ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 29 de março de 1923. Ano III. n. 144, p. 2.

²⁷⁵ A imprensa queixava-se da deficiência da instrução pública, culpando os poderes públicos pela ausência de escolas e pelo grande número de analfabetos. CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 22 de fevereiro de 1923. Ano III. n. 139, p. 1.

²⁷⁶ MENEZES, Moacir Garcia. **Op. Cit.**, pp. 47 e 56.

²⁷⁷ Heleieth Saffioti salienta que a Escola Normal, quer na forma de instituição oficial, quer na instituição privada, desempenhou relevante papel na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira. SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 222.

²⁷⁸ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. **Op. Cit.**, p. 466.

²⁷⁹ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006, pp. 302-305.

²⁸⁰ Durante o governo do prefeito Claudionor Alpoim (1932-1937) foi construído e inaugurado o prédio da Escola Municipal Lúcia Oliveira, onde a maioria das professoras formadas passou a lecionar. Ver em: GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **O Jequitibá da Taboca... Op. Cit.**, p. 237 e 238.

pública e privada. Agindo em consonância de ideias e valores políticos, elites e poder público promoveram rearranjos na formação cultural dos habitantes da cidade.

Durante esse período se ampliou a quantidade de mulheres envolvidas com as atividades do magistério e com outras modalidades de aprendizagem, a exemplo da datilografia. Como a caridade, o magistério passou a ser visto enquanto uma atividade feminina. Associado a uma atividade de amor, entrega e devoção, foi entendido como uma extensão da maternidade²⁸¹. Razão de ser uma atividade não só aceita como incentivada para as mulheres. Em 1º de dezembro de 1935 o jornal *O Fanal* publicou uma matéria sobre o empenho da professora Edith Bittencourt Nascimento na promoção da instrução em Itabuna. Segundo a matéria, a homenagem recebida pela professora oferecida pelos alunos do Curso Noturno Carlos Pereira destacou seus “ingentes esforços pela instrução”²⁸².

Edith Bittencourt havia sido redatora do jornal *A Voz do Sul* nos anos 1920²⁸³. Não se sabe até que ponto sua formação no curso normal permitiu que tivesse suficiente respaldo público para exercer tarefas sociais que ainda não eram comuns às mulheres, como escrever na imprensa. Nos anos 1930, além de ensinar num curso noturno, Edith Bittencourt escreveu para os jornais *Correio de Ilhéus*²⁸⁴ e *O Intransigente*²⁸⁵. Em matéria neste último, a professora é elogiada por seus “raros predicados que a elevam a estima e admiração de todos”²⁸⁶. Na mesma matéria também há uma ênfase em sua relação conjugal com o professor Alberto Sales do Nascimento. O fato de ser casada pode ter imprimido mais facilmente a aceitação da sociedade frente à sua atuação no meio social. Isto é, passava a imagem de que as “conquistas” não suprimiam a função primordial da mulher como esposa e mãe. Aliás, o magistério era a própria expressão da plenitude feminina, visto que a mulher era tornada mãe espiritual de todos os alunos²⁸⁷.

As mudanças atingiram mulheres dos grupos sociais intermediários. Como não possuíam condições de estudarem na capital ou em Ilhéus, complementavam sua formação primária e secundária com os cursos profissionalizantes de curta duração. A partir dos anos 1920 foi comum a proliferação de cursos de datilografia na cidade. Essa foi uma modalidade assumida quase que exclusivamente por mulheres. Os cursos oferecidos eram dirigidos por professoras. Etelvina Santos de Miranda fundou a Escola de Datilografia de Itabuna, em 1925.

²⁸¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. **Op. Cit.**, p. 450.

²⁸² CEDOC/UESC. Jornal **O Fanal**. 1 de dezembro de 1935. Ano III. n. 8, p. 1.

²⁸³ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 29 de novembro de 1923. Ano IV. n. 180, p. 2.

²⁸⁴ CEDOC/UESC. Jornal **Correio de Ilhéus**. 24 de janeiro de 1924. Ano IV. n. 358, p. 1.

²⁸⁵ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 23 de novembro de 1935. Ano X. n. 62, p. 1.

²⁸⁶ Idem. **Ibidem**.

²⁸⁷ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. **Op. Cit.**, p. 465.

Nos anos 1930 a escola ganhou novo nome – Escola Remington – e passou a ser dirigida por seu sobrinho Leopoldo Santos de Almeida. Nela foi professora a senhora América Freire, que em 1942 fundou a sua própria escola de datilografia²⁸⁸ destinada a homens e mulheres²⁸⁹.



Figura 5 - Edith Bittencourt, professora primária de Itabuna em nas décadas de 1920/30.



Figura 6 - América Freire, proprietária de escola de datilografia em Itabuna nas décadas 1940 e 1950.

Essas escolas normalmente atendiam a uma clientela de nível econômico mais baixo. As jovens que não tinham condições de pagar os cursos em Salvador eram direcionadas para esse tipo de formação. No decorrer das décadas de 1930 e 1940 surgiram também cursos de corte e costura. A realidade social impunha a essas jovens a obrigação de arranjar trabalho remunerado. Aprender um ofício que gerasse ou complementasse a renda da família era imprescindível. Como nem todos os ofícios poderiam ser aprendidos e realizados por mulheres, alguns acabavam se sobressaindo. Foram os casos das escolas de formação de costureiras profissionais. A arte do corte e da costura já era dominada pela maioria das moças. A educação doméstica as habilitava para esse tipo de trabalho considerado atribuição feminina.

Mas, a profissionalização exigia aprimoramento e reconhecimento institucional. “Segurae o vosso futuro com diploma de Corte e Alta Costura” – anunciou a professora Carmem Pereira de Matos no *O Intransigente* de 1935. O anúncio ainda informava que a professora era “recém diplomada pela Academia Lamartine da capital do estado”. A

²⁸⁸ Escola de Datilografia Itabunense. CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 21 de novembro de 1942. Ano XXIV. n. 1233, p. 4.

²⁸⁹ ANDRADE, José Dantas de. **Documentário Histórico-Ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 1986, p. 78.

profissional garantia “aprendizado rápido e seguro, mediante preço cômodo”²⁹⁰. Um indício de que esses cursos se voltavam para um público sem muitos recursos. Em 1934, a Academia Baiana de Corte e Costura abriu sua filial em Itabuna. A professora Rachel da Silveira Menezes prometia “condições técnicas idênticas as da capital” e referendou a escola por sua tradição em 14 cidades e cerca de 2 mil alunas em todo estado²⁹¹. O ensino profissional feminino, como era chamado, foi a alternativa encontrada pelas moças para iniciarem em um tipo de trabalho rentável.

As escolas chegavam a promover entrega de diplomas as alunas formadas. Em outubro de 1935, a Academia de Corte e Costura Luc, dirigida pela professora Carmem Dantas, realizou uma solenidade de diplomação das alunas. O convite foi divulgado em *O Intransigente*. A festa solene, realizada nos salões da prefeitura, foi “paranymphada por pessoas da mais alta representação da sociedade”²⁹². A propósito de convidar pessoas “ilustres”, como políticos e demais membros das elites, demonstrava o interesse das professoras em referendarem seus estabelecimentos de ensino e, ao mesmo tempo, aproximar as jovens profissionais de possíveis clientes. Depois do prestigiado evento de diplomação, a Academia Luc aumentou o número de alunas para “23 senhoras e senhoritas da melhor sociedade”²⁹³.

A cidade ainda mantinha uma dependência da econômica agroexportadora. O perfil rural, aliado a ausência de um processo de industrialização na região, obrigava empobrecidos e membros da classe média a buscarem alternativas informais de emprego²⁹⁴. Depois da crise econômica dos anos 1930 que atingiu a comercialização de cacau, decorreu a tendência de fixação na zona urbana. O afluxo de pessoas que passaram a viver na sede do município gerou aumento do número de habitantes na cidade. A população estimada em 41.980 habitantes na década de 1920 passou a 96.879 habitantes na década de 1940²⁹⁵. Essa realidade teria produzido efeitos diversos na configuração do mercado e das relações de trabalho. Um deles foi a introdução cada vez maior de mulheres pobres e de classe média em diferentes campos de trabalho.

²⁹⁰ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 12 de setembro de 1935. Ano X. n. 12, p. 3.

²⁹¹ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 26 de janeiro de 1935. Ano IX. n. 21, p. 1.

²⁹² CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 13 de julho de 1935. Ano IX. n. 45, p. 1.

²⁹³ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 10 de agosto de 1935. Ano IX. n. 49, p. 2.

²⁹⁴ Ver: Erahsto Felício de. *Op. Cit.*, p. 178.

²⁹⁵ IBGE/Brasil. **Recenseamento Geral do Brasil**. Realizado em 1 de setembro de 1920. (População). Volume 4. Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1930. IBGE/Brasil. **Recenseamento Geral do Brasil**. Realizado em 01 de setembro de 1940. (Censo Demográfico). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

Segundo Rachel Soihet, as ideias tradicionais, muito presentes entre os pobres e subalternizados, “não consideravam as funções econômicas incompatíveis com a feminilidade. Pelo contrário, as mulheres pobres tinham obrigação de trabalhar pela sobrevivência da unidade familiar”²⁹⁶. Esses valores foram apropriados e reforçados pela ideologia trabalhista e transformados em política de governo a partir do Estado Novo²⁹⁷. Homens e mulheres das classes empobrecidas tinham sua dignidade medida pelo esforço e dedicação ao trabalho. As representações em torno do trabalho variavam segundo os padrões de cada classe social. Sobre as mulheres ricas, solteiras ou casadas, ainda imperava a ideia de que o trabalho extra-doméstico era desnecessário.

O elevado nível de vida, os altos salários ou rendas masculinos tornava inapropriada sua saída de casa para uma ocupação profissional²⁹⁸. Isso não significou que se acomodaram. A mescla entre o desenvolvimento de atividades filantrópicas e as inclusões femininas no pequeno e fechado mercado de trabalho de Itabuna, ainda nos anos 1920, lança dúvidas sobre a plena obediência ao padrão de comportamento estabelecido. Esse, porém, foi um processo contínuo de ocupação dos espaços públicos, incluindo a admissão em diversas profissões, ao longo das décadas de 1930 a 1950²⁹⁹. No capítulo seguinte, aprofundaremos essa discussão.

Por outro lado, a pouca ou nenhuma instrução levavam a que as pobres se inserissem em ocupações como lavradoras, lavadeiras de roupa, domésticas, costureiras, prostitutas³⁰⁰. Do total de 57.310 pessoas que não sabiam ler nem escrever em Itabuna nos anos 1940, 28.677 eram mulheres³⁰¹. Julgamos que pelo baixo padrão financeiro e por serem a maioria das escolas primárias da época, particulares, esses números dizem respeito à parcela empobrecida da população. A formação escolar ajudava a determinar o lugar que cada uma das mulheres ocuparia no meio social. Os espaços de prestígio e reconhecimento eram das mulheres de elite.

As mulheres da classe média, por saberem ler e escrever ou já terem concluindo o curso primário, ingressavam em cursos de profissionalização para ascenderem a cargos

²⁹⁶ SOIHET, Rachel. **Op. Cit.**, p. 168.

²⁹⁷ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 211-226.

²⁹⁸ Segundo Margareth Rago, essa ideologia reforçava a imagem de dissolução da unidade familiar. Isto é, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família. A autora afirma que as mulheres que pertenciam às elites estavam certamente no centro dessas preocupações. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil... Op. Cit.**, p. 588.

²⁹⁹ Podemos mencionar o exemplo da senhora Lourdes Gravatá Maron, esposa do deputado Aziz Maron. Formou-se no magistério em Itabuna e exerceu a profissão de professora, além de ter sido jornalista e poetisa. APMIJD. **Jornal Voz de Itabuna**. 20 de julho de 1954. Ano VI. n. 278, p. 1

³⁰⁰ Novamente ver tópico: “Lavadeiras e engraxates: trabalhadores de ganho de Itabuna” em: CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Op. Cit.**, pp. 138 e 139.

³⁰¹ IBGE/Brasil. **Op. Cit.**, (Censo Demográfico 1940).

públicos ou para ingressarem no setor de serviços. Isso incluía serviços domésticos, como a costura. Além da Academia Baiana de Corte e Costura e da Academia de Corte Luc, em Itabuna, nos anos 1940, ainda se instalaram a Escola Nossa Senhora Auxiliadora de Corte e Alta Costura, da professora Magnólia de Oliveira Borges, a Academia de Corte e Costura Nossa Senhora de Lourdes, da professora Maria Freire³⁰², irmã da diretora da Escola de Datilografia América Freire, e a Academia de Corte e Alta Costura Santa Rita, da professora Gildete Lemos da Silva³⁰³.



Figura 7 - Curso de corte e costura de Maria Freire em 1948.
Fonte: ANDRADE, José Dantas. **Op. Cit.**

Segundo Margareth Rago, “o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes”³⁰⁴. Em se tratando das que pertenciam a um setor econômico intermediário, as funções assumidas costumavam ser de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, “postos considerados menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos”³⁰⁵. Os censos de 1920 e 1940 apontam uma mudança significativa na quantidade de mulheres inseridas em diferentes ocupações. Uma parcela considerável delas foi localizada entre as atividades domésticas ou escolares³⁰⁶.

Apesar de ter sido procurado e assumido por mulheres de elite, o magistério foi o outro caminho buscado por jovens e senhoras da camada média da sociedade para se inserir

³⁰² CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*. 29 de fevereiro de 1949. Ano XXII. n. 47, p. 3.

³⁰³ CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*. 22 de janeiro de 1949. Ano XXII. n. 39, p. 2.

³⁰⁴ RAGO, Margareth. **Op. Cit.**, p. 603.

³⁰⁵ Idem. **Ibidem**.

³⁰⁶ IBGE/Brasil. **Recenseamento Geral do Brasil**. Realizado em 1 de setembro de 1920. (População). Volume 4. Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1930. & IBGE/Brasil. **Recenseamento Geral do Brasil**. Realizado em 1 de setembro de 1940. (Censo Demográfico). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

em um trabalho remunerado³⁰⁷. Considerado próprio da condição feminina, muitas delas recorreram à função de professora³⁰⁸. E nela, alcançaram alguma projeção pública e puderam acessar cargos de mando, como direções e supervisões de escolas³⁰⁹. No entanto, não pareceu ter sido fácil o acesso à formação em curso secundário. Em muitos casos, as jovens dependiam de bolsas de estudo nas instituições de ensino privadas.

Tabela 4 - Ocupação profissional por gênero em Itabuna (1920/1940)

Ocupações	1920			1940		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústrias	1342	379	1721	2618	34	2652
Comércio	1002	18	1020	1845	76	1921
Serviços domésticos	109	241	350	1810	27059	28869
Trabalhando	12618	1241	13859	30648	28870	59518
Sem trabalho	1719	8858	19577	5642	3145	8787

Fonte - BRASIL/IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. 1 de setembro de 1920. Recenseamento Geral do Brasil, 1 de setembro de 1940.

O Colégio Divina Providência, destinado à formação de meninas, funcionava desde 1924, quando foi fundada pelo Monsenhor Moysés do Couto e pelas irmãs da congregação religiosa com o mesmo nome do colégio. O “Educandário Feminino” praticava preços populares e admitia a inclusão de meninas pobres³¹⁰. Por isso, ao longo dos anos 1920 e 1930, as mulheres pertencentes à Associação das Senhoras de Caridade, muitas delas “fundadoras”³¹¹ do colégio, fizeram campanhas e realizaram eventos festivos para levantar fundos em prol da manutenção da escola.

A partir de 1940, o colégio passou a oferecer o curso Normal. Se as filhas de ricos proprietários e políticos iam estudar na capital, quem seriam as alunas da Escola Normal Divina Providência? Segundo Guacira Lopes Louro, as moças que frequentavam esses cursos

³⁰⁷ Segundo Rachel Soihet, “o magistério primário se constituía numa outra opção de profissionalização por parte da mulher de classe média”. Ver: SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência...** Op. Cit. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 171.

³⁰⁸ De acordo com Guacira Lopes Louro as jovens precisavam de trabalho remunerado e o magistério apresentava-se como um trabalho digno e adequado. LOURO, Guacira Lopes. **Op. Cit.**, p. 465.

³⁰⁹ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 19 de outubro de 1949. Ano XXIII. n. 13, p. 2.

³¹⁰ MENEZES, Moacir Garcia. **Op. Cit.**, p. 30.

³¹¹ Entre as fundadoras do colégio Divina Providência estavam algumas conhecidas senhoras promotoras da caridade na cidade. A maioria delas fazia parte de várias entidades filantrópicas. Havia uma rede de pertencimento e solidariedade entre elas, a partir das instituições pia. Entre elas: Laurinda Fontes Lima, Amélia Amado, Cordolia Loup, Blandina Alves Freire, Dalya Matos Fontes Lima, Julia Kruschewsky, Laura Conceição, Áurea Brandão, Otaciana Pinto, Isabel Cordier, Elvira dos Reis Moreira. Idem. **Ibidem**. p. 31.

tinham origem social diversa, o que dificultaria caracterizá-las globalmente³¹². Ao que indicam as fontes, as primeiras turmas formadas por essa escola eram majoritariamente compostas por moças provenientes dos setores médios da sociedade³¹³.

Nos anos 1940 proliferaram representações de “professorinhas”³¹⁴ nas páginas dos jornais. No jogo da produção de imagens sobre a mulher, as professoras foram associadas a figuras meigas, doces e inofensivas. Além da tendência em associar o magistério a uma extensão da maternidade, portanto equivalente a uma vocação feminina, confundia-se essa atuação profissional com uma missão, qual fosse, preparar o futuro da Pátria. Formar os cidadãos. A fabricação dessas imagens percorreram várias décadas e foram transmitidas por discursos que emanavam da imprensa, da família, da igreja e das próprias mulheres. Em 1940, as professorandas do Colégio Divina Providência foram ao *O Intransigente* perfilar as colegas.

Apontando virtudes e defeitos umas das outras, as jovens experimentam a exposição pública, ao tempo em que evidenciam suas relações de amizades, os tipos de diversão, seus gostos, sentimentos e suas projeções. A jovem Aurea menciona a respeito da colega Águeda Pereira Fontes: “A minha perfilada é de índole quieta, porém só segue os impulsos de sua vontade. Quando entende de realizar um projeto, realiza-o por cima de tudo. Não pede opinião de ninguém”³¹⁵. Já se nota que as experiências das moças com a convivência no colégio ou em outros ambientes de sociabilidades, como praças e clubes, permitem assumir perfis de feminilidade diferentes do padrão de recato exigidos para suas mães em décadas anteriores. Mas a associação aos típicos estereótipos de gênero ainda se perpetuam em seus discursos. A descrição feita sobre Aurora da Silva Freire por sua colega René demonstra como certas “representações do feminino” nuançavam suas relações e interferiam sobre a forma de conceber seus comportamentos:

Seu coração é de uma generosidade sem par. Procura sempre mitigar os sofrimentos alheios. Entre as suas inúmeras qualidades tem um grande defeito, aliás muito natural ao belo sexo: o da curiosidade. Posso garantir que é sem rival. Uma coisa que já não se estranha, é quando estamos em grupo ouvindo alguma novidade e, quase no epílogo, eis que surge Aurora toda afobadinha. Dispersa o grupo como um

³¹² LOURO, Guacira Lopes. **Op. Cit.**, p. 455.

³¹³ A primeira turma de professoras formada pelo Colégio Divina Providência era formada pelas seguintes moças: Ana Dias Costa, Wanda Souza, Bernadeth Benevides, Dinorah Tavares, Lodi Hage, Olga C. Mota, Clotilde Alves. CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 22 de dezembro de 1942. Ano XXIV. n. 1237, p. 3.

³¹⁴ Segundo Guacira Lopes Louro, essa era uma das formas de referência às profissionais de ensino no período dos anos 1940 e 1950. Ver: LOURO, Guacira Lopes. **Op. Cit.**, p. 471.

³¹⁵ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 11 de setembro de 1946. Ano XX. n. 2, p. 2.

furacão a perguntar: O que é hein? O que foi que aconteceu? Oh! Me digam pelo amor de deus!³¹⁶

O trecho aponta a compreensão de que alguns comportamentos pertenciam à “natureza feminina”. Algo muito comum entre as mulheres da época. Elas estiveram envolvidas numa rede discursiva em que as representações de feminino se compatibilizavam com características de acomodação e subserviência. A “fabricação de professoras” passava pela reafirmação de valores patriarcais e burgueses, cujo objetivo era formar dóceis “professorinhas” e não profissionais de ensino³¹⁷. Nesse caso, há um nítido interesse em conceber o magistério como vocação, a propósito de apartar as jovens do processo de formação da consciência de sua condição e de seu papel dentro das relações de poder e de trabalho³¹⁸. Não se pode afirmar que esse espírito predominou entre as professoras de Itabuna.

Em outubro de 1940, o jornalista Ottoni Silva, em sua coluna “Bom dia” de *O Intransigente*, ao se referir sobre papel cumprido pela Delegada Escolar Carmem Santana, em sua função, elogiou o trabalho realizado, ressaltando a “verdadeira devoção” que os professores tinham por ela. Ottoni Silva frisou algumas reações desse setor, “Eu não sabia disso. Disseram-me que você conseguiu fazer a união da classe. Acostumado com as rixas do professorado, insubordinando-se contra certas medidas da chefia, olhando-a com despeito e pronta para ironizar os novos atos”³¹⁹. Pelo visto, as professoras estavam um tanto distantes daquela imagem de passividade e acomodação.

Os currículos das Escolas Normais também tentavam reforçar os valores mais tradicionais e estabeleciam um programa de aprendizagem ancorado na “sólida formação moral”³²⁰. Disciplinas como Trabalhos Manuais, Higiene e Prendas, Puericultura, Economia Doméstica, consideradas fundamentais para a formação das educadoras, permaneceram quase inalteráveis dos anos 1920 à década de 1950. Wojciech Andrzej Kulesza³²¹ afirma que havia uma tendência para a pouca alteração entre os currículos mesmo em se tratando de regiões distantes. De modo geral, poderia se identificar certo padrão entre os regulamentos de ensino das Escolas Normais. Ivaneide Silva destaca que no Colégio Nossa Senhora da Piedade de Ilhéus, frequentado por moças ricas de Itabuna, as disciplinas mesclavam convencionais

³¹⁶ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 18 de setembro de 1946. Ano XX. n. 4, p. 2.

³¹⁷ Segundo Guacira Lopes Louro, a autoidentificação como “profissionais” se constituía numa forma de as mulheres professoras lutarem por condições de trabalho e de salário dignas. Isso, sem dúvida, não interessou ao Estado, tampouco às Escolas formadoras de professoras. Ver: LOURO, Guacira Lopes. *Op. Cit.*, pp. 473.

³¹⁸ Ver: LOURO, Guacira Lopes. *Op. Cit.*, pp. 471-475.

³¹⁹ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 19 de outubro de 1949. Ano XXIII. n. 13, p. 2.

³²⁰ Idem. *Ibidem*.

³²¹ KULESZA, Wojciech Andrzej. O Currículo da Escola Normal: Feitio e Tendências. In: *Sexto Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: Ed. UFU, 2006. p. 3762.

ensinamentos das “prendas domésticas” com conhecimento de músicas e língua estrangeira e educação física, essas últimas muito apreciadas pelas moças³²².

Não podemos mensurar a importância atribuída a esse tipo de aprendizado pelas jovens. Por outro lado, seus discursos apontam para mudanças na forma de idealizarem sua atuação social e aproveitarem talentos. A jovem Aurora da Silva Freire preferia as disciplinas de Psicologia, Metodologia, Desenho, Música e Educação Física³²³. Traçando o perfil da colega Edite Silva, a jovem Rita afirmou, “A minha estimada colega tem muita tendência para escrever, prometendo, pelos escritos que já tem publicados, ser uma grande escritora”³²⁴. Mas, em alguns momentos as moças deixam escapar suas angústias e incertezas. No mesmo texto a autora da descrição menciona: “Depois de cinco anos de feliz convivência temos que nos separar e quem sabe?, talvez para bem longe; sei que sentirei bastante essa separação, no entanto, é o dever de sermos útil a nossa Pátria que nos obriga”³²⁵

Há uma clara preocupação com a condição futura das jovens. Depois de formadas o que fariam? Essa angústia parece ter sido vivenciada pelas moças. O afastamento das colegas e o fim de um ciclo da vida escolar deixam-nas assustadas. Em um trecho da descrição feita por Lili sobre a jovem Glaydes Fernandes Alonso, ela salienta:

Glaydes, os dias correm céleres e se aproxima a cada dia mais o momento da nossa separação; e desde quando esse momento deixaremos a nossa vida estudante, vida sem preocupação, para enveredarmos por caminhos completamente desconhecidos, onde não saberemos se vamos encontrar um bom ou mau futuro. Por isso peço sempre ao bom Deus que lhe reserve um bom futuro assim como lhe deu um ótimo coração³²⁶.

Algumas delas se tornaram reconhecidas educadoras. Chegaram a assumir postos de mando no interior das instituições de ensino. Os concursos públicos para professores pareciam ser raros. Entre os periódicos consultados, houve apenas uma referência à seleção pública para professores realizada em 1959. Para esse certame, o *Diário de Itabuna* informava que houve um grande número de inscritas. Tal situação motivou o Departamento de Ensino da Secretaria de Educação abrir “um curso de habilitação para as neo-professoras que vão fazer o concurso para o magistério público primário”³²⁷.

O magistério foi buscado como alternativa de formação profissional pela maioria das jovens. Apesar das dificuldades em torno da empregabilidade, a profissão era difundida como

³²² SILVA, Ivaneide Almeida. **Op. Cit.**, p. 97.

³²³ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 18 de setembro de 1946. Ano XX. n. 4, p. 2.

³²⁴ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 19 de outubro de 1949. Ano XXIII. n. 13, p. 2.

³²⁵ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 19 de outubro de 1949. Ano XXIII. n. 13, p. 2.

³²⁶ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 9 de novembro de 1949. Ano XXIII. n. 19, p. 3.

³²⁷ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 13 de janeiro de 1959. Ano II, p. 1.

a mais adequada às mulheres, além de ser a que melhor lhes preparava para enfrentar o mercado de trabalho. Tanto que além do Colégio Divina Providência, em 1947, foi fundado em Itabuna outro colégio de educação feminina e formação de professoras: a Ação Fraternal de Itabuna (AFI)³²⁸.

Filantropia e fé: religiosidade a serviço do social

Fruto do trabalho filantrópico de Amélia Tavares Amado, a Ação Fraternal de Itabuna surgiu com o seguinte lema: “Fazer o bem, sem olhar a quem”³²⁹. Esse, aliás, era o primeiro artigo dos estatutos da instituição. AFI, como passou a ser chamada, inspirava-se nos modelos de instituições filantrópicas dedicadas ao trabalho com órfãs, moças pobres e jovens de classe média. Amélia Amado, esposa do deputado e chefe político da cidade, Gileno Amado, morou alguns anos em Salvador, quando o marido assumiu o legislativo. Suas relações com as damas da alta sociedade da capital do estado pode ter lhe despertado para a criação do projeto assistencial.

Em Salvador, havia o Instituto Feminino da Bahia (IFB), criado em 5 de outubro de 1923 pela senhora Henriqueta Martins Catarino, de família abastada. Esse Instituto foi, durante décadas, modelo de empreendimento educacional e filantrópico voltado para a educação de meninas³³⁰. A instituição possuía um caráter católico assistencial. De acordo com Elizete Silva Passos, também servia como espaço de divulgação da doutrina católica e dos seus valores morais. O IFB ocupou lugar de destaque entre os membros das elites soteropolitanas que enxergaram nele a possibilidade de aprimoramento moral e formação adequadas as suas filhas. Paralelo aos cursos voltados para as moças ricas, Henriqueta Catarino ofereceu em seu Instituto cursos para formar “moças trabalhadoras”. Cursos de datilografia e estenografia foram abertos a uma clientela de nível econômico mais baixo. Com isso D. Henriqueta cumpria o ideal filantrópico da instituição³³¹.

É possível que D. Amélia Amado tenha tido influência dessas experiências filantrópicas em Salvador. Por outro lado, já fazia parte das principais entidades beneméritas de Itabuna desde a década de 1920. Era Irmã Protetora da Santa Casa de Misericórdia, membro da direção da Associação das Senhoras de Caridade, membro da Liga Brasileira de Assistência, além de desenvolver trabalhos assistenciais particulares. Sua relação com a

³²⁸ ANDRADE, José Dantas de. **Op. Cit.**, p. 120.

³²⁹ APMIJD. **Jornal Oficial**. 31 de dezembro de 1947. n. 859.

³³⁰ Segundo Elizete Silva Passos, o Instituto Feminino da Bahia (IFB), foi referência na imprensa soteropolitana. Recebeu visitas de autoridades que destacaram conceitos elevados da instituição. Ver: PASSOS, Elizete Silva. **Mulheres Moralmente Fortes... Op. Cit.**, pp. 41-43.

³³¹ Idem. **Ibidem**.

religião católica também foi uma das motivações que a conduziram à criação da Ação Fraternal de Itabuna.



Figura 8 - Inauguração da Ação Fraternal de Itabuna. Da esquerda para direita, Fr. Ildebrando Zerman, Gileno Amado, D. Benedito Zorzi, Amélia Amado e Padre Nestor Passos. Itabuna, 15 de julho de 1947
Fonte: CEDOC/UESC.

Obra de vulto na cidade, a AFI seguiu programa de ensino semelhante aos das demais escolas femininas. Como o IFB, estendeu os serviços de formação educacional para meninas pobres e de classe média. Exatamente por essa característica de fins filantrópicos, a instituição precisou contar com apoio financeiro do Estado e de doações das elites proprietárias. No interior de um circuito de caridade tão extenso, a AFI não foi considerada apenas mais uma obra assistencial. O prédio construído abrigou pavilhões de aulas, teatro, auditório, biblioteca, capela e ampla área externa³³². Considerava-se que a obra correspondia aos ideais progressistas da cidade³³³.

A instituição possuía divisões internas muito claras. Havia o Serviço de Assistência à Família Pobre, responsável pela Divisão Assistencial que atendia jovens empobrecidos que não podiam pagar pelo ensino privado. Os cursos oferecidos por esta divisão da AFI eram registrados na Secretaria de Educação do Estado e ofereciam diplomas às alunas. Nos anos seguintes à sua fundação, a AFI funcionou com quase todas as modalidades de ensino, desde o jardim de infância, passando pelo curso primário (com o Instituto Coração de Jesus) e pelo curso ginasial (o Ginásio São José), até os cursos profissionalizantes, com sua Escola

³³² Ver: MENDES, Helena. **Figuras e Fatos de Itabuna**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1967, p. 157.

³³³ Muito embora a conclusão das obras da Ação Fraternal de Itabuna só tenha sido efetivada em março de 1952. CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*. 5 de março de 1952. Ano XV. n. 51, p. 1.

Doméstica. Entre os cursos profissionalizantes, a escola oferecia corte e costura e datilografia³³⁴.

Esses cursos faziam parte do quadro de formação de todas as moças que passaram pela escola. No entanto, quando oferecidos como modalidade de ensino profissional, destinavam-se para moças pobres. A historiadora Marcia Barreiros Leite, afirma que o interesse básico dessas escolas era “dar as meninas que lá estavam uma educação adequada à sua condição de classe”³³⁵. As elites revestiram seus projetos de dominação política e econômica com a filantropia, marca de um paternalismo adaptado às modernas relações de trabalho. Formar primeiro a mão de obra, para depois explorá-la. Não foi diferente das escolas que ofereciam cursos para moças pobres. É possível que uma parte delas fosse direcionada para o trabalho informal, de baixa remuneração nos lares ou empresas das famílias ricas da cidade.

O caráter assistencial, característica marcante dessas instituições, também se manifestou na construção de um “pequeno ambulatório”, em 1949, destinado aos assistidos pela escola, além de doações de gêneros, roupas, enxovais a pobres e necessitados³³⁶. No aniversário de 6 anos de inauguração da AFI, além da missa e dos discursos de políticos e da presença de figuras públicas de prestígio da cidade, um dos pontos altos da solenidade foi a “distribuição de 200 cobertores aos pobres”³³⁷. O desenvolvimento dessas ações benemerentes e assistenciais dependia dos recursos destinados pelos sócios e pelos poderes públicos. Provavelmente, Amélia Amado contava com o *status* de pertencer a uma das mais ricas famílias da região e de ser esposa de um dos chefes políticos mais influentes da localidade para angariar fundos junto aos pares de sua classe e ao Estado em prol da manutenção da instituição, pelo menos de sua ala destinada aos pobres.

A influência da religião católica foi sentida não só no trabalho assistencial como permeou o modelo de ensino oferecido pela AFI. Segundo Elizete Passos, essas instituições costumavam exigir de alunas e beneficiados “boa conduta moral e religiosa e uma vida familiar marcada por bons atos”³³⁸. Não eram tolerados desvios e maus comportamentos. Michel Foucault salienta que instituições como orfanatos, escolas, exército funcionavam como “ajustadoras de comportamentos”³³⁹. Através de rígidos sistemas disciplinares eram executadas sanções normalizadoras de posturas e condutas. Casos de “desvios” foram

³³⁴ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 20 de junho de 1951. Ano XXIII. n. 79, p. 4.

³³⁵ LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer... Op. Cit.**, p. 125.

³³⁶ MENDES, Helena. **Op. Cit.**, p. 157.

³³⁷ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 20 de junho de 1953. Ano XXV. n. 82, p. 1.

³³⁸ PASSOS, Elizete da Silva. **Op. Cit.**, p. 37.

³³⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010, p. 137.

registrados na AFI. Em um deles, a aluna Idalina Silva Leão, de dezessete anos, foi acusada pela direção da escola de não ser mais virgem e apresentar conduta sexual e moral inadequada às normas estabelecidas pelo regimento da escola³⁴⁰.

O fato ocorreu em junho de 1952 e chegou ao tribunal. A senhora Leopoldina Silva Leão impetrou uma ação judicial contra a diretoria do Ginásio São José da AFI por calúnia, injúria e difamação sobre sua filha. A direção da escola exigiu que a jovem se transferisse para outra escola, alegando que havia sido informada de comentários desfavoráveis à sua honra, “os quais afirmavam não ser ela, a declarante, virgem, notícia esta já bastante divulgada, com prejuízos para os créditos do estabelecimento”³⁴¹. O advogado de Idalina Leão e de sua mãe Leopoldina Leão propôs em juízo que a moça fosse ouvida sobre o caso e que fizesse o exame médico legal para dar provas da sua virgindade. Nos anos 1950 continuava inalterável, pelo menos, nos discursos, a ideia de que a boa índole feminina era medida por sua moral e bom comportamento. Isso significava que as moças solteiras deveriam se manter recatadas e virgens. Comportamentos liberais eram repreendidos pela imprensa e inadmissíveis em instituições que se assentavam na moral católica. No ponto “a” do artigo 2º dos Estatutos da AFI constava: “Promover por todas as formas serviços de assistência social, tendo em vista, sobretudo, a proteção à Família, criando para isso os serviços que julgar necessários tanto sob o ponto de vista de educação quanto de assistência”³⁴².

Idalina Leão era de origem pobre. O processo consta de um atestado de pobreza e uma petição de assistência judiciária com concessão de benefício de justiça gratuita³⁴³. Segundo motivos alegados na carta enviada pela direção do Ginásio AFI ao Juiz de Direito da Vara Cível, Idalina Leão foi “ligeiramente e delicadamente observada pela secretaria professora senhoria Maria José Assis no sentido de providenciar o pagamento de mensalidades atrasadas”³⁴⁴. O saldo correspondente a quatro mensalidades no valor de Cr\$ 600,00 foi quitado pela estudante em agosto, enquanto se desenrolava o processo. Quanto à referência de difamação à honra de Idalina Leão, a diretora se posicionou,

Nada esta diretoria pode adiantar sobre o caso, mesmo porque, se assim acontecesse, certamente seria adotada a providência indicada no art. 18, parag. 18º

³⁴⁰ APPJ. **Processo da Vara Crime da Comarca de Itabuna. Autora: Leopoldina Silva Leão.** Termo de Declaração da menor Idalina Silva Leão. fl. 5-5v. Itabuna, 1952.

³⁴¹ Idem. **Ibidem.**

³⁴² APMIJD. **Jornal Oficial.** 31 de dezembro de 1947. n. 859.

³⁴³ APPJ. **Processo da Vara Crime da Comarca de Itabuna. Autora: Leopoldina Silva Leão.** Termo de Declaração da menor Idalina Silva Leão. fl. 5-5v. Itabuna, 1952.

³⁴⁴ Idem. **Ibidem.**

do Regulamento do Ginásio São José: propor a diretoria da Ação Fraternal, a pena de cancelamento da matrícula, em qualquer período do ano, da aluna, cujo irregular comportamento se tornar incompatível com a disciplina ou a moralidade do estabelecimento, relatando os fatos em que fundamenta a proposta³⁴⁵.

Segundo Foucault, as disciplinas estabelecidas nesses ambientes estabelecem uma “infrapenalidade”, quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos³⁴⁶. Em 19 de novembro de 1952, finalmente Idalina Leão foi ouvida em juízo. O relato da moça apenas confirmou a acusação de calúnia e ofensa à sua honra. Em dezembro a jovem foi submetida a “exame de sedução e corrupção” no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues em Salvador para “fazer prova” de sua virgindade. O laudo pericial feito no corpo de Idalina concluiu,

Hímen carnoso, circular, orlas largas e de bordas irregulares, íntegro e não complacente. Útero vasio, fossa navicular, e fúscula, perineu e anus normais. Ausência de corrimento quer uretral quer vaginal. E por nada mais haver deram os peritos por findo o exame e, face o estado da membrana himenal observado e descrito, conclue que Idalina Silva Leão está virgem dada a integridade e não complacência do seu hímen³⁴⁷.

O corpo feminino foi alvo de análise e vigilância. Sobre a moça pobre a relação de desconfiança se acentuou. Qualquer experiência fora dos rígidos padrões de comportamento poderia ser inquirida e perscrutada. Joana Pedro salienta que a “divulgação” de casos de má conduta feita pela imprensa, em famílias ou pelas escolas, servia para amedrontar as moças de origens distintas, “as quais deveriam manter seus corpos no abrigo do lar, e cuja sexualidade só deveria ser exercida no interior de casamentos legítimos”³⁴⁸. O exame pericial foi pedido pelo advogado de Idalina Leão. Sinal de que a moral sexual predominava sobre as moças de um modo geral, embora agisse com mais força sobre as classes abastadas por sua condição de distinção social. Os valores morais e o padrão ideal de feminilidade permeavam a sociedade, a ponto de a moça pobre querer provar à direção e a comunidade, a conservação de sua “honra”.

A tentativa de controle sobre a sexualidade dos pobres vinha de longa data³⁴⁹. Aos poucos, o discurso de fundo religioso e moralista foi acompanhado pela ciência, através dos discursos médicos. As mulheres de elites passaram a receber orientações médicas sobre

³⁴⁵ Idem. **Ibidem**.

³⁴⁶ FOUCAULT, Michel. **Op. Cit.**, p. 171.

³⁴⁷ APPJ. **Processo da Vara Crime da Comarca de Itabuna. Autora: Leopoldina Silva Leão**. Termo de Declaração da menor Idalina Silva Leão. fl. 5-5v. Itabuna, 1952.

³⁴⁸ PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio, século XX. In: **O Corpo Feminino em Debate**. (Org.) Maria Izilda S. de Matos e Rachel Soihet. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 159.

³⁴⁹ Ver: SOIHET, Rachel. **Op. Cit.**, p. 82.

comportamento sexual. Elas transferiam esses “conhecimentos” para mulheres das camadas empobrecidas através dos trabalhos assistenciais e filantrópicos. Em Itabuna foram criadas algumas instituições que cumpriam o papel de esquadrihar e controlar o comportamento das mulheres pobres. Natalidade e mortalidade infantil, gestação e amamentação; quadros que envolviam mães e crianças pobres foram “acompanhados” de perto por médicos e pelas senhoras de caridade por meio de instituições como Lactário Itabunense dos anos 1930 e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, fundada em 1949, da qual Amélia Amado foi uma das fundadoras³⁵⁰.

Filantropia: pelas mães e pelas crianças pobres

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância, organizada sob os auspícios da Legião Brasileira de Assistência (LBA)³⁵¹, tentava cumprir em Itabuna o receituário beneficente de suas congêneres de outras regiões do país. O objetivo era prestar serviço social a crianças e mulheres em situação de pobreza, doença e mendicância. Engendrou-se uma articulação entre os problemas sociais e os interesses das elites em se livrarem das imagens e eventos que mais lhes incomodavam e não “combinavam” com a condição de cidade progressista pretendida pela alta sociedade.

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância deu prosseguimento ao trabalho desenvolvido pela Liga de Assistência à Infância, entidade vinculada ao Lactário Itabunense, desde 1936. Além de receber subvenções públicas, a Liga de Assistência à Infância procurou realizar campanhas de arrecadação de fundos e bens para a distribuição às crianças em condição de pobreza. Uma dessas campanhas foi a “Capotinhos de lã”. Em 26 de maio de 1937, o comitê feminino da Liga foi convocado para uma reunião dedicada a planejar as formas de arrecadação de roupas e capotes para a distribuição às crianças carentes da cidade³⁵². A doação de 200 capotinhos de lã foi feita alguns dias depois em bairros pobres da cidade pelo comitê feminino. As “damas da assistência”³⁵³ além de ajudarem a formar ala feminina da instituição foram as principais responsáveis por essa e outras iniciativas em torno da defesa de programas sociais voltados para a infância desvalida.

A infância pobre foi uma das questões sociais de maior relevo a partir da década de 1940. Em 1949, esteve em Itabuna o médico José Siquara da Rocha, da coordenação de

³⁵⁰ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 3 de junho de 1954. Ano XXVIII. n. 147, p. 2.

³⁵¹ Legião filantrópica fundada pela primeira dama da nação Darcy Vargas em 1938 Ver em: SIMILI, Ivana G. **Mulher e Política... Op. Cit.**, p. 48.

³⁵² CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 18 de maio de 1937. Ano XV. n. 853, p. 3.

³⁵³ CEDOC/UESC. Jornal **A Época**. 26 de junho de 1937. Ano XV. n. 870, p. 1.

municípios da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência. A visita do Dr. Siquara da Rocha dizia respeito à inspeção feita pela LBA aos serviços mantidos ou auxiliados por esta entidade na cidade. Segundo matéria de *O Intransigente* de 1949, a missão do representante da LBA na Bahia era reorganizar os serviços de proteção à maternidade e à infância em Itabuna com a criação de uma associação cuja direção ficaria sob o Posto de Puericultura Izolina Guimarães³⁵⁴.

Nos estatutos da nova Associação de Assistência à Maternidade e Infância, os diretores, quase todos, médicos³⁵⁵, procuraram definir os fins da entidade e as funções geridas por ela. “Velar pela saúde e pelo bem estar e as necessidades da infância”³⁵⁶ constava como o principal objetivo da associação, seguido por “difundir o estudo da higiene e da puericultura e dos serviços sociais, sob os auspícios do corpo médico”³⁵⁷. Novamente aparece a ideia de que era necessário difundir um conhecimento que carregava em si sua função disciplinadora para regular hábito dos pobres. Os Estatutos também definiam a forma de arrecadação de fundo para a sustentação da entidade. Além das subvenções da prefeitura, contavam com as subvenções do Estado, da União e da LBA. O mais comum era que a instituição dependesse mesmo das contribuições dos sócios e das atividades filantrópicas. A realização dessas atividades dependia da organização da “Legião dos Cooperadores”, composta por senhoras e senhorinhas inscritas na Associação³⁵⁸.

Mais uma vez, vê-se manifestar uma diferenciação de atribuições a partir do critério de gênero. O parágrafo II, do artigo 7º, que versava sobre a administração da Associação, explicitava que o corpo técnico deveria ser constituído apenas por médicos, preferencialmente pediatras e puericultores; enquanto que o parágrafo III informava que a Legião de Cooperadores deveria ser formada por mulheres para prestar serviços para o quais foram designadas. As ações eram compreendidas de visitas aos domicílios pobres, de organização de festas para obter recursos, angariar sócios, ajudar nos serviços do consultório, lactário e outros estabelecimentos da Associação³⁵⁹.

³⁵⁴ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 31 de maio de 1950. Ano XIV. n. 77, p. 1.

³⁵⁵ A mesa diretora foi composta apenas por médicos, entre eles; Dr.º Antônio Cabral Machado – presidente; Dr.º Antônio Miranda – vice presidente; Dr.º Alberto Reis Lessa – 2º vice presidente; Dr.º Afonso Liguori – 1º secretário; Dr.º Bartolomeu Brandão – 2º secretário; Dr.º Corbiniano Freire – Presidente da Comissão Municipal da LBA. APMIJD. *Jornal Oficial*. Estatutos da Associação de Assistência à Maternidade e Infância de Itabuna. 12 de fevereiro de 1949. N. 901.

³⁵⁶ Idem, *Ibidem*.

³⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

³⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

³⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

As iniciativas em torno de projetos assistencialistas de cunho filantrópico e assumidas pelas elites de Itabuna não pararam por aí. O circuito da caridade foi além. Cresceu o número de associações formadas por moças e senhoras com a finalidade de desenvolver a benemerência na cidade. Os jornais insistiam em difundir imagens de uma sociedade solidária, generosa ao tempo em que contestavam o outro lado da realidade urbana, o da pobreza e do desamparo. Em 1944 surgiram as Bandeirantes, grupo de moças da alta sociedade dedicadas ao amparo de pobres e enfermos. Nesse mesmo ano foi criada pela senhora Laura Conceição a Campanha do Cruzeiro, dedicada a levantar fundos para construção da matriz da Igreja São José³⁶⁰. Fosse pelo assistencialismo, fosse pelo caráter religioso, nas décadas de 1940 e 1950, a cidade acompanhou o ritmo frenético de atividades sociais organizadas e dirigidas pelas mulheres.

As Bandeirantes eram uma organização tipicamente assistencialista que procurou se inserir nos limites da atuação dos poderes públicos. Isto é, iam onde o Estado não chegava. Talvez pela Associação das Senhoras de Caridade ter sido composta, em sua maioria, por senhoras casadas e maduras, as moças procuram investir em uma associação em que pudessem, ao mesmo tempo, se sentir mais livres e imprimir nela uma faceta jovem. Nesse sentido, realizaram inúmeras atividades sociais e de lazer, propondo sempre arrecadar fundos para as outras instituições de caridade. Foi a forma encontrada pelas moças para reunir os valores cristãos à recreação.

As jovens visitavam doentes no Hospital Santa Cruz, faziam campanhas para arrecadar alimentos e cobertores para presos e crianças pobres, organizavam chás, bazares, mas seu principal objetivo no início dos anos 1950 foi construção da sede da entidade. Para tanto, realizaram várias eventos que deram a tônica cultural e festiva à cidade nesse período. Aproveitando a influência que suas famílias possuíam na cidade, conseguiram rapidamente angariar meios para efetivar seus planos. Jantares, soirée dançantes, cinemas, bingos estiveram entre as iniciativas assumidas pelo grupo³⁶¹.

As regras de conduta eram as mesmas para elas. Não poderiam emprestar aos eventos características de transgressão ou desvio dessas regras. Pertencer ao grupo das Bandeirantes era um indicativo de bom comportamento. Embora cheias de iniciativas, as moças tinham que se portar corretamente³⁶². Na comemoração da páscoa de 1952, realizaram uma missa em que várias Bandeirantes fizeram a primeira comunhão³⁶³. Os laços com a Igreja Católica eram

³⁶⁰ ANDRADE, José Dantas de. **Op. Cit.**, p. 121.

³⁶¹ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 31 de maio de 1950. Ano XIV. n. 99, p. 4.

³⁶² BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: **História das Mulheres no Brasil...** **Op. Cit.**, p. 610.

³⁶³ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 31 de maio de 1950. Ano XIV. n. 99, p. 4.

bem sólidos. No evento, o padre Euclides enalteceu o bandeirantismo e aconselhou as jovens a prosseguirem no caminho da religião e da fé. *O Intransigente* ressaltou a distinção das Bandeirantes Antonieta Cordier, Teresinha Almeida, Neidir Borges e da senhorita Olga Oliva³⁶⁴. O bandeirantismo pregava princípios morais muito próximos aos da igreja cristã, cuja vocação feminina prioritária era a maternidade e a vida doméstica³⁶⁵. Aos poucos, as práticas sociais dessas mulheres mostraram as ambiguidades entre a adesão a esses valores e as experiências de autonomia, expressas na produção de espetáculos, de peças teatrais, festas mundanas³⁶⁶.

Sintonizadas com as mudanças ocorridas nas formas de sociabilidades femininas, as Bandeirantes cumpriram um papel importante em promover a inserção de mulheres jovens das camadas privilegiadas nas questões sociais e culturais. Em junho de 1949 promoveram no Cine Teatro Itabuna as peças infantis *Branca de Neve* e *Chapeuzinho Vermelho*. As peças foram encenadas por crianças de 6 a 12 anos, dirigidas pelas “fadinhas de Itabuna”, como *O Intransigente* se referiu às Bandeirantes. O objetivo do espetáculo foi arrecadar recursos para a construção da sede³⁶⁷. Um mês depois estavam elas novamente agenciando a exibição do filme “Itabuna, Rainha do Cacau” no Cine Teatro³⁶⁸.

O início da década de 1950 assistiu uma efetiva participação dessas moças nos eventos sociais da cidade. Em 1956 conseguiram trazer para Itabuna uma comitiva de Bandeirantes de vários estados do país³⁶⁹. As jovens Olga Oliva e Quitina Souza, chefes locais das Bandeirantes, gerenciaram hospedagem, alimentação e turismo para as 29 visitantes. Fizeram parte do roteiro de visitas organizado pelas Bandeirantes itabunenses a prefeitura, a AFI, os Hospitais Santa Cruz e Manoel Novais, a Igreja Matriz, o Itabuna Clube, o Grapiúna Tênis Clube e a Cantina Rio³⁷⁰. Ambientes considerados a melhor expressão da harmonia urbana com o “progresso” e a “modernidade” das elites. Nota-se que as primeiras visitas foram feitas às instituições filantrópicas, uma clara demonstração da ligação das Bandeirantes com o assistencialismo.

A interação com moças de lugares e culturas diferentes contribuiu para solidificarem seu reconhecimento social. O bandeirantismo foi exaltado na imprensa. *O Intransigente* de 16 de fevereiro de 1956 salientou: “O bandeirantismo é um ideal, mas é ainda uma escola de

³⁶⁴ Idem. **Ibidem**.

³⁶⁵ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: **História das Mulheres no Brasil... Op. Cit.**, p. 609.

³⁶⁶ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 31 de maio de 1950. Ano XIV. n. 99, p. 4.

³⁶⁷ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 28 de maio de 1949. Ano XXII. n. 74, p. 4.

³⁶⁸ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 13 de julho de 1949. Ano XXII. n. 87, p. 4.

³⁶⁹ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 1 de fevereiro de 1956. Ano XXX. n. 120, p. 1.

³⁷⁰ Idem. **Ibidem**.

vida. Nele aprendemos a nos conduzir, a nos dirigir e acima de tudo a amar e a conviver”³⁷¹. Os valores de inspiração nacionalista reforçados no Brasil após a Segunda Guerra Mundial conduziram à formação de grupos entusiastas das ações patrióticas. *O Intransigente* destacou: “unidas numa mesma finalidade, amar a Deus e a Pátria, ajudar o próximo em todas as ocasiões e cumprir o código que regula nossas ações”³⁷². A atuação das bandeirantes uniu a defesa dos valores hegemônicos das elites da caridade e do patriotismo nos anos de 1950, mas, também, possibilitou a ampliação da participação feminina na cena pública, especialmente das jovens que se dedicaram a atividades de lazer e de sociabilidade em Itabuna³⁷³.

A atuação feminina no meio social ganhou formas diversas. Além da filantropia, moças e senhoras agiram em favor da sua fé. A religiosidade também influenciou a performance das moças no espaço público. Muitas jovens das classes média e alta participaram das campanhas em benefício da igreja, notadamente, da construção da Igreja Matriz São José. A Campanha do Cruzeiro, fomentada por Laura Conceição, ilustra bem o engajamento dessas moças com a consagração da fé por obras.

Filantropia e fé: Laura Conceição, “a mulher que vale por uma cidade”

Nos anos 1940 e 1950, Laura Conceição era uma conhecida senhora de caridade. Sua origem social e étnica a distinguiu do perfil das demais beneméritas e filantropas da cidade. Filha de escrava, nascida em 1877, no recôncavo baiano, Laura Conceição chegou a Itabuna depois de ter se tornado costureira a serviço de ricas famílias de Salvador. Sua marca de reconhecimento social era o vínculo forte que mantinha com a Igreja Católica. Como boa parte das obras e atividades de caridade estiveram ligadas à Igreja, Laura Conceição estabeleceu uma relação direta com quase todas as associações assistenciais e beneméritas. O trabalho em benefício da igreja não só lhe permitiu transitar entre as mulheres dos segmentos abastados, como lhe rendeu o respeito e o efetivo apoio financeiro das elites.

³⁷¹ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 16 de fevereiro de 1956. Ano XXX. n. 130, pp. 1 e 4.

³⁷² Idem. *Ibidem*.

³⁷³ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 18 de agosto de 1956. Ano XXX. n. 269, p. 4.

Nos anos 1930, Laura Conceição pertenceu ao Club das Adeptas Amantes da Lira³⁷⁴ e também fez parte da Associação das Senhoras de Caridade. Paralelo à participação em entidades recreativas e filantrópicas, “dona Senhora”, como era conhecida, realizou trabalhos assistenciais e culturais individualmente ou junto a outras organizações. A partir de 1944 arregimentou algumas moças da cidade para desenvolver a Campanha do Cruzeiro, que se traduziu na coleta de doações feitas por empresas e pessoas para a construção da nova Igreja Matriz de Itabuna³⁷⁵. Em 7 de setembro de 1945, *O Intransigente*, em matéria intitulada “Igreja Matriz: o esforço do nosso mundo feminino” ressaltou o trabalho realizado pelas jovens afirmando: “uma empresa tão custosa a cargo, quase que exclusivamente, de tão frágeis ombros das filhas de Itabuna. Graças a esse punhado de jovens de nossa sociedade, a quem rendemos nossa sincera homenagem a alvenaria está concluída”³⁷⁶. No decorrer dos anos 1940 e 1950, as integrantes dessa campanha percorreram a cidade, convencendo a parte mais abastada da população a realizar ofertas à construção da Igreja.



Figura 9 - Comemoração dos dez anos da "Campanha do Cruzeiro" em 1954. No centro da primeira fila, nota-se a presença de Laura Conceição.

Fonte: Jornal O Intransigente, 12 de abril de 1954, ano XXVIII, n. 106, p.4.

Foi uma oportunidade para que se expusessem e interagissem com a cidade. Laura Conceição e as moças da Campanha do Cruzeiro foram socialmente reconhecidas pelo altruísmo e abnegação. Como ocorreu com as Bandeirantes, também suas ações foram elogiadas na imprensa. Nas páginas dos jornais, essas jovens passaram à condição de modelo

³⁷⁴ CEDOC/UESC. Jornal *A Época*. 20 de dezembro de 1930. Ano XIV. n. 589, p. 1.

³⁷⁵ MENEZES, Moacir Garcia. *Op. Cit.*, p. 72.

³⁷⁶ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 7 de setembro de 1945. Ano XIV. n. 42, p. 3.

para moças da cidade. Seu comportamento deveria ser irrepreensível. Tudo que fizessem deveria espelhar o fim último de suas ações que giravam em torno da obra da Igreja. Laura Conceição era uma espécie de preceptora das jovens. Referência de moralidade, decência e dedicação às causas da Igreja, ela agiu arduamente durante décadas em favor de tal obra³⁷⁷. Sua aparência humilde, seus hábitos e gestos simples, mas, ao mesmo tempo, firmes, inspiraram várias daquelas moças.

As moças da Campanha do Cruzeiro movimentaram as ruas da cidade por mais de uma década. Divididas por “campos de coleta”, as jovens saíam toda semana em busca do cruzeiro³⁷⁸. As visitas das jovens aos pontos de arrecadação eram divulgadas pela imprensa. Era uma espécie de prestação de contas pública: Comércio: Julieta Midlej, Lurdes Abib, Eurosia Nunes, Hermita Santos - \$118,00 (cento e dezoito cruzeiros); Rua Miguel Calmon: srts. Edite Andrade e Maria José Assis - \$ 48,00 (quarenta e oito cruzeiros); Praça Olinto Leone: Margarida Botelho e Stela Borborema - \$42,00 (quarenta e dois cruzeiros)³⁷⁹. Vestiam-se modestamente com uma indumentária que tentava transmitir uma imagem de simplicidade, higiene e compromisso. A vaidade poderia ser atributo dispensado, já que foi associada à leviandade, característica não admitida para as boas moças. O ideal de feminilidade pregado no interior desse tipo de grupo costumava orientar as moças no sentido de passarem uma imagem de pudicas, distantes de qualquer distração da vocação de fé. Apesar do gradual avanço das mulheres em direção aos espaços sociais, este não veio sem que várias exigências lhes fossem feitas.

Os discursos da imprensa nos anos 1950 variaram entre divulgar os novos hábitos de jovens, considerados modernos, e reforçar os estereótipos de feminino, vinculados à imagem da “moça de família” indicada como exemplar³⁸⁰. A própria Laura Conceição, líder da campanha e orientadora espiritual das jovens, não havia estabelecido relação conjugal. Seu casamento foi com a Igreja³⁸¹. A vida toda se dedicou às festas religiosas, foi membro de comissões das festas de São José, padroeiro da cidade e dos eventos cívicos.

A Igreja Matriz deveria corresponder ao modelo idealizado de cidade progresso imaginado pelas elites. O projeto de construção foi entregue a uma empresa da própria cidade

³⁷⁷ Idem. **Ibidem**.

³⁷⁸ Campanha do Cruzeiro – coleta semanal. CEDOC/UDESC. Jornal **O Intransigente**. 7 de setembro de 1945. Ano XIV. n. 42, p. 12.

³⁷⁹ CEDOC/UDESC. Jornal **O Intransigente**. 16 de março de 1946. Ano XIV, p. 2.

³⁸⁰ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In. **Op. Cit.**, p. 612.

³⁸¹ Rosa Maria Barbosa de Araújo salienta que no início do século XX o casamento era defendido como maior propósito na vida da mulher. Esta deveria se casar com um homem ou com Deus. ARAÚJO, Rosa M. Barboza de. **A vocação do prazer... Op. Cit.**, p. 125.

e as cobranças sobre a definição da planta foram frequentes nos jornais. A partir de 1950, Laura Conceição fez diversas viagens a capital do estado com o intuito de angariar recursos juntos a firmas importantes e políticos. Na primeira viagem, a religiosa conseguiu Cr\$ 227.500,00 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos cruzeiros), do quais Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) foram fornecidos pelo Governo do Estado da Bahia. Laura Conceição enviou uma lista dos contribuintes para a publicação em *O Intransigente* de junho de 1950³⁸². A colaboração das elites passava pelo interesse de verem divulgados seus nomes. Em se tratando de apoio financeiro às obras de Igreja, as elites poderiam facilmente angariar respeito e reconhecimento, especialmente das pessoas pobres da religião católica, envolvidas nas atividades assistenciais da Igreja ou alvos delas.

Mas, o prestígio veio também para “mulher que vale por uma cidade, Laura Conceição”³⁸³. Seus contatos com políticos da cidade e do estado lhe prestaram consideração e legitimidade. À medida que as paredes, teto e piso da Igreja iam sendo levantados, Laura Conceição ganhava as páginas dos jornais com notas elogiosas. Apesar de não ser originalmente de Itabuna, a imprensa a considerava uma legítima grapiúna por seu “espírito generoso e correto”³⁸⁴. Na data de seu aniversário eram prestadas homenagens pelas autoridades públicas, pela Igreja e pela imprensa. Na coluna “Bom dia”, do jornalista Ottoni Silva, sobre uma das prestigiadas de *O Intransigente* nos anos 1950, o autor exaltou o empenho de “d. Senhora” em defesa das obras beneméritas. Ele destacou:

Morra d. Senhora e os lamurientos de hoje, os ingratos, os que a recebem mal, os que não a compreendem, só então verão o vácuo que ficará em nossa sociedade, a falta que fará a organizadora de festas, de festas de caridade, de festas com o fim especial de angariar verbas para tal ou qual obra para a coletividade. Ela sozinha trabalhando dia e noite trabalhando sozinha para a grandeza de Itabuna. Para se manter ainda tem que trabalhar em seu ateliê. Sua casa é modestíssima. Tão pobre é, que foi preciso que os amigos mais íntimos a socorressem quando esteve doente há pouco tempo. Não luxa, não viaja, não tem dinheiro guardado. Seus amigos mais uma vez se reuniram e deram-lhe uma casa, porque a casa em que residia estava para despencar sobre sua cabeça³⁸⁵.

A descrição feita por Ottoni Silva aponta algumas questões relacionadas ao cotidiano e a dinâmica filantrópica empreendida por Laura Conceição no desenrolar da campanha pela construção da Igreja Matriz. Primeiro que, algumas pessoas pareciam se incomodar com a frequência de pedidos feitos por ela. E, depois que, sua relação com a caridade poderia ser

³⁸² CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 10 de junho de 1950. Ano XXIII. n. 80, p. 1.

³⁸³ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 8 de janeiro de 1949. Ano XXII. n. 35, p. 1.

³⁸⁴ Idem. *Ibidem*.

³⁸⁵ CEDOC/UESC. Jornal *O Intransigente*. 12 de janeiro de 1949. Ano XXII. n. 36, p. 2.

expressão da sua própria condição de vida e de classe. Por outro lado, Laura Conceição soube fazer o jogo político das elites. Divulgava os nomes de doadores, prestigiava-os publicamente, reunia-se com políticos em seus gabinetes³⁸⁶. Se, as elites aproveitaram da aproximação com d. Senhora e fizeram questão de relacionar sua imagem à dela para proveitos políticos e de *status*, já que tinha origem entre os pobres, da parte dela não teria sido diferente³⁸⁷. Embora tivesse outros fins, as ações de Laura Conceição diante dos segmentos favorecidos demonstra sua capacidade em gerenciar relações sociais, dinamizando o cotidiano da cidade e reorientando as práticas solidárias, para o sentido da caridade, propriamente dita³⁸⁸.

A Campanha do Cruzeiro durou até o ano de 1960, quando foi inaugurada a matriz da nova Igreja São José. Nesse período, Laura Conceição passava algumas temporadas em Salvador³⁸⁹. Mas, esteve sempre em Itabuna para impulsionar a campanha que estava em sua fase final³⁹⁰. Entre fins dos anos 1950 e início da década de 1960, as elites política e econômica de Itabuna se esforçaram para consolidar uma imagem positiva da cidade. Eleita uma das dez cidades mais progressistas do país, em 1957, Itabuna foi utilizada como a própria representação do orgulho das suas elites³⁹¹. A caridade institucionalizada ganhou o reforço da intervenção direta dos poderes públicos nos problemas da cidade.

Não foi apenas a construção da Igreja Matriz de São José que tomou a atenção de autoridades públicas e filantropas. O aumento do número de mendigos, a grande quantidade de pobres e crianças abandonadas incomodou significativamente às elites. Essa realidade não se coadunava com os tão propalados ideais progressistas. A cidade como construção discursivo-imagética, deveria refletir o “espírito” da classe dominante. O modo como representavam a cidade era o mesmo com o qual gostariam de ser identificados. Nesse sentido, os problemas sociais precisavam ser, pelo menos, minimizados ou ocultados.

Se, por um lado, a imprensa enfatizou o trabalho assistencial das elites, afirmando que Itabuna era “a terra da boa vontade”, marcada por um circuito da caridade que envolvia igreja, associações de classe e poder público, por outro, queixou-se da mendicância e cobrou

³⁸⁶ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 18 de março de 1953. Ano XXIII. n. 55, p. 4.

³⁸⁷ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 7 de junho de 1952. Ano XXV. n. 78, p. 1.

³⁸⁸ Andréa da Rocha Rodrigues informa que, enquanto a caridade abrigava-se à sombra de princípios morais inspirados no cristianismo, a filantropia concentrava-se em valores políticos agregados ao prestígio social, adquiridos pela intervenção mais direta dos setores favorecidos economicamente nos problemas comuns ao universo das camadas empobrecidas. RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A Infância Esquecida... Op. Cit.**, p. 101.

³⁸⁹ APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 8 de janeiro de 1960. Ano III. n. 614, p. 1.

³⁹⁰ APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 20 de novembro de 1958. Ano II. n. 317, p. 1.

³⁹¹ APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 20 de outubro de 1957. Ano I. n. 2, p. 4.

incisivamente a intervenção de autoridades políticas e associações filantrópicas³⁹². O discurso que proliferou na imprensa sobre as questões sociais provinha das próprias elites ávidas de modelar a cidade eliminando problemas sanitários que pudessem impedir o seu crescimento ordenado³⁹³. Segundo Philippe Murillo de Carvalho, “os referenciais de urbanidade utilizados pelas elites de Itabuna serviram para balizar as ações das autoridades públicas, construindo uma força jurídica que procurava limitar a intervenção das pessoas simples e pobres da cidade”³⁹⁴. Estas estariam suscetíveis à adequação social imposta de cima pelas elites.

Ademais havia uma boa parcela de “rejeitados sociais”, entre mendigos, ladrões, bêbados, vagabundos, moleques de rua, mães pobres com a prole extensa, quase todos lançados às ruas, vivendo, ou melhor, sobrevivendo a partir delas, por meio de esmolas e caridade. Esses sujeitos são classificados pelo historiador Erahsto Felício de Sousa como “agentes das ruas”. Isto é, “a pobreza que muitos viviam na cidade contribuía para a utilização da rua como lugar de oportunidades. Seja através da vida como trabalhador não regular, seja através de golpes ou mendicância”³⁹⁵. Os sujeitos desse cenário foram alvos das intervenções do poder público e das elites através de suas instituições filantrópicas. É preciso lembrar que a maioria delas foi organizada e dirigida por mulheres de elite.

A Associação das Senhoras de Caridade, dedicada às obras caritativas da Sociedade São Vicente de Paulo até a década de 1930, passou a interferir mais nas diversas questões sociais da cidade a partir da década de 1940. Em 1947, reformularam seus Estatutos³⁹⁶, adequando-os às exigências de uma vida urbana marcada pela forte presença de pobres e miseráveis. Revestiram suas ações de um caráter institucional e passaram a sistematizá-las. As reuniões se tornaram mais frequentes e eram convocadas por meio da imprensa escrita. Esse processo aponta que houve um gradativo reconhecimento da parte das filantropas sobre o papel cumprido pela associação e sobre sua importância diante do quadro citadino, ao passo que ajudaram a recolher, tratar, comportar, disciplinar e ajustar os “corpos defeituosos” da sociedade³⁹⁷.

³⁹² Em matéria intitulada “Mendigos enfeitam a cidade” o Diário de Itabuna destacou: “A cidade está cheia de mendigos. Em todos os passeios, sentados em promiscuidade, mulheres boas de trabalho e crianças miseráveis, largadas pelo chão”. CEDOC/UDESC. Jornal **O Diário de Itabuna**. 28 de dezembro de 1960. Ano IV, n. 1013, p. 5.

³⁹³ CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Uma cidade em disputa... Op. Cit.** Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UNEB – CAMPUS V. 2009, p. 52.

³⁹⁴ Idem. **Ibidem**.

³⁹⁵ SOUSA, Erahsto Felício de. **Op. Cit.**, p. 187.

³⁹⁶ APMIJD. Jornal Oficial. **Estatutos da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna**. 26 de abril de 1947. n. 829.

³⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **Op. Cit.**, p. 137.

As obras que estavam sob o controle de confrarias religiosas foram sendo assumidas pelas associações filantrópicas. Esse foi o caso do projeto da Casa dos Mendigos da Sociedade São Francisco de Assis. Depois de atravessar as décadas de 1930 e 1940 sem conseguir concluir a casa de recolhimento e tratamento de mendigos, os franciscanos deixaram o projeto sob a direção da Associação das Senhoras de Caridade a partir de 1949. Enchia os olhos das elites o projeto de encarceramento das misérias humanas³⁹⁸. Através dele, poderiam “higienizar” a cidade³⁹⁹. A imprensa foi emissora dos valores progressistas, que, na prática significou controlar os “indesejados” através das ações benemerentes⁴⁰⁰. A Casa dos Mendigos permitiu que esse controle fosse efetivado, pelo menos em parte, já que nem todos os mendigos decidiram pelo ingresso⁴⁰¹.

As senhoras de caridade realizaram inúmeras atividades, entre rifas, chás dançantes, bazares, peças teatrais, espetáculos musicais para fins de arrecadação de recursos. Primeiro para a conclusão das obras da Casa dos Mendigos. E a partir de 1954 para sua manutenção. Em 1940, quando o projeto ainda estava tutelado pelos franciscanos, a ASCI, dirigida por Odete Maron, realizou “um festival artístico no Cine Teatro Itabuna” com a finalidade de levantar fundos para a construção da Casa⁴⁰².

Em 19 de março de 1954, a Casa dos Mendigos de Itabuna foi inaugurada. A solenidade de inauguração reuniu figuras representativas das instituições filantrópicas, do poder público municipal e da Igreja Católica. Em meio às bênçãos, orações e alocuções elogiosas e bajuladoras das autoridades políticas, seguiu o discurso proferido pela senhora Maria da Conceição Soares Lopes, membro da Associação das Senhoras de Caridade Santa Isabel de Ilhéus. Em sua fala, D. Conceição Lopes enfatizou o valor do trabalho das senhoras de caridade de Itabuna, destacando a grandeza da obra, considerada um estabelecimento modelar e ressaltou,

Tenhamos em mira o desprendimento, o sacrifício, as lutas, as energias gastas por uma comunidade como a Associação das Senhoras de Caridade São Vicente de Paulo. De braços dados aos braços da dinâmica gente desta progressista Itabuna, puderam assim ligados, por participar de um grande ideal. Eis porque em nós se impõe louvar e exaltar o bom, o ótimo, o máximo, o perfeito desenvolvimento dos

³⁹⁸ Idem. **Ibidem**.

³⁹⁹ CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Op. Cit.**, p. 108.

⁴⁰⁰ Michel Foucault salienta que, em se tratando de práticas de disciplinarização e quadriculamento, isto é, políticas coercitivas dispensadas a exercer o controle sobre os corpos, em especial, aos corpos ainda desajustados do ponto de vista do seu funcionamento ideal para a sociedade, houve uma verdadeira necessidade de criação de uma “arte das distribuições dos espaços”. Segundo Foucault, a disciplina exige a “cerca”. A “cerca” criada e gerenciada pelas elites de Itabuna foi a Casa dos Mendigos. Ver: FOUCAULT, Michel. **Op. Cit.**, p. 138.

⁴⁰¹ SOUSA, Erahsto Felício de. **Op. Cit.**, p. 195.

⁴⁰² CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 13 de janeiro de 1940. Ano XIV. n. 19, p. 2.

trabalhos das *abnegadas senhoras de caridade de Itabuna*. Acreditamos nos bons destinos do nosso programa social como acreditamos de sempre haver entre nós pessoas de boa vontade que com esse magnânimo exemplo de solidariedade e o desamparo aos infelizes que recebendo esta e outras assistências *deixam de ser cidadãos abandonados, famintos, doentes, mendigos, inúteis, prejudiciais à Pátria*⁴⁰³. (Grifo nosso)

Foi uma das raras ocasiões em que as associações das senhoras de caridade de Itabuna e Ilhéus se encontraram à frente de uma importante solenidade pública regional. Os atributos que sobressaíram no discurso de D. Conceição Lopes representavam a visão que ainda era concebida por uma parcela significativa das mulheres pertencentes às elites naquele período. A caridade era, antes de tudo, lembrada como um princípio cristão: “a caridade tudo suporta, tudo crê, tudo espera, tudo sofre, a caridade nunca há de acabar”, salientou Conceição Lopes. Os valores religiosos cultivados e defendidos no interior desse grupo social ajudavam a assentá-lo em um modelo de intervenção pública considerado compatível à ideia de feminino concebida por aquela sociedade⁴⁰⁴. E, ao mesmo tempo, apontam para o tipo de configuração dada pelas elites ao exercício do controle sobre a cidade e sobre os pobres.

A Casa dos Mendigos atravessou inúmeras dificuldades financeiras no decorrer dos anos 1950 e início da década de 1960. Os apelos das senhoras de caridade na imprensa foram constantes. Elas haviam conseguido compor um corpo de associados ao projeto que passava doações mensais à ASCI. Os jornais orientavam a doação direta às senhoras de caridade, ao invés de alimentar o vício da mendicância. O cartão de identificação do pedinte, criado em 1937, durante a gestão do prefeito Claudionor Alpoim, parecia não ter mais uso, tampouco validade. As queixas sobre a quantidade de mendigos espalhados pela cidade eram intensas e frequentes na imprensa. Nem por isso a Casa dos Mendigos recebeu apoio financeiro que precisava para sua manutenção.

Depois da inauguração a obra recebeu ajuda do poder público. A Câmara de Vereadores aprovou em maio de 1954 a subvenção anual de \$48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros) para a manutenção da Casa dos Mendigos⁴⁰⁵. Em junho, as senhoras Valdete Valverde Dórea, Lety Guimarães Aquino e Eva Barreto, da direção da ASCI, foram à Câmara agradecer pessoalmente aos vereadores a aprovação do Projeto de Lei referente à

⁴⁰³ CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*. 20 de março de 1954. Ano XXVIII. n. 87, p. 1.

⁴⁰⁴ Em 1951 o médico Celso Fontes Lima fez uma palestra para a Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna, ocasião em que pregou o “evangelho da esmola”. Para ele, a verdadeira concepção de altruísmo residia no princípio da caridade. Na visão do médico, a filantropia não deveria ser aceita como proposta de atuação para as senhoras, porque “os que tem fé e espírito religioso” não precisavam anunciar suas obras beneméritas. Ver: AASCI. *Livro de Atas*. 28 de novembro de 1951, p. 41.

⁴⁰⁵ APMIJD. *Jornal Oficial*. 22 de maio de 1954. n. 1142.

subvenção⁴⁰⁶. Os constantes apelos na imprensa deixaram evidente que o repasse do executivo municipal era insuficiente para atender as demandas da Casa que recebia um número crescente de mendigos e miseráveis⁴⁰⁷.



Figura 10 - Assembleia da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna em 1957.

Fonte: Diário de Itabuna, 28 de outubro de 1957, ano I, n. 8.

Além de tentar sensibilizar os associados, quase todos, comerciantes, fazendeiros, políticos, a pagarem mensalidades atrasadas à Casa dos Mendigos, as senhoras de caridade apelavam às iniciativas culturais. Em janeiro de 1956 promoveram um espetáculo teatral com a peça “A cigana me enganou” na Ação Fraternal de Itabuna⁴⁰⁸. Como sempre, o objetivo era conseguir recursos para custear alimentos, roupas, cobertores para os pobres atendidos no asilo.

Segundo Sérgio Adorno, a emergência da filantropia em todo país entre as primeiras décadas do século XX impulsionou a consolidação do social para o Estado, introduzindo uma nova arte de administrar a cidade sem perder de vista a manutenção das relações hierárquicas entre micro poderes⁴⁰⁹. A “trama do complexo tutelar”, ou seja, o conjunto de práticas benemerentes de agenciamento e controle sobre sujeitos em condição de miséria, constituído pelas senhoras de caridade, implicou também em coagir os poderes públicos a começarem a atuar sobre as questões sociais⁴¹⁰. Através da “filantropia caritativa” estabeleceram regras de atendimento às carências, ao tempo em que reorganizavam as relações de mando, definindo o lugar do dirigente e do atendido e reordenando o papel da própria caridade⁴¹¹, tornando-a mais

⁴⁰⁶ APMIJD. **Jornal Oficial**. 3 de julho de 1954. n. 1148.

⁴⁰⁷ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 26 de janeiro de 1956. Ano XXX. n. 115, p. 1.

⁴⁰⁸ CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 13 de janeiro de 1956. Ano XXX. n. 104, p. 1.

⁴⁰⁹ ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 2, abr./jun. 1990, p. 14.

⁴¹⁰ Idem, **Ibidem**, p. 16.

⁴¹¹ Idem, **Ibidem**, p. 17.

criterosa e seletiva. Pode-se afirmar que os trabalhos realizados pelas filantropas ao longo da primeira metade do século XX impulsionaram as políticas públicas de gerenciamento da pobreza assumidas pelo Estado⁴¹².



Figura 11 - Homenagem a Aldemira Soares de Aquino, associada das Senhoras de Caridade de Itabuna, em 1962. Fonte: Diário de Itabuna, 11 de janeiro de 1962, ano V, n. 1277.

Incansáveis em seu propósito de unir a caridade aos planos de gerenciamento das mazelas sociais, as senhoras de caridade de Itabuna empreenderam um conjunto relevante de iniciativas sociais e culturais. Essas iniciativas renderam-lhes não só o prestígio social, tipicamente orquestrado pelas classes que se projetam e sobrepõem socialmente, como possibilitaram uma ofensiva feminina rumo ao espaço público em toda sua multiplicidade. No capítulo seguinte, discutiremos como se deu esse processo.

⁴¹² Segundo Maria Lúcia Mott, foram as mulheres de caridade as precursoras de propostas políticas de bem estar, cuidados com a maternidade e a infância no Brasil. MOTT, Maria Lúcia. *Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)*. In: **Cadernos Pagu**, São Paulo: Unicamp, nº 16, 2001, pp. 199-234.

CAPÍTULO III

IDEAIS DE PROGRESSO E FEMINILIDADE NA IMPRENSA DE ITABUNA

O feminino na imprensa itabunense

As imagens envolvendo mulheres que circularam na imprensa de Itabuna entre os anos 1920 e 1930 procuravam reforçar modelos idealizados de feminilidade. As referências feitas às mulheres de elite nesse período estiveram associadas à sua condição de mães e esposas exemplares⁴¹³. Essa rede discursiva acompanhava as representações de feminino difundidas pela Igreja e pelas elites política, cultural e econômica. Acrescidos aos valores cristãos da família e da moralidade, os discursos médicos defenderam a adequação das mulheres ricas aos padrões de higienização e disciplinarização de hábitos e comportamentos. A inserção dos textos do doutor José de Albuquerque do Círculo Brasileiro de Sexualidade nas páginas de *O Intransigente*⁴¹⁴, no início da década de 1930, assinalam a influência das “ideias modernas” sobre as leitoras dos periódicos, a maioria delas, pertencentes aos setores médios e à classe alta.

As mulheres das camadas abastadas também foram alvo da imprensa. A reprodução de suas posturas e práticas sociais nas matérias dos jornais configura uma tendência à demarcação de padrões de comportamento das elites, preocupadas com sua afirmação social e com a manutenção de seu *status*⁴¹⁵. Conforme vimos no primeiro capítulo, a família civilizada era aquela em que a mulher, através de sua conduta, dava legitimidade às pretensões políticas de seus pais e maridos. A marca de distinção social desse segmento se manifestava com mais força a partir das posturas femininas. Em festas íntimas, eventos sociais ou comemorações públicas, elas precisavam irradiar as virtudes, consideradas essencialmente femininas, como a meiguice, a fragilidade, os finos tratos, a delicadeza e a educação de uma “dama da sociedade”⁴¹⁶.

⁴¹³ PEDRO, Joana Maria. **Op. Cit.**, p. 24.

⁴¹⁴ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 28 de dezembro de 1935. Ano X. n. 17, p. 2.

⁴¹⁵ Idem. **Ibidem**.

⁴¹⁶ O jornal *A Época* de 1949 fez referência ao aniversário de Amélia Tavares Amado. Como era costume, enalteceu as virtudes da senhora, “pelas suas excelsas e primorosas qualidades de espírito e de coração, uma das

A aparência feminina também esteve na mira de cronistas e colunistas. Suas roupas e joias deveriam expressar o poder aquisitivo da família, a elegância e a moralidade, símbolos da altivez de sua classe. A preocupação com a forma como iriam se apresentar publicamente se intensificou na medida em que sua frequência em ambientes sociais e no espaço urbano se tornou mais intensa. Esse processo ocorreu a partir do envolvimento de moças e senhoras ricas em eventos sociais, organizados por elas ou marcados por sua participação. As festas cívicas, eventos esportivos e recreativos estavam entre as iniciativas dessas mulheres. Mas, foi a partir do seu engajamento em atividades de cunho filantrópico caritativo que conseguiram ampliar as possibilidades e as formas de intervenção na cena pública.

Ao lado das descrições das celebrações festivas realizadas por membros da elite, em que destacavam os modelares comportamentos refinados das mulheres⁴¹⁷, os jornais expunham as obras beneméritas das senhoras de caridade. Propagadas pela imprensa como exemplos de altruísmo e bondade cristã, as práticas filantrópicas foram incentivadas entre as mulheres dos segmentos abastados. A partir das décadas de 1920 e 1930, as matérias e colunas dos jornais passaram a valorizar os empreendimentos assistencialistas na cidade. Na década de 1930, um artigo intitulado “Natal das Crianças Pobres”, em *O Intransigente*, exaltava aquilo que as elites aprovavam em se tratando de intervenção pública,

Estamos informados que um grupo de respeitáveis senhoras, tendo a sua frente a Exma. Snra. D. Laurinda Fontes Lima, incansavel nas obras benemerencia, quer promover um festival em beneficio das creanças pobres que de tal modo poderão ser presenteadas pelo papae Noel e a 25 de Dezembro. Tal iniciativa de fim tão elevado encontrara em nosso meio decidido apoio nos corações bem formados, imitada a prática das grandes cidades do velho mundo, Londres, Paris, e outras onde as senhoras de maior distincção e posição social, princesas, duquesas e de toda nobreza promovem taes festas para presentear creanças pobres. Ficamos convictos que este gesto benéfico vae encontrar franco apoio de todas as familias, pelo praser de praticarem o bem e concorrerem para comemorar o dia, por excellencia de alegria, dos povos christãos⁴¹⁸.

Porta-vozes das elites, os jornais buscavam disseminar um padrão de costumes ideais associados ao “moderno mundo da alta sociedade”. Nota-se que a referência mais forte ao assistencialismo esteve voltada às mulheres de elite. Elas foram responsáveis por disseminar os valores burgueses por meio das práticas paternalistas. Além dos atributos tradicionais de

damas mais refulgentes do nosso meio social”. CEDOC/UESC. *Jornal A Época*. 13 de julho de 1949. Ano XXXI. n. 1272.

⁴¹⁷ Em 1927, o *Jornal de Itabuna* publicou uma matéria intitulada Festa de Arte, através da qual relatou a organização do programa musical da pianista paraense Maria Nazareth e reforçou a imagem de fineza dos membros das elites: “a jovem e consagrada pianista proporcionou a uma numerosa e selecta assistência de famílias, damas e cavalheiros do que a nossa sociedade tem de mais fino e distinto”. CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*. 1 de julho de 1927. Ano VIII. n. 366, p. 2.

⁴¹⁸ CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*, 23 de novembro de 1935, Ano X. n. 82, p. 2.

mães carinhosas e dedicadas, assumiram um papel social determinante para a sustentação da ordem dominante. Passaram a figurar como beneméritas e protetoras de pobres, doentes, mendigos e crianças desvalidas⁴¹⁹. Através da filantropia as mulheres de elite participavam da política em sua faceta mais pragmática.

Essas mulheres tornaram-se temas para os jornais. A imprensa dava publicidade às relações familiares e às suas sociabilidades. À medida que ampliaram e dinamizaram as formas de interação com a cidade, passaram a preencher cada vez mais as páginas dos periódicos. Aparecer nos jornais também se tornou uma forma de distinção. Nos anos 1940 e 1950, os jornais ainda proliferaram as imagens femininas de mães, educadoras e beneméritas, mas, aos poucos, abriram espaço para novas experiências do universo feminino. Este capítulo tem como objetivo analisar e discutir as formas como as mulheres foram representadas na imprensa local, especialmente, durante os anos 1950 e início da década de 1960. Quais as táticas utilizadas por parte dessas mulheres para terem talentos reconhecidos, a ponto de conseguirem adentrar em esferas, antes, marcadas pela atuação, quase exclusiva, dos homens. E de quais maneiras o novo circuito de imagens e representações sobre o comportamento e sobre o corpo feminino reconfigurou os discursos e as práticas das próprias mulheres.

A high society e as colunas sociais

Na década de 1950, nada mais atraente para as jovens das classes média e alta do que ler “O Diário na Sociedade”, a coluna social do jornal *Diário de Itabuna*. As moças estavam interessadas em aparecer nas matérias e descobrir as novidades da cidade, divulgadas por esta seção do jornal. Os namoros e flertes, cerimônias de noivados e casamentos, batismos de crianças, festas carnavalescas, juninas, natalinas, *soirées* dançantes. Quase todos os eventos promovidos e vivenciados pelas elites foram registrados nas páginas dos jornais. O interesse de anunciar o cotidiano das elites, notadamente, da juventude rica da cidade, esteve expresso fundamentalmente nas matérias e colunas sociais dos jornais destinadas, especialmente, ao público feminino.

A proliferação dessas matérias acompanhou o ritmo das novas sociabilidades experimentadas por moças e rapazes da alta sociedade. A vida social das elites nos anos 1950 se caracterizou pelo desejo em vivenciar os hábitos modernos cultivados em centros urbanos do país, como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. O cinema e as revistas femininas contribuíram para disseminar o modo de vida urbano e moderno. A adaptação das elites aos

⁴¹⁹ Joana Pedro afirma que as mulheres de elite ao exercercerem uma “missão irradiadora”, isto é, eram transmissoras da cultura política e dos valores morais burgueses. PEDRO, Joana Maria. **Op. Cit.**, p. 89.

padrões de convivência social dos centros adveio com a ampliação das formas de lazer e de consumo. A juventude foi o principal alvo da padronização de pensamentos e hábitos. A intensificação das propagandas nesse período foi determinante para que os setores abastados se familiarizassem com os novos parâmetros de condutas⁴²⁰.

O esbanjamento e a ostentação do *high society*⁴²¹ em festas, clubes, hotéis apareceu nas colunas sociais como símbolos do avanço progressista da cidade⁴²². Aliás, a cidade precisou se adequar às exigências da vida moderna. Na década de 1950, Itabuna atravessou uma fase de crescimento econômico e demográfico. Além do aumento do número de habitantes que chegou a 147.730 em todo município e cerca de 25.350 na sede⁴²³, as cifras econômicas arrecadadas pelo poder público municipal em dez anos, entre 1947 e 1956, também cresceu na proporção média de \$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil cruzeiros) ao ano, o correspondente a \$31.000.000,00 (trinta e um milhões de cruzeiros) arrecadados a mais em 1956 se comparado a 1947⁴²⁴.

Havia um número expressivo de ambientes de lazer, entretenimento e atividades sociais para as elites. Eram 8 clubes recreativos, 14 hotéis, 2 hospitais, 1 campo de aviação, cerca de 957 casas comerciais, 12 instituições bancárias e de crédito, 19 associações de representação de classe, além do complexo educacional da Ação Fraternal e um número razoável de entidades assistencialistas⁴²⁵. O discurso de “desenvolvimento” pautado nos números da economia cacauzeira pretendia convencer o conjunto da sociedade da validade dos projetos políticos e sociais das elites. Quanto mais altos os números dos balanços financeiros, mais se tornavam referências de eficiência da gerência dos ricos sobre a municipalidade.

Nas páginas dos jornais, as referências às casas comerciais, especialmente, àquelas que vendiam artigos femininos, eram associadas ao ideal de progresso. A instalação de novas lojas e a chegada de produtos requintados foi encarada como sinônimos do avanço das elites. As inaugurações marcavam ocasiões de celebração ao “novo”, ao “moderno” e contavam com a presença certa de figuras da alta sociedade, notadamente, moças e senhoras ricas. As propagandas divulgadas nos jornais *Voz de Itabuna* e *Diário de Itabuna* dão conta das

⁴²⁰ RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999, p. 35.

⁴²¹ Expressão de língua inglesa utilizada por colunistas de jornais e revistas dos anos 1950 para se referir aos membros das elites econômicas. CEDOC/UESC. Jornal **Diário de Itabuna**. 19 de agosto de 1958. Ano I. n. 242.

⁴²² SANTOS, Lúcia Noêmia. **Brotinhos e seus problemas: juventude, gênero na imprensa fortalezense da década de 1950**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011, pp. 23-25.

⁴²³ IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1960: Censo Demográfico: População e Habitação**, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1960.

⁴²⁴ Matéria do jornal *Diário de Itabuna* sob o título “Itabuna Cidade-Progresso”. Ver: CEDOC/UESC. Jornal **Diário de Itabuna**. 20 de outubro de 1957. Ano I. n. 1, p. 9.

⁴²⁵ CEDOC/UESC. Jornal **Diário de Itabuna**. 28 de julho de 1960. Ano III. n. 746, p. 2.

representações feitas pela elite, com um toque comercial dos donos das lojas de os artigos trazidos do Rio de Janeiro e de São Paulo direto para Itabuna.

Os jornais anunciavam casas comerciais e aproveitam para alicerçar uma imagem positiva da cidade: “Com a inauguração de A Baianinha a moda chega primeiro aqui do que no Rio de Janeiro, porque o seu proprietário, Sr. Vitório Carmo, vai buscá-la direto na fábrica”⁴²⁶. As mulheres ricas eram o alvo predileto e o mais adequado, já que os produtos anunciados eram considerados finos e de luxo. Em 3 de outubro de 1959, o *Diário de Itabuna*, em sua coluna “O Diário na Sociedade”, escrita pelo colunista social Roberto Silva anunciou,

Atualmente “A Baianinha” está vendendo artigos finíssimos para ambos os sexos que por incrível que pareça, ainda não foram lançados na capital do Estado. Chamamos a atenção do sexo frágil para a nova sensação das capitais que é o calçado “fôrma italiana”, bico quadrado que, pode ser encontrado em “A Baianinha”, bem como bolsas finas que combinam com esse novo calçado feminino.⁴²⁷

Por outro lado, o crescimento econômico teria proporcionado a ampliação da intervenção do poder público na cidade, em especial, nas ruas do centro⁴²⁸. As mudanças no cenário urbano fizeram surgir novas formas de usos sobre os ambientes públicos. Praças, jardins e teatros juntaram-se às áreas privadas de lazer, como clubes, hotéis e cinemas⁴²⁹. A preocupação residia na promoção de uma cidade em desenvolvimento, onde a classe econômica e politicamente dominante respondia simbólica e concretamente aos ventos de uma cultura moderna e progressista que pareciam começar a soprar na região. Para tanto ergueram, através da imprensa, não só uma, como várias imagens positivas sobre si e sobre suas ações. As expressões mais comuns nas páginas dos jornais em referência às elites foram: “cidade progresso”, “homens avançados”, “senhoras elegantes”, “moças graciosas”, “rapazes simpáticos”, a “fina flor da sociedade”⁴³⁰. Com as modificações na morfologia urbana, a vida social das elites tendeu a ser valorizada. Os jornais propalavam os eventos, divulgavam os nomes dos frequentadores, avaliavam condutas e aparências e expunham em suas colunas sociais.

“Festas, festas e mais festas”, anunciou o colunista de o “Diário na Sociedade” do jornal *Diário de Itabuna*, em dezembro de 1957. Roberto Silva, o Rojosil, informava ao público leitor a programação de festas previstas para o fim de ano: “Chegou este bom tempo,

⁴²⁶ APMIJD. Jornal *Diário de Itabuna*. 15 de setembro de 1959. Ano II. n. 531, p. 2.

⁴²⁷ Idem. *Ibidem*. p. 6.

⁴²⁸ Cf. em: CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. *Op. Cit.*, p. 75.

⁴²⁹ O Itabuna Clube foi fundado em 1938, enquanto o Grapiúna Tênis Clube foi fundado em 1946. Ver: ANDRADE, José Dantas. *Documentário Histórico... Op. Cit.*, p. 120.

⁴³⁰ Essa caracterização aparece não só nas matérias das colunas sociais dos jornais, como em alguns memorialistas. Dentre eles, ver: MENDES, Helena. *Figuras e Fatos de Itabuna... Op. Cit.*, 1967.

belas festas estão para vir, principalmente quando o Grapiúna brindará seus associados com a Festa do Calendário, que contará com 24 brotos”. O Grapiúna Tênis Clube criado em 1946 cobrava o valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) para associação. É preciso lembrar que o salário mínimo era de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) nesse período e foi rebaixado a Cr\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros) em 1950⁴³¹. A constatação é bastante óbvia. Uma parcela significativa da sociedade estava excluída desses espaços de lazer e sociabilidade. As colunas sociais falavam a um público específico e bastante restrito.

Anúncios e descrições das festas passaram a ter cada vez mais espaço nos jornais durante esse período. As pequenas notas demarcadas nas margens das últimas páginas ganharam destaque e volume. A coluna “Binóculo social” do jornal *O Intransigente* e o “Diário na Sociedade” do jornal *Diário de Itabuna* foram apresentados na segunda página e tomaram quase que toda a folha. As colunas eram manifestos do “querer ser” das elites. Nelas, puderam se “mostrar”, “aparecer”. A estrutura estética das páginas dos jornais sofreram mudanças nos anos 1950. A formatação da página dedicada às colunas sociais favoreceu a publicação de imagens. Os relatos sobre a elegância de cavalheiros e senhoras da alta sociedade, poderiam ser atestados pelas fotografias expostas.

As maneiras de pensar e agir das elites representava o seu regozijo em se sobrepor. Ainda que não se restringissem a ostentações de poder e força econômica, era preciso apresentar “as marcas” de sua prosperidade e glória. As elites consideraram necessário expor publicamente os modelos de vida por elas aspirados e consumidos. Freitas Ramos, em artigo para o *Diário de Itabuna*, dizia se orgulhar das atividades intelectuais e do meio social visto em Itabuna nos anos 1950. Segundo ele, a vida intelectual com ginásios, escolas técnicas e associações literárias poderiam ser consideradas com “um potencial de cultura invejável” e os seus clubes sociais “não se limitavam às atividades recreativas, se desdobravam, porém, em trabalhos de utilidades públicas, como o Rotary e o Lions Clube”⁴³². Para Bourdieu, “o mundo social é também representação e vontade e, existir socialmente, é também ser percebido como distinto”⁴³³.

A imprensa local contribuiu sobremaneira para alicerçar a estereotípia positiva criada pela elite sobre si e sobre a cidade, seu principal lócus de atuação política, social e cultural. A cidade foi, portanto, um palco onde desfilava e se exibia a elite, enquanto as colunas sociais eram, ou tentavam ser, uma espécie de espelho do cotidiano desse segmento. Nelas apareciam

⁴³¹ SOUSA, Erahsto Felício de. **Op. Cit.**, p. 73.

⁴³² APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 20 de outubro de 1957. Ano I. n. II, p. 6.

⁴³³ Idem, **Ibidem**, pp. 112-118

os novos símbolos do dito progresso experimentado pelas elites, tais como os salões de festas e eventos, os clubes esportivos e de lazer, as festas privadas.

De fato a festa do dia 31 (janeiro de 1959) foi classificada como um dos melhores fatos sociais já observados em clubes itabunenses. Nossa alta sociedade compareceu em peso ao clube mais antigo da cidade para abrilhantar com sua presença a magnífica noite. Mais uma vez elogio a direção do Itabuna Clube pelo espetacular feito e, que continue sempre a proporcionar aos seus associados momentos de alegria como o que aconteceu nesse dia⁴³⁴.

Nos anos 1950, o colunista Roberto Silva foi um dos mais importantes interlocutores entre o cotidiano social e cultural das elites e o restante da comunidade que acessava o jornal como meio de informação. Suas matérias abrigavam reverências a um modelo de comportamento social amparado em ideias consideradas modernas na época. O discurso político presente nessas matérias residia numa moral de costumes padrão. Para cada membro do corpo social se exigia um tipo específico de comportamento, especialmente, para aqueles que deveriam dar exemplo. É possível encontrar nas seções assinadas por Roberto Silva, matérias que relatavam desde o tipo de roupa adequado às moças, até dicas sobre flerte, como se portar em festas noturnas, namoros em lugares escuros nas ruas da cidade, seleções dos “brotos mais simpáticos do ano”, além de críticas ao comportamento considerado incivilizado. Roberto Silva foi também um dos editores do caderno “O Diário Feminino”, criado como seção do jornal *Diário de Itabuna* em 1957.

As representações de classe e de gênero estiveram presentes em seus textos. O colunista fazia questão de ressaltar as virtudes dos membros da elite, desenhadas em suas condutas. As festas e eventos realizados nos dois maiores clubes sociais da cidade, o Itabuna Clube e o Grapiúna Tênis Clube, eram centros para onde convergiam sua atenção, análise e crítica. Esses dois clubes sociais eram espaços dirigidos, organizados e frequentados por membros das classes privilegiadas. Nesses ambientes homens e mulheres da alta sociedade exibiam e consumiam hábitos considerados modernos e civilizados. Em uma de suas colunas, Roberto Silva expressou os valores alimentados pela elite sobre comportamento e moda presentes nesses círculos sociais,

Mesmo sendo um dia comum, grande e seleta foi a assistência que compareceu ao aristocrata da cidade para compensar com suas presenças o esforço feito pela diretoria do Grapiúna em trazer a Itabuna tão empolgante orquestra. Como de costume, o sexo frágil representado por senhoras e brotos do nosso *society* esteve impecável nessa grande *soirée* dançante. Entre o grande número de elegantes,

⁴³⁴ Trecho retirado da coluna “O Diário na Sociedade”, seção do Jornal *Diário de Itabuna*, 06 de fevereiro de 1959, assinado por Roberto Silva. Ver: APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. Janeiro – Junho, 1959.

podemos destacar os seguintes brotos: Srta. Márcia Barreto, com um lindo vestido estampado, Srtas. Nidja e Nívea Cravo comparecerem com simpáticos vestidos estampados. Também foi muito admirado o traje da senhora Dr. José Pinto que estava elegantemente trajada com um modelo trapézio⁴³⁵.

Na coluna “Criticando”, entre queixas e reclamações ao poder público municipal sobre a situação de mendigos e pobres nas ruas, Roberto Silva expôs, de forma mais evidente, a natureza e o propósito das matérias jornalísticas voltadas ao âmbito cultural e social. Argumentava que as elites precisavam instituir não só para as camadas empobrecidas, mas, para si mesmas, um quadro de hábitos e costumes enquadrados numa representação de civilidade⁴³⁶.

Ao se referir à partida dos jovens itabunenses para as cidades onde estudavam, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, novamente Roberto Silva reclamou do “vazio cultural” deixado na cidade. O colunista ainda destacou a ausência da juventude simpática e elegante nas praças e jardins⁴³⁷. Queixou-se em diferentes ocasiões do esvaziamento dos clubes e da falta de uma programação para atender aos jovens que permaneceram na cidade. A visão de Roberto Silva e, muito provavelmente dos membros das elites, era de que, quem estudava nos centros trazia consigo parte considerável dos hábitos e da educação experimentada nesses lugares. A postura, os gestos, a forma de falar e as roupas poderiam servir de modelos para os que não iam com frequência aos “centros civilizados”. O *Diário de Itabuna* de 25 de março de 1958 trouxe na seção “O Diário na Sociedade” matéria de Roberto Silva sobre a incômoda monotonia da cidade,

A sociedade itabunense passou mais uma semana sem nenhum acontecimento de grande importância. Este mês de março foi um tanto monótono, sem nenhuma festa de destaque, e talvez tão cedo não teremos o desejado, pois o Grapiúna há muito não reabre seus salões para uma *soirée* dançante. As *boites* semanais caíram por completo, entre dez realizadas pode ser que escape uma. (...) Como disse certa vez, ninguém sabe por que os brotinhos desprezam esse acontecimento semanal. Nas capitais a *boite* impera no meio social, todos a preferem, e olhe lá que são realizadas diariamente⁴³⁸.

Conforme dito, as colunas sociais dispensavam atenção quase exclusiva ao cotidiano das elites. As referências feitas aos setores empobrecidos giravam em torno de exigências sobre usos da cidade. Desde o final da década de 1940, esse controle ficou mais rígido, no

⁴³⁵ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 13 de janeiro de 1959. Ano II, p. 2.

⁴³⁶ Entendemos que essa representação de civilidade construída e experimentada pela elite de Itabuna responde a uma interpretação dos novos hábitos praticados, ao tempo em que demonstra, especialmente no discurso, uma preocupação dessa elite em fazer manifestar um novo homem, um novo cidadão, capaz de expor em sua rotina o alcance a esse universo superior dos costumes, que o distinguia tão claramente dos outros sujeitos das classes empobrecidas. Ver: ELIAS, Nobert. *O processo civilizador... Op. Cit.*, 1994.

⁴³⁷ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 25 de março de 1958. Ano I. n. 125, p. 2.

⁴³⁸ Idem. *Ibidem*.

sentido em que o poder público sistematizou e colocou em prática um plano urbano que, de um lado, marcava a expulsão de elementos da classe empobrecida do centro da cidade e, de outro, favorecia a circulação e a fixação de membros da elite nos melhores lugares para o comércio e para o lazer⁴³⁹.

Mas, não bastaram as medidas tomadas pelo poder público. As elites também criaram normas para coibir os pobres de ocuparem certos ambientes da cidade. No caso dos cinemas, essa situação se fez de maneira muito clara. A partir de 1959, o Cine Teatro Itabuna passou a regulamentar o tipo de vestimenta para a entrada na sala de exposição. Jovens que não estivessem “devidamente trajados”, ou seja, vestidos com “roupas de passeio”, à altura do requinte exigido pelo senso estético da elite, não poderiam entrar no cinema⁴⁴⁰. Na estreia de alguns cinemas, como o Clube de Cinema de Itabuna, ou mesmo na exibição de alguns filmes considerados de “arte e cultura”, só eram fornecidos ingressos como convite a um grupo “seleto”, capaz de se apresentar esteticamente e culturalmente superior⁴⁴¹. Para os que não acatassem as deliberações dos proprietários dos cinemas, a punição seria a expulsão do ambiente sob a condução da força policial. Na coluna “Criticando”, Roberto Silva elogia a mudança realizada no Cine Teatro e conclui que: “para uma cidade progressista como Itabuna, agora quando não tardaremos a completar meio século de existência, vamos ter uma sala de projeção onde as famílias desta cidade não se sintam envergonhadas de comparecer”⁴⁴².

As reclamações sobre o comportamento dos populares nas filas e no interior dos cinemas feitas nas páginas do jornal *Diário de Itabuna* refletiam o interesse da elite em criar espaços reservados de lazer, onde não se pudesse assistir e conviver com a presença de pessoas pobres ou de classe média. Em 1950, o Lions Club de Itabuna decidiu construir um “cineminha-fechado”⁴⁴³. A ideia foi considerada louvável pelo autor da coluna “Fatos e Comentários” do *Diário de Itabuna*. O “cinema-doméstico”, como foi chamado, respondia a um costume cada vez mais frequente das elites em constituir ambientes de sociabilidades cada vez mais reservados. Segundo as informações apresentadas pelo autor da coluna, esse cinema teria um número limitado de sócios, cadeira cativa numerada e outros benefícios⁴⁴⁴. As razões para o empreendimento privado estariam na busca de um ambiente adequado ao padrão de

⁴³⁹ Cf. em: CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Op. Cit.**, pp. 45-59.

⁴⁴⁰ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 20 de fevereiro de 1959. Ano II. n. 391, p. 2.

⁴⁴¹ Idem, **Ibidem**.

⁴⁴² APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 25 de fevereiro de 1959. Ano II. n. 393, p. 4.

⁴⁴³ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 30 de janeiro de 1959. Ano II, p. 2.

⁴⁴⁴ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 4 de fevereiro de 1959. Ano II, p. 2

moral cultivado pelas famílias ricas. O intuito era se afastar da companhia indesejada dos “incivilizados”⁴⁴⁵. O autor da coluna argumenta,

Torna-se impraticável a qualquer família, gozar, aqui em Itabuna, de um bom cinema. Para esse mínimo a que ela se permitiria, faz-se preciso ir às 6 horas da tarde, enfrentar uma fila agressiva, sujeitar-se ao calor e aos empurrões, ouvir desaforos e nomes feios, suportar uma molequeira infernal antes, durante e depois do espetáculo, arriscando-se, além disso, a por uma família inteira a pique e mais a do amigo que lhe vá em socorro, numa discussão inglória com qualquer moleque⁴⁴⁶.

Imprensa, poder público e elites sintonizavam-se em um padrão político-discursivo na tentativa de criar formas de fazer valer o que entendiam como progresso⁴⁴⁷. Isso significava normatizar os usos da cidade e padronizar algumas posturas. Esse imperativo tinha validade para os próprios membros das camadas elevadas. Todos deveriam cumprir as receitas do bom comportamento. As mulheres de elite, notadamente, as mais jovens, foram parte integrante dos discursos, das representações e das práticas direcionadas ao ajuste e a redefinição desses comportamentos. Dentre outras funções, cabia às mulheres ricas “adornar” o circuito de cidade frequentado pelas elites. Mesmo que esse espaço repartido fosse construído sob exigências morais muito fortes sobre essas mulheres, sua presença nele era reivindicada. A mulher representou um dos símbolos da mudança sociocultural experimentada pela classe dominante. Ao passo em que se modernizava a cidade, modernizavam-se as mulheres de elite.

A historiadora Mônica Schpun afirma que as mudanças promovidas no cenário urbano foram seguidas por um conjunto de novos hábitos reivindicados e apropriados pelas elites. A autora salienta que as mulheres burguesas se tornaram um dos principais alvos da normatização dos novos comportamentos, espelhados nas metrópoles europeias⁴⁴⁸. Antenar-se com os novos padrões envolvia conhecer e reproduzir o comportamento das mulheres ricas dos centros. A escritora itabunense Helena Mendes destacou no início dos anos 1960: “temos dois teatros e não custa dizer que a sociedade de Itabuna é uma das mais elegantes do Brasil. As damas grapiúnas adotam a moda do Rio, o que significa, em outras palavras, a moda de Paris, Roma e Berlim”⁴⁴⁹. A identificação com os padrões instituídos nas metrópoles representava simbolicamente uma ligação com a ideia de moderno e se materializava nos

⁴⁴⁵ Crônica de Anajoquina sobre costumes incivilizados dos jovens ao gritarem no cinema, em “O Diário Feminino” de agosto de 1958. APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 9 de agosto de 1958. Ano I, p. 4.

⁴⁴⁶ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 30 de janeiro de 1959. Ano II, p. 2.

⁴⁴⁷ Erahsto Felício de Sousa aplica este conceito ao conjunto de ações e discursos da elite itabunense em torno do projeto de cidade moderna. Esse processo teria se intensificado nos anos 1950, quando se aproximava o cinquentenário da cidade. Era, portanto, necessário investir sobre a constituição de uma cidade nova, limpa, moderna. Ver: SOUZA, Erahsto Felício. **Op. Cit.**, p. 29.

⁴⁴⁸ Ver em: SCHPUN, Mônica Raísa. **Beleza em jogo... Op. Cit.**, pp. 146-147.

⁴⁴⁹ MENDES, Helena. **Op. Cit.**, p. 129.

gestos, na forma de andar, nas roupas, nas joias, nos penteados expostos e exibidos em público⁴⁵⁰.

As mulheres de elite aproveitaram esse panorama de mudanças nos costumes. Encomendar às costureiras os modelos copiados das revistas, passearem desacompanhadas dos pais pelas vias públicas, frequentar salões de festas, *soirées* dançantes e clubes sociais eram, sem dúvida, formas prazerosas de vivenciarem as mudanças. As possibilidades de diversão diurna e noturna aumentaram para a juventude e para as mulheres ricas. No entanto, a vigilância sobre as jovens, consideradas ingênuas afetiva e sexualmente, se manteve como código de moralidade que percorreu a década de 1950 e início dos anos 1960⁴⁵¹. Aliás, a moralidade era corriqueiramente lembrada e requerida pelos órgãos de imprensa⁴⁵².

As mulheres passaram a ser vistas e faladas pela imprensa. O jornal *Diário de Itabuna*, por exemplo, se manifestou sobre o cotidiano e as sociabilidades femininas quase que diariamente. Fosse na coluna “O Diário na Sociedade” ou no caderno “O Diário Feminino”, as mulheres figuravam como centro das atenções dos discursos. O projeto político dominante apontava duas facetas. Uma que reivindicava o progresso e atuava no sentido de gerir a cidade a fim de controlar seus usos, subordinando os empobrecidos, e a outra que ainda enquadrava as mulheres de elite em um painel de performances de gênero bem definidas.

A coluna “Fatos e Comentários” de o *Diário de Itabuna*, assinada por um cronista de pseudônimo “Erasmus”, se dedicou a analisar e criticar o comportamento das moças, recomendando instruções para os pais. O código de moralidade ainda pautado no modelo hegemônico de família foi requerido pelos membros da elite e sustentava os argumentos dos cronistas. Em “Erasmus – Fatos e Comentários” do *Diário de Itabuna* de 2 de fevereiro de 1950, o autor apresenta em sua coluna o seguinte poema,

Poema-advertência à miopia paterna
 Pais de família, antes que seja tarde, cuidem de seus brotinhos...
 Há gaviões malandros pelas esquinas e em todos os caminhos...
 Erasmus não é contra o amor, que é vida, é luz e é inspiração!...
 O que Erasmus condena é o despudor,
 O namoro escandaloso e sem razão...
 Ele verbera contra o amor-malícia, esse namoro caso de polícia
 Que nesta honrada e mui leal cidade,

⁴⁵⁰ Nos anos 1950, a alta sociedade itabunense também passou pelo frenesi em torno dos bens de consumo. Em fevereiro de 1956, uma propaganda em O Intransigente divulgou: “Você é progressista? Então vamos comprar na Casa Izolina. Essências, perfumaria, louças, bicicletas, fogões e artigos diversos”. O progresso poderia ser experimentado pelos que tivessem condições financeiras para consumir todos esses produtos. Ver: CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 9 de fevereiro de 1956. Ano XXX. n. 127, p. 2.

⁴⁵¹ Matéria “Conselho às ingênuas” em *O Intransigente*. Ver: CEDOC/UESC. **Jornal O Intransigente**. 22 de fevereiro de 1956. Ano X, n. 25, p. 2.

⁴⁵² Sobre comportamento feminino e imprensa nos anos dourados, ver: BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: **História das Mulheres no Brasil... Op. Cit.**, pp. 607-639.

Existe em assombrosa quantidade
 Pais de família, antes que seja tarde, cuidem de seus brotinhos,
 Mandando os gaviões fazer pousada noutros ninhos...⁴⁵³

Segundo os códigos de comportamento previstos para as mulheres, os namoros deveriam conduzir ao casamento. Em qualquer outra forma de vivenciar a afetividade, a sexualidade e o amor sofriam repreensão e recusa. Mas, se estavam sendo discutidas nas colunas dos jornais, é um indício de que “outras formas de relacionamento” poderiam estar sendo experimentadas pelas jovens itabunenses na década de 1950. O modelo de relacionamento ideal defendido pela imprensa esteve ligado ao padrão de condutas baseado na chamada dupla moral sexual que autorizava aos homens vivenciarem várias relações amorosas e sexuais, enquanto às mulheres negava esse direito, sujeitando-as à monogamia. O casamento, aliás, foi representado como objetivo central da vida da mulher, além de ser considerado a principal realização feminina. A coluna “O Diário na Sociedade”, além de anunciar inúmeras matérias sobre os enlaces conjugais realizados na cidade, exaltou o casamento como a mais absoluta forma de felicidade para a mulher: “O casamento sempre foi o grande sonho da mulher, ápice da sua realização. Se o homem sonha com a glória intelectual ou material, a mulher sonha com o amor, que para ela é síntese de união conjugal – casamento”⁴⁵⁴.

A vigilância sobre comportamentos das moças apareceram ao lado de “guias de ação” da conduta ideal. Isto é, nas colunas sociais, as orientações sexuais surgiam através de um “obscuro quadro de palavras não ditas”⁴⁵⁵. Isto quer dizer que o tema em si não aparecia explicitamente, apenas referências ao tratamento adequado aos homens durante os encontros sociais e amorosos. As “moças de família” deveriam saber qual era a forma correta de se comportar frente ao sexo oposto, já que eram orientadas a evitar excessos e preservar a virgindade⁴⁵⁶. Na década de 1950 o código civil vigente previa a anulação do casamento caso fosse constatado que a noiva não era virgem. A “dupla moral sexual”, como constructo mental, perpassou não só a prática amorosa e sexual, como atravessou as leis e códigos das instituições sociais⁴⁵⁷.

O jornal *Diário de Itabuna* lançou em 1958 uma seção intitulada “Retrato da Semana”, escrita por um colunista que assinava com o pseudônimo “Zanzibar”, cujo significado o autor

⁴⁵³ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 2 de fevereiro de 1959. Ano II, p. 6.

⁴⁵⁴ APMIJD - **Jornal Diário de Itabuna**. 31 de janeiro de 1959, Ano II, p. 05.

⁴⁵⁵ BASSANEZI, Carla. **Op. Cit.** pp. 620-621.

⁴⁵⁶ Idem. **Ibidem**.

⁴⁵⁷ Analisando a disseminação das identidades de gênero nas três primeiras décadas do século XX nos principais centros urbanos do país, Marina Maluf e Maria L. Mott abordam a natureza androcêntrica do código civil de 1916 e as imposições restritivas às mulheres. Para saber mais, ver: MALUF, Marina. e MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: ... **Op. Cit.**, pp. 375-379.

afirmou referir-se às iniciais dos nomes de três moças da alta sociedade itabunense, o que, mais uma vez, aponta para o interesse com a rotina das jovens. Nessa seção, o autor desenhava o perfil de homens e mulheres da elite, sem mencionar os nomes dos representados. As “pistas” eram, na verdade, a descrição da personalidade desses sujeitos. Em 17 de abril de 1958, Zanzibar ilustrou mais uma personalidade:

Justificando plenamente o exórdio apresentamos aos leitores uma ilustre figura de mulher a quem devemos uma obra imperecível. Digna por todos os títulos, retemperada pelas lutas que seu marido travou para colocar Itabuna na vanguarda do progresso, ela aí está, dando à nossa terra, todo o dispêndio de suas energias benfazejas e criadoras, plantando como plantou aquele marco de civilização que surpreende aos contemporâneos e será objeto de admiração dos pósteros. Certamente, negar não se pode o objetivo de servir, sem outra preocupação de que legar à terra onde construiu seu lar honrado alguma coisa que lhe sirva de conforto e como retribuição da felicidade que aqui desfruta⁴⁵⁸.

Na descrição da personagem o autor por vezes remete ao seu desempenho nas atividades sociais e a associa a atuação política do marido. A “ilustre figura” mencionada tratava-se de Amélia Tavares Amado e o “marco de civilização plantado” se referia ao colégio Ação Fraternal de Itabuna. A benemerência e o comportamento honrado que se traduzia na aparência, nos gestos refinados, na postura firme de mulher casada eram os principais códigos de distinção de classe e de gênero espelhados nas páginas da imprensa de Itabuna.

De acordo com Joana Maria Pedro, as imagens femininas construídas ou reforçadas pelo discurso da imprensa ganharam diferentes formas textuais. “Muitas delas apareciam em forma de crônicas, outras eram vinculadas através de notícias. Outras sob forma de piadas, provérbios, quadrinhas, etc”⁴⁵⁹. Os jornais ajudaram a compor, de diferentes maneiras e em diferentes expressões de linguagem, a rede discursiva definidora de um feminino ideal. Antigos e novos atributos femininos foram lançados e cobrados. De um lado, figurava a honra e a polidez nos tratos, do outro, a adequação à estética padrão. Se a adaptação ao ideal de feminilidade se apresentou como cobrança sobre as mulheres de elite, também serviram para arvorarem novas experiências, explorarem novas sociabilidades, como a saída ao espaço público sem necessariamente precisar da complacência social pelas atividades filantrópicas que desenvolviam. Outras experiências foram vivenciadas pelas mulheres de elite. Entre elas a experiência mágica e libertária da escrita.

⁴⁵⁸ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 17 de maio de 1958. Ano I. n. 167, p. 2

⁴⁵⁹ PEDRO, Joana. **Op. Cit.**, p. 37.

Escritas femininas nos jornais

A experiência da escrita feminina em Itabuna esteve associada ao próprio desenvolvimento da imprensa local. Pensar a constituição dessa tecnologia discursiva é também entender como fundamentou os conflitos políticos, as questões sociais e as concepções de gênero. Em Itabuna, os jornais não só estiveram ou tentaram estar ligados a uma cultura urbana que em muitas ocasiões se ocupou em modernizar valores conservadores⁴⁶⁰, como exprimiram noções de hábitos e posturas inspiradas nos centros e entendidas como civilizadas.

Além dos impulsos de atuação feminina nas primeiras décadas do século XX, os anos 1940 e 1950 marcaram o ingresso e a intervenção de mulheres dos segmentos privilegiados em atividades ainda consideradas como função masculina. Exemplos disso foram as candidaturas políticas das professoras Maria Rita de Almeida Fontes, em 1947, e Otaciana Pinto, em 1950, ao legislativo municipal. No entanto, a expressão mais cotidiana e sorrateira, porém, não menos importante desse processo, foi a participação feminina na produção discursiva da imprensa local.

A década de 1930 já havia acompanhado a inserção de textos femininos nos jornais locais. Nesse período, a poetisa Maria Dolores teve seus poemas divulgados nas páginas do jornal *O Intransigente*. Intitulado o “jornal político e noticioso”, *O Intransigente* pertencia ao coronel Henrique Alves dos Reis e costumava abrigar na maior parte de suas páginas textos sobre a vida política da cidade. Nas capas apareciam informações da prefeitura, anúncios dos profissionais ligados ao grupo político do coronel, além de seções exclusivas para críticas ao rival Gileno Amado, dono do periódico *A Época*.

No entanto, em inúmeras seções contidas no interior do jornal era possível visualizar textos e imagens relacionados a um painel de assuntos variados que costumavam inserir o tema da família, da mulher e da moral cristã. Procurando entender os limites aparentemente difusos entre público e privado na imprensa de Desterro (Florianópolis) do final do século XIX, Joana Maria Pedro esclarece que, “na verdade, os periódicos, através de seus artigos, dirigiam-se a diferentes públicos”, afinal, não tratavam apenas de questões políticas, mas, “discutiam questões morais, de educação, de comportamento ético”⁴⁶¹.

Maria de Carvalho Leite era o verdadeiro nome da poetisa Maria Dolores, cujos poemas foram publicados em *O Intransigente* nas décadas de 1930 e 1940. Maria Dolores,

⁴⁶⁰ Sobre o papel da imprensa como principal produtor discursivo do início do século XX, ver: CRUZ, Heloísa F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: Educ: FAPESP: Imprensa Oficial, 2000. pp. 19-25.

⁴⁶¹ PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 51.

não era itabunense de origem, mas viveu em Itabuna entre as décadas de 1920 e 1940, transferindo-se em 1947 para Salvador, onde continuou dedicada à imprensa, escrevendo por cerca de treze anos para os jornais *Diário de Notícias* e *O Imparcial*, do qual foi redatora chefe de a “Página Feminina”. Em Itabuna, Maria Dolores não só encaminhou seus poemas ao jornal como fundou em 1945 a revista “Cooperação”, que alcançou quatro números mensais⁴⁶². Maria Dolores teve uma vivência marcada por constantes mudanças e interrupções.

Separada do médico Odilon Machado e depois de ter percorrido algumas cidades do estado, Maria Dolores casou-se novamente com Carlos Carmine Larocca, dono da tipografia *A Época*, em Itabuna. Essa união e sua ligação com atividades filantrópicas concorreram para que a acusassem de “comunista”, tendo sido obrigada a prestar esclarecimentos à polícia. Durante o período da Segunda Guerra, seu esposo, Carlos Larocca, se tornou preso político em decorrência da sua nacionalidade italiana. Esses eventos, porém, não interromperam o desenvolvimento de inúmeros poemas de sua autoria. Em *O Intransigente* de 11 de janeiro de 1936, lia-se o poema "Mãos Redentoras" de Maria Dolores:

Palidas, finas mãos alvinitentes,
flôres de carne, néveas perfumadas...
Sempre em meus sonhos, lindas, resplendentes,
Suas mãos, palidas mãos abençoadas...
Mãos excelsas, mãos sublimes, transparentes,
que da glória e do Bem fostes talhadas;
ungi-me a vida, boas e clementes,
na doce luz das vossas alvoradas...
Si, entre alvos lírios e açucenas,
brilhasse o vosso estranho e dôce halo,
series bem mais alvas e pequenas...
Dai-me a extrema unção da vossa luz!
E sobre o meu destino, a abençoa-lo,
ficai ó santas mãos, postas em cruz⁴⁶³.

As referências a imagens religiosas contidas no poema, como “unção”, “santas”, “abençoa” e “cruz” podem ajudar a situar esse sujeito no quadro dos valores perpetuados e defendidos pelas pessoas e instituições da época. Alguns historiadores constataram que as primeiras experiências femininas em torno da escrita, notadamente, através de poemas e romances, acabaram refletindo as crenças religiosas, os valores morais e as noções de civismo difundidos no seu contexto de produção. Conforme menciona Márcia Barreiros Leite, “no turbilhão de assuntos e temas interditados à mulher, a poesia de caráter épico e patriótico

⁴⁶² ANDRADE, José Dantas. *Op. Cit.*, p. 73.

⁴⁶³ CEDOC/UESC. *Jornal O Intransigente*, 11 de janeiro de 1936. Ano X. n. 19, p. 4.

encontrava o seu lugar. Significava uma estratégia favorável à autoria feminina”⁴⁶⁴. A historiadora se referiu à produção de escrita feminina em fins do século XIX e início do século XX, no entanto, ainda foi possível perceber essas influências entre as produções literárias de mulheres em Itabuna até os anos 1960. Entre literatas, poetisas e escritoras foi comum que a escrita se ancorasse em um mural de temas situados entre as ideias e costumes predominantes em cada época⁴⁶⁵.

Apesar da maioria das mulheres letradas pertencerem aos segmentos economicamente favorecidos, muitas delas não chegaram a adentrar o universo da literatura, da produção escrita. É provável que algumas tenham arquivado memórias, poemas e outros escritos, por acharem que o lugar da escrita não era o seu, ainda mais em uma sociedade onde a rede discursiva tendeu a reforçar uma imagem da mulher associada à de “guardiã do lar”⁴⁶⁶. Como salienta Margareth Rago, uma espécie de “missão sagrada” cuja função era a maternidade era designada à mulher. Esse discurso, segundo a historiadora, fundou no Brasil entre as primeiras décadas do século XX, um modelo de feminilidade⁴⁶⁷. Isso explica, em parte, o descompasso e o desequilíbrio entre as produções de homens e mulheres, tendo em vista que elas destinavam uma parcela considerável do seu tempo às questões da família, da igreja e da caridade.

Maria Dolores não teve filhos. Entretanto, sua vida social não ficou restrita apenas a produção de poemas. Também se dedicou à benemerência, associando-se à Legião da Boa Vontade (LBV) de Itabuna. Chegou a fundar uma instituição social para cuidados com meninas órfãs e carentes em Salvador, o “Lar das Meninas Sem Lar”. Parte considerável de seus textos só vieram a público depois que já havia alcançado a velhice. Entre as questões que supostamente justificam esse fato estaria o medo da escritora em levar a público sua escrita. Márcia Barreiros Leite afirma que “a sensação de inferioridade, de estar no lugar errado, fazia com que as literatas incorporassem preconceitos”⁴⁶⁸. Muitas terminaram sem que, sequer, fossem conhecidos seus escritos. Outras publicaram apenas parte deles. No livro “Ciranda da Vida”, a própria Maria Dolores explica,

⁴⁶⁴ LEITE, Márcia M. S. Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas nas Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005, p. 204.

⁴⁶⁵ Nancy Vieira Fontes, ao estudar a literatura produzida pela escritora baiana Anna Ribeiro, destaca que, “as memórias - traduzidas em diferentes formas textuais - se articulavam com o familiar, o cotidiano, o prosaico”. Ver: FONTES, Nancy Vieira. Uma narrativa testemunha: as memórias de Anna Ribeiro. In.: **Ritos, mitos e fatos: mulher e gênero na Bahia**. (Org. Ana Alice Costa e Ivya Alves). Salvador: NEIM/UFBA, 1997, p. 200.

⁴⁶⁶ Matéria de “O Diário Feminino” de 1958: “Para a mulher: segredos do lar”. APMIJD. Jornal **Diário de Itabuna**. 29 de março de 1958. Ano I. n. 129, p. 5.

⁴⁶⁷ RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar... Op. Cit.**, p. 75.

⁴⁶⁸ LEITE, Márcia M. S. Barreiros. **Op. Cit.**, p. 219.

O pavor à crítica, cujos apupos são uma das formas mais comuns em que se extravasa a vaidade humana, tem-me feito recuar ante a possibilidade de publicar os meus versos simplórios e passadistas. E, por isso, foi-se a mocidade, chegou a velhice, e eles continuam a entulhar o fundo de velha gaveta. Nunca tive jeito para versejá-lo moderno, atualizado até por alguns poetas da velha guarda. Nem mesmo cheguei a tentá-lo. Agora, porém, com a reforma espiritual que traçou um novo caminho para este meu fim de vida, sinto-me disposta e capaz de enfrentar a crítica, porque este livro se destina, com sua venda, a oferecer pequena ajuda a algumas instituições de caridade. Despretensiosa a minha atitude. Mas sincera. Bem intencionada⁴⁶⁹.

Apesar dos receios, a condição econômica e cultural dessas mulheres foi elemento direcionador de sua produção. Na década de 1940, 70% da população de Itabuna era analfabeta. Na década de 1950 houve uma redução para 67%⁴⁷⁰. A formação cultural das mulheres de elite era garantida pelo poder econômico de suas famílias que as encaminhavam para o Colégio Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus⁴⁷¹ ou para instituições escolares da capital, como o Colégio dos Perdões ou Educandário do Sagrado Coração de Jesus, cuja formação para moças era o magistério⁴⁷². A partir de 1940, as filhas de ricas famílias puderam concluir o curso secundário na própria cidade com a abertura do Curso Normal no colégio Divina Providência e depois na Ação Fraternal de Itabuna. Essa realidade revela um dos traços mais evidentes da desigualdade social existente em Itabuna no período, a questão cultural.

Apesar do número de analfabetos ter reduzido para menos de 38% na década de 1960, o parco acesso à instrução era comum entre os segmentos empobrecidos, que, na maioria das vezes, dependia da assistência do poder público ou das ações filantrópicas das associações de caridade de Itabuna⁴⁷³. O preceito elementar para ter acesso e prosseguir os estudos foi o da condição financeira aliada à definição clássica dos papéis sexuais que norteavam cursos e profissões para homens e mulheres.

⁴⁶⁹ DOLORES, Maria. Ciranda da Vida. Jornal Terceira Revelação. In: **Revista Chico Xavier 60 Anos de Mediunidade**. 2 ed., São Paulo: FEESP, 1989.

⁴⁷⁰ IBGE. **VII Recenseamento Geral do Brasil 1960**: Censo Demográfico: População e Habitação, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1960.

⁴⁷¹ Para saber mais sobre a formação de moças das elites de Itabuna e Ilhéus, ver: SILVA, Ivaneide Almeida. **História e Educação Religiosa em Ilhéus... Op. Cit.**

⁴⁷² Patrícia Sena salienta que as alunas do Educandário eram filhas de famílias abastadas, já que as despesas com internato e materiais eram relativamente altas. A autora destaca que as moças que pretendessem ingressar no Educandário em regime de internato deveriam levar um enxoval (tecidos, vestidos, talheres, lenços, meias, copos esmaltados e prateados, anáguas, caixa de costura completa, baú) além de pagar a quantia anual de um conto de réis por ano. Cf. em: SENA, Patrícia Mota. **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia... Op. Cit.**

⁴⁷³ As crianças pertencentes aos segmentos empobrecidos ou filhos de trabalhadores tinham a formação primária e ginásial em escolas municipais ou de associações de trabalhadores, como a Escola Manoel Vitorino da Sociedade Montepio dos Artistas. Ver: ASMPAI. **Carta da diretoria da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna**. 21 de dezembro de 1945.

Sem dúvida, a formação escolar das mulheres de elite, ainda que marcada por um fundo religioso, contribuiu para que se interessassem pelo mundo das letras e das páginas dos jornais. Esse foi o caso de Maria Rita de Almeida Fontes. Escondida atrás do pseudônimo “Marialfon”, a professora alcançou a escrita pública no jornal *O Intransigente* nos anos 1950⁴⁷⁴. Maria Rita Fontes escrevia uma coluna intitulada “Binóculo Social”, através da qual relatava os acontecimentos culturais da elite, além de escrever crônicas e textos de orientação moral e sobre dicas amorosas às jovens da cidade.

Em 9 de fevereiro de 1956, quando deu início a escrita de crônicas sociais, Maria Rita Fontes pareceu estar segura do papel que cumpriria. Ela enfatizou: “Estreando hoje como cronista não sinto necessária uma apresentação formal. Julgo-me demasiadamente conhecida de todos, pois filha da cidade, vivi aqui todos os meus dias que já são abundantes”⁴⁷⁵. Rita Fontes havia sido professora do Colégio Divina Providência, membro das Bandeirantes de Itabuna e em 1953 fundou a sua própria escola infantil chamada “Gato de Botas”. Suas experiências com a dinâmica da recreação, da sociabilidade e da educação podem ter contribuído para legitimar sua entrada na imprensa. Em sua primeira crônica ela procurou demonstrar aos leitores o conhecimento que possuía acerca das categorias de escrita presentes nos periódicos,

O cronista social é por força do cargo que exerce, uma pessoa socialmente vigiada, a crônica bem vista por nós é, no entanto, moralista é, entretanto a melhor possível: _Ele fixa épocas, aspectos, tradições, realidades sociais, ajudando a polir costumes e assegurando a trama das sociedade, consistência e duração. A crítica quase sempre irrita aqueles que, reconhecendo erros próprios não admite lhes sejam apontados⁴⁷⁶.

Sua avaliação sobre a modalidade de texto jornalístico em que se inseria revela que tinha clara noção da influência que poderia exercer sobre os leitores do periódico. As vivências relatadas pela cronista poderiam servir de referência para todos. Consciente desse processo, em “Binóculo Social” procurou disseminar valores, hábitos e posturas dos membros da alta sociedade. Em março de 1956, a cronista tentou desenhar o perfil ideal da alta sociedade. Segundo ela, era necessário incentivar os elementos da *society* a frequentar as festas sociais para favorecer a “renovação da sociedade”⁴⁷⁷. Rita Fontes fez uma enquete com seis casais para tentar extrair suas impressões sobre a vida social da cidade. As perguntas

⁴⁷⁴ Segundo Norma Telles, a adoção do pseudônimo por mulheres escritoras no século XIX era uma forma de encobrirem a identidade. No entanto, para as escritoras do século XX o pseudônimo passava a indicar o uso da palavra como poder, um batismo que simboliza o nascimento da escritora. Ver em: TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: **História das Mulheres no Brasil. ... Op. Cit.**

⁴⁷⁵ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 9 de fevereiro de 1956. Ano XXX. n. 127, p. 2.

⁴⁷⁶ Idem. **Ibidem**.

⁴⁷⁷ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 29 de fevereiro de 1956. Ano XXX. n. 141, p. 2.

feitas giravam em torno do interesse das elites em reforçar sua diferenciação social por meio de seus hábitos e sociabilidades. Entre as perguntas menciona, “Há algum inconveniente na sociedade?”, “Por que as pessoas sociáveis por nascimento, situação financeira e cultural, tem fugido da sociedade?”, “Como atrair nossa gente aos clubes e reuniões sociais?”⁴⁷⁸



Figura 12 - Rita Fontes entrevista Dr. Rayol dos Santos para o jornal O Intransigente em 1956.
Fonte: Jornal O Intransigente, 29 de fevereiro de 1956, ano XXX, n. 141. p. 2

A coluna “Binóculo Social” foi uma fonte de irradiação das visões das elites sobre a cidade e sobre o que pretendiam pra si mesmas. Em alguns momentos, as críticas ganhavam um tom de queixa e Maria Rita Fontes cobrava melhorias para o lazer das elites⁴⁷⁹. A cronista deu dicas e incitou a realização de algumas atividades culturais e recreativas nos dois clubes da cidade. Uma de suas iniciativas como membro do Grapiúna Tênis Clube foi criar em março, de 1956, a “Ala Feminina” do clube, da qual era presidente de honra a senhora Laura Conceição e a própria Maria Rita Fontes a presidente formal do comitê⁴⁸⁰.

A fundação da Ala Feminina movimentou as moças e senhoras da alta sociedade. A nova entidade dava-lhes mais liberdade para decidir sobre a programação de festas, definição de calendário de shows e desfiles, formato e organizações das *soirées*⁴⁸¹. As mulheres de elite buscaram associar as práticas de lazer e entretenimento ao seu ímpeto autônomo. Viviam diversificando as formas de intervenção social. Na primeira reunião da nova entidade feminina compareceram muitas mulheres. Elas deram um caráter formal à associação, definindo mesa diretora com diferentes atribuições no interior do clube. A proposta era dinamizar a vida social. Elas entendiam que as mulheres seriam capazes de impulsionar isso. Dina Paim foi eleita vice presidente, enquanto Teresinha Almeida foi eleita secretária. As demais moças e senhoras fizeram parte do conselho fiscal da Ala. A primeira realização da nova entidade foi a organização de uma festa nos salões do clube. Em seu manifesto de

⁴⁷⁸ Idem. **Ibidem**.

⁴⁷⁹ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 14 de junho de 1956. Ano XXX. n. 222, p. 4.

⁴⁸⁰ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 23 de março de 1956. Ano XXX. n. 158, p. 2.

⁴⁸¹ Idem. **Ibidem**.

autonomia, deixaram claro: “Os rapazes contribuirão apenas com a gorjeta do músico que acompanhará os números”⁴⁸². Entusiasmada com a formação do grupo, Maria Rita Fontes propôs aos dirigentes do Itabuna Clube a criação de uma Ala Feminina por lá⁴⁸³.

Membro de uma das famílias mais ricas da cidade, Rita Fontes não só divulgou como promoveu eventos culturais na cidade. Através dos festivais de músicas, teatro e cinema tencionou propagar os valores considerados modernos e progressistas. Para ela, a sociedade corria o risco de estagnar. Os espetáculos não só movimentavam os ricos como serviam de canais de transmissão dos modos de vida das metrópoles. As elites não queriam ser associadas ao atraso ou a uma sociedade ruralizada. Para evitar que isso ocorresse Maria Rita Fontes organizou uma festa que, segundo ela, “marcaria a vida social da cidade”⁴⁸⁴. “Uma noite em Paris” foi o nome dado ao evento que “reuniria o que a França possuía de mais destacado, em especial, a moda”⁴⁸⁵.

A festa foi patrocinada por lojas comerciais e pelas esposas de comerciantes e fazendeiros. Rita Fontes encarregou-se de convidar membros da alta sociedade de Ilhéus e jornalistas da capital do estado. Segundo relato da cronista, “Uma noite em Paris” foi um acontecimento social que nunca existiu e que, talvez por muitos anos não venha a ser superado”⁴⁸⁶. A cronista fez questão de salientar que, além de caracterizar como diversão para as elites, o evento teve um objetivo nobre, qual fosse, ajudar o Abrigo São Francisco, mais conhecido como Casa dos Mendigos⁴⁸⁷. Há uma demarcação clara dos ambientes da cidade. Um espaço de lazer, conforto, higiene reservado às elites e outro de simplicidade, vigilância e controle dos empobrecidos e desvalidos⁴⁸⁸.

A festa serviu para que as elites de Itabuna cultuassem os hábitos e copiassem o modelo do que achavam representativo do que havia de moderno e civilizado, Paris. Houve desfile de moda, patrocinado pela loja de artigos femininos, Casa Luna, além de um “Café de Paris” e sessões de dança. A cronista destacou: “casa cheia do que Itabuna tem de mais fino e elegante. Podia se admirar em cada senhora presente no Grapiúna Tênis Clube, as peles caras, os belos adereços, as lindas toilets”⁴⁸⁹. As qualificações sobre os ricos era outro traço das

⁴⁸² Idem. **Ibidem**.

⁴⁸³ Idem. **Ibidem**.

⁴⁸⁴ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 30 de junho de 1956. Ano XXX. n. 237, p. 2.

⁴⁸⁵ Idem. **Ibidem**.

⁴⁸⁶ CEDOC/UESC. Jornal **O Intransigente**. 19 de julho de 1956. Ano XXX. n. 250, p. 2.

⁴⁸⁷ A relação com a filantropia fazia parte do conjunto de artefatos socioculturais das elites para se promover e se distinguir. Idem. **Ibidem**.

⁴⁸⁸ Ver: “A arte das distribuições”, os impedimentos sobre as “circulações difusas”. A “disciplina que organiza um espaço analítico”. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir... Op. Cit.** pp. 137-141.

⁴⁸⁹ Idem. **Ibidem**.

colunas sociais. A descrição do requinte e do comportamento das elites se tratava de uma forma de reforçar e fazer ecoar as marcas de sua distinção.

A cronista também foi alvo de avaliação e exigências. Não escapou aos olhares vigilantes da imprensa. Em uma descrição sobre a personalidade de Maria Rita de Almeida Fontes, o colunista Zanzibar, salientou: “Da sua escola nem cupido a afastará. Até disso descuidou-se e, se amanhã o conjugo-vobis atingir-lhe, não acreditamos que ela deixe seus sobrinhos miando, por lhe quererem descalçar as botas”⁴⁹⁰. Como se nota, a vida íntima da mulher foi tema de interesse e passou a ser perscrutada como uma questão natural da vida ordinária. Dentro desse circuito discursivo a vida afetiva e sexual das mulheres não pertencia apenas a elas. Era do “interesse” de todos.

Maria Rita de Almeida Fontes foi a primeira mulher a ter uma seção exclusiva em jornais locais. No entanto, também era conhecida em Itabuna como "tia Rita". A denominação vinha da atividade pedagógica que desenvolvia com crianças em fase de alfabetização em sua instituição de ensino. A escola "Gato de Botas" foi um estabelecimento particular de ensino destinado à formação primária. O prédio da escola foi construído através do financiamento de seu pai, o médico e cacauicultor, Artumiro Fontes⁴⁹¹. A associação da professora e colunista Maria Rita Fontes com a figura paterna, masculina, não foi, porém, realçada em todas as matérias da imprensa que faziam referência às suas atividades públicas. Parece que sua imagem foi amparada mais nas suas ações sociais do que na filiação familiar.



Figura 13 - Maria Rita de Almeida Fontes cercada de crianças no evento de inauguração da escola Nossa Senhora da Glória, em março de 1959. APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 23/03/1959. Ano II, nº 412, p. 1.

Antes mesmo de sua inserção na imprensa havia acumulado uma experiência com a política institucional. Eleita suplente do vereador Gumercindo de Sá, em 1947, Maria Rita

⁴⁹⁰ CEDOC/UESC. *Jornal Diário de Itabuna*. 14 de outubro de 1958. Ano II. n. 301, p. 2.

⁴⁹¹ CEDOC/UESC. *Jornal Diário de Itabuna*. 23 de março de 1959. Ano II, p. 1.

Fontes assumiu a cadeira no legislativo municipal depois da desistência do cargo pelo vereador. Em abril de 1948 foi empossada na Câmara de Vereadores de Itabuna, sendo a primeira mulher a se tornar vereadora⁴⁹². É preciso lembrar que o voto feminino fora conquistado no Brasil em 1932, mas esse direito havia sido suspenso após o golpe de 1937 e só a partir de 1946 as mulheres puderam votar e se candidatar novamente.

Portanto, ela vivenciou uma conjuntura social e uma cultura política de exclusão das mulheres e do restante da população das principais decisões políticas. Apesar disso, se lançou em candidatura ao legislativo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). É possível que seu ingresso no legislativo municipal tenha ocorrido graças ao prestígio social que havia obtido através das atividades sociais e assistencialistas. Pertencente às classes abastadas não pareceu estar interessada em mudar a realidade das mulheres pobres, tão pouco questionou os padrões políticos e os preceitos morais amparados no patriarcalismo e no paternalismo⁴⁹³.

Durante seu mandato, Rita Fontes manteve uma frequência baixa na Câmara e, apesar de fazer parte da Comissão Permanente de Saúde, Assistência e Educação, apresentou poucos projetos de lei⁴⁹⁴. Um deles foi o projeto de criação de uma escola profissional para menores abandonados. O projeto foi aprovado com verba de \$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para início da construção da escola⁴⁹⁵. Mas, não foi colocado em prática. Apesar das limitações em sua atuação na política formal, sua experiência deu margem para que as mulheres passassem a enxergar a vida pública para além da filantropia, se inserindo em outros espaços, disputando-os com determinação. No caso de Rita Fontes, seu êxito esteve entre as atividades sociais que desenvolveu junto às escolas, a organizações benemerentes e à imprensa.

Não foi a única, porém, a se interessar e a frequentar as páginas dos jornais através de textos. Em novembro de 1959, a colunista Soraya, do *Diário de Itabuna*, abriu a seção “Alô Sociedade” com a seguinte explicação sobre a importância de sua coluna de mexericos: “Em uma sociedade de cidade grande, é impossível deixar de haver crônicas sociais. Não deixa de ser uma necessidade, uma espécie de vigilância mesmo, que às vezes auxilia a remediar um provável ato impensado”⁴⁹⁶. Soraya era pseudônimo de uma jovem estudante que passara à condição de colunista social do jornal depois da saída do conhecido cronista Roberto Silva. A vigilância mencionada pela colunista dizia respeito à fiscalização das atitudes das mulheres das classes média e alta da cidade. Isso nos leva a inferir que o padrão discursivo vigente

⁴⁹² APMIJD. **Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Itabuna**. 30 de abril de 1948.

⁴⁹³ COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder: mulheres e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, 1998, p. 144.

⁴⁹⁴ APMIJD. **Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Itabuna**. 30 de abril de 1948.

⁴⁹⁵ APMIJD. **Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Itabuna**. 21 de maio de 1948.

⁴⁹⁶ APMIJD - **Jornal Diário de Itabuna**. 12 de novembro de 1959. Ano III, n. 575, p. 5.

instituíam alguns limites para a mulher nos relacionamentos afetivos. “Ato impensado” é o termo utilizado pela colunista que, na verdade, deixa apenas subentendido o significado. Meias palavras bastavam para tratar de relações afetivas e sexuais na imprensa local.

Quando assumiu a função de colunista, Soraya destacou o fato de ser a primeira cronista social do jornal *Diário de Itabuna*: “Sim, os rapazes que se ocuparam em mostrar algo da *society* local, parece que se cansaram ou perderam o gosto. Conseqüentemente, mocinhas, chegou a nossa vez”. A colunista pareceu compreender que novos espaços se abriam à participação feminina. A imprensa foi uma demonstração clara desse processo. Soraya esteve entre as que se ocuparam em relatar e analisar atitudes e comportamentos dos membros das elites, em especial das mulheres mais jovens. Não por acaso o jornal *Diário de Itabuna* reservou uma sessão exclusiva para falar às mulheres sobre o modelo ideal de feminilidade. Nesse “Diário Feminino” as mulheres encontrariam receitas de felicidade, beleza e cultura.

Anajoquina e o Diário Feminino

“E levantemos um ideal, melhorar o nível cultural e educacional da mulher brasileira”⁴⁹⁷. Essa foi uma das frases que abriram o caderno “O Diário Feminino” do jornal *Diário de Itabuna* em outubro de 1957. O caderno foi montado por Valdelice Soares Pinheiro, uma das mais expressivas intelectuais da cidade. Valdelice Pinheiro foi responsável pela criação da “página feminina” e, nela, procurou expor assuntos que interessariam às mulheres. Leitoras, aliás, em formação. Valdelice Pinheiro acrescentou: “não se esqueçam de que o pioneirismo está na moda. Sejamos pioneiras de algo mais belo ainda”⁴⁹⁸. Além de organizar o caderno, Valdelice Pinheiro também era responsável por uma das suas mais destacadas seções, a de crônicas. Nesse espaço, Valdelice imprimiu suas percepções e críticas sobre a realidade. Fez questão de se apresentar ao público com um pseudônimo, “anajoquina”, com letras gravadas em minúsculo.

“O Diário Feminino” surgiu como bate-papo entre as colunistas do periódico e o público feminino de classe média e alta, leitoras do jornal. Além de matérias sobre assuntos locais, casamentos, noivados e entrevistas com moças da cidade, o caderno trazia seções de assuntos que envolviam as mulheres. Matérias e textos de jornais de outros lugares e de revistas femininas eram transportados para “O Diário Feminino” criando um circuito discursivo atravessado de representações de gênero, com definição precisa dos papéis sexuais.

⁴⁹⁷ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 20 de outubro de 1957. Ano I. n. 1, p. 18.

⁴⁹⁸ Idem. *Ibidem*.

Fazendo coro com o arsenal argumentativo já apresentado nas colunas sociais e nas crônicas que configuravam o jornal.

Segundo Carla Bassanezi as revistas e cadernos femininos inseridos em seu contexto social procuraram, a partir de repetições de assuntos e ideias, “moldar o público, formar gostos, opiniões e padrões de consumo e de conduta, de acordo com certas normas que reforçavam as desigualdades de gênero”⁴⁹⁹. A moral sexual e as distinções de papéis de gênero foram o centro das discussões e por onde passavam as matérias de “O Diário Feminino”. As representações binárias e excludentes, portanto, hierarquizadas, pautadas em uma suposta natureza feminina realçavam as estratégias de definição das performances de gênero e eram evidentes nas diferentes seções do caderno. Tânia Navarro Swain identifica essas ferramentas de linguagens, as revistas e cadernos femininos, como tecnologias de gênero, encarregadas de produzir e organizar as representações sobre os sujeitos. Segundo a historiadora,

As revistas femininas, conjunto de discursos que interagem num dado momento, um lugar de fala que nos traz textos e imagens como objetos sociais e históricos, elaborados no social, segundo códigos e significados pré-construídos; por outro são, também, produtores de representações instituidoras da socialidade. Procuram interpelar e conduzir as receptoras para um espaço de significações cuja proximidade da *doxa* assegura sua lisibilidade⁵⁰⁰.

No caso de “O Diário Feminino” as imagens que surgem são de jovens de classe alta. As protagonistas dessa seção são flagradas em cerimônias de casamento, desfiles, festas de associações e clubes de lazer ou em eventos culturais. Ao lado delas apareciam imagens de modelos e atrizes nacionais e internacionais rodeadas de textos sobre moda, culinária e cuidados com as crianças⁵⁰¹. A disposição das matérias se dava em uma página inteira do jornal. A maior parte dos textos não era assinada. Como se tratava de receitas culinárias, dicas de etiqueta, puericultura, penteados e moda, não tinham identificação dos autores.

Também marcaram o caderno feminino, as crônicas de “anajoquina”. Nelas, Valdelice Pinheiro, defendia valores humanistas quando tratava de temas relacionados às questões sociais. Ética, felicidade, amor eram ressaltados num tom poético em suas crônicas. Sua escrita, no entanto, não pode ser considerada apenas intimista, já que, como outros jornalistas e escritores, Valdelice Pinheiro buscava analisar as questões de seu tempo, da sua

⁴⁹⁹ BASSANEZI, Carla. **Op. Cit.**, p. 609.

⁵⁰⁰ SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. **Revista História: Questões e Debates**. n. 34, UFPR, 2001, pp. 19-20.

⁵⁰¹ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 20 de novembro de 1957. Ano I. n. 25, p. 6.

realidade, que, de alguma maneira, afligiam-na e faziam-na refletir. Em “O Diário Feminino” de 9 de maio de 1959, ela escreve:

Muitas outras coisas existem assim nebulosas, perturbando a nossa compreensão. Se nos situamos então no tempo em que vivemos, neste exaltado e grandioso século vinte, vamos ver, sentir, sofrer, que estamos tão aquém da verdadeira civilização, quando a minhoca está longe da estrela. Onde a nossa grandeza se faremos da Paz um mito e uma mentira? Onde a nossa evolução se as reações que nos atingem contra o que nos parece errado se dirigem no sentido da destruição, das pedradas e das bombas? (...) Temos inteligência, sensibilidade, controle de raciocínio, somos humanos. Por que então deixarmos que as nossas mãos arranquem e mostrem, em plena rua, aquilo que há de animal e bárbaro em nós? Não está certo, eu juro que não está certo!⁵⁰²

Sua escrita esteve sintonizada com o contexto regional e com as ideias e valores morais difundidos entre as elites. Pequenas histórias e relatos de experiências ajudavam a compor o fundo de ideias explorado e defendido pela escritora. Porém, em alguns textos fazia questão de ressaltar críticas ao comportamento arrogante dos ricos, defendendo uma “ética do compromisso social”, uma espécie de benemerência cotidiana. A cronista enfatizou,

Sei que não sou ninguém, não represento nada, faço tão pouco pelos meus irmãos, mas, me dói fundo saber que eles serão mais judiados, mais pervertidos e, sobretudo, mais desiludidos de si mesmos e daqueles que as suas mãos, num voto que também é súplice, levaram à condução de seus destinos⁵⁰³.

Valdelice Pinheiro se destacou pelo estilo leve e harmonioso da narrativa, pela exposição das ideias e também por demonstrar conhecimento em história, literatura, música, filosofia e psicologia⁵⁰⁴. O desenvolvimento na escrita foi antecedido pela relação profunda com a leitura⁵⁰⁵. É muito provável que essa condição de leitora e estudiosa de vários assuntos já tenha se difundido nela antes do seu ingresso em instituições de ensino superior. Na seção “Quem é quem” de “O Diário Feminino”, o cronista Paulo Lima assim desenhou o perfil da escritora,

Amante da literatura, poetisa das melhores, pintora e desenhista para os amigos. Adora Jazz e música árabe (sabe até cantar uma). Tem adoração por fotografias. Tem pavor a máquinas. Possui uma de escrever que nunca usa, quando usa, não tem inspiração. Sua casa é de todo mundo: dos sobrinhos, dos amigos, dos animais, dos mendigos. Tem, por sinal, vários amigos mendigos, dos quais aperta a mão quando o encontra. Só gosta de dar com gente pobre; acha que todo pobre é sincero. É a maior

⁵⁰² APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 9 de maio de 1959. Ano II, p. 5.

⁵⁰³ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 14 de junho de 1959. Ano II, p. 5.

⁵⁰⁴ A análise feita sobre o estilo literário e narrativo dos escritos de Valdelice Pinheiro é encontrada em: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Expressão Poética de Valdelice Pinheiro**. Ilhéus: Editus, 2002.

⁵⁰⁵ Alguns dos escritos e das poesias de Valdelice Pinheiro foram publicados. Cf.: PINHEIRO, Valdelice S. **De dentro de mim**. Itabuna: Edição Particular, 1961. e PINHEIRO, Valdelice S. **Pacto**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1977.

cultura feminina de Itabuna. Não conheço ninguém que chame Val de D. Valdelice, nem mesmo sua empregada, ela não deixa. “Conhecê-la é conhecer poesia”⁵⁰⁶.

Em alguns momentos, Valdelice Pinheiro entrava em choque com os valores difundidos pelas elites locais. Em resposta ao artigo do jornalista Ottoni Silva sobre a instalação de barracas ciganas na Praça Camacã, centro da cidade, Valdelice, através de sua "anjoaquina", criticou o ideal progressista defendido e cultuado pelo jornalista e pelos ricos. Para ela, a “cidade-progresso” representava apenas o abandono do jeito simples e humano de viver. Em suas palavras,

O jornal falou que os ciganos ali da praça Camacã estão enfeizando a cidade. Para mi, isto é herezia. Será que esta nossa ânsia de progresso, êste nosso lógico avançar, tenha perdido o seu lado claro, simples, aquele jeito de província que caracteriza tão bem a alma dos que ainda não se deixaram levar pela indiferença das metrópoles? (...) sempre teremos que encontrar nos ciganos uma espécie de beleza que as civilizações não deturpam. Nada me parece tão fascinante do que uma barraca cigana, juro⁵⁰⁷.

Essa não foi a única polêmica com a qual Valdelice Pinheiro teria se deparado, nem tão pouco seria o único desafio que enfrentaria durante sua trajetória na imprensa local. Em 1958, Valdelice Pinheiro decidiu se candidatar a uma vaga no legislativo municipal. Não se sabe até que ponto a experiências das professoras Maria Rita de Almeida Fontes e Otaciana Pinto, vereadoras entre 1948 e 1954, tenham-na inspirado e motivado. Confundindo-se com a personagem criada, Valdelice explica sua candidatura utilizando o espaço da crônica de “anjoaquina” em “O Diário Feminino”. Na sua defesa por mais uma candidatura feminina, a cronista argumentou,

O bem da pátria não é uma questão particular dos homens - é um bem de todos. Um direito e um dever geral. E, as mulheres, com as mesmas possibilidades que os homens, não são mais nem menos lógicas e capazes do que eles, isto sem se falar nas forças morais que pesam igual nas balanças humanas, sem características exclusivas para um dos sexos. (...) porque não deixarmos num canto o velho comodismo burguês já superado e não nos atiramos, nós também e com coragem, com vontades boas, á luta, sobretudo de recomposição moral da política brasileira?⁵⁰⁸

A crônica, com um chamado à reflexão política e das relações gênero, dividiu a página de “O Diário Feminino” com os textos costumeiros, “Receitas para você”, “Sua Exa. a Criança” e “Sociedade”, além de um texto escrito por um dos redatores do jornal defendendo a candidatura de Valdelice Pinheiro. Apesar disso, o texto demonstra que algumas mulheres

⁵⁰⁶ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 20 de setembro de 1959. Ano II. n. 378, p. 5.

⁵⁰⁷ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 22 de agosto de 1959. Ano II. n. 512, p. 5.

⁵⁰⁸ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 5 de setembro de 1958. Ano I. n. 257, p. 5.

da elite estavam interessadas em pensar as questões mais urgentes de seu tempo. E, não só. Buscavam formas de atuar no sentido da mudança social.

De acordo com Ana Alice Costa, para as mulheres, a filiação eleitoral não tinha o mesmo significado de exposição pública, “a insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais, as práticas partidárias excludentes, continuavam atuando sobre elas”⁵⁰⁹. No caso de Valdelice Pinheiro, a candidatura política teria lhe rendido alguns constrangimentos e decepções. Sua orientação sexual ficou em evidência. Sua sexualidade foi alvo de comentários, críticas e escárnios. Os preconceitos sobre a performance de gênero marcaram a forma como as pessoas encararam e trataram sua candidatura.



Figura 14 – Foto de Valdelice Soares Pinheiro que aparece ao lado do texto onde explica sua candidatura a vereadora de Itabuna.
Fonte: Jornal Diário de Itabuna. 05 de setembro de 1958, p. 5

Em 25 de outubro de 1958, o *Diário de Itabuna* registrou e divulgou o resultado das eleições municipais. Valdelice Pinheiro do Partido de Representação Popular (PRP) havia obtido 99 votos⁵¹⁰. Mas, o que chama a atenção nessa edição não é tanto a vinculação partidária nem o número de votos da candidata, mas a crônica da semana de “O Diário Feminino”, através da qual Valdelice critica a posição de alguns eleitores terem-na ofendido publicamente, chegando a desenhar bigodes em seu retrato exposto em via pública. O fato nos ajuda a entender melhor o panorama político e cultural da cidade à medida que nos auxilia a identificar os valores, as crenças, os costumes e a moral comum na época. Velhos conceitos

⁵⁰⁹ COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder... Op. Cit.*, p. 84.

⁵¹⁰ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 25 de outubro de 1958. Ano I. n. 297, p. 2.

sobre a participação da mulher na vida política foram reproduzidos. Sinal de que as concepções tradicionais sobre o seu papel na sociedade ainda estava impregnado na sociedade.

Não havia muitas escritoras conhecidas em Itabuna nos anos 1950. As poucas que arriscavam divulgar suas produções também tinham poucas opções. Os jornais locais eram os espaços para onde se dirigiam as jovens amantes das letras. Além de Valdelice Pinheiro, outras se dedicaram à escrita de crônicas e textos em geral para os periódicos⁵¹¹. Apesar de poucos, os exemplos femininos na área da escrita apontam novas condições socioculturais de inserção das mulheres de elite no espaço público para além das atividades de benemerência. Evidenciam que parte delas esteve interessada em constituir uma visibilidade social de outra forma, através da escrita, campo de atuação marcado em Itabuna desde o aparecimento dos primeiros periódicos pela forte presença masculina.

Ainda que, na maioria das vezes, tratassem fundamentalmente de temas ligados ao chamado “mundo feminino” e expusessem uma visão estereotipada sobre os papéis de gênero, estavam respondendo às demandas de seu tempo. A escrita rotineira nas páginas dos jornais revelava o envolvimento dessas mulheres com atividades intelectuais e com a necessidade de se expressarem, de enunciarem seus valores, suas opiniões. Muitas de suas ideias apenas se coadunavam com os valores morais cultivados na sociedade dos anos 1950. Além disso, o exercício da escrita permitiu que criassem um espaço de autonomia e de poder, já que podiam se posicionar de maneira mais independente, conquistando um território de interlocução com o meio social⁵¹², como foi o caso de Valdelice Pinheiro.

Quanto aos problemas sociais destacados e criticados nas páginas do jornal, estes também foram enfatizados no caderno feminino através das crônicas de “anajoaquina”. Nelas, a sociedade teve acesso às críticas da intelectual sobre as situações de miséria, pobreza e violência em que homens e mulheres dos segmentos subalternizados enfrentavam. Valdelice Pinheiro foi umas das mais críticas ao modelo “burguês” de tratar a natureza e as pessoas.

Todavia, o centro das atenções da coluna feminina foi outro. Comuns em todo país durante a década de 1950, esses cadernos femininos serviram de vitrine dos hábitos e comportamentos vivenciados pelas mulheres de elite. “O Diário Feminino” também se dedicou a polir condutas consideradas antiquadas ou fora de moda. Em nome de uma lógica do belo, os textos ensinavam a modelagem de corpos e mentes. Uma cultura da beleza foi

⁵¹¹ Exemplos de Marialice Freire, Dina Paim, Laiz Almeida, que chegaram publicar suas poesias no jornal Voz de Itabuna entre os anos 1950 a 1954.

⁵¹² Sobre formação de escritoras no Brasil e o desenvolvimento dessa carreira para as mulheres, ver: TELLES, Norma. **Op. Cit.**, 2006.

apresentada a senhoras e moças da elite itabunense. Essa cultura passou a ser requerida por elas e reforçada pela imprensa.

A seção “Entrevistando Belezas”, de Roberto Silva, apresentava entrevistas com as jovens ricas da cidade. Chamadas “moças de famílias” por se mostrarem de acordo ao padrão normativo exigido pela sociedade, as jovens eram questionadas sobre o tipo de flores, perfume, ator, filme e prato que mais gostavam. Perguntas sobre casamento, culinária, perfil de homem predileto, divórcio e amor também foram lançadas. As respostas a essas perguntas eram dadas de maneira semelhante por todas as entrevistadas. Com mais distinções de respostas para a primeira seção de perguntas. A arte culinária apareceu nas respostas como “indispensável à mulher”. O casamento como “conquista de um ideal” e o divórcio como “desagregação da família”⁵¹³. Essas respostas podiam expressar a maneira como essas jovens enxergavam e entendiam as relações entre os gêneros, ou, apenas, servia como forma de assumirem socialmente a identidade e o papel de gênero que era esperado para jovens de sua classe social.

As exigências morais recaíam de maneira mais intensa sobre as mulheres mais jovens e solteiras. Entrar em desacordo com a disciplina social instituída sobre o comportamento feminino representava para elas a desaprovação da família, da sociedade e da imprensa. Isso significava que poderiam sofrer repreensões públicas e manchar a imagem de si mesmas e da família. O código sexual deveria ser seguido sem questionamentos para evitar comentários dos que se julgavam no direito de debater e criticar as condutas das moças, inclusive os dos cronistas dos jornais⁵¹⁴.

Adequar-se ao padrão normativo que instituída o comportamento ideal para atuação nas esferas público e privada significava compor a casa e os membros da família de acordo às novas exigências. Na página de “O Diário Feminino”, de 15 de fevereiro de 1958, as duas matérias de maior destaque dirigiram atenção para os elementos considerados mais importantes do “universo feminino”, o corpo e a casa. “Cuide de sua beleza, para conservar-se jovem não castigue o corpo”, “Roteiro para melhorar a decoração de um cômodo de sua casa”⁵¹⁵. “Cuidar e embelezar o corpo e a casa” passou a ser a palavra de ordem para as mulheres de elite. Essa expressão indicou recomendações e conselhos a quem queria estar em sintonia com o que havia de novo e moderno, tanto na moda feminina quanto na ordenação do ambiente doméstico⁵¹⁶.

⁵¹³ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 9 de maio de 1959. Ano II, p. 5.

⁵¹⁴ SANTOS, Lúcia Noêmia. **Op. Cit.**, p. 121.

⁵¹⁵ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 15 de fevereiro de 1958. Ano I. n. 96, p. 3.

⁵¹⁶ SANTOS, Lúcia Noêmia. **Op. Cit.**, p. 104.

Receitas para a mulher: cuidar do corpo e da casa

O corpo feminino foi um alvo corriqueiro no Caderno. As boas maneiras deveriam ser acompanhadas de cuidados com o visual e isso requeria a exposição de um corpo limpo, saudável e acima de tudo, belo. O corpo da mulher deveria se ajustar ao modelo estético dominante. De acordo com Alcir Lenharo, a partir dos anos 1930 surgiram inúmeras publicações dedicadas a temas como saúde, higiene e educação física. Para esse autor, isso não pode ser considerado um fato isolado, comum apenas nos centros, tão pouco foi coincidência o aparecimento desses instrumentos discursivos. Segundo Lenharo, “o corpo estava na ordem do dia” e sobre ele se voltaram as atenções de quase todo o conjunto social, de médicos a professores, além de instituições como Igreja, hospitais e escolas⁵¹⁷. No caso das mulheres, esse rigor normativo prescrevia o modelo ideal do corpo feminino.

O modelo de corpo belo surgia para as mulheres de elite de Itabuna através das imagens do cinema, das fotonovelas e das páginas de “O Diário Feminino”, que traziam, quase sempre, recortes com fotografias de jovens atrizes, cantoras e modelos. Um conjunto coerente de dispositivos imagético-discursivos dedicados a definir a mulher ideal e reforçar o paradigma sexual e cultural de gênero, em que o espaço da moda e da preocupação regular e sistemática com a aparência fosse eminentemente feminino.

A seção “Seja atraente” aconselhava as jovens sobre cuidados necessários à boa aparência física e à beleza. Nela, a beleza espiritual cedia lugar à corporal. O discurso tentava normatizar o comportamento estético da mulher. Os conselhos procuravam responder às demandas de um público de jovens mulheres em idade de se relacionar amorosamente. O potencial de sedução física poderia ser aguçado nas moças que cumprissem as “dicas” ensinadas nessa seção. Entre elas, “Para ir à praia use make-up à prova d’água”, “exercícios corretivos exigem uma rotina que fortalecem os músculos e firma a pele”⁵¹⁸.

Em 1959, tal seção deu lugar à outra intitulada “Ser mulher é ser bela”, com conteúdo semelhante e enfatizando que o espaço da mulher rica é o da beleza. A palavra de ordem era “Ser bela”, o que significava manter-se jovem e evitar de todas as maneiras o envelhecimento. Essa foi uma época marcada pela valorização exacerbada da juventude, “condição *sine qua non* de beleza e de poder de atração para as mulheres”⁵¹⁹. A autoridade da mulher jovem vinha de sua beleza. “O Diário Feminino” alertava:

⁵¹⁷ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política... Op. Cit.**, p. 75.

⁵¹⁸ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 24 de maio de 1958. Ano I. n. 173, p. 5.

⁵¹⁹ SCHPUN, Mônica Raisa. **Op. Cit.**, p. 100.

Envelhecer é o horror da maioria das mulheres. Para muitas, o primeiro sinal é um pequeno “pé de galinha” que se esboça ou um ligeiro traço que risca o rosto. Embora tais sintomas não tenham grande importância, são como um sinal de alerta que não devem ser menosprezados. Ainda não é perigo à vista, mas é tempo de cuidar-se!⁵²⁰

O consumo de produtos de beleza passou a ser incentivado. Os cuidados com a pele, os cabelos e a forma física exigiam da mulher uma relação mais direta com os novos produtos que surgiam⁵²¹. Ser elegante significava mostrar-se conhecedora dos recursos estéticos oferecidos para melhorar a aparência e agradar aos pares. As matérias voltadas para a discussão da beleza faziam referência a cremes, perfumes, loções, vestidos e joias⁵²². Apesar de serem produtos caros, praticamente inacessíveis para mulheres da camada empobrecida, sua aquisição não era difícil para as mulheres da elite em Itabuna.

Como na década de 1950 aumentou o número de casas comerciais especializadas em produtos para o público feminino, as novas lojas de roupas e artigos para mulheres tomaram as principais ruas comerciais do centro, a Sete de Setembro e a J. J. Seabra. As costureiras eram cada vez mais procuradas não só para produzir os vestidos da moda, como para oferecerem cursos⁵²³. A escritora Helena Mendes destacou algumas das principais lojas de roupas e artigos femininos da época, “a Bonina, a Almeida Sampaio, OsGonçalves, a Doll Modas, a Mascote, a Casa Luna, a J. Rihan e outras”⁵²⁴.

Estar inteirado com os lançamentos da moda de vestuário feminino ou aparecer vestida com um dos modelos em voga podia representar para as mulheres de classe alta um capital simbólico necessário na construção e promoção de sua identidade social. Ou seja, podia lhe garantir o respeito das outras mulheres de sua classe, assim como revelar seu *status*, garantindo-lhe o registro de mulher ideal dentro dos critérios estéticos predominantes. Os códigos de identificação de classe passavam também pelas formas como as mulheres de elite exibiam sua riqueza, tratavam seus bens e sua família⁵²⁵.

Segundo Juliet Mitchell, “toda discriminação descansa sobre uma sólida base extra econômica, a educação”⁵²⁶. A distinção de classe envolvia não só a ostentação da riqueza, mas a conduta das mulheres frente a diferentes situações intra e interclasses. A postura física e a moral destacada em “O Diário Feminino” foram evidenciadas no cotidiano sociocultural das

⁵²⁰ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 20 de dezembro de 1958. Ano II, n. 342, p. 5.

⁵²¹ SANTOS, Lúcia Noêmia. **Op. Cit.**, p. 31.

⁵²² FRANCISCHETT, Leandra. **Representações das mulheres na revista O Cruzeiro** através das fotografias no período de 1956 a 1960. Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ: UFF, 2007, p. 10.

⁵²³ Conforme mencionado no capítulo anterior.

⁵²⁴ MENDES, Helena. **Op. Cit.**, pp. 55-63.

⁵²⁵ PEDRO, Joana Maria. **Op. Cit.**, p. 24.

⁵²⁶ Ver em: MITCHELL, Juliet. **Mulheres: a revolução mais longa**. Trad. Rodolfo Konder. **Revista Gênero**. Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006.

mulheres de elite de Itabuna. O jornal expunha fotos de cerimônias de casamentos, festas em clubes, desfiles e descrevia a forma como homens e mulheres da elite se vestiam e se portavam diante de seus pares. Em “O Diário Feminino”, essas imagens apareceram com mais frequência e serviram como exemplo para as moças das camadas médias que liam o jornal. Na coluna “Meu cantinho”, Ottoni Silva faz referência às influências do conteúdo do caderno feminino na vida dessas moças. Ele afirmou:

Ultimamente nossa sociedade tem apreciado pelas ilustrações da página feminina do nosso “Diário de Itabuna”, os mais ricos e belos vestidos de noivas. E vem agora o problema do vestido para a moça de classe média, para a moça pobre e para moça rica. Estas procurando modelos diferentes, soberbos, deslumbrantes. As noivas de classe média procurando fazer o máximo para se apresentarem condignamente, ainda mais conhecem o que é belo, o que é caro, o que é empolgante⁵²⁷.

O cronista propõe a abertura de uma casa de aluguel de vestidos onde moças de classe média e baixa pudessem ter acesso aos modelos usados pelas jovens e senhoras da elite. Essa é uma demonstração de que a ingerência de novos hábitos foi primeiro experimentado pela camada dominante e a partir dela se disseminou para o restante da sociedade⁵²⁸. Isso não quer dizer, contudo, que todas as pessoas aceitaram e se adaptaram às normas de convivência e aos hábitos instituídos como civilizados. Esse processo foi tensionado, marcado por acomodações de hábitos, mas também por disputas de espaços na cidade⁵²⁹.

Algumas matérias procuraram reforçar a ideia de domesticidade e maternidade como condição essencial da mulher. Matérias sobre culinária e cuidados com as crianças. As seções “Receitas para você” e “Sua Exa. a Criança” tentaram incentivar hábitos domésticos entre as mulheres. A responsabilidade pelos cuidados com a criança e com a casa era vista como obrigação da mulher. Em “O Diário Feminino” de 22 de março de 1958, além da receita de “Sorvete de café com calda de chocolate”, a seção de receitas trouxe um texto intitulado “A cozinha e a dona de casa”, em que se lia,

A clássica frase “depois de casada aprende” é verdadeira, mas quanto custa o aprendizado. É claro que “ninguém se casa para ser cozinheira”, mas saber cozinhar é uma necessidade, não só para fazer, como para mandar fazer. A dona de casa que sabe quanto se gasta de banana, sal ou farinha, pode controlar os gastos domésticos, organizando o *menu* de acordo com as possibilidades econômicas e como valor alimentar dos ingredientes⁵³⁰.

⁵²⁷ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 5 de abril de 1958. Ano I. n. 134, p. 6.

⁵²⁸ Sobre como disciplinas normativas sobre comportamento e conduta foram primeiro vivenciados pela burguesia e depois se espalhou sobre o restante da sociedade, ver: RAGO, Luzia Margareth. **Op. Cit.**, p. 62.

⁵²⁹ Sobre o conflito entre poder público e as prostitutas da Rua Duque de Caxias, consultar: OLIVEIRA, Carolina dos Anjos N. **As vizinhas indesejadas**: representações e vivências do meretrício em Itabuna, 1950 – 1960. Monografia de Graduação, UESC/Ilhéus, 2007.

⁵³⁰ APMIJD. **Jornal Diário de Itabuna**. 22 de março de 1958. Ano I. n.123, p. 5.

A baliza de gênero aparece ao lado da de classe. Saber cozinhar era um critério fundamental para a mulher. No caso das mulheres de elite, não bastava saber para fazer, mas saber para mandar fazer. Mulheres ricas acostumadas ao mando no interior do lar, mesmo subjugadas dentro das relações de gênero, poderiam passar à condição de dominantes nas relações de classe frente às mulheres das camadas empobrecidas: lavadeiras, empregadas domésticas, babás, costureiras, prostitutas.

Os cursos de economia doméstica foram incentivados e apresentados como uma forma de as mulheres ricas ocuparem seu tempo. Alguns desses cursos foram oferecidos em Itabuna nos anos 1950 e 1960 pela Sociedade dos Engenheiros Agrônomos do Cacau (SEAC). A SEAC fornecia bolsas de estudos para as jovens que desejassem cursar Administração do Lar na Escola Superior de Ciências Domésticas por um ano na Universidade Rural de Viçosa, em Minas Gerais, com o compromisso de, ao retornarem, repassarem o curso para outras moças e mães de família. Uma delas foi a jovem estudante Dalva Hohlenwerger, que fez o curso e cedeu entrevista para o jornal *Diário de Itabuna* em 12 de março de 1959, afirmando,

Volto satisfeita, pois terminando o curso, integrarei a equipe de funcionários do SEAC, trabalhando na função de Supervisora Doméstica, nesta zona, num escritório técnico local, de qualquer cidade onde o SEAC funciona. Espero, assim, prestar minha modesta colaboração aos nossos agricultores e suas famílias para o maior desenvolvimento econômico-social da região cacauífera⁵³¹.

Os cursos de administração do lar e economia doméstica só estavam acessíveis às jovens ricas. Costumavam custar caro e exigiam a transferência das jovens para cidades distantes. Além disso, estavam voltados para a gerência do lar como uma espécie de “pequena empresa”, em que a “dona de casa”, a que manda e não a que obedece, regulava matematicamente os afazeres. Eram, portanto, uma forma de racionalizar o controle e o mando domésticos. De acordo aos preceitos desses cursos, o lar figurava o lugar onde a mulher rica podia governar.

Mas, foi no tema da relação conjugal que residiu maior interesse do caderno feminino do *Diário de Itabuna*. O homem aparece como centro em que orbitam as mulheres. Mesmo se tratando de matérias exclusivamente construídas para um público feminino, o homem tem presença incontornável em todos os textos e referências. A mulher precisa cuidar da beleza, da comida, do lar e das crianças para agradar o homem e assim evitar possíveis insatisfações, indelicadezas e até o rompimento da vida conjugal. Logo, a felicidade no casamento está sob os ombros da mulher. Os textos que tratavam desse assunto eram normalmente copiados de

⁵³¹ Idem, *Ibidem*. 12 de março de 1959. Ano II. n. 405, p. 2.

revistas femininas que circulavam no país, como as revistas O Cruzeiro e Manchete. Segundo Bassanezi e Ursini, essas revistas se destacavam como um dos meios de comunicação mais importantes dos anos 1950. Traduziam em palavras os estereótipos e reforçavam a essencialização das disparidades no interior das relações de gênero⁵³². Nas revistas nacionais, como em “O Diário Feminino”, “o homem é o ponto de referência: se ele está bem, o casamento vai bem”⁵³³.

Como se pode observar, a imprensa itabunense esteve envolta no circuito simbólico-discursivo responsável pela construção e consolidação das generizações das relações sociais⁵³⁴. O “Diário Feminino” cumpriu ao seu tempo o papel de transmitir normas e representações sociais do feminino e do masculino, acentuando a submissão das mulheres e reforçando a “dupla moral sexual” que compreendia o lar como espaço por excelência das mulheres. Como tecnologia de gênero, o jornal foi consumido pelas jovens leitoras das classes média e alta da cidade de Itabuna. Não queremos considerar, porém, que todas se sujeitavam às normas de condutas e disciplinas sexuais reproduzidas na “página feminina” do *Diário de Itabuna*. Muito embora esse não tenha sido o único recurso simbólico utilizado pelas elites para instituir um modelo ideal de feminilidade.



Figura 15 – Propaganda do Diário Feminino.
Fonte: Diário de Itabuna, 24 de maio de 1958, ano I, n. 173. p. 5

⁵³² URSINI, Leslye Bombonato. e BASSANEZI, Carla. O Cruzeiro e as garotas. In: **Cadernos Pagu** (4) São Paulo: Unicamp, 1995: pp. 243-260.

⁵³³ BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres:** relações homem-mulher e revistas femininas (1945-1964). São Paulo: Dissertação de mestrado FFLCH/USP, 1992.

⁵³⁴ A historiadora Sandra Harding utiliza o termo “generizar” para evidenciar o sistema simbólico que fora construído historicamente para definir e sustentar papéis ou comportamentos distintos e opostos para homens e mulheres e que organizam a vida social. Ver em: HARDING, Sandra. **Ciência y Feminismo**. Madri, ediciones Morata, 1996, pp. 11-27.

Moda e progresso eram encarados como “as chaves” do sucesso para a cidade e para aqueles que a dominavam política e economicamente. Essas expressões chegavam mesmo a se confundir nos discursos e nas práticas dos membros das elites. O circuito de imagens era cotidianamente reforçado pelas tecnologias de gênero. Entre as mais importantes delas, destacava-se a imprensa com seu caderno feminino e com suas colunas sociais.

Esse circuito foi além da proliferação de textos normativos e da disseminação de imagens de perfis estéticos ideais. Chegou mesmo a alcançar a vivência social do grupo dominante, produzindo um cenário de “especialistas em beleza”, principalmente, em “belezas femininas”. A beleza que não poderia ser tão somente física, mas, espiritual e moral. O código estético instituído sintonizava-se com o ideal de progresso experimentado pelas pessoas da elite e aplicado na modelação da cidade. Foi preciso modelar corpos e mentes. A começar pelas mulheres ricas.

Exibir uma cidade limpa, planejada, urbanizada era critério necessário para integrar Itabuna no rol das cidades progressistas. Exibir moças e senhoras elegantes, finas e, acima de tudo, belas. Para incentivar e hegemonizar a cultura da beleza na classe dominante foram realizados concursos de beleza. Em Itabuna esses concursos surgiram ainda nos anos 1920, incentivados financeira e culturalmente por empresas comerciais e pequenas indústrias que se instalaram na cidade no período. O propósito fundamental dos concursos desse período era divulgar a empresa e seus produtos.

As modelos e atrizes, suas dietas, produtos de beleza, seus vestidos, sua vida, passavam a ser exemplo a ser seguido. As revistas femininas, de onde saíam os recortes para “O Diário Feminino”, foram as principais disseminadoras das imagens de mulher ideal e serviram como instrumento de formatação de mulheres, em especial, as de condição financeira elevada dos anos 1950. Elas passaram a serem vistas. E dessa vez, mais do que em outros momentos.

A Miss e o progresso: Itabuna no trono da beleza nacional

“Itabuna é uma cidade que gosta de festa, de música e, principalmente, de concursos de beleza. Talvez não exista em outra cidade do Brasil tantas misses quanto em Itabuna”⁵³⁵. A escritora Helena Mendes descreveu bem o circuito de imagens construído pelas elites de Itabuna sobre a ideia de progresso associado ao padrão estético cultivado entre as mulheres de elite. Um certo padrão ideal de beleza feminina foi seguido de perto pela alta sociedade

⁵³⁵ MENDES, Helena. **Op. Cit.**, p. 129.

itabunense e acabou criando um quadro de ilustrações perfeitas para moças e senhoras desse segmento social.

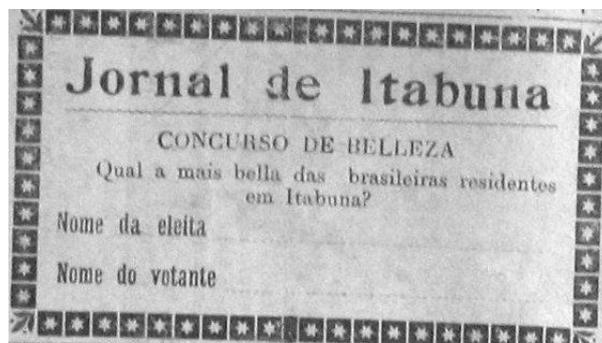


Figura 16 – Cupom para escolha de moça mais bonita de Itabuna (1922). Fonte: Jornal de Itabuna, 19 de janeiro de 1922, ano II, n. 62.

Eles começaram a ser realizados em Itabuna desde os anos 1920. Em comemoração ao centenário da independência do Brasil em 1922, o Jornal de Itabuna promoveu um “plebiscito” para a escolha da “mais bela brasileira em Itabuna”. O concurso era nacional e foi criado pela “Revista da Semana” do Rio de Janeiro. Na capital do estado, o concurso foi incentivado pelo jornal *A Tarde*. As “beldades eleitas” seriam fotografadas e teriam seus retratos enviados aos jornais *A Noite* e *A Tarde* de Salvador. As escolhidas foram as senhorinhas Maria Gentil Botelho, Guiomar de Almeida Franco e Arlinda Aboud⁵³⁶.

Entre 1927 e 1930, a empresa Casa Emmanuel Block & Frère, cessionária do relógio Cyma, passou a investir em concurso de beleza feminina. A chamada para a participação no concurso feita através dos jornais se dirigia às senhorinhas e coroaria “a senhorinha mais linda”, eleita “Rainha de Itabuna”. Nesse período, a escolha só poderia ser feita por homens. Os organizadores do concurso alegavam que os homens se focariam apenas na avaliação da beleza e da graça das mulheres⁵³⁷.

O voto era livre, ou seja, não existiam candidatas previamente escolhidas. Cada eleitor escolhia a senhorinha de sua preferência e preenchia um cupom com o nome da predileta. Os concursos de beleza seguiram sendo organizados nos anos 1930 e 1940 por empresas, associações político-sociais e benemerentes da cidade. As datas festivas ou eventos cívicos e religiosos eram aproveitados como palco para produção de novos concursos. Além da finalidade comercial, algumas dessas competições passaram a ter um sentido filantrópico, servindo como movimento em prol da caridade. Nos anos 1950, passarelas, modelos e concursos passaram a compor o cenário da moda e da beleza em Itabuna, coincidindo com as

⁵³⁶ CEDOC/UESC. **Jornal de Itabuna**. 19 de janeiro de 1922. Ano II. n. 82, p. 1.

⁵³⁷ CEDOC/UESC. **Jornal A Época**. 22 de dezembro de 1928. Ano XII, n. 444, p. 3.

mudanças urbanísticas promovidas pelo poder público e pela elite. Os concursos de beleza ganharam um novo sentido: o da exibição dos corpos femininos. Falar do corpo da mulher a partir de critérios normativos e padronizados ganhava importância no meio social frequentado pelas elites. As modelos e atrizes, suas dietas, produtos de beleza, seus vestidos, sua vida, passam a ser o exemplo a ser seguido.



Figura 17 – A esquerda, concurso Rainha do Cacau em 1957. A Direita, desfile infantil no mesmo ano. Fonte: Diário de Itabuna, 11 de novembro de 1957, ano I, n. 18. p. 1.

Eles passaram a se realizar até mesmo nas escolas primárias, nos bairros e clubes da cidade. Helena Mendes divulgou nomes de algumas dezenas de rainhas e princesas mirins, da primavera, da cidade, das festas juninas e natalinas, como os desfiles para escolha da “*Rainha da Primavera*”, do Colégio do Sagrado Coração de Jesus em 1961⁵³⁸. Educar meninas, filhas da elite local, a se cuidarem afetiva e esteticamente era um dos preceitos fundamentais em tempos de mudanças comportamentais na cidade.

Desfiles e jovens modelos femininos se proliferaram em Itabuna nesse período. Os clubes de lazer, as associações sociais e benemerentes, o poder público, as empresas locais, circuitos diferenciados, porém, harmonizados com a ideia de progresso e com as novas exigências de uma vida urbana e moderna cada vez mais em ascensão, incluindo o interesse pelos concursos de beleza. As praças e jardins pareciam passarelas informais, por onde “desfilavam” as moças de elite com seus vestidos e penteados da moda. Os clubes sociais e de lazer se transformaram em palcos, onde, aos fins de semana, os “brotos” se destacavam pela postura, pelo sorriso e, principalmente, pela “graça”, considerada característica física

⁵³⁸ MENDES, Helena. *Op. Cit.*, pp. 132-133.

predominante entre as mais belas⁵³⁹. Ademais, as colunas sociais divulgavam os nomes das garotas mais bonitas e simpáticas da cidade. Roberto Silva promoveu em sua coluna o concurso das “Dez mais”. Anualmente, a partir de 1958, dez garotas e dez rapazes eram escolhidos pelos leitores como os mais bonitos e graciosos da cidade⁵⁴⁰.

As instituições beneficentes dirigidas pelas elites organizavam e participavam direta e indiretamente da produção dos concursos de beleza. Associações benemerentes como a das Senhoras de Caridade de Itabuna se utilizaram desse circuito da beleza para arrecadar fundos para suas obras assistenciais. Instituições como o Abrigo São Francisco, o Orfanato Cordolina Loup dos Reis, a Liga de Proteção aos tuberculosos e pobres de Itabuna também entravam na lista das beneficiadas desses eventos⁵⁴¹.

Financiados por políticos e importantes comerciantes da cidade, os concursos ganhavam relevância no cenário urbano. As jovens modelos desfilavam representando seus patrocinadores. Associar a imagem do político e do homem de poder a uma das jovens modelos era uma das formas prediletas de angariar simpatia e adesão ao projeto político que defendiam. Isso não aconteceria apenas com as ilustres desconhecidas modelos de concursos locais.



Figura 18 – Reportagem do concurso Miss Brasil em 1962. Fonte: Revista Manchete, 30 de junho de 1962, n. 532.

A eleição e a consagração da jovem itabunense Maria Olívia Rebouças Cavalcanti como Miss Brasil 1962 representaram uma excelente oportunidade de projeção da cidade e de sua elite no cenário nacional. Sonho há muito esperado pelos “ricos grapiúnas”⁵⁴². Percebendo o potencial de popularidade adquirido pela miss, políticos e comerciantes não perderam a chance de entrar em cena marcando um bom espaço para se projetar.

Maria Olívia Rebouças Cavalcanti tinha 18 anos quando foi eleita miss Brasil. Segundo a revista O Cruzeiro, tinha “as medidas mais perfeitas de toda a história do

⁵³⁹ SCHPUN, Mônica Raísa. *Op. Cit.* p. 45.

⁵⁴⁰ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 6 de fevereiro de 1959. Ano II, p. 2.

⁵⁴¹ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 10 de janeiro de 1959. Ano II. n. 356, p. 1.

⁵⁴² ANDRADE, José Dantas. *Op. Cit.*, pp. 113-114.

concurso”⁵⁴³. Filha de Aloísio Cavalcanti e Dulce Rebouças, membros da classe média alta da cidade de Itabuna, Maria Olívia havia sido eleita miss Bahia e foi considerada uma forte concorrente a ‘miss Universo’ na disputa que ocorreu em julho de 1962, em Miami. Sua trajetória de juventude se confunde com a de outras moças da cidade que integravam o grupo que participava dos eventos e festas mais importantes e consagrados da cidade. Entre lazer e caridade as moças ricas se divertiam e buscavam se sintonizar com as novidades da moda⁵⁴⁴.



Figura 19 – Maria Olívia Rebouças Cavalcanti na revista O Cruzeiro em 1962. Fonte: Revista O Cruzeiro, 7 de julho de 1962, ano 34, n. 39, p. 66.

Durante a adolescência foi morar em Salvador para fazer o curso secundário. Na capital, além de fazer cursos de danças, passou a frequentar os clubes sociais. A partir dessa convivência acabou participando do primeiro concurso de beleza representando o clube baiano de tênis⁵⁴⁵. O repórter do *Diário de Notícias* fez a seguinte descrição da moça: “Morena, cabelos negros e olhos castanhos, é professora de dança e desfilou com um vestido de renda francesa, branca, fios de prata, forro de seda natural rosa. Ela mede 1 metro e 73, busto 91, idem quadris, 58 de cintura”⁵⁴⁶

Segundo a revista *Manchete*, de 30 de junho de 1962, “jamais em nenhum outro concurso de miss Brasil, público e júri estiveram tão perfeitamente de acordo. Maria Olívia Rebouças conquistou as 25 mil pessoas que lotavam o Maracanãzinho”⁵⁴⁷. Maria Olívia concorreu entre 23 candidatas de vários estados. E, depois de eleita, se tornou alvo ainda mais

⁵⁴³ Arquivo Pessoal. **Revista Manchete**. 14 de julho de 1962, p. 4.

⁵⁴⁴ Para saber sobre participação da jovem Maria Olívia Rebouças em eventos sociais de Itabuna nos anos 1950, ver: ANDRADE, José Dantas. **Op. Cit.**, p. 107.

⁵⁴⁵ ABPEB. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. **Revista O Cruzeiro**. 16 de junho de 1962. Ano XXXIV. n. 36, p. 64.

⁵⁴⁶ Idem. **Ibidem**.

⁵⁴⁷ ABPEB. **Revista Manchete**. 30 de junho de 1962. n. 532.

cobiçado pela imprensa, por empresários e por políticos. No dia posterior à vitória, ainda no Rio de Janeiro, Maria Olívia recebeu a visita do ex-governador da Bahia, o então Consultor Geral da República, Antônio Balbino. Ao retornar à Bahia, foi recebida no Palácio do Governo em audiência especial com o governador Juracy Magalhães, além de ter sido recepcionada por uma multidão nas ruas de Salvador⁵⁴⁸.



Figura 20 – Recepção a Miss Brasil em Salvador.
Fonte: Revista Manchete, 21 de julho de 1962, n. 535.

A vitória de Maria Olívia Rebouças Cavalcanti foi acompanhada pela imprensa e pela sociedade de Itabuna. Embora surpresas com o êxito da jovem, imprensa, elites e autoridades públicas organizaram rapidamente uma apoteótica recepção para a miss na cidade. Os anúncios sobre a vitória de Maria Olívia e sobre a organização do evento comemorativo tomou as páginas de o *Diário de Itabuna*⁵⁴⁹. O prefeito José de Almeida Alcântara foi um dos principais financiadores da recepção, dispondo de recursos, secretarias, funcionários e até de sua própria casa para a festa⁵⁵⁰. A Associação Comercial de Itabuna também esteve entre os patrocinadores da festa. O presidente dessa associação, José Oduque Teixeira, era rival político do prefeito e enxergou nesse evento a oportunidade para se projetar publicamente. Longe de ser apenas uma celebração cultural, as festividades em homenagem à miss Brasil foram marcadas por disputas políticas.

Em Ilhéus, o jornal *Diário da Tarde* divulgou tanto a vitória da miss itabunense, quanto a recepção realizada em Itabuna. A suspeita de que a cidade vizinha queria “roubar” a naturalidade da miss esquentou os debates nos jornais da região. O jornal ilheense se

⁵⁴⁸ ABPEB. *Revista Manchete*. 21 de julho de 1962. n. 535.

⁵⁴⁹ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 22 de junho de 1962. Ano V. n. 1932, p. 1.

⁵⁵⁰ APMIJD. *Jornal Diário de Itabuna*. 23 de junho de 1962. Ano V. n. 1931, p. 1.

posicionou em matéria intitulada “Ilhéus se orgulha de que Miss Brasil seja Itabunense”: “queremos deixar claro que jamais constituiu propósito de nossa gente disputar a naturalidade da bela Maria Olívia. Motivos fúteis não poderão alterar nossas relações de boa vizinhança com o grande e cada vez mais próspero município irmão”⁵⁵¹. A projeção de Maria Olívia Rebouças foi cobiçada, pois foi encarada pelas autoridades políticas e pela própria sociedade como uma possibilidade real de tornar conhecida a cidade de Itabuna. Afinal, a moça era o centro das atenções da imprensa nacional e levaria o nome do estado, quiçá da cidade, para o concurso internacional de Miss Universo nos Estados Unidos.

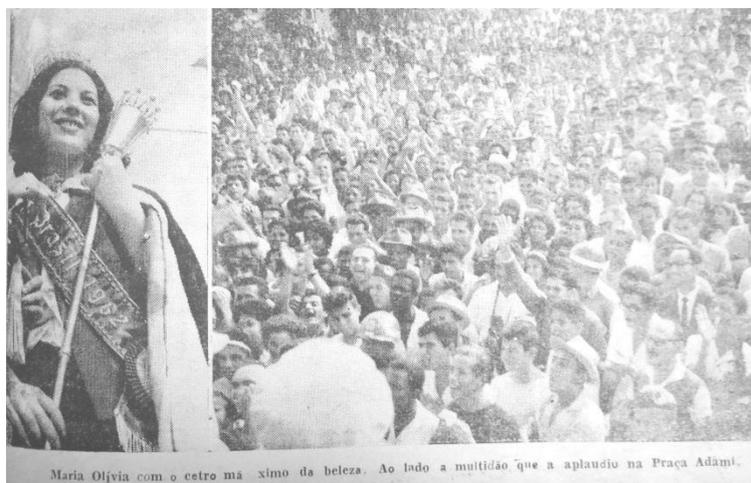


Figura 21 – Recepção à Miss Brasil em Itabuna, Bahia.
Fonte: Diário de Itabuna, 26 de junho de 1962, ano VI, n. 1094. p. 1.

O *Diário de Itabuna* de 30 de junho de 1962 informou que houve repercussão nacional das festas de recepção à Maria Olívia em Itabuna. O jornal anunciou entusiasticamente: “órgãos de imprensa de diversas capitais abriram manchetes para noticiar a festiva recepção oferecida a mais bela brasileira, ressaltando o brilho das homenagens que lhes foram tributadas em sua terra natal”⁵⁵². Ao lado da matéria havia fotos da miss com o prefeito José de Alcântara e com o presidente da Associação Comercial de Itabuna. O cronista continua, “jornais, emissoras de rádio e televisão foram unânimes em destacar o entusiasmo e a alegria dos itabunenses”.

A afirmação de uma identidade local foi reativada. Segundo Pierre Bourdieu, o jogo de poder é marcado pela “apropriação das vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade que possa ser publicamente afirmada e reconhecida”⁵⁵³. As elites fizeram uso da

⁵⁵¹ CEDOC/UESC. Jornal *Diário da Tarde*. 29 de junho de 1962. Ano XXXV, p. 3.

⁵⁵² APMIJD. Jornal *Diário de Itabuna*. 30 de junho de 1962. Ano V. n. 1997, p. 5.

⁵⁵³ Ver: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico... Op. Cit.*, p. 125.

imagem da miss para tentar se afirmar no rol dos civilizados e progressistas. Um articulista de o *Diário de Itabuna* anunciou a nomenclatura e o significado do bairrismo local:

Itabunismo. Ainda não havia o aparelho que a trouxe para Itabuna desligado os motores e o povo avançava sem medo de acidente para as primeiras homenagens. Cremos ter sido esta a maior manifestação popular que Maria Olívia já recebeu depois que se sagrou miss Brasil. E não podia deixar de ser assim, porque os itabunenses prezam o que é seu, amam o que é de Itabuna. Um povo como o nosso merece essa glória, porque sabe recebê-la, sabe comemorá-la em festas, como foi o dia de segunda feira e a noite também. Itabuna é assim, por isso a queremos tanto⁵⁵⁴.

Na verdade todos queriam obter alguma vantagem com o sucesso da miss. As casas comerciais investiram na divulgação do nome das empresas associados a fotos da miss. O fazendeiro Antônio Barbosa Teixeira presenteou a miss com um garrote da raça Gir. O animal seria leiloado em uma exposição nacional em Salvador e seu valor seria repassado à Maria Olívia. Presentear a miss foi uma forma de exibir a condição financeira, tentando mostrar uma possível superioridade. Os políticos expunham suas fotos ao lado das de Maria Olívia. Em julho de 1962 o candidato ao legislativo federal João Dórea publico em o *Diário de Itabuna* uma nota assinada por Maria Olívia e através da qual a miss fazia um chamado aos jovens a votarem no “moço João Dórea”⁵⁵⁵.



Figura 22 – Recepção na Avenida do Cinquentenário, em Itabuna.
Fonte: *Diário de Itabuna*, 27 de junho de 1962, ano VI, n. 1995. p. 1.

Modernas e atraentes. A cidade e a miss foram colocadas como sinônimos de beleza, avanço, simpatia e graça. Itabuna e Maria Olívia foram apresentadas em comunhão com o seu povo, com a sua gente. Confundidas com a “civilização grapiúna”⁵⁵⁶. Mais uma vez, e com maior ênfase nesse momento, os dispositivos argumentativos foram acionados e disparados na

⁵⁵⁴ APMIJD. Jornal *Diário de Itabuna*. 27 de junho de 1962. Ano V, p. 1.

⁵⁵⁵ APMIJD. Jornal *Diário de Itabuna*. 21 de junho de 1962. Ano V, p. 2.

⁵⁵⁶ Expressão usada por jornalistas, escritores e memorialistas para se referir à sociedade de Itabuna. Dispositivo discursivo que ajudou a conformar o projeto de identidade social ancorado no ideal de “civilidade” da elite itabunense.

imprensa para forjar imagens padronizadas de comportamento e postura, em especial, sobre as mulheres. Como pano de fundo, os ideais de progresso e civilidade, que tanto inspiravam as elites.

Jovem, graciosa, bonita, a “moça de família” Maria Olívia Rebouças Cavalcanti representou o feminino ideal para a nova sociedade dos anos 1960. A mulher que embeleza a cidade e que expõe em seus gestos e comportamentos a “boa reputação”⁵⁵⁷. A miss Brasil foi modelo também para suas conterrâneas. A exposição do corpo feminino veio, nas páginas dos jornais, sob um painel de exigências morais. No entanto, o código de moralidade direcionado às mulheres de elite dos anos 1950 e 1960 nem sempre foi seguido ou reproduzido. As candidaturas políticas, a escrita, a manifestação de opiniões e críticas e a exibição do corpo geraram um acúmulo de experiências para que outras possibilidades de vivências se abrissem para as mulheres.

⁵⁵⁷ BASSANEZI, Carla. **Op. Cit.** p.612.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A casa e a família não foram as únicas ocupações das mulheres das classes abastadas nas primeiras décadas do século XX. O seu tempo foi repartido por uma série de interesses e iniciativas. Apesar de todas as determinações e idealizações sobre seu corpo e seu comportamento, se lançaram ao meio público, esfera onde as relações tornaram-se mais dinâmicas e complexas. A aventura das ruas, do lazer, da sociabilidade foi vivenciada por inúmeras moças e senhoras de elite. Para elas todos os ambientes eram carregados de códigos, de regras de conduta. Na intimidade e na vida socializada predominaram exigências sobre como responderiam a cada evento. Equilibrar a obediência às normas com a necessidade de autoafirmação foi uma de suas mais árduas e envolventes tarefas.

Cuidar dos filhos e do marido mostrando-se amável, cuidadosa, dedicada e séria. Frequentar a Igreja, seguir seus preceitos morais, propaga-los em discursos e práticas. Organizar grupos religiosos, participar de eventos cívicos e recreativos. Criar associações, se envolver com a cidade promovendo caridade e assistencialismo. Servir de referência por isso. Surgir nas páginas dos jornais. Divulgar pensamentos, críticas, modelos. O percurso seguido pelas mulheres de elite em Itabuna foi marcado pela multiplicidade de experiências, amálgama da construção de uma cultura feminina. Cultura plural, disforme, inconstante. Mas, marcada pela intensa e, cada vez maior, aspiração a autonomia.

Os anos 1920 acompanharam as primeiras formas de sistematização dos projetos de intervenção das mulheres da alta sociedade na cena pública. Esse processo resultou da sua inserção na vida cultural e religiosa da cidade desde fins do século XIX. As organizações de filarmônicas e das confrarias da Igreja Católica permitiram que acumulassem consentimento e confiança da sociedade para prosseguirem enredando suas ações sociais. Agir sobre a cidade correspondeu a conservar os preceitos e valores de sua condição de classe. Portanto, se apresentar como quem olha e age sobre os problemas “de cima” foi a tônica de sua atuação social.

Nos anos 1920, à medida que a elite econômica assentava seu projeto de dominação política, a partir da apropriação das riquezas geradas pela economia cacauêira e do controle do

aparato jurídico institucional, as desigualdades sociais eram aprofundadas. As décadas de 1930 e 1940 assistiram o aumento dos problemas urbanos. A proliferação da miséria e de miseráveis pelas ruas da cidade tornou-se objeto de incômodo para as elites, que passaram a agir no controle e gerenciamento das mazelas expostas. Conferir uma ordem progressista para a cidade fez parte dos ideais de civilidade cultivados no interior das classes abastadas. A cidade deveria espelhar esses ideais. No entanto, a contradição existente entre a concentração da riqueza e a emersão pública de uma população de “desajustados sociais” dificultaria a sua “marcha para o progresso”. As elites, porém, não ficaram sem tentar prevenir, conter e assistir o que para eles representou um conjunto de “moléstias sociais”.

As relações de poder, nem sempre puderam seguir a perspectiva da dominação direta, evidenciada na exploração dos segmentos subalternizados. Em muitos casos, foi preciso que os jogos de poder se assentassem em formas brandas e suaves de dominação. Essas formas diziam respeito às relações de barganha entre elites e empobrecidos. No interior dessas relações se encontravam as práticas assistenciais e filantrópicas das ricas moças e senhoras.

As mulheres ricas, incumbidas, entre outras coisas, de “adornar” a cidade com suas roupas, joias e posturas, passaram a materializar estratégias de controle social urbano que conciliavam ordenamento e assistência a pobres, doentes, crianças desvalidas e mendigos. As exigências feitas em torno do comportamento feminino assumiram um caráter de promoção de seu papel familiar para agirem sobre os problemas das ruas. Não bastava mais ser mãe apenas, dedicada exclusivamente ao lar. As mulheres interagiram com a cidade e alicerçaram uma eficiente rede de assistência, articulada às políticas de natureza paternalista.

Entre elas, a filantropia caritativa traduziu a maneira de reunir a motivação cristã, expressa numa ideia de “missão”, com o caráter político da instituição “assistência social”. As senhoras de caridade se aproximaram do projeto de racionalização e reordenamento do espaço citadino. Foram parte fundamental da lógica da “purificação urbana”. Inicialmente colaboraram com a consolidação da grande obra das elites nas primeiras décadas do século XX, a Santa Casa de Misericórdia de Itabuna. Como gerenciadoras ou “protetoras” estiveram na linha de frente da construção de um espaço privado de cunho assistencialista que reuniu a ação social terapêutica com o confinamento dos “indesejáveis” e “perigosos” para a ordem urbana.

A reunião de moças e senhoras em torno desse projeto fez surgir uma das primeiras formas de associação feminina em Itabuna, as Irmãs Protetoras da Santa Casa de Misericórdia. A agremiação de mulheres das camadas privilegiadas ao redor das obras beneméritas e filantrópicas foi a maneira preferida de atuação pública. Apesar de terem acesso

às informações sobre os avanços do feminismo no país, notadamente, em fins dos anos 1920 e início da década de 1930, optaram pela inserção na esfera pública pela via da caridade e do assistencialismo. Direitos políticos para as mulheres não foi pauta de discussão ou de reivindicação das senhoras de caridade. Estavam mais preocupadas com o alinhamento de sua atuação social com os planos políticos da camada dominante, da qual faziam parte.

Através da política assistencial e filantrópica conseguiram demarcar um espaço de atuação das mulheres ricas. Numa sociedade de perfil rural, patrimonialista e patriarcal, ainda pesavam imagens negativas sobre as mulheres que ousavam atuar na cena pública. A forma encontrada pelas mulheres da alta sociedade para transpor os bloqueios expressos em códigos e valores muito rígidos foi aliar a manutenção das representações de gênero ao cumprimento das exigências de classe. Isto é, moças e senhoras de caridade imprimiram em suas obras beneméritas, necessárias à preservação do *status quo*, um caráter de cumprimento dos deveres de mãe. “Mães de toda a sociedade”. Dessa maneira, tornaram legítimo socialmente o pleito tático de saída ao meio social e o gozo de uma relativa autonomia.

O surgimento da Associação das Senhoras de Caridade em novembro de 1924, bem como sua projeção na vida urbana foi uma das mais notórias expressões do circuito da caridade vertical que as mulheres ricas ajudaram a consolidar na cidade, mas também fez parte da rede horizontal de intercâmbio de ideias, valores e projetos femininos que culminavam em festas, eventos cívicos, chás, bazares, *soirées*, passeios, flertes e namoros, compras, entre outras atividades que ganharam uma conotação de atividade feminina, ou, pelo menos, organizadas e dirigidas por elas. A filantropia era a imagem central. Aquela que sobressaía num quadro geral de atuação pública da mulher rica. Mas, esteve em jogo, a ampliação de suas sociabilidades, de seu lazer, de sua educação e, até mesmo, de sua formação política.

À medida que se lançaram aos projetos sociais, conquistando com isso, respeito e consentimento da sociedade em seu conjunto para alargarem suas ações, uma parcela dessas mulheres passaram a ocupar instâncias da vida pública, antes não imaginadas como sendo convenientes ao feminino. As profissões liberais, a inserção da escrita feminina nas páginas dos jornais e a entrada na política institucional foram alguns dos avanços derivados da sua ligação com as obras assistenciais.

A educação formal, tão cara às diferentes formas de lutas femininas, foi base de defesa tanto das feministas consideradas mais radicais, quanto das filantropas e beneméritas. A educação formal para mulheres foi admitida como necessária desde o início do século XX já que se entendeu que eram as mulheres as grandes responsáveis pela formação dos cidadãos.

As mães se encarregavam de educar os filhos da nação. O argumento assentado na esfera do nacionalismo serviu para calcar algumas das primeiras iniciativas direcionadas à formação escolar feminina. Em Itabuna o interesse das elites por um modelo de educação para meninas se materializou no Colégio Divina Providência e, a partir, de 1947 no projeto da Ação Fraternal de Itabuna, dirigido por uma das mais destacadas senhoras da alta sociedade, D. Amélia Tavares Amado.

A educação para moças seguiu sendo demarcada pelas condições de classe e de gênero. Os colégios femininos inaugurados entre os anos 1920 e fins dos anos 1940 tiveram perfis muito semelhantes. Um modelo de formação tido como adequado à performance feminina, ou seja, as moças aprenderiam prendas e economia doméstica, administração do lar, ao tempo em que também estavam em contato com as ciências modernas, como Psicologia, Pedagogia. Esse currículo, porém, não era para todas as jovens. Havia um programa assistencial voltado para moças pobres. Cursos de datilografia, de corte e costura eram destinados para as mulheres desse segmento social.

Mesmo carregados de códigos de conduta voltados para acomodar as mulheres em padrões ideais de feminilidade, a educação cumpriu uma função libertadora para uma parcela considerável daquelas jovens. A partir da década de 1940, muitas delas conseguiram se inserir no mercado de trabalho como professoras. Tornaram-se diretoras de escolas, como Rita Fontes e Lindaura Brandão ou, delegada escolar, como foi o caso da professora Carmem Santana.

Os usos que fizeram da sua relação com a filantropia e com a formação escolar foram os mais variados. Esses usos guardaram em si as ambiguidades típicas de sujeito em situação de subalternização. As mulheres deram respostas às exigências de seu tempo ao passo que operavam formas mais autônomas de vivenciar a cidade em quase toda sua dinâmica. Portanto, mostrar “bons modos” e recato, tornar-se uma professora respeitável eram alguns dos requisitos cobrados pela sociedade. Algumas dessas mulheres aproveitaram a projeção conquistada com o cumprimento desses critérios para transgredirem sorrateiramente com a ordem.

Em 1947 Maria Rita de Almeida Fontes se candidatou ao legislativo municipal abrindo caminho da política formal para outras iniciativas femininas. A proeminência adquirida com a vida pública conduziu à outra esfera marcadamente masculina, a imprensa. A coluna “Binóculo Social” respondeu a inquietude das mulheres ricas diante da vida social e urbana. Os ideais de progresso e civilidade também atravessaram seus interesses e aptidões. Porém, de sua parte também vieram críticas aos modelos sociais e aos perfis de classe

assumidos pelas elites. O caderno “O Diário Feminino” assinado pela poetisa Valdelice Pinheiro consonante com o momento de propagação de um modelo de feminilidade ancorado numa ideia de consumo dos anos 1950, mesclava o arsenal de matérias voltadas para adaptar as mulheres de elite aos padrões de feminino requintado com o exercício da crítica, da análise e da escrita feminina. Através de sua “anajoquina” Valdelice tentou responder aos problemas sociais e políticos de seu tempo.

Mas, como dito, o momento era de afirmação de novos padrões de feminilidade. As revistas e cadernos femininos que se multiplicaram nesse período foram responsáveis pela proliferação de tipo ideais de masculino e feminino, notadamente, para os segmentos privilegiados economicamente. O frenesi de moças e senhoras das camadas abastadas residiam na adequação dos hábitos ao que foi considerado moderno. Isso incluiu consumo de roupas, calçados, eletrodomésticos, produtos de beleza, cinema, festas. Um conjunto de novas rotinas experimentadas pelas classes abastadas e capazes de diferenciá-las do restante da sociedade.

A pedagogia da beleza e a disseminação de imagens femininas, cada vez mais, desvinculadas da antiga representação da esposa e mãe, foram aparecendo. Os novos padrões estéticos foram buscados pelas jovens. A vitória da jovem itabunense Maria Olívia Rebouças Cavalcanti ao concurso de miss Brasil 1962 se tornou a expressão da tentativa de enquadramento das moças de elite ao circuito da moda e dos novos valores estéticos dominantes. Por outro lado, representou a possibilidade de projeção da cidade no cenário nacional. Membros das elites ligados à política institucional vislumbram a miss como espelho da “civilização grapiúna”. A moça de família, educada e recatada, além de bonita e vencedora de um concurso nacional de beleza feminina, poderia significar mais dividendos para a economia local, uma vez que poderiam “divulgar” através de seu corpo e do seu comportamento, o refinamento e o progresso das elites.

A exposição do corpo feminino nos concursos de beleza, nas páginas das revistas e das colunas sociais dos jornais, ainda que viesse acompanhada de um painel de receitas de comportamentos e posturas, começam a repercutir sobre as diferentes formas de expressão do feminino. Os anos 1960 acompanhariam projetos de afirmação da mulher sob outras bases de lutas femininas, uma delas, talvez a mais importante do período, a liberação do corpo. Um longo processo de conservação e transgressão da ordem por parte das mulheres dos segmentos hegemônicos esteve por trás desses “novos” projetos.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

BPEBa. Biblioteca Pública do Estado da Bahia

APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz.

APPJ – Arquivo Permanente do Poder Judiciário – Comarca da Vara Crime de Itabuna.

ASMPAI – Arquivo da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna

FONTES IMPRESSAS

Estatutos da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna (1948)

IBGE/Brasil. Recenseamento Geral do Brasil. Realizado em 1 de setembro de 1920. (População). Volume 4. Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1930.

IBGE/Brasil. Recenseamento Geral do Brasil. Realizado em 1 de setembro de 1940. (População). Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1950.

Jornal A Época (1920-1930/1937/1942-1943/1949)

Jornal A Voz de Itabuna (1950-1954)

Jornal Correio de Ilhéus (1920-1930)

Jornal de Itabuna (1920-1930)

Jornal Diário da Tarde (1928-1930)

Jornal O Diário de Itabuna (1957-1962)

Jornal O Fanal (1933)

Jornal O Intransigente (1935-1939)

Jornal Oficial do Município de Itabuna (1949-1954)

Livro de compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna e Regulamentos do Hospital e Cemitério Santa Cruz (1938)

Revista Manchete (1962)

Revista O Cruzeiro (1962)

FONTES MANUSCRITAS

Livro de atas da Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna (1947-1960)

Livro de atas da Câmara de Vereadores de Itabuna (1947-1954)

Livro de atas da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna (1922-1926)

Processo da Vara Crime da Comarca de Itabuna. Autora: Leopoldina Silva Leão. Termo de Declaração da menor Idalina Silva Leão. fl. 5-5v. Itabuna, 1952.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 2, abr./jun. 1990.

ALMEIDA, Maria Amélia. O ideário feminista na Bahia nos ano 30. In: **Revista História**. São Paulo: UNESP. Vol. 12, p. 1-361, 1993.

ALVES, Ívia. Amélia Rodrigues: posições e estratégias. In: **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA/NEIM, 1998.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1942.

ANDRADE, José Dantas de. **Documentário Histórico-Ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 1986.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocaçào do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas (1945-1964)**. São Paulo: Dissertação de mestrado FFLCH/USP, 1992.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista Vida Doméstica. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 1. Sem. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Philipe Murillo de. A construção de Itabuna: ideias de urbanidade e de civilidade na Região Cacaueira (1910-1930). In: **Cadernos do CEDOC. O rural e o urbano: cidades em construção**. Ilhéus: Editus, 2007.

_____. **Trabalhadores, organizações e disputas políticas na última década da Primeira República**. Manuscritos: 2011.

- _____. **Uma cidade em disputa:** conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930 – 1948). Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UNEB – CAMPUS V. 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Revista Annales**, nov-dez. 1989, nº 6, pp. 1505-1520.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder:** mulheres e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: **História das Mulheres no Brasil.** (Org.) Mary Del Priore e Carla Bassanezi. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DOLORES, Maria. Ciranda da Vida. Jornal Terceira Revelação. In: **Revista Chico Xavier 60 Anos de Mediunidade.** 2 ed., São Paulo: FEESP, 1989.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994.
- FONTES, Nancy Vieira. Uma narrativa testemunha: as memórias de Anna Ribeiro. In.: **Ritos, mitos e fatos:** mulher e gênero na Bahia. (Org. Ana Alice Costa e Ivia Alves). Salvador: NEIM/UFBA, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** a vontade de saber. São Paulo: Graal: 2010.
- _____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.
- FRANCISCHETT, Leandra. **Representações das mulheres na revista O Cruzeiro através das fotografias no período de 1956 a 1960.** Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ: UFF, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Org.: Rachel Soihet, Maria B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **O Jequitibá da Taboca: Ensaios históricos de Itabuna.** Itabuna: 1960.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2006.
- HERÁCLITO, Alberto. Anna Ribeiro e a solidão da escrita. In: **Humanas:** Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS. Ano 1, n. 2. jun.-dez. Feira de Santana: UEFS, 2002.

- KULESZA, Wojciech Andrzej. O Currículo da Escola Normal: Feitio e Tendências. In: **Sexto Congresso Luso-brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: Ed. UFU, 2006.
- LEITE, Márcia Maria da Silva B. Socialização Feminina: cultura e lazer da mulher de elite em Salvador na primeira República. In: **Metamorfoses: Gênero na perspectiva interdisciplinar**. (Org.) Elizete Passos, Ívia Alves, Márcia Macedo. Salvador: UFBA/NEIM, 1998.
- _____. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1997.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: **O Corpo Feminino em Debate**. (Org.) Maria Izilda S. de Matos e Rachel Soihet. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. Do Público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). In: **Cadernos Pagu**. São Paulo: Unicamp, nº. 4, 1995.
- _____. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In.: **Cadernos Pagu**, nº 11, São Paulo: Unicamp, 1998.
- MENDES, Helena. **Figuras e Fatos de Itabuna**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1967.
- MENEZES, Moacir Garcia. **Recordações Históricas de Itabuna**. Itabuna: Via Litterarum, 2005.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Trad. Rodolfo Konder. **Revista Gênero**. Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006.
- MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). In: **Cadernos Pagu**, São Paulo: Unicamp, nº 16, 2001.
- OLIVEIRA, Carolina dos Anjos N. **As vizinhas indesejadas: representações e vivências do meretrício em Itabuna, 1950 – 1960**. Monografia de Graduação, UESC/Ilhéus, 2007.
- PASSOS, Elizete Silva. **Mulheres Moralmente Fortes**. Salvador: Gráfica: Santa Helena, 1993.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- _____. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- _____. e SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História: História e Gênero**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 54, jul.-dez., 2007.

- PINHEIRO, Valdelice S. **De dentro de mim**. Itabuna: Edição Particular, 1961.
- _____. **Pacto**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1977.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Elisabeth J. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade princesa: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)**. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2007.
- RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, Poder e Mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.
- _____. **Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.
- RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida: Salvador 1900-1940**. Salvador: Edufba, 2003.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: UnB, 1981.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANGLARD, Gisele. **Entre os Salões e os Laboratórios: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- SANTOS, Lídia Noêmia. **Brotinhos e seus problemas: juventude, gênero na imprensa fortalezense da década de 1950**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.
- SCHPUN, Mônica Raísa. **Beleza em Jogo. Cultura Física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Editora Senac, 1999.
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**. São Paulo: Unicamp, nº 3, 1994.
- SENA, Patrícia Mota. **O Episódio dos Perdões e a Restauração Católica na Bahia**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. Futebol, Metrôpoles e Desastinos. In: **Revista USP: Dossiê Futebol**. n. 22, 1994.

- SILVA, Ivaneide Almeida. **História e Educação Religiosa em Ilhéus, 1916-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2004.
- SIMILI, Ivana G. **Mulher e Política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Expressão Poética de Valdelice Pinheiro**. Ilhéus: Editus, 2002.
- SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.
- _____. **Transgredindo e Conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz**. Labrys, Estudos Feministas, Brasília, n.1-2, s.p. jul.-dez. 2002.
- SOUSA, Erahsto Felício de. **Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)**. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFBA, 2010.
- SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. **Revista História: Questões e Debates**. N. 34, UFPR, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- URSINI, Leslye Bombonato. e BASSANEZI, Carla. O Cruzeiro e as garotas. In: **Cadernos Pagu** (4) São Paulo: Unicamp, 1995.
- VAZ, Maria Luíza. Mulheres de elite: conciliação e resistência. In: **Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas**. (Org.) Heloísa Buarque de Holanda e Maria Helena Rolim Capelato. São Paulo: Edusp, Expressão e Cultura, 1999.
- VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996.
- VIEIRA, Claudia Andrade. Mulheres de elite em movimento por direitos políticos. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 2, n.1, p. 115-130, 2 sem, 2001.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Lócus Revista de História**. Juiz de Fora, MG, vol. 18, pp. 99-113, 2006.